



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

CINDY MERY GAVIOLI-PRESTES

**A DESCRIÇÃO ESTRUTURAL DE ORAÇÕES RELATIVAS FORTEMENTE
LIVRES E CONSTRUÇÕES CORRELATAS**

CURITIBA

2016

CINDY MERY GAVIOLI-PRESTES

**A DESCRIÇÃO ESTRUTURAL DE ORAÇÕES RELATIVAS FORTEMENTE
LIVRES E CONSTRUÇÕES CORRELATAS**

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Letras, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Maximiliano Guimarães

CURITIBA

2016

G283d

Gavioli-Prestes, Cindy Mery

A descrição estrutural de orações relativas fortemente livres e construções correlatas / Cindy Mery Gavioli-Prestes. – Curitiba, 2016.

244 f. : il. color. ; 30 cm.

Tese - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2016.

Orientador: Maximiliano Guimarães .

Bibliografia: p. 235-244.

1. Gramática comparada e geral - Sentenças. 2. Linguística. I. Universidade Federal do Paraná. II. Guimarães, Maximiliano. III. Título.

CDD: 415



Setor de Ciências Humanas
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Letras
Tel./Fax: +55 41 3360-5102

PARECER

Defesa de tese de doutorado de **CINDY MERY GAVIOLI PRESTES** para obtenção do título de **Doutora em Letras**.

Os abaixo-assinados Maximiliano Guimarães Miranda, Presidente; Maria José Foltran, Ani Carla Marchesan, Andrea Knöpfle, Marcos Barbosa Carreira, arguíram nesta data a candidata, que apresentou a tese: **“A DESCRIÇÃO ESTRUTURAL DE ORAÇÕES RELATIVAS FORTEMENTE LIVRES E CONSTRUÇÕES CORRELATAS”**.

Procedida a arguição segundo o protocolo que foi aprovado pelo Colegiado do Curso, a Banca é de parecer que a candidata está apta ao título de **Doutora em Letras**, conforme especificações abaixo:

Banca	Assinatura	APROVADA Não APROVADA
Dr. Maximiliano Guimarães Miranda, (Presidente)		APROVADA
Dr ^a Maria José Foltran		Aprovada
Dr ^a Ani Carla Marchesan		Aprovada
Dr ^a Andrea Knöpfle		APROVADA
Dr. Marcos Barbosa Carreira		Aprovada

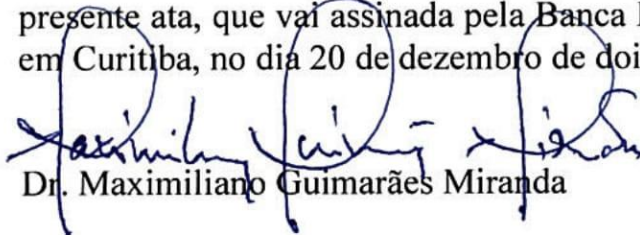
Curitiba, 20 de dezembro de 2016.


Prof. Dr. Antonio Augusto Nery
Vice-Coordenador



Setor de Ciências Humanas
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Letras
Tel./Fax: +55 41 3360-5102

Ata septingentésima octogésima, referente à sessão pública de defesa de tese para a obtenção do título de doutora a que se submeteu a doutoranda **CINDY MERY GAVIOLI PRESTES**. No dia vinte de dezembro de dois mil e dezesseis, às quatorze horas, na Sala 206, no Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, foram instalados os trabalhos da Banca Examinadora, constituída pelos seguintes Professores Doutores: Maximiliano Guimarães Miranda, Presidente, Maria José Foltran, Ani Carla Marchesan (via Skype), Andrea Knöpfle, Marcos Barbosa Carreira, designados pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Letras, para a sessão pública de defesa de tese intitulada: **“A DESCRIÇÃO ESTRUTURAL DE ORAÇÕES RELATIVAS FORTEMENTE LIVRES E CONSTRUÇÕES CORRELATAS**, apresentada por **CINDY MERY GAVIOLI PRESTES**. A sessão teve início com a apresentação oral da doutoranda sobre o estudo desenvolvido. Logo após, o senhor presidente dos trabalhos concedeu a palavra a cada um dos examinadores para as suas arguições. Em seguida, a candidata apresentou sua defesa. Na sequência, o Professor Maximiliano Guimarães Miranda retomou a palavra para as considerações finais. Na continuação, a Banca Examinadora, reunida sigilosamente, decidiu pela aprovação da candidata. Em seguida, o senhor Presidente declarou **APROVADA** a candidata, que recebeu o título de **Doutora em Letras**, área de concentração **Estudos Linguísticos**. A versão final da tese deverá ser encaminhada à Coordenação em até 60 dias. Encerrada a sessão, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pela Banca Examinadora e pela candidata. Feita em Curitiba, no dia 20 de dezembro de dois mil e dezesseis.



Dr. Maximiliano Guimarães Miranda



Dr.ª Ani Carla Marchesan



Dr. Marcos Barbosa Carreira



Dr.ª Maria José Foltran



Dr.ª Andrea Knöpfle



Cindy Mery Gavioli Prestes

A quem amo.

AGRADECIMENTOS

O caminho percorrido para chegar até aqui não foi trilhado de forma solitária: são muitos os envolvidos nessa conquista. Sou grata a todos vocês:

Ao meu professor orientador Dr. Maximiliano Guimarães por todos os seus ensinamentos, suas sábias palavras e por toda dedicação, compreensão e paciência sempre presentes. “Se eu vi mais longe, foi por estar sobre ombros de gigantes”;

À professora Dra. Patrícia Araujo Rodrigues pelos comentários iniciais tão significativos;

À professora Dra. Maria José Foltran por todo aprendizado ao longo desses anos e pelos comentários edificantes realizados durante esse tempo, no exame de qualificação e na defesa;

À professora Dra. Ani Marchesan por ter contribuído imensamente com esta pesquisa através de seus trabalhos incentivadores e de seus apontamentos valiosos;

Ao professor Dr. Marcos Barbosa Carreira e à professora Dra. Andrea Knöpfle pela contribuição inestimável dada por ocasião da defesa e por serem uma inspiração para mim;

Às professoras Sissi e Josélia por despertarem em mim ‘o primeiro amor pelas letras’;

Ao Marcus Prestes, meu marido, por todo apoio e renúncias feitas ao longo desses anos para que eu pudesse chegar até aqui;

Aos meus pais, Suzete e Paulo, pelo incentivo inicial pela busca incessante do saber e por todo amparo e estrutura para trilhar esse caminho;

Ao meu irmão Ivan que foi o primeiro a me mostrar que “há mais mistérios entre o céu e a terra do que sonha a nossa vã filosofia”;

Aos meus familiares por todo incentivo;

Aos meus amigos por todo suporte e toda força. Vocês sabem o quão grata sou pela presença de vocês em minha vida;

Ao Programa de Pós-graduação em Letras da UFPR e à CAPES pelo suporte financeiro ao longo do mestrado e do doutorado;

Ao Odair e à Carla por serem tão atenciosos e prestativos;

A Deus por me permitir chegar até aqui.

Follow the evidence wherever it leads, and question everything.

Neil de Grasse Tyson

RESUMO

Esta tese tem por objetivo apresentar uma proposta de análise para as relativas livres que dispense completamente quaisquer categorias vazias indexadas ao pronome-Q. Portanto, o que perseguimos aqui é a ideia de que as relativas livres não apenas se caracterizariam pela ausência tanto de um antecedente nominal explícito na estrutura de superfície (o que chamaremos aqui de relativas livres quanto à capacidade gerativa fraca) como de um correlato desse antecedente em outro nível de representação abstrato que seja independente da fonologia (o que chamaremos de relativas livres quanto à capacidade gerativa forte). Além disso, nosso intuito é estender essa análise para outras construções sintáticas correlatas, especificamente as orações adverbiais (OSAdv). Para isso, refinamos a análise de Gavioli-Prestes (2012) e assumimos essa proposta para as sentenças relativas que toma como base o que foi delineado em Kato & Nunes (2009) que assumem a hipótese de alçamento formulada em Kayne (1994), bem como outras reflexões apresentadas por esse autor e por Chomsky (1995). Nossa análise leva em consideração noções sintáticas como c-comando, categoria e segmento de categoria (cf. CHOMSKY, 1986), a noção do super c-comando discutida em Barrie (2006) e a múltipla atribuição de papel temático a um mesmo DP a partir de Hornstein (1999, 2001), o que nos permite analisar as relativas livres sem ter que postular a existência de uma categoria sintática abstrata, como proposto pelas análises que tomam como base Caponigro (2002). Por conta disso é que afirmamos que nossa análise aponta para as relativas que podem ser rotuladas como ‘relativas fortemente livres’, visto que elas não apresentam nem um antecedente nominal foneticamente realizado adjacente ao sintagma-Q nem um elemento (núcleo nulo, *pro*, elipse) que faça esse papel. Nossa discussão está pautada, então, no quadro teórico da teoria Gerativo-Transformacional e segue orientações tanto pré-minimalistas quanto minimalistas. Tendo esses elementos aqui postos como base, inicialmente apresentamos uma análise para relativas livres em posição de argumento verbal, como, por exemplo, em ‘João conhece quem foi ao show’, e, em seguida, uma para relativas livres em posição de adjunto, como aquelas encabeçadas por quando, onde e como, as quais podem ser exemplificadas pela sentença ‘João nasceu onde Maria mora’. Com intuito de mostrar que esse mesmo mecanismo pode ser aplicado em outras construções, tecemos comparações entre relativa livre adjunto encabeçada pelo quando temporal e a oração subordinada adverbial com enquanto, respectivamente, e.g. ‘João saiu quando Maria chegou’ e ‘João saiu enquanto Maria chegou’. Ao pensarmos as orações adverbiais, hipotetizamos que as conjunções presentes nelas seriam como predicados de dois lugares com variáveis a serem saturadas por constituintes que denotam uma proposição, ou seja, um elemento como o enquanto seria capaz de relacionar dois eventos em relação ao ‘tempo’ em que ocorreram. Esta tese pretende mostrar que nossa análise pode ser estendida a outras construções correlatas, não ficando restrita às relativas livres, bem como lançar uma proposta

de investigação acerca de sentenças adverbiais que corrobore, em maior ou menor grau, a hipótese apresentada, permitindo assim uma compreensão da gramática como um todo.

Palavras-chave: Relativas livres. Orações adverbiais. Adjunção. Super c-comando.

ABSTRACT

This thesis aims to develop and present a proposal of analysis for *free relative clauses*, in such a way that no kind of indexation of empty categories to the wh-pronoun is needed. Therefore, what we defend here is that free relatives are not only characterized by the absence of an overt nominal antecedent for the WH-pronoun in the surface structure (what we call here free relatives according to weak generative capacity). Also free relatives would not contain any kind of abstract covert nominal element associated with the WH-pronoun at no level of abstract representation which is independent of phonology (what we call here free relatives according to strong generative capacity). Besides that, our goal is to extend this analysis to similar syntactic constructions, especially adverbial sentences (OSAdv.). To this end, we refined Gavioli-Prestes' (2012) analysis and we assumed this proposal for the relative sentences which is based on what was delineated in Kato & Nunes (2009) in terms of the raising analysis proposed by Kayne (1994), as well as other reflections put forward by these authors and by Chomsky (1995). Our analysis takes into consideration syntactic notions as *c-command*, *category*, and *category segment* (cf. Chomsky, 1986), the notion of *super c-command* (cf. Barrie, 2006), and the notion of multiple thematic role assignment to one single DP, as developed in Hornstein (1999, 2001). These considerations allow us to analyze free relative clauses without postulating the existence of an abstract head, as opposed to what has been proposed in a family of analyses based on Caponigro (2002). For this reason, we state that our analysis provides a proper treatment to relatives that can be labeled as 'strongly free relatives', since they present neither a phonetically realized antecedent adjacent to the wh-phrase nor an element (empty head, *pro*, ellipse) that fulfills this purpose. Our discussion is framed within the Generative-Transformational theory, making use of pre-minimalist as well as minimalist tools and notions. Given all pointed out here, we initially present an analyze argumental free relative clauses – e.g. 'João conhece quem foi ao show' –, and, then, we analyze non-argumental free relative clauses, as those headed by when, where, and how – which can be exemplified by 'João nasceu onde Maria mora'. Intending to show that this mechanism can be applied to other constructions, we compare non-argumental free relative clause headed by the temporal elements when to those headed by while – e.g. 'João saiu quando Maria chegou' and 'João saiu enquanto Maria chegou', respectively. As for adverbial sentences, we hypothesize that the conjunctions in these sentences are two-place predicates with variables to be saturated by constituents that denote propositions, that is, an element as while could take two events and assign them the same time. This thesis, then, intends to show that our analysis can be extended from free relatives to similar constructions, thereby launching an investigation about adverbial sentences that could corroborate, to a greater or a lesser degree, a more unified approach, allowing us to conceive the whole grammar as a more compact 'minimalist' engine.

Keywords: Free relative clauses. Adverbial sentences. Adjunction. Super c-command.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Tipos de RLs para o PB segundo Marchesan (2012)	46
Quadro 2: Exemplos de sentenças com pronome relativo e com complementizador em português e inglês retirados de Kato & Nunes (2009, p. 94).....	51
Quadro 3: Posição Sintática ocupada por RNN.....	51
Quadro 4: Posição Sintática ocupada por RL.....	52
Quadro 5: Estratégias de relativização no PB	103
Quadro 6: paradigma dos sintagmas-Q do PB	106
Quadro 8: As propriedades essenciais das RNN	116
Quadro 7: Paradigma dos sintagmas-Q que encabeçam sentenças relativas.....	123
Quadro 8: Os sintagmas-Q especificados e sua possível interpretação semântica.....	124
Quadro 9: Posição sintática do sintagma-Q e das RLs.....	130
Quadro 10: Propriedades Essenciais das Relativas Livres do PB	143
Quadro 11: Tipos de RLs para o PB segundo Marchesan (2012, p. 17)	146
Quadro 12: Conjunções subordinativas adverbiais, segundo Moura Neves (2000).....	204

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Conjunto de brinquedos que foram testados	94
---	----

LISTA DE SIGLAS

CP	Complementizer phrase / sintagma complementizador
DP	Determiner phrase / sintagma determinante
NP/SN	Nominal phrase / sintagma nominal
PP/SP	Prepositional phrase / sintagma preposicional
AdvP/SAdv	Adverbial phrase / sintagma adverbial
Spec	Specifier / especificador
SC	Small clause
D	Determinante
P	Preposição
V	Verbo
N	Nome
C	Complementizador
S	Sentença
RL	Relativa livre
RNN	Relativa com núcleo nominal
RSL	Relativa semilivre
RE	Relativa existencial
RLT	Relativa livre transparente
OSAdv	Oração subordinada adverbial / Oração adverbial
PB	Português brasileiro
PE	Português europeu
GB	Government and Binding Theory
TRL	Teoria de Regência e Ligação
PM	Programa Minimalista
BPS	Bare Phrase Structure Theory
LD/DE	Left dislocation / deslocamento à esquerda
LDT	Left Dislocation Theory / Teoria de Deslocamento à Esquerda
SRC	Single Root Condition
PF	Forma fonética
LF	Forma lógica
OCP	Princípio de contorno obrigatório

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
I - ASPECTOS GERAIS DAS SENTENÇAS RELATIVAS.....	34
I.0 INTRODUÇÃO.....	35
I.1 RELATIVAS: NOÇÕES GERAIS	35
I.2 TIPOLOGIA DAS RELATIVAS.....	43
I.3 ESTRATÉGIAS DE RELATIVIZAÇÃO.....	48
I.4 FUNÇÃO SINTÁTICA DAS RELATIVAS	51
I.5 AS CONSTRUÇÕES-Q.....	53
I.6 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO	56
II – INTERLÚDIO	58
II.0. INTRODUÇÃO	59
II.1. BARE PHRASE STRUCTURE THEORY (BPS)	60
II.2. (SUPER) C-COMANDO	71
II.3. RELAÇÕES TEMÁTICAS	79
II.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
III - DAS RELATIVAS COM NÚCLEO NOMINAL	89
III.0 INTRODUÇÃO	90
III.1 PROPRIEDADES DAS RELATIVAS COM NÚCLEO NOMINAL	91
III.2 AS ESTRATÉGIAS DE RELATIVIZAÇÃO DE RNN NO PB.....	99
III.3 OS SINTAGMAS-Q.....	103
III.4 ANÁLISES FORMAIS PARA RNN DO PB.....	106
III.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O CAPÍTULO	113
IV - DAS RELATIVAS LIVRES	117
IV.0 INTRODUÇÃO.....	118
IV.1 CONCEITO E PROPRIEDADES DE RELATIVAS LIVRES	119
IV.1.1 CONCEITUANDO.....	120
IV.1.2 PROPRIEDADES.....	121
IV.1.2.1 PROPRIEDADES LEXICAIS	122
IV.1.2.2 PROPRIEDADES SINTÁTICAS	125
IV.1.2.3 PROPRIEDADES SEMÂNTICAS.....	138
IV.2 TIPOLOGIA DAS RLs	144
IV.3 ANÁLISE FORMAL DAS RELATIVAS LIVRES	147
IV.3.1 ALGUMAS ANÁLISES FORMAIS DAS RLS	148

IV.3.1.1 A HIPÓTESE DE BASE - BRESNAN & GRIMSHAW (1978).....	148
IV.3.1.2 A HIPÓTESE DO COMP - GROOS & VAN RIEMSDIJK (1981).....	152
IV.3.1.3 A HIPÓTESE DO D-COMPLEMENTO – CAPONIGRO (2002).....	153
IV.3.1.4 A HIPÓTESE VIA MULTIDOMINÂNCIA – CITKO (2000)	157
IV.3.2 ALGUMAS ANÁLISES FORMAIS DAS RLs PARA O PB.....	160
IV.3.2.1 AS ANÁLISES DE MARCHESAN (2012) E DE MEDEIROS JUNIOR (2014)	161
IV.3.2.2 AS ANÁLISES DE LESSA-DE-OLIVEIRA (2008) E DE GAVIOLI- PRESTES (2012).....	174
IV.3.3 NOSSA PROPOSTA DE ANÁLISE DE RELATIVAS LIVRES DO PB.....	180
IV.3.3.1 EXPLICITANDO NOSSA PROPOSTA.....	180
IV.3.3.2 ALGUNS ASPECTOS SOBRE AS RLs EM POSIÇÃO NÃO ARGUMENTAL	193
IV.4 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO	197
V - POR UMA ANÁLISE UNIFICADORA	200
V.0 INTRODUÇÃO	201
V.1 QUANDO E ENQUANTO.....	205
V.2 PORQUE.....	218
V.3 EMBORA	223
V.4 CONCLUSÃO	226
CONSIDERAÇÕES FINAIS	227
REFERÊNCIAS	236

INTRODUÇÃO

Esta tese de doutorado analisa e discute algumas construções que envolvem CPs encaixados, em especial, aquelas conhecidas como *relativas livres (argumentais ou modificadoras)* e *sentenças adverbiais*. A versão particular dessa ideia que será elaborada aqui se baseia na proposta de Kato & Nunes (2009) para orações relativas do português brasileiro. Tal análise leva em consideração a análise de alçamento e está apoiada na distinção entre categoria e segmento de categoria (cf. MAY, 1985, p. 118; CHOMSKY, 1986, p. 7 e KAYNE, 1994, p. 15).

Essa proposta de Kato & Nunes (2009) para as sentenças relativas foi a base teórico-analítica para Gavioli-Prestes (2012). Portanto, o presente trabalho se configura como uma continuação desse trabalho de 2012 e amplia a proposta estrutural para construções que consideramos, de certo modo, como semelhantes: as *relativas livres em posição de adjunto* e as *sentenças adverbiais*.

Vejam os exemplos a seguir para que possamos verificar quais são as sentenças em pauta aqui.

- (01) a. O rapaz encontrou a mulher [**que** escreveu uma matéria incrível].
- b. O rapaz encontrou [**quem** escreveu uma matéria incrível].
- (02) a. O rapaz encontrou a mulher [**quando** ela escrevia uma matéria incrível].
- b. O rapaz encontrou a mulher [**enquanto** ela escrevia uma matéria incrível].

Os dados apresentados nos paradigmas (01) e (02) constituem a base de nossa amostra de dados. São dados como esses que nos levaram a propor a existência de uma certa semelhança estrutural entre as construções sintáticas de (01a) e (01b), e de (02a) e (02b).

Há em (01) o que chamamos de *sentenças relativas* que podem ou não apresentar um antecedente nominal adjacente (e.g. a mulher, em (01a) e sua ausência em (01b)) ao sintagma-Q (e.g. quem, quando, em (01b) e (02a)) que as encabeça. Elas podem ser classificadas como *relativas com núcleo nominal* ou como *relativas livres*.

Temos em (01a) uma relativa com núcleo nominal¹ (RNN) e em (01b) uma relativa livre² (RL). Essas duas construções são geradas por meio de um processo conhecido como *relativização*, o que já as aproxima inicialmente. No entanto, a presença *versus* a ausência de um antecedente nominal adjacente ao sintagma-Q as diferencia. Em (01a), o sintagma-Q que é de alguma forma interpretado ‘relativamente’ ao antecedente nominal [a mulher]. Esse

¹ O que a gramática tradicional chama de *oração subordinada adjetiva restritiva*.

² O que a gramática tradicional chama de *oração subordinada substantiva objetiva direta*.

antecedente não aparece em (01b) – a razão de essa sentença ser chamada de relativa livre³ -, e há, então, apenas a presença do sintagma-Q especificado quem.

No paradigma (02), em (02a), há também uma relativa livre⁴, nesse caso, encabeçada pelo relativo quando, e em (02b), há o que pode ser chamado de uma *oração subordinada adverbial* (OSAdv) e há nela a presença de uma *conjunção*, neste caso, o enquanto.

Tradicionalmente, as duas sentenças do paradigma (02) são classificadas como *subordinadas adverbiais temporais*, mas o que se tem verificado é que elas não parecem ter a mesma estrutura sintática. O que vamos defender aqui é que em um (a) temos uma relativa livre e, portanto, tudo que está relacionado a esse tipo de sentença será previsto de ser encontrado aqui, como o fato de haver movimento, um sintagma-Q especificado, como veremos ao longo desta tese. Já em uma sentença como (b), essas propriedades não são vistas e não teríamos ali, por exemplo, movimento. Ao assumirmos uma estrutura sintática para as RLs, a partir de Gavioli-Prestes (2012), podemos hipotetizar que, a partir do paralelo entre essas duas sentenças de (02), existe a possibilidade de utilizarmos para as OSAdv (como em (02b)) o mesmo mecanismo assumido aqui para tratar de RLs (como em (01b) e (02a)), como veremos no capítulo V.

Vale ressaltar que uma de nossas hipóteses é de que todo quando seria um relativo e não uma conjunção, como é afirmado pela gramática normativa. Por conta disso, levamos em consideração a possível existência de um *relativo adverbial* ou um *advérbio relativo*, visto que esse sintagma-Q parece se ‘comportar’ tanto como um relativo quanto como um advérbio, visto que ele também estabelece uma noção de tempo, assim como outros advérbios que fazem o mesmo, e.g. ontem. Além do quando, há outros sintagmas-Q que podem compor essa tipologia, pois parecem ‘funcionar’ também como um advérbio, como é o caso de onde e como que estabelecem, respectivamente, uma noção semântica de lugar e de modo. Há muito ainda para se observar e descrever sobre esses sintagmas-Q. Existem propostas, por exemplo, que consideram os relativos em posição adverbial, mas não dão conta, muitas vezes, de propor uma teoria dos vários fatos empíricos que seja *descritivamente adequada* (nos termos de CHOMSKY, 1965, p. 24).

³ Esse é o termo que utilizaremos nesta tese, mas alertamos que há outros termos possíveis de se encontrar na literatura, como *relativa sem cabeça* ou *relativa sem antecedente expresso*.

⁴ Neste caso, a gramática tradicional chama a esse tipo de RL de *oração subordinada adverbial temporal*. No entanto, contrariamente ao que muitas gramáticas tradicionais postulam, estamos assumindo aqui que elas são sentenças relativas.

Um dos aspectos que se coloca e nos intriga é a questão de poder haver antecedente expresso adjacente ao sintagma-Q, representado a seguir entre colchetes, em relativas encabeçadas por esses *relativos adverbiais* (sublinhados a seguir), como vemos em (03)⁵.

- (03) a. [O dia] quando eles casaram foi incrível.
 b. Eu visitei [o lugar] onde nos casamos.
 c. Este é [o modo] como devemos fazer as contas.

Em (03a), temos o antecedente o dia adjacente ao sintagma-Q quando. Em (03b), temos o lugar ocorrendo em posição adjacente a onde e, em (03c), temos o modo e como adjacentes um ao outro.

Em (03), temos RNN. Agora vejamos os dados em (04) que apresentam RLs encabeçadas pelos mesmo relativos adverbiais de (03).

- (04) a. Quando eles se casaram, ela fugiu.
 b. Eles se casaram onde ela nasceu.
 c. Ele fez as contas como ela sugeriu.

O que é intrigante ao comparar os dados em (03) e (04) é que os sintagmas-Q, quando, onde, como, podem ser encontrados tanto encabeçando RNN, ou seja, relativas que exigem a presença de um antecedente expresso adjacente ao sintagma-Q, quanto RLs, ou seja, sentenças que não podem exibir um antecedente adjacente ao sintagma-Q. No entanto, quando esses sintagmas-Q encabeçam RLs, a noção de momento, lugar e modo permanece, apesar da ausência de elementos que remetam a essas noções, como dia, lugar, modo. O que nos leva a pensar na possibilidade de esses sintagmas trazerem, de alguma forma, essas noções codificadas em si próprios.

Outro ponto a ser analisado é verificar quais são as regras que seriam operantes quando temos as diferentes possibilidades de paráfrase em relação ao núcleo nominal com preposições, por exemplo, com o quando em (05) e (06).

⁵ Essas sentenças não passaram por julgamento de falantes e é possível que em determinados dialetos essas sentenças possam ser consideradas como agramaticais.

- (05) a. João saiu quando Maria chegou.
 b. João saiu [_{PP} no momento que/no momento em que Maria chegou].
- (06) a. João questionou quando aconteceu a festa.
 b. João questionou [_{DP} o momento que/o momento em que aconteceu a festa].

Uma de nossas hipóteses para o tratamento dessas sentenças encaixadas é que em (05a) temos uma *RL adverbial* que pode ser parafraseada por um PP (*sintagma preposicional*)⁶. Já em (06) temos uma *interrogativa encaixada* (cf. GAVIOLI-PRESTES, 2012; MARCHESAN, 2008, 2012). Nesse caso, não podemos ter PP – o dado ficaria agramatical se fosse um PP, visto que a relativa passaria a ser interpretada como adjunto do verbo e não como complemento, ou seja, teríamos apenas “o momento em que houve o questionamento” e não teríamos “o que foi questionado”.

Para que possamos verificar essas questões, pretendemos discutir novamente a questão da estrutura sintática para as RL como proposta por Gavioli-Prestes (2012) que toma como base a proposta para as RNN de Kato & Nunes (2009) e propõe uma estrutura sintática em que o sintagma-Q, nas RL, são adjuntos de CP e não complementos de um D, como apresentam as análises com base em Caponigro (2002), cf. capítulo IV. Além disso, essa é uma proposta que, por conta do mecanismo de adjunção adotado, as relações entre verbo e relativa, por exemplo, são estabelecidas. Nossa hipótese é que essa proposta sintática prevista em 2012 pode dar conta dos fenômenos empíricos que estão sendo vislumbrados neste trabalho.

Tendo proposto essa análise para os sintagmas-Q encabeçadores de RLs, pretendemos tomá-la e estendê-la para outras construções correlatas. Um de nossos objetivos é, então, à luz dessa proposta, analisarmos, como mencionamos anteriormente, as sentenças adverbiais, principalmente, no que tange os elementos conhecidos tradicionalmente como *conjunções subordinativas*. Inicialmente, compararemos sentenças com quando e com enquanto, como vemos em (07).

- (07) a. João saiu quando Maria chegou.
 b. João saiu enquanto Maria chegou.

O que temos em (07) parece ser algo bastante semelhante estruturalmente, visto que temos uma relação entre essas duas sentenças por meio de um elemento que traz embutida uma

⁶ Discutiremos neste trabalho se seria possível também uma paráfrase por DP (sintagma nominal) ou AdvP (sintagma adverbial).

noção de tempo. Comparando as duas sentenças em (07), o que nos salta aos olhos é a questão do aspecto verbal⁷: enquanto em (a) ele é pontual, em (b) ele é durativo. Outra observação relevante acerca do dado em (07b) é a possibilidade de uma interpretação adversativa, algo como ‘João saiu, mas Maria chegou’. No entanto, apesar de, semanticamente, termos a diferença de aspectualidade, ou ainda, a interpretação de adversidade, a possibilidade de estruturas parcialmente semelhante não fica invalidada.

Como mencionamos, tradicionalmente, as sentenças em (07) seriam classificadas como adverbiais. No entanto, trabalhos recentes na teoria sintática, como os que assumimos aqui, têm mostrado que sentenças como (07a) não seriam adverbiais, mas sim relativas livres. Reiteramos que esse é um dos pontos que este trabalho pretende abordar e descrever.

Ao pensar em uma conjunção como o enquanto (em (07b)), vemos que ela precisa ‘relacionar’ a “saída de João” e a “chegada de Maria”. Hipotetizaremos que conjunções podem ser consideradas como sendo um *predicado de dois lugares* em que teríamos variáveis para serem saturadas por constituintes que denotam proposições⁸.

Para compreendermos melhor essa ideia de uma conjunção ser considerada como predicado de dois lugares, pensemos inicialmente na conjunção porque. Ela nos permite estabelecer uma relação de causa e consequência entre sentenças. Se tomarmos uma sentença como (08), temos que a “saída de João” é a consequência da “chegada de Maria”.

(08) João saiu porque Maria chegou.

Temos aqui o porque relacionando dois eventos diferentes: o evento 1 que é a “saída de João” e o evento 2 que é a “chegada de Maria”. Cada um desses eventos exerce um papel próprio, visto que o evento 2 é a ‘causa’ ou o ‘causador’, enquanto o evento 1 é a ‘consequência’ ou o ‘causado’. Ao propormos essa conjunção como um predicado de dois lugares, temos que um elemento é o argumento externo e o outro é o argumento interno. Podemos fazer uma analogia com o VP: em ‘João beijou Maria’, [João] ocupa a posição de especificador, enquanto [Maria] ocupa a posição de complemento. Nesse caso, [João] é o ‘beijador’ e [Maria] é a ‘beijada’. Essa diferença, portanto, deriva da posição e vem de um predicado de dois lugares que pede um ‘beijador’ e um ‘beijado’.

Tendo isso posto, observemos o enquanto para o qual podemos fazer um raciocínio análogo ao do porque. Em (07b), a ‘João saiu’ é uma oração que nos dá o evento principal,

⁷ Vamos retomar essa questão no capítulo IV.

⁸ Portanto, estamos supondo constituintes do tipo IP ou CP.

enquanto ‘Maria chegou’ é uma oração subordinada que nos dá uma informação a mais acerca da ‘saída de João’. Por meio da conjunção enquanto, pode-se ancorar um evento no outro, tornando possível localizar a informação no tempo. Dessa forma, se tomarmos duas proposições, podemos relacioná-las como tendo ocorrido simultaneamente.

Pensando ainda no exemplo em (07b), digamos que a saída de João seja o evento 1 que ocorreu em um momento X, e que a chegada de Maria seria o evento 2 que ocorreu em um momento Y. O enquanto introduz a informação de que X é igual a Y, portanto, o tempo de ocorrência do evento 1, ou seja, da informação principal denotada por ‘João saiu’, e do evento 2, ou seja, da informação acessória denotada por ‘Maria chegou’, é o mesmo. Dessa forma, assim como o porque, enquanto também pode ser tomado como um predicado de dois lugares.

Retomando as relativas livres e sentenças adverbiais, vamos hipotetizar, por ora, que em uma RL com o quando, por exemplo, esse sintagma-Q foi movido e deixou um vestígio, enquanto em sentenças com uma conjunção, e.g. enquanto, esse elemento estaria *in situ*. Por conta de algumas semelhanças existentes entre esses elementos, como o fato de quando e de enquanto terem sido tradicionalmente conceituados como introdutores do mesmo tipo de sentença (i.e. subordinadas adverbiais temporais) e pelo fato de que ambos têm a noção de tempo sendo compartilhada, consideramos válida a comparação entre elas. Ao pensarmos nessa comparação, percebemos que seria possível utilizar os mesmos mecanismos sintáticos para discutir a estrutura de OSAdv. Ressaltamos que não estamos assumindo aqui que as orações subordinadas adverbiais encabeçadas por conjunções são relativas livres, mas estamos, sim, hipotetizando que sentenças com o quando e o enquanto podem apresentar certas semelhanças sintáticas e que o mesmo mecanismo utilizado para derivar uma estrutura com quando pode ser usado para derivar uma sentença com enquanto. Queremos então explorar os possíveis paralelos sintáticos entre elas, questionando o quão semelhantes essas sentenças podem ser sintaticamente.

Nosso principal intuito ao elaborar uma análise para as RLs é dar conta não apenas de sua capacidade gerativa fraca, mas também de sua capacidade gerativa forte. Seguindo Chomsky (1965, p. 60, grifos do original), “diremos que uma gramática *gera fracamente* um conjunto de sentenças e que ela *gera fortemente* um conjunto de descrições estruturais⁹”.

Para que possamos compreender melhor essas noções, precisamos levar em consideração algumas assunções. Digamos que temos uma teoria linguística (TL) que nos oferece diferentes ferramentas, como, por exemplo, *regras de reescritura* (cf. CHOMSKY,

⁹ Let us say that a grammar *weakly generates* a set of sentences and that it *strongly generates* a set of structural descriptions. (CHOMSKY, 1965, p. 60, tradução nossa).

1957), *relações de precedência, relações de dominância, sintagmas*, dentre outras, que nos permitem formular gramáticas variadas. A partir dessa teoria, imaginemos que temos sete gramáticas: uma gramática 1 (G1), uma gramática 2 (G2), e assim por diante até uma gramática 7 (G7). Essas gramáticas (G1, G2, G3, G4, G5, G6, G7) são formuladas, portanto, a partir das mesmas ferramentas. No entanto, algumas dessas gramáticas podem fracassar e podem não refletir em nada a língua que está sendo descrita, enquanto as outras gramáticas serão capazes de refletir adequadamente a língua em questão. Vamos hipotetizar aqui que G3, G4, G5, G6 e G7 são gramáticas que vão fracassar e G1 e G2 não. Isso pode ser verdadeiro mesmo que todas essas sete gramáticas gerem as *sequências de palavras* (ou de símbolos, ou de morfemas) que nos interessam, que é a *capacidade gerativa fraca*, desde que apenas G3 e G4 gerem as descrições estruturais adequadas às sequências de palavras admissíveis¹⁰, que é a *capacidade gerativa forte*.

Considerando esses aspectos, uma das tarefas do linguista é escolher, dentre as gramáticas que geram fracamente as sequências que interessam, aquela que apresenta uma descrição estrutural para essa sequência que melhor captura as propriedades do fenômeno em questão.

Buscando apresentar com mais propriedade o assunto, vejamos o seguinte exemplo: vamos hipotetizar duas gramáticas¹¹, G1 e G2, que são capazes de gerar fracamente a sequência expressa em (09).

(09) O macaco comeu a banana ontem.

A partir das ferramentas dadas pela teoria linguística (e.g. regras de reescritura) para essas duas gramáticas, a G1 apresentará as regras de reescritura¹² expressas em (10) e a G2 as que estão em (11).

¹⁰ Chomsky (1965, p. 60) formaliza a discussão apresentada aqui da seguinte forma: “suponha que a teoria linguística T forneça a classe de gramáticas $G_1, G_2, \dots$, em que G_1 fracamente gera a língua L_i e fortemente gera o sistema de descrições estruturais Σ_i . Então a classe $\{L_1, L_2, \dots\}$ constitui a capacidade gerativa fraca de T e a classe $\{\Sigma_1, \Sigma_2, \dots\}$ constitui a capacidade gerativa de T” (CHOMSKY, 1965, p. 60, tradução nossa).

¹¹ Estamos restringindo o número de gramática para duas, com o único intuito de tornar mais compreensível essa explicação.

¹² Estamos utilizando uma notação mais ‘simplificada’ nesses exemplos apenas para fins de explicação.

(10) Regras de reescritura da G1

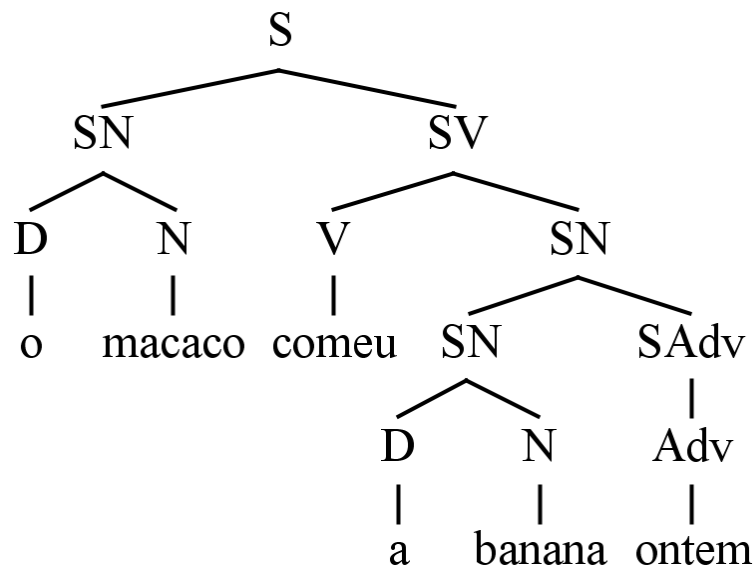
- (i) $S \rightarrow SN \quad SV$
- (ii) $SV \rightarrow V \quad SN$
- (iii) $SN \rightarrow (D) \quad N$
- (iv) $SN \rightarrow SN \quad (SAdv)$
- (v) $SAdv \rightarrow Adv$

(11) Regras de reescritura da G2

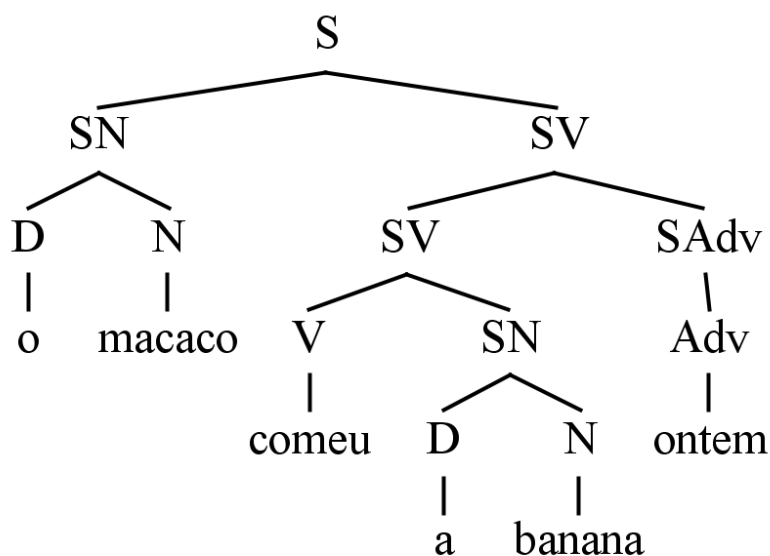
- (i) $S \rightarrow (SN) \quad SV$
- (ii) $SV \rightarrow V \quad SN$
- (iii) $SV \rightarrow SV \quad SAdv$
- (iii) $SN \rightarrow (D) \quad N$
- (iv) $SAdv \rightarrow Adv$

A sequência em (09) apresenta, respectivamente, os seguintes itens lexicais: D, N, V, D, N, Adv. Esses itens são utilizados nas regras de reescritura apresentadas em (10) e (11). Então, ao relacionarmos as regras de reescritura previstas para G1 e para G2 com a sequência em (09), podemos ter as seguintes estruturas, respectivamente, para G1 e G2.

(12) Estrutura para a sentença (09) – G1



(13) Estrutura para a sentença (09) – G2



O que temos em (12) e (13) são as descrições estruturais geradas fortemente pelas gramáticas G1 e G2, respectivamente, para a sequência em (09), gerada fracamente por ambas as gramáticas. Portanto, para as duas gramáticas, temos a mesma sequência, mas estruturas diferentes.

A diferença central entre essas gramáticas – que é o que acaba por gerar estruturas diferentes para a mesma sentença – está relacionada às regras (10iv) e (11iii). A regra (iv) de G1 prevê que um sintagma adverbial (SAdv) pode estar em uma posição de adjunto do sintagma nominal (SN), enquanto a regra (iii) de G2 prevê a adjunção a um SV. Por conta disso, G1 prevê [a banana ontem] como sendo um constituinte, enquanto G2 prevê [a banana] e [ontem] como constituintes diferentes. Isso pode ser percebido através *testes de constituição*, como faremos a seguir. Tomaremos quatro deles, a saber, a topicalização, a passiva, a clivagem e a pronominalização e os aplicaremos a G1 (em (14)) e a G2 (em (15)).

(14) Testes de constituição – G1

- a. Topicalização: *[a banana ontem], o macaco comeu.
- b. Passiva: *[a banana ontem] foi comida pelo macaco.
- c. Clivagem: *Foi [a banana ontem] que o macaco comeu.
- d. Pronominalização: *O macaco comeu [ela].

Em (14a), temos o teste da topicalização que consiste em mover um constituinte para ‘frente’, ou seja, movê-lo para uma posição de tópico. Para G1, [a banana ontem] seria um

constituente, por isso, todo ele pode ser movido para a posição de tópico, como vemos neste exemplo. No entanto, esse é um exemplo agramatical para a língua que está sendo descrita, a saber, o PB. O mesmo pode ser observado por meio dos outros testes. Em (14b), a sentença está na passiva e o constituinte previsto por G1, [a banana ontem], passa a ocupar a posição de sujeito e, em (14c), foi realizada a clivagem que consiste em uma construção formada pelo verbo ser seguido do constituinte em teste e do que. Já em (14d), temos um pronome pessoal, ela, substituindo todo o constituinte [a banana ontem]. Ressaltamos que a sentença [o macaco comeu ela] é gramatical, no PB, se ela substitui apenas o constituinte [a banana], no entanto, aqui ela não é gramatical por conta da substituição; o que se esperaria era que a noção de tempo também estivesse embutida no pronome ela, no entanto, pela língua em questão, não está. O que se verifica por meio desses testes é que há agramaticalidade em todos eles, portanto, nenhum desses testes nos deu uma sentença pertencente ao PB.

Em (15), realizamos esses mesmos quatro testes de constituição com G2.

(15) Testes de constituição – G2

- a. Topicalização: [a banana], o macaco comeu [ontem].
- b. Passiva: [a banana] foi comida pelo macaco [ontem].
- c. Clivagem: Foi [a banana] que o macaco comeu [ontem].
- d. Pronominalização: O macaco comeu [ela] ontem.

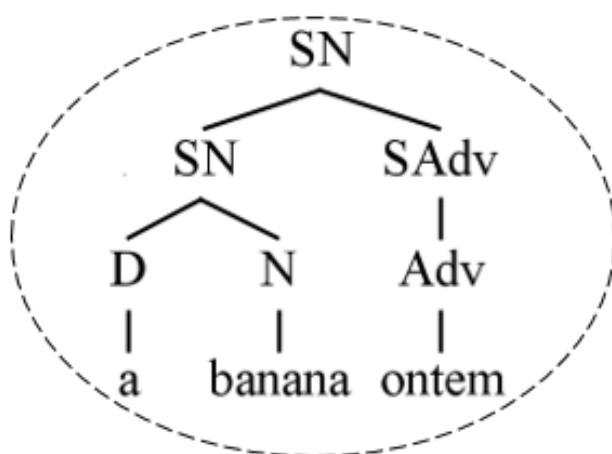
O que se pode verificar aqui é que G2 nos dá resultados diferentes para cada um desses testes. Como não termos em G2 uma regra como (iv) que nos permite adjungir um SAdv a um SN, então a subsequência [a banana ontem] não é prevista como sendo uma unidade sintagmática autônoma e independente. Por meio da aplicação dos testes de constituição, como vemos em (15), verifica-se que [a banana] e [ontem] são constituintes distintos, o que condiz com a língua em questão, como se verifica por conta da gramaticalidade de todas as sentenças em (15).

O ponto que se coloca agora é decidir qual dessas gramáticas consegue descrever mais adequadamente a língua que apresenta uma sentença como (09). Uma das formas de se resolver isso é através de testes, como os que realizamos em (14) e (15), que nos mostram que apenas uma dessas gramáticas é capaz de gerar fortemente, ou seja, apenas uma delas, no caso, G2, gera uma estrutura que é capaz de dar conta das propriedades do fenômeno linguístico em análise.

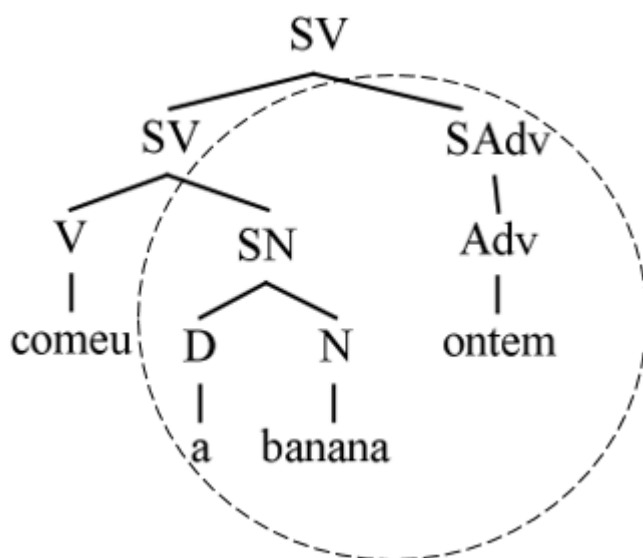
Portanto, uma gramática deve conseguir prever a existência de todas e apenas as sequências de palavras (ou morfemas ou símbolos) reconhecidas pelo falante como sendo pertencentes a sua língua. Se uma gramática faz isso, ela está gerando essas sequências. Quando se fala em ‘gerar ou não gerar sequências’, estamos nos referindo à ‘capacidade gerativa fraca’. Como vimos, tanto G1 quanto G2 conseguem gerar uma mesma sequência de palavras, nesse caso, <o, macaco, comeu, a, banana, ontem> (ou abstratamente <D, N, V, D, N, Adv>), formando ‘o macaco comeu a banana ontem’. Essa sequência é tida pelos falantes do PB (língua em que essa sentença pode ser encontrada) como sendo pertencente a sua língua. Por sua vez, quando falamos em ‘gerar ou não gerar estruturas hierárquicas’, estruturas essas que estabelecem relações não lineares entre as partes e as subpartes da sequência, estamos nos referindo à ‘capacidade gerativa forte’.

Retomando o que apresentamos anteriormente, temos G1 e G2 estabelecendo estruturas hierárquicas diferentes: enquanto na primeira, [a banana] e [ontem] formam um único constituinte, a saber, [a banana ontem], na segunda isso não ocorre e eles são consituíntes diferentes. A estrutura para esse constituinte prevista por G1, está em (16), enquanto em (17) temos a de G2.

(16) A descrição estrutural da subsequência [a banana ontem] de acordo com a G1



(17) A descrição estrutural da subsequência [a banana] [ontem] de acordo com a G2



Com isso, verificamos que duas gramáticas ligeiramente distintas geram fortemente descrições estruturais próprias para cada uma mesma sentença fracamente gerada por ambas.

Com esses exemplos¹³, nosso intuito foi conceituar e explicar o que se entende e o que estamos assumindo aqui como sendo ‘capacidade gerativa forte e fraca’.

Tendo isso posto, nosso trabalho se propõe, então, a apresentar uma análise para RLs que seja adequada descritivamente, visto que “o fato de que uma gramática gera fracamente [as sentenças d]a língua não tem relevância nenhuma. O que importa é que isso seja feito de tal modo que (...) [se possa] modelar a capacidade gerativa forte [da língua] de um modo internamente motivado” (CHOMSKY, 1966, p. 47-48, apud GUIMARÃES, no prelo, cap. 3, seção 3.3).

Portanto, ao pensarmos em uma gramática e hipotetizarmos suas regras, essa gramática será capaz de gerar fracamente uma sequência. Para além disso, esperamos que essas regras sejam capazes de gerar fortemente, ou seja, que sejam capazes de gerar não apenas a sequência, mas também a descrição estrutural. Consideremos, então, a questão das relativas livres: se pensarmos em seu conceito, dizemos que ela é uma sentença relativa que não apresenta um

¹³ Outros exemplos também seriam possíveis. Guimarães (no prelo, cap. 3, seção 3.3) apresenta essas capacidades gerativas por meio de sentenças que são consideradas como estruturalmente ambíguas: essas sentenças apresentam a mesma sequência de palavras, mas estruturas diferentes. Um exemplo apresentado pelo autor é ‘Aline vendeu o carro rápido’ em que [rápido] pode ser considerado ou (i) como um sintagma adjetival adjunto ao sintagma nominal carro e, portanto, o carro é rápido, e não lento, ou (ii) como um sintagma adverbial adjunto ao sintagma verbal, [vendeu o carro], em que ‘rápido’ indicaria o modo como ocorreu a venda, ou seja, a venda ocorreu rapidamente. Nesse caso, o tratamento dado a essa ambiguidade é que a gramática gera fracamente ‘Aline vendeu o carro rápido’ e gera fortemente descrições estruturais que remetem ao que foi mencionado em (i) e em (ii).

antecedente nominal expresso adjacente, ou seja, esse antecedente não é foneticamente realizado. Dessa maneira, temos em nossa gramática a sequência gramatical em que esse antecedente não ‘aparece’, como em “Eu conheço quem foi ao show”. Ao pensarmos na descrição estrutural dessa sentença, ou seja, na geração forte dessa gramática, nossa pretensão é que não haja um antecedente adjacente a essa RL. E qual a razão de estarmos propondo esse rótulo de ‘fortemente livre’ para esse tipo de relativa?

As análises das RLs em PB que discutiremos aqui propõem, na descrição estrutural dessas sentenças, a existência de um núcleo nulo (um D nulo, uma P nula ou ainda um Adv nulo)¹⁴ que toma a RL como complemento, o que é viável pensando na capacidade gerativa fraca, visto que não haverá um antecedente foneticamente realizado (ou ainda, não realizado em PF (forma fonética)). No entanto, se pensarmos na capacidade gerativa forte, essa relativa livre não é ‘tão livre’ assim, pois há de certo modo um antecedente ali, mesmo que não realizado.

A proposta que estamos delineando neste trabalho vai de encontro a essas análises e pretende apresentar uma descrição estrutural em que o antecedente nominal adjacente não é expresso nem tampouco aparece representado por um núcleo nulo, uma elipse ou um *pro*, por exemplo. Dessa forma, podemos dizer que a relativa livre seria não apenas fracamente livre, mas também fortemente livre.

Chamamos a atenção para o fato de que estamos propondo uma nova estrutura, porém não estamos considerando que ela se refira a um fenômeno gramatical diferente, ou seja, o que estamos chamando de ‘relativa fortemente livre’ é o mesmo que os outros autores chamam de RL. Fazemos uso dessa terminologia com o intuito de deixar claro que, pela nossa análise, essas relativas seriam livres tanto no plano da capacidade gerativa fraca quanto no plano da capacidade gerativa forte.

Ressaltamos, no entanto, que, no estágio atual da pesquisa, não é possível afirmar que todas as RLs sejam relativas fortemente livres. Pode ser que existam as duas, as ‘relativas fortemente livres’ e as ‘relativas fracamente livres’, sendo que essas, ao contrário daquelas, poderiam ser melhor analisadas se considerarmos, por exemplo, a existência de um *pro* ou uma elipse. Essa possibilidade, porém, não invalida nossa discussão nem a terminologia que estamos adotando.

A nossa grande motivação para esse trabalho diz respeito ao fato de o fenômeno da relativização ser bastante produtivo em línguas naturais e, mesmo já tendo sido bastante

¹⁴ Raciocínio análogo se faz para propostas que afirmam haver uma elipse ou um *pro*, por exemplo, nesse tipo de construção.

explorado, permanece em grande parte incompreendido, requerendo maiores estudos. No trabalho inaugural do Programa Minimalista (PM), versão mais contemporânea (e mais ‘avançada’) da teoria Gerativo-Transformacional, tal ideia é reforçada por Chomsky (1995, pp. 242, 382) ao afirmar que:

Assim (sem surpresa) permanecem muitas perguntas em aberto, incluindo algumas que são bastante centrais para a linguagem. Por exemplo, nós ainda não temos uma boa teoria de estrutura sintagmática para assuntos simples como adjetivos atributivos, sentenças relativas e adjuntos de muitos tipos diferentes¹⁵ (CHOMSKY, 1995, p. 242, 382, tradução nossa).

Tendo isso posto, podemos apresentar quais são nossos objetivos neste trabalho.

O propósito central de nossa tese é assumir uma análise sintática em que as RLs possam ser consideradas como *fortemente livres* e mostrar que o mecanismo utilizado para isso não é restrito às RLs, mas sim que pode ser aplicado a outras construções correlatas, como as *sentenças adverbiais*.

Para que possamos alcançar essa meta, outros objetivos devem ser abordados. Em primeiro lugar, precisamos descrever as sentenças relativas, focando nas RLs, mas sem deixar de abordar as RNN. Com essa descrição, podemos discutir as propostas já feitas para essas sentenças.

Como afirmamos anteriormente, nossa análise é uma retomada da proposta de Gavioli-Prestes (2012). Neste trabalho, apresenta-se uma proposta de estrutura sintática que toma como base o trabalho de Kato & Nunes (2009). No entanto, essa análise merece ser melhor discutida e aprofundada, pois existem, por exemplo, outros tipos de RLs em que ela precisa ser aplicada. Há, também, certos aspectos técnicos que não foram plenamente discutidos nessa proposta. Portanto, nosso objetivo será também retomar esse trabalho e rediscutir os aspectos concernentes a ele.

A partir dessa retomada e de uma ampliação dessa análise, vamos aplicar nossa proposta nos diferentes tipos de RLs e nas RLs introduzidas por diferentes sintagmas-Q, como o quem, onde, como, quanto, o que.

Acreditamos que o mecanismo de adjunção utilizado nessa análise não seja exclusivo para RLs, mas sim que possa ser ampliado e aplicado em outras construções como sentenças adverbiais.

¹⁵ “so (unsurprisingly) many open questions remain, including some that are quite central to language. For example, we still have no good phrase structure theory for such simple matters as attributive adjectives, relative clauses, and adjuncts of many different types” (CHOMSKY, 1995, p. 242, 382).

Para demonstrar isso, focaremos, inicialmente, naquelas RLs introduzidas por quando e discutiremos a diferença entre ‘sentenças relativas’ e ‘sentenças adverbiais’. Em seguida, aplicaremos nossa proposta em sentenças adverbiais com as conjunções enquanto, porque e embora.

Esses objetivos estão também relacionados com nossas perguntas iniciais de pesquisa que são:

1. A análise de Gavioli-Prestes (2012) pode ser aplicada nos outros tipos de RLs?
2. A análise que será assumida consegue dar conta de todas as propriedades das RLs?
3. Ela pode dar conta da noção que estamos propondo aqui de ‘relativas fortemente livres’?
4. Ao pensarmos no quando, ele pode ser considerado apenas como um relativo ou ele pode ser considerado como uma conjunção? Em que construções há essa diferença e o que os distingue?
5. Essa proposta consegue dar conta de sentenças adverbiais com construções com as conjunções enquanto, porque e embora?

Para realizar este trabalho, teremos como suporte o quadro teórico da teoria Gerativo-Transformacional, seguindo tanto orientações pré-minimalistas quanto orientações do programa Minimalista¹⁶.

Esta tese está dividida em 5 capítulos.

Com o intuito de apresentar um panorama geral acerca das sentenças relativas, trazemos, no capítulo I, as noções gerais dessas sentenças. Dentre os aspectos abordados, apresentamos duas possíveis ‘teorias’ de análise para essas sentenças, a saber, *wh-movement* (ou movimento-Q ou movimento-wh) e *análise raising* (análise se alçamento). A primeira, *grosso modo*, trata as relativas que apresentam um pronome relativo como sendo adjuntas ao nome, enquanto a segunda, trata essas relativas como complementos de um determinante. Além disso, trazemos ainda outros aspectos relevantes das sentenças relativas, como a posição do antecedente nominal em relação à sentença encaixada, como se dá a referência entre esse antecedente e sua ‘codificação’ na sentença encaixada e o tipo de função exercida tanto pelo sintagma-Q na sentença matriz quanto por seu vestígio na encaixada. Levando em consideração que toda língua natural apresenta relativização e que esse processo pode ocorrer por meio de diferentes estratégias, apresentamos quais seriam essas possíveis estratégias e exemplificamos por meio

¹⁶ Ressaltamos que estamos assumindo *Bare Phrase Structure Theory*, de acordo com o capítulo 4 de Chomsky (1995). No capítulo II, intitulado Interlúdio, apresentaremos alguns aspectos relevantes dessa teoria para o que estamos discutindo nesta tese.

de dados de algumas línguas naturais. Em seguida, focamos nas estratégias exibidas no português brasileiro. Apresentamos também uma possível tipologia para as relativas. Consideramos que há uma tipologia semântica e uma sintática. Semanticamente, relativas podem ser restritivas, não restritivas ou maximizadas. Sintaticamente, elas podem ser do tipo relativa com núcleo nominal, relativa livre, relativa semilivre e relativa existencial. Por fim, trazemos algumas construções-Q, como exclamativas, interrogativas indiretas e clivadas, que são semelhantes, de alguma forma, às sentenças relativas, visto que os sintagmas-Q introdutores de relativas podem ser homófonos aos elementos que aparecem nessas sentenças estruturas.

O capítulo II apresentará algumas questões sintáticas relevantes para a discussão feita aqui, ou seja, todo o aparato técnico acerca do mecanismo de adjunção e da noção de *super c-comando* (cf. MAY, 1985, CHOMSKY, 1986; BARRIE, 2006); bem como os meios formais que possibilitam a múltipla atribuição de papel temático a um único SN (cf. HORNSTEIN, 1999, 2001; HORNSTEIN & POLINSKY, 2010). Além disso, vamos apresentar alguns dos pressupostos da *Bare Phrase Structure* (cf. CHOMSKY, 1994, 1995) que está sendo assumida aqui. Em relação ao c-comando, vamos assumir a seguinte definição: “A c-comanda B se e somente se A e B são distintos, A não domina B e toda categoria que domina A também domina B. A partir disso, verificaremos o epifenômeno do super c-comando que diz respeito a um c-comando entre termos mais encaixados. Os conceitos técnicos relevantes acerca de múltiplas atribuições de papel temático a um único SN serão explicitados ao longo do capítulo de modo compacto, remetendo o leitor às obras de referência.

O capítulo III sintetiza as abordagens feitas para as relativas com núcleo nominal no PB. Vemos inicialmente as estratégias existentes no PB, *padrão* e *não padrão*, com base em Tarallo (1983), Kato (1993), Kenedy (2014). Além disso, verificamos os possíveis sintagmas-Q que podem ocorrer nesse tipo de construção, como que, cujo, o qual, quanto, onde, como, quando. Por fim, observamos, brevemente, a proposta de Tarallo que defende que em relativas padrão há um pronome relativo, enquanto nas relativas não padrão há um complementizador. Em seguida, focamos na proposta de Kato & Nunes (2009), que propõe uma unificação para essas relativas de Tarallo e afirma que há pronome relativo tanto em relativas padrão quanto em relativas não padrão. Essa é a base da análise proposta nesta tese.

Já no capítulo IV, apresentamos e discutimos as propriedades e a tipologia das relativas livres. Vamos contrapor algumas das análises já feitas para elas, como a hipótese de base, a hipótese do Comp, hipótese do D-complemento e a hipótese da multidominância. Em seguida, apresentamos quatro análises já feitas para as RLs no PB, a de Marchesan (2008, 2012), de Medeiros Junior (2005, 2014), de Lessa-de-Oliveira (2008) e de Gavioli-Prestes (2012).

Tomando como base essa última proposta, trazemos nossa proposta para as RLs, com a qual pretendemos dar conta tanto da geração fraca quanto da geração forte dessas relativas, levando em consideração a discussão feita nesta introdução sobre isso.

Finalmente, no capítulo V, o que foi proposto no capítulo IV para as RLs introduzidas por quem, onde, como, quando, o que será estendido para construções correlatas. Para isso, comparamos o quando com o enquanto, por apresentarem certas semelhanças, como a noção de tempo envolvida nessas duas construções. Em seguida, apresentamos nossa hipótese de análise para as sentenças adverbiais introduzidas tanto pelo enquanto, quanto pelo porque e pelo embora.

Por fim, apresentamos as considerações finais sobre este trabalho, buscando relacionar o que discutimos ao longo da tese e responder as nossas perguntas iniciais de pesquisa. Traremos também algumas questões residuais do presente trabalho.

I - ASPECTOS GERAIS DAS SENTENÇAS RELATIVAS

I.0 INTRODUÇÃO

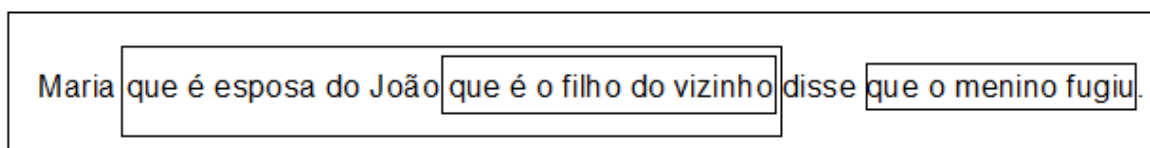
Como mencionado anteriormente, esta tese se propõe a investigar as questões sintáticas que envolvem as construções conhecidas como *relativas*, em especial, as *relativas livres*, com o intuito de dar conta da capacidade gerativa forte (cf. CHOMSKY, 1965) delas, e demonstrar que o mecanismo utilizado nessa análise pode ser estendido para outros fenômenos linguísticos.

Neste capítulo I, tomando como base dados não exclusivos do PB, traremos os aspectos gerais que envolvem a relativização com o intuito de dar a base necessária para realizarmos a proposta aqui traçada. Na seção 1, expomos algumas noções gerais acerca das sentenças relativas. Na seção 2, apresentamos a tipologia dessas sentenças e, em seguida, na seção 3, as estratégias de relativização possíveis. Na seção 4, discutimos as funções sintáticas que as sentenças relativas podem desempenhar. Na seção 5, expomos algumas construções-Q que podem ser comparadas com as relativas. Por fim, na seção 6, apresentamos as considerações finais referentes a esse capítulo.

I.1 RELATIVAS: NOÇÕES GERAIS

Uma das propriedades das línguas naturais é o que chamamos de *recursividade sentencial* que consiste na inserção de uma oração dentro de outra oração, resultando em um número potencialmente ilimitado de encaixamento sucessivo de sentenças. Uma das formas de esse encaixamento se dar é por meio da relativização. Vejamos a sentença ‘Maria que é esposa do João que é o filho do vizinho disse que o menino fugiu’ representada a seguir.

(01) a.



b. Maria [que é esposa do João [que é o filho do vizinho]] disse [que o menino fugiu].

α

β

γ

Em (01), temos a mesma sentença sendo apresentada por meio de um diagrama, em (01a), e de parênteses, em (01b). Nela, há o encaixamento de uma sentença em outra, sendo que α e β são sentenças encaixadas por relativização. Encaixada no sujeito da oração matriz está α e β está encaixada em João, que é complemento nominal do predicativo do sujeito da sentença α , a saber esposa. Já a sentença γ apresenta um encaixe por complementação, pois está em posição de objeto direto do verbo da sentença matriz. Quando o encaixamento é por complementação, temos a sentença saturando uma das posições argumentais do verbo da oração matriz, neste caso, o verbo dizer. Já no encaixamento por relativização, como em α e β , temos um constituinte dentro da oração subordinada, o qual, de alguma forma, remete a um constituinte nominal da sentença matriz (ou, em outros termos, é interpretado relativamente a ele).

As orações relativas apresentam propriedades de ordem sintático-semântica e são conceituadas, segundo o modelo Standard, como sentenças encaixadas em um sintagma nominal (NP/DP¹⁷), por meio de um pronome relativo que tem a mesma denotação desse DP que ‘hospeda’ a oração relativa, para que as exigências das sentenças matriz e encaixada sejam cumpridas. Essas sentenças são tomadas, por esse modelo, como CPs que estão em uma relação de adjunção com o sintagma nominal da matriz. Esse constituinte nominal é conhecido também como *núcleo da relativa* ou como *antecedente*. Para uma melhor compreensão, vejamos o exemplo em (02).

(02) [[DP O carro] [CP **que** comprei _____]] custou muito caro.



Temos em (02) a sentença relativa [que comprei] que aparece em posição de adjunto nominal, pois está adjungida ao constituinte [o carro], que é um DP. Esse constituinte, [o carro], é o sujeito de custou na sentença matriz¹⁸. Já o pronome relativo [que], que denota o mesmo que é denotado por [o carro], exerce a função de objeto direto de comprei na sentença encaixada¹⁹. Dessa maneira, as exigências das duas sentenças são cumpridas.

¹⁷ Ao longo desta tese, seguiremos uma visão mais contemporânea do sintagma nominal (NP), pós-hipótese-DP (ABNEY, 1987) e por isso vamos nos referir a ele como DP.

¹⁸ Apenas por uma questão expositiva, estamos considerando aqui apenas o elemento “essencial” do sujeito, a saber [o carro]. O sujeito, a rigor, é [o carro que comprei], sendo que o constituinte [que comprei] pode ser visto como um termo “acessório”.

¹⁹ Estamos considerando aqui o sintagma-Q que como um pronome relativo, seguindo a proposta de Chomsky (1977). Estamos cientes de que há análises que irão considerar tal sintagma-Q como um complementizador.

As orações relativas apresentam o que é chamado de *lacuna da relativa*. No caso em discussão, temos o movimento do sintagma-Q da posição de argumento interno de comprei para a periferia inicial do CP subordinado, deixando uma ‘lacuna’ (tecnicamente, um vestígio coindexado) na posição original. Essa é a ideia que vamos assumir, por ora. No entanto, vale ressaltar que como se dá esse processo de relativização e o que há na ‘lacuna’ são aspectos que são discutidos pelas diferentes propostas feitas para as sentenças relativas.

Semanticamente, seguindo as ideias de Chierchia (2003, p. 339 -340), temos que

as lacunas das orações relativas correspondem aos marcadores de lugar ou variáveis (que são um modo de marcar uma posição numa relação mediante indivíduos escolhidos arbitrariamente); os pronomes relativos correspondem ao processo que denominamos abstração conjuntista (um modo de formar classes a partir das condições que seus elementos devem satisfazer). As sentenças normalmente são associadas a valores de verdade, mas esse não é o caso das orações relativas: elas denotam classes. Portanto, torna-se necessário achar um mecanismo para passar do valor semântico normal das sentenças para aquele de que precisamos para poder usá-las na função de modificadores. Esse mecanismo é o operador de abstração. Eis a semântica das orações relativas.

Dessa maneira, temos:

- (03) que comprei *e*
 {x: comprei x}

Em (03), [que comprei (*e*²⁰)] corresponde a “que comprei *x*”, sendo *x* a variável que representa o que foi comprado, e [que] corresponde ao operador de abstração {*x*:...}. Pensando em uma semântica calcada na teoria de conjuntos, o significado de uma oração relativa pode ser calculado a partir da interseção de o conjunto das coisas que comprei e de o conjunto das coisas que custaram muito caro, estabelecendo-se assim uma relação semântica entre as denotações dos constituintes que instanciam sintaticamente esses conjuntos.

Em relação aos pronomes relativos que podem encabeçar uma sentença relativa em português, temos tradicionalmente os seguintes pronomes: que, quem, o que, cujos (e suas flexões), o qual (e suas flexões), onde, quando, como e quanto. Vale ressaltar que, a depender do tipo²¹ de relativa, podemos encontrar pronomes relativos diferentes. Na próxima seção, trataremos da tipologia das relativas e verificaremos como se dá a distribuição desses pronomes

²⁰ Entenda-se *e* como lacuna. Esse *e* é do inglês *empty*, vazio, em referência à categoria vazia, muitas vezes também referida como *ec*, uma notação genérica/neutra que, a depender do caso, pode corresponder a um vestígio de movimento, a um pronome silencioso (*pro*), a uma elipse etc.

²¹ Estamos considerando aqui a ocorrência dos sintagmas-Q em relativas com núcleo nominal em oposição aos que ocorrem em relativas livres. Na seção 2, verificaremos a tipologia das relativas e apresentaremos essa questão com mais propriedade.

relativos. Por ora, o que nos interessa é apenas relatar quais são sintagmas-Q que encabeçam as relativas que estamos discutindo.

Ao pensarmos sobre a estrutura sintática dessas sentenças, veremos que há diferentes propostas que podem ser assumidas.

As relativas têm sido objeto de estudo de sintaticistas de orientação gerativista desde o início da década de 60, principalmente, por conta da ideia de *transformações* proposta por Chomsky (1955, 1957). Lees (1960 apud KENEDY, 2014, p. 13), por exemplo, é tido como um dos primeiros trabalhos que abordam essas sentenças. Desde então, novos trabalhos e reflexões sobre as relativas têm sido realizados por inúmeros linguistas ao redor do mundo, inclusive sob perspectivas teóricas diferentes do gerativismo, por exemplo.

Além disso, com o advento de inovações teóricas e analíticas, as abordagens formais dessas sentenças sofreram modificações e novas propostas foram sendo elaboradas. Nesta tese, vamos abordar duas dessas abordagens: a análise *wh-movement* (*análise de movimento-Q*) e a análise (de) *raising* (i.e. alçamento do DP antecedente, ou seja, ele se move de dentro da própria oração relativa para uma posição localmente externa a ela). Ressaltamos que as duas abordagens envolvem movimento, porém de naturezas distintas. Elas tanto tomam como ponto de partida estruturas diferentes quanto geram estruturas diferentes.

Esses dois modelos pertencem ao quadro teórico da teoria gerativa transformacional, mas assumem algumas ideias diferentes um do outro. Com alguns trabalhos precursores desenvolvidos na década de 60, a análise de *wh-movement* tornou-se canônica no modelo conhecido como Teoria Padrão ou Standard, e se consolidou na década de 70 com o trabalho de Chomsky (1977). Essa obra apresenta a regra geral do movimento do sintagma *wh* (por isso o nome *wh-movement*), aqui chamado de sintagma-Q. A relativização nesse caso se daria pela adjunção de uma sentença (CP) a um sintagma nominal (na época, concebido como NP²², e hoje como DP).

Segundo Chomsky (1977, p. 87), orações relativas são CPs que possuem um elemento-*wh* – referente à expressão N relativizada. Esse *wh*-, no caso, um *pronome relativo*, é gerado numa posição argumental no domínio do IP (sintagma flexional, do inglês *inflectional phrase*), de onde sofre regra de movimento para o início da relativa, na posição sintática de spec-CP (especificador do CP). (...) A generalização de Chomsky mostrou-se muito importante para a teoria linguística porque era capaz de reunir, sob uma única descrição, orações interrogativas com elemento-*wh*, orações relativas restritivas, orações relativas apositivas, topicalizações, clivadas, coordenadas comparativas, entre outras estruturas sintáticas (KENEDY, 2014, p. 15).

²² Após a hipótese DP de Abney (1987), passamos a considerá-lo como um DP.

Portanto, nesse modelo, o pronome relativo seria gerado em um VP que está dentro do IP encaixado e se moveria para a posição de especificador de CP, deixando, assim, um vestígio em IP. Esse sintagma-Q seria correferente ao sintagma nominal da sentença matriz, sendo que a sentença encaixada está em posição de adjunto. Teríamos então uma representação como a que vemos em (04)²³.

(04) [DP/NP [DP/NP ALVO]_i [CP *wh_i* [IP ... t_i ...]]]

Algumas características que assumimos hoje para as relativas, como a ideia de haver uma lacuna, o fato de nessas estruturas serem possíveis relações de longa distância e de relativas serem consideradas como ilhas fortes²⁴ já começam a aparecer nessa época.

A segunda abordagem, a análise *raising*, de acordo com Kenedy (2014, p. 21), surge com Brame (1968), mas se consolida na década de 70 com os trabalhos de Schachter (1973), Vergnaud (1974) e Brame (1976).

A hipótese *raising* assumia que a relativização envolveria apenas uma expressão N, que seria deslocada de uma posição dentro do IP da oração relativa para fora desse domínio, adjungindo-se a um constituinte determinante, que Brame denominava “Art” (artigo). (...) as etapas da transformação *raising* (...):

A transformação relativa no embrionário modelo *raising* (anos 1960/1970)

a) oração não relativa: [o impressionou a todos]

b) oração relativa: [argumento que Paulo apresentou]

c) adjunção: [o [argumento que Paulo apresentou] impressionou a todos]

d) *raising* do N-alvo: [o argumento_i [t_i que Paulo apresentou] impressionou a todos] (KENEDY, 2014, p. 21).

Portanto, “*raising*, especialmente, significa alçamento do sintagma alvo da relativização” (KENEDY, 2014, p. 22).

²³ Em Chomsky (1977), encontramos NP, pelo fato de que ainda não havia o conceito de DP tal como proposto por Abney (1987). Em termos atuais, considerando que há um DP, tanto DP quanto NP podem ser candidatos possíveis para o encaixe da sentença relativa. Inclusive, há propostas que distinguem dois tipos de relativas, as restritivas e as não-restritivas, de acordo com o encaixe, se em NP ou em DP, respectivamente (cf. DEMIRDACHE, 1991, p. 109).

²⁴ A noção de *ilha* está vinculada à impossibilidade de um movimento-wh em certas construções sintáticas e, portanto, à não-extração de constituintes de dentro de certos domínios para fora deles (ROSS, 1967). No paradigma a seguir, temos em (ia) uma sentença relativa [quem comprou o que] de onde não podemos extrair o constituinte [o que] e movê-lo para a posição mais alta, a de [spec,CP] da sentença matriz, como vemos pela agramaticalidade de (ib).

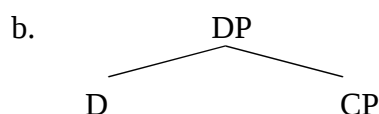
(i) a. O menino conhece [quem comprou [o que]].

b. *[O que]_i o menino conhece [quem comprou []_i].

Construções sintáticas como *sentenças relativas* e *NPs complexos* não permitirem esse tipo de extração. Além disso, temos ainda que *sujeitos* e *adjuntos* também são considerados ilhas. A agramaticalidade resultante da extração de um constituinte de uma ilha ocorre porque há a violação da condição de subjacência proposta em Chomsky (1986, p. 30) que remete à impossibilidade de um elemento fronteira atravessar mais de um nóculo, como DPs e CPs, no caso do PB.

Schachter (1973, p. 24, apud KENEDY, 2014, p. 22) e Brame (1968) se aproximam de alguma forma entre si ao proporem que as relativas exerceriam a função de complemento de um determinante. No entanto, é a partir de Kayne (1994) que passamos a ter, de forma mais desenvolvida, a ideia de um D (determinante) tomando um CP como complemento. Assim sentenças relativas seriam descritas como [_{DP} D CP], como temos em (05), e não como adjuntos de NP/DP como na análise *wh-movement*.

(05) a. [_D [_{CP} ALVO_i [_{IP} ... t_i ...]]]



c. [a [_{CP} menina_j [_{DP} que t_j]]_i [_{IP} t_i comprou um carro]] ama Pedro.

d. *[O que]_j a menina que comprou [t]_j ama Pedro.

Como exemplo de possíveis argumentos para esse tipo de estrutura, Kenedy (2014, p. 28) apresenta dados do PB em que a estrutura só é gramatical se o determinante é seguido de uma relativa, como vemos nos dados de (06) a (09), baseados em Schmitt (2000, p. 311-12)²⁵.

(06) a. [*eu comprei o tipo de pão]

b. [eu comprei o tipo de pão de que você gosta]

(07) a. [*Maria pesa os 45 quilos]

b. [Maria pesa os 45 quilos que Suzana quer pesar]

(08) a. [*João pintou a casa com a cor]

b. [João pintou a casa com a cor que sua namorada sugeriu]

(09) a. [*Pedro comprou o carro com o motor]

b. [Pedro comprou o carro com o motor que ele queria]

Em (06), temos a expressão tipológica, [o tipo de pão]. Em (07), temos a expressão de medida, [os 45 quilos]. Em (08), temos uma expressão resultativa, [com a cor]. E por fim, em (09), temos a expressão “com”, [com o motor]. Nesses exemplos, só há gramaticalidade em (b), pois há ali uma cláusula relativa, ou seja, um CP relativo, como vemos, respectivamente, em de

²⁵ Schmitt (2000) retoma algumas das observações de Schachter (1973) sobre palavras como *way*, *kind* que não podem ser determinadas por *a/the*, visto que esses determinantes deveriam selecionar CP e não NP (cf. KENEDY, 2002, p. 46, 48).

que você gosta, que Suzana quer pesar, que sua namorada sugeriu e com o motor que ele queria. Na ausência desse elemento, há agramaticalidade, como vemos em (a).

A análise *raising* também dá conta das generalizações propostas por Chomsky (1977, p. 86) para as relativas, a saber: uma sentença relativa deve: (i) exibir uma lacuna, como vemos em [_{IP} *t_i* comprou um carro], em (05c); (ii) ser considerada uma ilha e, portanto, não permitir a extração de um constituinte, como se verifica na agramaticalidade de (05d); e (iii) exibir relações de longa distância.

A *análise de movimento* e a *análise de alçamento* são duas análises possíveis e bastante recorrentes no que concerne os estudos das sentenças relativas. Essas análises serão retomadas em alguma medida nos capítulos III e IV.

Toda proposta de análise para sentenças relativas deve ser capaz de responder aos seguintes aspectos relevantes para esse tipo de estrutura: (i) a posição do antecedente nominal em relação à sentença encaixada; (ii) como se dá a referência entre o antecedente nominal e sua ‘codificação’ na sentença encaixada (iii) o papel exercido pelo sintagma-Q na sentença matriz e na sentença encaixada (através do seu vestígio).

Veremos, a seguir, como esses aspectos podem ser verificados nas línguas naturais.

Em relação à posição do núcleo, encontramos pelo menos três formas de ocorrência: *núcleo inicial*, *núcleo final* e *núcleo interno*. Em línguas como português e inglês, por exemplo, há relativas do tipo *núcleo inicial*, como vemos em (10). Já em línguas como japonês e mandarim, temos *núcleo final*, como podemos verificar no exemplo do mandarim em (11). Já em (12), temos a relativa de *núcleo interno*, como vemos no Tibetano²⁶. O que é interessante observar é que em Tibetano, por exemplo, não há nem um nem outro após o antecedente. Nos exemplos de (10) a (12), o antecedente nominal de cada sentença está sublinhado e o que aparece após ou antes dele é ou o pronome relativo ou o complementizador.

- (10) a. [_{DP} As roupas que eu adorei] são caras.
 b. [_{DP} The clothes that I like] are expensive.
- (11) [Wo xihuan de yifu] hen gui
 I like PR²⁷ clothing very expensive
 ‘The clothes I like are expensive’.

²⁶ Os exemplos de (06) a (12) foram retirados de <<http://www.linguistics.hku.hk/program/Typology7.html>>.

²⁷ Pronome Relativo.

- (12) [PeemE thep khii-pa] the nee yin
 Peem.Erg book carry-Part the I.Gen is
 ‘The book Peem carried is mine’

Em (10a), após o antecedente nominal, temos o que, o qual pode ser considerado ou pronome relativo ou complementizador, dependendo da análise assumida. No português, há homofonia entre o sintagma-Q e o complementizador, diferentemente do inglês em que that, como em (10b), é o complementizador, enquanto o pronome relativo seria o which, por exemplo. Já em (11), o pronome relativo é anterior ao antecedente nominal.

Em relação à codificação do antecedente na encaixada, nós temos o que chamamos de estratégias de relativização. Em geral, todas as línguas apresentam essas estratégias de relativização. Na seção I.3, retomaremos a discussão acerca das estratégias de relativização em relação ao PB. Por ora, a seguir, descrevemos essas estratégias por meio de dados de outras línguas também, não apenas do português.

Uma das estratégias de relativização é a *estratégia de lacuna* em que há apenas a presença de uma ‘lacuna’ – não há nem pronome relativo nem complementizador – como temos, por exemplo, no japonês, em (13), e no inglês, em (14).

- (13) Hanako-ga [[Taroo-ga __ tukutta] susi-o NP] tabeta.
 Hanako-Nom Taroo-Nom made sushi-Acc ate
 ‘Hanako ate the sushi that Taroo made’.
- (14) [NP The movie [we saw __ last week]]

Uma outra estratégia possível é a *estratégia do pronome lembrete*, que consiste no preenchimento da lacuna com algum item foneticamente realizado. Ela é encontrada em línguas como o hebraico, em (15). No PB, ela também ocorre como veremos na seção I.3.

- (15) ha-ish_i [she-hu_i meod xaxam].
 the-man that-he very smart
 ‘The man who is very smart’

A *estratégia do pronome relativo* é encontrada em línguas como o tcheco, em (16).

(16) Jan videl [_{NP} toho muzei, [kterebo_i to devce uhodil _]].

John saw that man whom that girl hit

‘John saw the man whom the girl hit’

Em (16), hipotetiza-se a presença de um antecedente nominal, [muze], e de um sintagma-Q, [kterebo], mas aqui não haveria uma lacuna, como se hipotetiza para o português brasileiro, por exemplo.

Por meio dessa exposição simplificada, apresentamos algumas das estratégias que podem ser verificadas em línguas naturais. Há desdobramentos de cada uma delas e certas peculiaridades em relação a uma ou outra.

Nosso intuito é trazer outras reflexões acerca disso nas próximas seções, focando principalmente em dados do PB.

Reiteramos que as estratégias de relativização do PB serão retomadas adiante, na seção 3.

Em relação às posições que as sentenças relativas ocupam, como veremos na seção 4, temos a de argumento interno e externo do verbo, de adjunto e de predicativo.

O processo da relativização é, portanto, um fenômeno linguístico amplamente estudado nas mais diversas línguas e bastante discutido por diferentes autores e teorias. Em relação ao português, há trabalhos sobre as relativas em suas diferentes variedades. Nesta tese, nosso olhar estará voltado para o português brasileiro (PB). Em relação ao PB, foram realizados inúmeros trabalhos sobre esse fenômeno, dentre os quais destacamos o de Tarallo (1983), Kenedy (2003, 2007), Medeiros Junior (2005, 2014), Kato & Nunes (2009), Marchesan (2008, 2012) e Gavioli-Prestes (2012).

I.2 TIPOLOGIA DAS RELATIVAS

A partir de características que as relativas expressam, passamos a ter diferentes tipos. Ribeiro (2009) apresenta, com base em outros trabalhos, a seguinte tipologia para as relativas: (i) relativas restritivas e não restritivas; (ii) relativas livres e semilivres; (iii) relativas existenciais.

Levando em consideração características semânticas, as relativas com núcleo nominal²⁸ (ou seguindo a nomenclatura abordada pela autora *relativas com vestígio e pronome relativo*), podem ser *restritivas* ou *não restritivas*²⁹, como em (17).

- (17) a. Os alunos que passaram de ano viajaram.
b. Os alunos, que passaram de ano, viajaram.

Em (17), a relativa [que passaram de ano] modifica o sintagma nominal sujeito da sentença matriz. Por conta da curva entoacional existente em (17b), ela é marcada na escrita pelo uso de vírgulas. Em (17a), temos uma relativa restritiva, visto que o sintagma nominal só pode ser identificado ao levarmos em consideração a relativa, ou seja, nela há um conjunto (no caso, o conjunto dos alunos) e a relativa seleciona desse conjunto apenas aqueles que passaram de ano, dessa forma, somente os que passaram de ano viajaram. Já em (17b), temos uma relativa não restritiva, visto que a relativa é apenas uma informação adicional em relação ao sintagma nominal, ou seja, todos os alunos do domínio discursivo em questão viajaram e todos eles passaram de ano.

Para compreender melhor essas relativas, vejamos a seguinte paráfrase. Em uma sala de aula, há 40 alunos que receberam a proposta de uma viagem. Um dos pais questionou quem foi à viagem. No contexto de (17a), só viajaram aqueles que passaram de ano, o que pressupõe que alguns não passaram. Por conta disso essa sentença é chamada de restritiva. Já em (17b) temos que todos passaram de ano e todos viajaram, visto que a relativa aqui não está restringindo quais foram os alunos que viajaram, mas sim dando uma informação a mais dizendo que todos eles passaram de ano. Portanto, para uma pergunta como “Quem viajou?”, temos como resposta “Os alunos que passaram de ano”, no caso de (17a), e “Os alunos”, no caso de (17b).

Grosu & Landman (1998, p. 126) afirmam que há sentenças relativas, como as *degree relatives* (*relativas de grau*), *realis and irrealis relatives* (*relativa realis e irrealis*), *internally headed relatives* (*relativas com núcleo interno*), *correlatives* (*correlativas*), que não se encaixam em uma leitura semântica nem restritiva nem não-restritiva (apositiva). O que os autores verificaram é que tais relativas exibem uma leitura de *maximização* (cf. GROSU & LANDMAN, 1998 e GROSU, 2002) que nada mais é do que uma leitura de um conjunto único de

²⁸ Reiteramos que, dependendo da teoria assumida, essas relativas apresentariam um complementizador e não, necessariamente, um pronome relativo.

²⁹ Encontramos na literatura as não-restritivas sendo nomeadas também como *apositivas* e como *explicativas*.

indivíduos em que há um indivíduo plural máximo. Essa leitura será melhor explorada no capítulo IV ao tratarmos da semântica das RLs.

Um outro tipo de relativa exposto pela autora é aquele que chamamos de *relativa livre* ou *relativa sem antecedente*. Esse é o tipo de relativa que mais nos interessa aqui nesta tese e, por conta disso, vamos apresentá-la com mais propriedade no capítulo IV. Por ora, vamos traçar aspectos mais gerais sobre ela.

A relativa livre é um tipo de relativa que não apresenta um antecedente nominal explícito, diferentemente do que temos na relativa conhecida como *relativa com núcleo nominal*. Vejamos o exemplo a seguir:

(18) [O que comprei] custou muito caro.

Na sentença acima, temos a sentença [o que comprei] como uma sentença encaixada na matriz e exercendo função de argumento externo do verbo custou, no entanto, não há um núcleo nominal adjacente explícito ao qual o sintagma-Q (a saber, [o que]) da sentença encaixada esteja associado. Por conta dessa propriedade, essa sentença é chamada de *relativa livre* (RL).

O ponto importante acerca dessa sentença em (18) que merece atenção é o fato de que não temos aqui um caso de elipse de núcleo de NP, como encontramos em ‘o carro que você comprou custou barato, mas o que eu comprei custou muito caro’ e em ‘sua namorada é alta, mas a que o Pedro beijou era mais alta ainda’. Os termos [o que] e [a que] nessas sentenças não são pronomes relativos. A confusão potencial vem de uma homofonia entre o pronome relativo [o que] e um fragmento da sequência terminal que pode ocorrer em casos de elipse do núcleo de NP.

Uma outra característica desse tipo de sentença é a possibilidade de ser parafraseada em uma relativa com núcleo nominal (RNN). Portanto, (18) poderia ser parafraseada como (19).

(19) A coisa que comprei custou muito caro.

Esses dois tipos de relativas se diferem em alguns aspectos. O primeiro deles, já mencionado, está relacionado ao constituinte relativizado que está presente nas relativas com núcleo nominal e ausente nas relativas livres. Essa ausência é explicada por certas análises como relacionada à ‘idiossincrasia’ desse tipo de relativa: o antecedente é ‘incorporado’ pelo sintagma-Q que a encabeça. Portanto, não é qualquer sintagma-Q que pode estar presente nessas relativas. De acordo com a literatura sobre o assunto, como Móia (1992 e 2001) e Marchesan

(2008), nas RNN podemos encontrar o que, o qual (e suas flexões), cujo (que são sintagmas-Q não especificados), quem, o que, quando, onde, como, e quanto (que são sintagmas-Q especificados); já nas RLs encontramos quando, quem, o que, onde, como e quanto, pois esses sintagmas-Q especificados (como mencionamos anteriormente) incorporam, respectivamente, o núcleo nominal ‘momento, pessoa, coisa, lugar, modo e quantidade³⁰’ e, por essa razão, diz-se que eles são *especificados*.

O segundo aspecto que caracteriza tais sentenças é a posição sintática preenchida por elas. As relativas livres podem aparecer em posição de adjunto a VP, de argumento de V ou de predicativo (do sujeito ou do objeto), mas nunca de adjunto adnominal. Voltaremos a essa questão na seção 4.

As relativas livres apresentam também subtipos. No quadro a seguir, ilustramos a tipologia das RLs de acordo com Marchesan (2012, p. 17) e apresentamos um exemplo de cada um desses tipos.

Tipos e Subtipos de Relativas Livres para Marchesan (2012)	
Relativa Livre	(a) João comeu [o que a Maria cozinhou].
Relativa Livre Transparente	(b) Ele cozinhou [o que parecia ser um prato exótico].
Relativa Livre não-indicativas Subjuntiva Infinitiva	(c) João tem [quem cozinhe o jantar para ele]. (d) João não tem [o que cozinhar para o jantar].
Relativa Livre de adjunto livre	(e) [O que quer que o João cozinhe] ele ganhará o concurso.
Comparativa	(f) João comeu mais d[o que a Maria (comeu)].

Quadro 1: Tipos de RLs para o PB segundo Marchesan (2012)

No capítulo IV, retomaremos essa subdivisão e esses exemplos para fazermos uma discussão mais pormenorizada deles.

A *relativa semilivre* (RSL), segundo Ribeiro (2009, p. 189), é a que ocorre com a forma o que e suas variações morfológicas. O antecedente é um nome nulo e o o concorda em gênero e número com ele, como em (a). Nesse tipo de relativa, podemos encontrar também alguns demonstrativos, como esse ou aquele. Em (b), trazemos um exemplo com o pronome demonstrativo esse.

³⁰ Esses autores mencionam o núcleo nominal como sendo *quantia*. Preferimos utilizar o termo *quantidade* à *quantia* por conta de que o quanto pode ser usado tanto em relação à quantia monetária, quanto para se referir a graus de magnitude ou a cardinalidades de coisas.

- (20) a. A que comprou o carro foi a vizinha do Seu Manuel.
 b. Esses que roubaram o carro fugiram cedinho.

Ressaltamos aqui a comparação entre uma RL e uma RSL encabeçadas pelo pronome relativo [o que]. Quando temos uma RL, ele fica invariável, já quando há uma RSL, existe concordância. Vejamos os exemplos abaixo retirados de Ribeiro (2009, p. 189).

- (21) a. *O que* eu li foi estas revistas.
 b. *As que* eu li foram estas revistas.

Em (21a), temos uma RL, pois o, em o que, e estas revistas não concordam. Ao contrário de as e estas revistas, em (21b), em que se verifica a concordância e por isso dizemos que estamos frente a uma RSL.

O último tipo de relativas que Ribeiro (2009, p. 190) apresenta é a *relativa existencial*³¹ que ocorre em dados com o ter indicando existência ou posse, como em:

- (22) *Tem* um cara ni Planalto *que* é deputado lá.

A autora menciona a possibilidade de um *ter* que varia entre indicar posse ou indicar existência, como em (23).

- (23) *Tem* um *que* é pai de família...

A partir dessa exposição, pudemos observar uma possível tipologia das relativas. Com o intuito de uma separação mais clara, vamos definir, por ora, como sendo tipos de relativas: segundo os aspectos semânticos, temos as restritivas, não-restritivas e as maximizadas. Sintaticamente, teríamos as relativas com núcleo nominal, relativas livres, relativas semilivres e relativas existenciais.

Nos capítulos seguintes, faremos uma exposição pormenorizada de apenas dois tipos de relativas: as relativas com núcleo nominal, no capítulo III; e as relativas livres, no capítulo IV, como já havíamos adiantado. Verificaremos, inclusive, subdivisões possíveis de existir nesses

³¹ Os exemplos em (22) e em (23) são de Ribeiro (2009, p. 190). Ressaltamos que esses dados foram coletados em comunidades rurais afro-brasileiras isoladas ao serem produzidos por seus membros.

dois tipos. A intenção aqui é situar o leitor em relação às possibilidades e advertir que não vamos discutir todos os tipos de sentenças relativas.

I.3 ESTRATÉGIAS DE RELATIVIZAÇÃO

Como vimos, a relativização consiste no estabelecimento de “uma relação de correferencialidade entre um dos constituintes da oração subordinada e esse sintagma nominal da oração matriz” (NEGRÃO, 1994, p. 1036). A maneira como a relativização ocorre é paramétrica e, portanto, varia de uma língua natural para outra.

A partir da observação de línguas de diferentes famílias linguísticas, Keenan e Comrie (1977, 1979, apud RIBEIRO, 2009, p. 191) afirmam que para que uma oração relativa seja formada, há certas restrições universais que precisam ser levadas em consideração, e que, por isso, podem ser definidas como base três estratégias de relativização, a saber: (i) a estratégia da *lacuna*; (ii) a do *pronome resumptivo*; e (iii) a do *pronome relativo*. A partir delas, reflexões podem ser feitas e novas estratégias podem ser consideradas.

O trabalho seminal de Tarallo (1983) traz os resultados de sua pesquisa acerca dessas estratégias e o autor conclui que essas três estratégias ocorrem no PB. Para o autor, temos então as *relativas do tipo padrão DP ou PP* (que utilizam a estratégia primária do português que apresenta um sintagma-Q e uma lacuna) e as *relativas do tipo não-padrão* (que utilizam a estratégia do pronome resumptivo, a estratégia cortadora ou estratégia *preposition stranding*). Vejamos o paradigma a seguir.

- (24) a. Encontrei [o livro]_i **que** eu queria *e_i*.
 b. Encontrei [o livro]_i de **que** eu gosto *e_i*.
 c. Encontrei [o livro]_i **que** eu gosto d[ele]_i.
 d. Encontrei [o livro]_i **que** eu gosto Ø_i.
 e. Encontrei [o livro]_i **que** não vivo sem *e_i*.

De acordo com Tarallo (1983), temos em (24a) a relativa conhecida como *padrão DP*, que é encabeçada por um pronome relativo DP e apresenta um vestígio coindexado a esse DP situado na posição de onde o pronome foi movido. Ao contrário de (24a), em (24b), (24c) e (24d) temos um PP relativizado. Nesses casos, temos em (24b) uma *relativa padrão PP* (ou

relativa padrão pied-piping), enquanto em (24c) e em (24d), temos *relativas do tipo não-padrão*, e, para o autor, nessas relativas não há um pronome relativo, o que há é um complementizador.

As sentenças em (24c) e (24d) envolvem um *pronome resumptivo*, que pode ser manifesto ou nulo. Em (24c), temos [ele] que é o pronome resumptivo manifesto, também chamado de *pronome lembrete*. É interessante observar que resumptivo não ocorrem em sentenças com o qual, por exemplo. Uma sentença como ‘Encontrei o livro o qual eu gosto dele’ não é legítima.

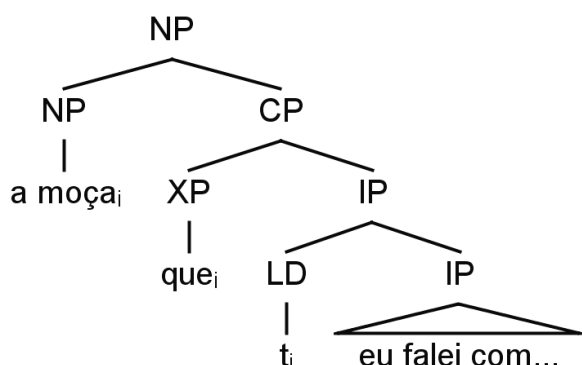
Já em (24d), há o que o autor chama de *relativa cortadora*. Nesse tipo de relativa, o pronome resumptivo é nulo e há o apagamento da preposição que estava ‘relacionada’ a ele, provavelmente em decorrência do apagamento (elipse) de todo o PP que continha também o resumptivo. Em (24e), temos uma relativa formada via *preposition stranding*, que nada mais é do que a preposição, nesse caso, sem, que permanece *in situ*, ou seja, não há o movimento de todo o PP.

Kato (1993) traz uma discussão acerca dessa proposta de Tarallo (1983) e apresenta uma nova análise para as sentenças relativas restritivas do português. A autora propõe uma única estratégia de relativização por meio da qual seria possível derivar os três tipos de relativas, sendo que em todas haveria o pronome relativo. Para isso, a autora assume a ideia de *left dislocation* (deslocamento à esquerda³²) (LD) que, para ela, é uma construção bastante produtiva no português. A construção de LD ativaria uma posição sintática que estaria em posição de adjunção ao IP da relativa. O que, então, seria sempre um pronome relativo (e não um complementizador³³) que se originaria em LD (i.e. deslocado à esquerda, em adjunção a IP) e receberia caso *default* ali. Esse pronome, na sequência da derivação, vai se mover para a posição de especificador de CP. Vejamos, a seguir, em (25), a seguinte representação sintática da proposta de Kato (1993, p. 228) para a sentença [a moça [_{CP} que_i [[_{LD} t_i] eu falei com ela_i] ontem]].

³² Ou DE.

³³ Na literatura, podemos encontrar também ‘complementizador’ como ‘complementador’.

(25) Representação sintática³⁴ pela hipótese de LD para Kato (1993)



Portanto, para a autora, o pronome relativo não seria gerado no interior de IP como a análise de *wh-movement* previa. Ele nasce na posição de LD (ou DE) e depois se move para spec-CP. Desse modo, para a autora, haveria uma proposta mais uniforme para as relativas, visto que em todas teríamos um pronome relativo e não ora um pronome relativo ora um complementizador como a proposta de Tarallo (1983) previa.

É relevante, então, levarmos em consideração a diferença entre esses introdutores de sentenças relativas, a saber, os *relativizadores* e os *complementizadores*. Como vimos, Tarallo (1983) diferencia relativas padrão e não-padrão pela presença de um pronome relativo ou de um complementizador, respectivamente. Essa diferença é crucial para a compreensão das relativas e, por conta disso, frequentemente, os autores que as estudam apresentam tal questão. Kayne (1994, p. 87), por exemplo, traz essa discussão para o inglês, assim como Tarallo (1983) e Kato (1993) o fazem para o português.

Os complementizadores são invariáveis e, por conta disso, não realizam nenhum tipo de concordância. Já os relativizadores apresentam relação de concordância de traços-phi (gênero, número, animacidade etc.) entre eles e o sintagma nominal da sentença matriz, além disso podem apresentar flexão de caso (RIBEIRO, 2009, p. 197).

No inglês, essa distinção nos salta aos olhos, como podemos verificar a partir dos exemplos de Kayne (1994), mas não no português como podemos ver no quadro a seguir.

³⁴ Essa é a representação apresentada no texto original. Chamamos a atenção para algumas ‘simplificações’ encontradas aqui na representação gráfica do constituinte CP, como a ausência de C’ e de C.

	Relativa com relativizador	Relativa com complementizador
Inglês	the picture which Bill saw.	the picture that Bill saw.
Português	o quadro que o Bill viu.	o quadro que o Bill viu.

Quadro 2: Exemplos de sentenças com pronome relativo e com complementizador em português e inglês retirados de Kato & Nunes (2009, p. 94).

No PB, então, o relativo que e o complementizador que são homófonos, diferentemente do que ocorre no inglês, em que há which e that. Por conta dessa semelhança, o entendimento do que como um ou como outro pode ser ‘menos óbvia’. Assumir a presença de um complementizador ou de um pronome relativo é de grande relevância para a análise e a proposta sintática que serão assumidas.

I.4 FUNÇÃO SINTÁTICA DAS RELATIVAS

Ao pensarmos a sintaxe das sentenças relativas, um aspecto que não pode ser deixado de lado são as funções sintáticas que essas sentenças podem exercer. Veremos, nesta seção, as posições sintáticas que as relativas com núcleo nominal (RNN) e as relativas livres (RL) podem ocupar. Reiteramos que retomaremos essas discussões nos capítulos em que trataremos sobre cada uma dessas relativas.

Vejamos nos quadros a seguir exemplos de sentenças relativas e as posições que elas podem ocupar.

Posição Sintática	Exemplo
Adjunto a um constituinte nominal/ Adjunto nominal (ou adnominal) (pela análise do <i>wh-movement</i>) ou Complemento de um constituinte nominal / Complemento nominal (pela análise <i>raising</i>)	O rapaz encontrou a mulher [que renunciou ao cargo].

Quadro 3: Posição Sintática ocupada por RNN

Temos aqui uma relativa com núcleo nominal que ocupa a posição de adjunto adnominal. Essa seria a única posição possível para ser ocupada por relativas desse tipo.

As relativas livres, no entanto, não vão ocorrer na mesma posição sintática dessas relativas, e, portanto, elas vão exercer funções sintáticas diferentes, como podemos verificar no quadro 4.

Posição Sintática	Exemplo
Adjunto de VP	1. Ele saiu [quando Maria chegou].
Argumento interno do verbo / Objeto direto	2. Eu não conhecia [quem estava na festa].
Argumento externo do verbo / Sujeito	3. [O que Pedro fez] abalou toda a família.
Complemento do predicado / Predicativo do sujeito	4. Pedro é [quem perdeu a prova].
Complemento Predicativo / Predicativo do objeto	5. Ela se _j considera t _j [quem melhor executou as tarefas da semana].

Quadro 4: Posição Sintática ocupada por RL.

Temos aqui as posições sintáticas que podem ser ocupadas por RLs. Em (1), [quando Maria chegou] está em posição de adjunto de VP. Já em (2) e (3), temos as relativas em posição de argumento: [quem estava na festa] como argumento interno do verbo conhecer e [o que Pedro fez] como argumento externo de abalar. Como exemplo de relativa em posição de predicativo, temos (4), em que [quem perdeu a prova] predica sobre Pedro, e (5), em que [quem melhor executou as tarefas da semana] predica sobre o objeto de considerar, expresso aqui por meio do pronome reflexivo [se].

Como mencionamos, a relativa com núcleo nominal aparece em posição de adjunto adnominal ou de complemento nominal, o que não é permitido com relativa livre, como se evidencia pela agramaticalidade de (26), uma vez que [quem caiu] não pode aparecer adjungido ao sintagma nominal [o menino].

(26) *O menino [quem caiu ___] quebrou a perna.

Um sintagma-Q como quem é um DP e ele não pode estar adjacente ao antecedente nominal, do contrário a sentença fica agramatical. Se houver uma preposição entre esses elementos, portanto quebrando a adjacência existente, essa sentença é gramatical, como vemos em (27).

- (27) O menino [[com quem] a menina brigou ____] quebrou a pedra.

Neste caso, temos o antecedente nominal, o menino, precedendo a preposição, com, que precede o DP quem. Por conta disso, a sentença é gramatical.

Um outro exemplo seria com o sintagma-Q onde.

- (28) a. João mora [onde Maria nasceu ____].
b. João mora no lugar [onde Maria nasceu ____].

Em (28a), temos uma RL, enquanto em (28b) há uma RNN, visto que o sintagma-Q está relacionado com o antecedente o lugar.

Por conta disso, podemos afirmar que se há uma relativa em posição de adjunto ao nome, ela tem que ser do tipo RNN e nunca do tipo RL.

1.5 AS CONSTRUÇÕES-Q

Como vimos nas seções 1 e 2 deste capítulo, temos diferentes sintagmas-Q que podem introduzir uma sentença relativa, como, por exemplo, que, quando, onde. No entanto, essas mesmas ‘palavras’ podem ser encontradas em outras construções que são conhecidas como construções-Q que levam em consideração a ideia de movimento como prevista pelo modelo *wh-movement*.

Como exemplos dessa construção, temos, além das relativas, as *interrogativas-Q* e as *clivadas*.

Não pretendemos aqui discutir essas construções de forma exaustiva, o que pretendemos é apresentar essas construções de uma forma que se possa diferenciar uma estrutura de outra e, dessa maneira, tornarmos mais claro a que tipo de estrutura estamos nos referindo nesta tese.

As *interrogativas-Q* apresentam os mesmos sintagmas-Q que as relativas, a saber, que, quem, o que, (o) qual, onde, quando, como, quanto, com exceção do cujo. Elas podem ser classificadas como *interrogativas diretas* (29a) ou *interrogativas indiretas* (29b).

- (29) a. *Quem* foi ao show?
b. Ele perguntou *quem* foi ao show.

A diferença entre elas é que a interrogativa indireta, [quem foi ao show], é uma sentença encaixada.

É crucial ainda apresentarmos o argumento empírico apontado na literatura a respeito da ‘semelhança’ das relativas livres com as interrogativas indiretas/encaixadas, pois, até onde se sabe, não há língua no mundo que possua pronomes-Q para as relativas livres diferentes dos usados nas interrogativas, como afirma Caponigro (2002). Um exemplo é a língua alemã que, de acordo com Riemsdijk (2005, p. 357), utiliza *wen* tanto para relativas livres quanto para interrogativas, e usa *den* para relativas com núcleo³⁵.

Por conta de tais apontamentos, as análises feitas sobre as relativas livres geralmente apresentam as diferenças existentes entre elas e as interrogativas indiretas, que seriam:

- (i) Seleção feita pelo verbo da sentença matriz: se seleciona [+interrogativo], então teremos uma interrogativa indireta;
- (ii) Restrição de ilha: relativas são ilhas e interrogativas não;
- (iii) Focalização: pronome relativo não pode ser foco, enquanto o pronome interrogativo pode;
- (iv) Requerimento de compatibilidade³⁶: apenas as relativas livres são sensíveis a esse requerimento, o qual diz que o pronome precisa atender as exigências de caso e de categoria dos verbos das sentenças matriz e encaixada simultaneamente.

Vários testes para confirmar tal distinção são apresentados na literatura. Um deles, apresentado em Alvarenga (1981), consiste na inserção do é que após o sintagma-Q. Caso a estrutura resultante fique gramatical, significa que temos uma interrogativa indireta. Tal teste está relacionado ao argumento empírico de que as interrogativas podem ser focalizadas.

(30) João perguntou [quem é que perdeu um brinco].

(31) *João encontrou [quem é que passou no teste].

³⁵ “In some languages such as German, questions are constructed by means of *w*-words, while headed relative clauses make use of *d*-words (demonstrative pronouns):

- a. Peter fragte wen ich vorziehe.
- b. Peter hasst den Mann den ich vorziehe.
- c. Peter hasst wen ich vorziehe.

(...) FRs pattern like questions and not like headed relative clauses in that they uniformly take *w*-words” (RIEMSDIJK, 2005, 357).

³⁶ Uma explicação mais adequada para o *requerimento de compatibilidade* será apresentada no capítulo IV.

Em (30) temos então uma interrogativa encaixada que pode ser focalizada, enquanto em (31) temos uma relativa livre, que não pode ser foco da sentença e por isso, pelo teste proposto pelo autor, fica agramatical³⁷.

A outra construção-Q que mencionamos é aquela conhecida como *clivada*. A clivagem pode ser compreendida como sendo uma operação aplicada a duas sentenças que se ‘juntam’. Para se ter uma sentença clivada, precisamos de um constituinte que seguirá a cópula e um CP. Vejamos o exemplo a seguir:

(32) *Foi [a menina] que reprovou.*

Temos em (32) um constituinte, [a menina], seguindo uma cópula, *foi*. Em seguida temos o *que* introduzindo um CP.

Ao observarmos uma sentença como essa e verificarmos a presença do item *que* linearmente próximo ao sintagma nominal, podemos ser levados a achar que estamos frente a uma sentença relativa. No entanto, não é isso. Apesar dessa semelhança, as estruturas de sentenças clivadas e relativas são diferentes. Em geral, clivadas são utilizadas para apresentar um *foco* que está presente na sentença. No caso de (32), seria [a menina], o que não ocorre nas relativas.

Há também as pseudoclivadas que podem ser ‘confundidas’ com as RLs. Vejamos (33).

(33) *Quem reprovou foi [a menina].*

Sentenças pseudoclivadas, como (33), apresentam uma sentença introduzida pelo sintagma-Q seguido do verbo *ser* (cf. RESENES, 2009).

Em sentenças relativas, temos o sintagma-Q em posição de especificador de CP, já nas clivadas, esses elementos ocupam a posição de núcleo de CP, ou seja, de C (cf. MIOTO & NEGRÃO, 2007, p. 159).

Apesar das semelhanças entre essas *construções-Q*, ressaltamos que sua maior semelhança está nos sintagmas-Q que podem introduzi-las, visto que a estrutura delas é diferente.

³⁷ Remetemos o leitor a Gavioli-Prestes (2012). Lá há uma exposição mais detalhada sobre essas considerações apresentadas em relação às RLs e às interrogativas indiretas. Além disso, naquele trabalho, explicita-se a distribuição sintática das relativas livres, em especial as encabeçadas pelo *quando*. Sentenças com esse tipo de configuração seriam uma relativa livre quando em posição de adjunto adverbial, e podem ser ou relativa livre ou interrogativa encaixada se em posição de argumento, a depender da seleção feita pelo verbo.

I.6 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO

O objetivo do presente capítulo foi apresentar o que se entende por *sentenças relativas* e que tipos de aspectos devem ser levados em consideração no estudo dessas sentenças.

O processo de relativização ocorre quando há um sintagma-Q que tem a mesma denotação de um sintagma nominal da oração matriz. Esse sintagma-Q é movido da sentença encaixada para uma posição mais alta e deixa nessa subordinada um vestígio ou um pronome resumptivo/lembrete.

Como esse processo se dá, depende da hipótese de análise adotada. Nesta tese, apresentamos duas possibilidades: (i) *wh-movement* e (ii) a análise *raising* (de alçamento).

Ainda na seção 1, vimos que há certos aspectos que devem ser levados em consideração no estudo das sentenças relativas. São eles: (i) a posição do núcleo nominal em relação à sentença encaixada, (ii) como se dá a referência entre o antecedente nominal e sua ‘codificação’ na encaixada e (iii) o papel exercido pelo sintagma-Q na sentença matriz e por seu vestígio na sentença encaixada.

Para conseguir dar conta desses aspectos, como exposto na seção 2, precisamos levar em consideração o tipo de relativa que temos: restritiva ou não restritiva, relativa livre, relativa semilivre ou relativa existencial, de acordo com a classificação proposta por Ribeiro (2009).

Em relação à tipologia das relativas, achamos que seria válido estabelecer uma divisão levando em consideração aspectos sintáticos e semânticos. Por conta disso, estabelecemos a tipologia das relativas, semanticamente, como ‘restritivas, não restritivas e maximizadas’ (cf. GROSU & LANDMAN, 1998) e, sintaticamente, como ‘relativas com núcleo nominal, relativas livres, relativas semilivres e relativas existenciais’. Nos próximos capítulos, abordaremos as relativas com núcleo nominal (capítulo III) e as relativas livres (capítulo IV) e verificaremos uma possível subdivisão dessas relativas.

Além disso, como vimos na seção 3, toda língua natural exibe pelo menos uma estratégia de relativização. Ao se pensar a relativização, essas estratégias devem ser levadas em consideração para que se possa compreender melhor esse fenômeno. No PB, seguindo Tarallo (1983), podemos pensar em estratégia padrão (DP ou PP) e estratégia não padrão (cortadora, resumptiva, *preposition stranding*). Ao tratarmos das relativas adiante, retomaremos essas estratégias.

Na seção 4, apresentamos as funções sintáticas que as relativas podem exercer, como a de adjunto, de argumento e de predicativo.

E, por fim, na seção 5, trouxemos algumas construções-Q, como exclamativas, interrogativas indiretas e clivadas, que são, de alguma forma, ‘parecidas’ com construções relativas e vez ou outra causam uma certa confusão na classificação.

Tendo isso posto, podemos verificar quais são os aspectos que devem ser observados no estudo das relativas com núcleo nominal e das relativas livres no PB, como faremos nos capítulos III e IV, principalmente.

II – INTERLÚDIO

II.0. INTRODUÇÃO

O presente capítulo se apresenta como um interlúdio entre a apresentação dos fenômenos linguísticos investigados nesta tese e a análise proposta para esse escopo.

Como já mencionamos, o suporte deste trabalho é o quadro teórico da teoria Gerativo-Transformacional, levando em consideração o que se tem desenvolvido no âmbito do Programa Minimalista (CHOMSKY, 1994, 1995, 1999, 2005). Tomando esse quadro como base para nossa análise, nosso intuito não é trazer aqui uma exposição e uma elucidação minuciosas dessa teoria e desse programa, mas sim trazer algumas assunções presentes nelas que serão de excepcional importância para a compreensão da análise proposta nesta tese.

Alguns dos ingredientes do formalismo pertinentes para isso são (i) a *Bare Phrase Structure Theory*³⁸ (CHOMSKY, 1994; 1995), (ii) a relação de *super c-comando*, nos termos de Barrie (2006) e (iii) o recebimento de *múltiplos papéis temáticos*, de acordo com a proposta de Hornstein (1999, 2001).

Este interlúdio está assim organizado: na seção 1, apresentaremos a teoria sintagmática de *Bare Phrase Structure*³⁹ (BPS), focando na organização interna dos constituintes e na abordagem da sintaxe dada por essa teoria. Na seção 2, apresentaremos algumas relações sintáticas relevantes, com especial atenção para o c-comando e o super c-comando, que, como veremos, não constituem relações realmente distintas, apesar da distinção terminológica. Na seção 3, exporemos a proposta de Hornstein (1999, 2001) que argumenta a favor da possibilidade de um mesmo DP receber mais de um papel temático ao longo da derivação.

Ressaltamos que não há nenhuma razão teórica para a escolha dessa ordem de apresentação (primeiramente BPS, depois *super c-comando* e em seguida as relações temáticas), posto se tratem de construtos teóricos possíveis de serem adotados independentemente.

³⁸ Estrutura nua de constituinte. Ao longo da tese, faremos menção à *Bare Phrase Structure Theory* ou como BPS ou como *Bare Phrase*.

³⁹ Chomsky (1995) é considerado como a primeira implementação técnica do Programa Minimalista e é assumidamente derivacional. Nele encontramos o conjunto de propostas encontrados no PM, sendo que a BPS faz parte desse conjunto. No entanto, BPS em si mesma não é derivacional. Chamamos a atenção para esse ponto, pois há versões do Minimalismo que são representacionais, como, por exemplo, o que é proposto por Brody (2002) que é compatível com BPS. Nosso ponto aqui é afirmar que estamos pensando uma BPS como apresentada em Chomsky (1995) e pensada em termos de derivação e não de representação.

II.1. BARE PHRASE STRUCTURE THEORY (BPS)

O Programa Minimalista (CHOMSKY, 1994; 1995; 1999; 2005), ou PM, é um programa de pesquisa que pretende apresentar uma teoria da gramática composta por modelos formais mais econômicos (mais otimizados, mais ‘enxutos’). É um programa que

propõe novas questões que não poderiam ser tratadas com o ferramental descritivo-explicativo consolidado no modelo anterior⁴⁰. Dessa forma, o Programa Minimalista constitui-se como um conjunto de orientações motivadas pela ideia intuitiva de se evitar a postulação de entidades teóricas que não sejam conceptualmente necessárias dentro da teoria, o que levou os linguistas a submeterem alguns aspectos, construtos e resultados da arquitetura do modelo P&P a uma intensa avaliação crítica. (FERRARI NETO, 2012, p. 32).

É dentro do âmbito desse Programa, então, que é proposta, por Chomsky (1994, 1995)⁴¹, a *Bare Phrase Structure Theory*. O grande objetivo dessa teoria é conceber a estrutura sintagmática a partir de um número menor de axiomas, chegando-se assim a uma representação mais econômica do que sua antecessora, a X-barra clássica, propunha.

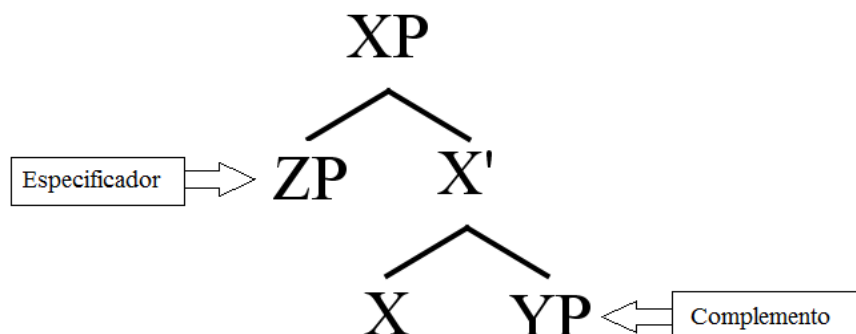
Uma das grandes contribuições da BPS é a concepção de estrutura sintagmática em termos derivacionais. O modelo de gramática conhecido como GB⁴² é misto, pois apresenta aspectos derivacionais (e.g. a regra transformacional mova- α) e aspectos representacionais (e.g. o esquema X-Barra de estrutura sintagmática). A teoria X-barra consiste em regras de boa formação de sintagmas, ou seja, ela estabelece o que é e o que é não é uma *estrutura sintagmática bem formada*. Essa teoria propõe uma espécie de ‘molde’ para a estrutura dos sintagmas, tal como representado pictoricamente em (01), abstraindo por ora casos de adjunção.

⁴⁰ A oposição aqui é entre *Minimalismo* e as abordagens pré-minimalistas de Princípios & Parâmetros tradicionalmente conhecidas como *Modelo GB*.

⁴¹ Chomsky (1994) foi publicado, inicialmente, no *MIT Occasional Papers in Linguistics* 5, depois em Webelhuth (1995) e depois como uma seção de Chomsky (1995).

⁴² Government and Binding Theory.

(01)



Esse mesmo requerimento de boa formação de estrutura pode ser apresentado de outra forma, através de metarregras que ditam as relações admissíveis entre unidades sintáticas, tal como representado em (02), ainda abstraindo casos de adjunção.

- (02) a. $XP \rightarrow (ZP) X'$
 b. $X' \rightarrow X (YP)$

Supondo que as duas regras em (02) sejam as únicas regras de uma língua natural, temos que, se uma estrutura sintagmática as segue, ela será uma estrutura bem formada. Caso uma dessas regras não seja seguida, teremos uma estrutura que não é bem formada e, portanto, agramatical. Desse modo, o que a X-barras estabelece são regras declarativas de boa formação de estruturas sintagmáticas e, assim, uma estrutura sintagmática se dá simplesmente pela aplicação dessa regra. Não há um método de construção passo a passo dessa estrutura, o que temos é a aplicação de regras como as de (02). Podemos dizer a partir das regras em (02)⁴³, portanto, que:

Em suma, qualquer que seja a identidade categorial de X, todo X é imediatamente dominado por um X'; todo X' domina imediatamente um X; todo X' é imediatamente dominado por um XP; todo XP domina imediatamente um X'; todo X' pode dominar imediatamente um (e apenas um) YP disposto logo após X; todo XP pode dominar imediatamente um (e apenas um ZP) disposto logo antes de X' (GUIMARÃES, no prelo, cap. 3, seção 3.7).

⁴³ Ressaltamos que nesta apresentação, por uma questão de simplificação, colocamos de lado línguas do tipo complemento-núcleo e soluções via parâmetro. Remetemos o leitor a Guimarães, no prelo, cap. 5, seção 5.7 para uma compreensão do funcionamento dessas outras línguas.

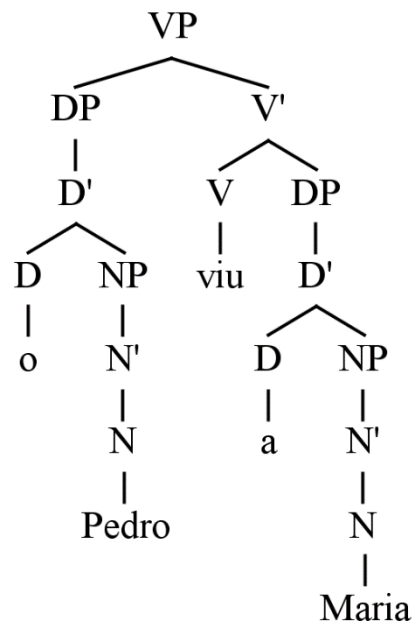
Na teoria X-barra, o procedimento gramatical responsável pela construção de sentenças que podem ser consideradas como gramaticais ou agramaticais pelo filtro X-barra busca no léxico tanto itens *terminais* quanto itens *não-terminais* e a partir dessa seleção são estabelecidas relações entre esses itens, em conformidade com o esquema em (02). Supondo, por exemplo, que se queira representar, através da X-barra, uma sentença como [O Pedro viu a Maria]. Inicialmente, busca-se no léxico os itens terminais o, Pedro, viu, a, Maria, e os não-terminais N, N', NP, D, D', DP, V, V', VP, I, I', IP, D, D', DP, N, N', NP, para, a partir deles, formar o VP que constitui o cerne da estrutura argumental da sentença, sobre o qual haveria ainda estrutura funcional adicional e transformações. A partir deles, relações de *maternidade* (i.e. dominância imediata) e *irmandade* (i.e. c-comando simétrico), por exemplo, vão se estabelecer. Esses nódulos não-terminais específicos vão instanciar concretamente as variáveis presentes nas regras em (02a) e em (02b).

Para ilustrar essa instanciação, tomemos uma categoria concreta, no caso, VP.

- (03) a. $VP \rightarrow (YP) V$
 b. $V' \rightarrow V (YP)$

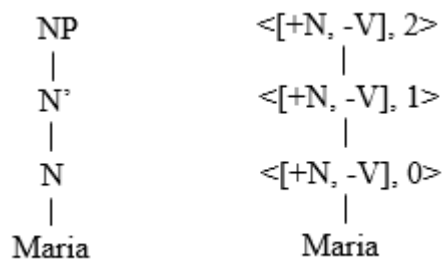
Temos aqui então que o sintagma verbal, VP, pode apresentar um especificador ou um complemento do tipo YP, dependendo da valência do verbo. Se tomarmos o verbo ver, como na sentença em questão, [o Pedro viu a Maria], temos então um VP formado de um especificador, no caso, DP, e um V', nessa ordem. Enquanto o V' é formado de um núcleo V e seu complemento DP, nessa ordem. Se fizermos o mesmo com todos os itens que vieram do léxico aqui, obteríamos uma representação desse VP como em (04).

(04) Representação de [VP o Pedro viu a Maria] de acordo com a teoria X-barra



Ao verificarmos (04), podemos notar que temos sempre um núcleo que projeta e que faz parte de uma estrutura de três níveis de barra (cf. LASNIK & KUPIN, 1977; STOWELL, 1981 e CHOMSKY, 1981): o nível 0 que representa o núcleo (chamado abstratamente de X), o nível 1 que representa o nível barra (X') que é a projeção intermediária e o nível 2 que representa o nível duas barras ou de projeção máxima (X'' ou XP). Vejamos um exemplo: o sintagma [DP a Maria] apresenta o núcleo N que projeta os dois níveis adicionais, N' e NP. O último nível de barra desse sintagma está em uma relação de complementação com o núcleo D que também projeta seus dois níveis adicionais. Nessa teoria, concebe-se cada nóduo como um feixe de traços (cf. CHOMSKY, 1970). Isso significa que, por exemplo, N (nome) é constituído pelos traços [+N, -V], enquanto V (verbo) apresenta os traços [-N, +V]. Além disso, cada nóduo teria um traço de 'nível de barra' valorado como 0, ou 1, ou 2. Em (05), temos duas formas de representar o NP [Maria].

(05)

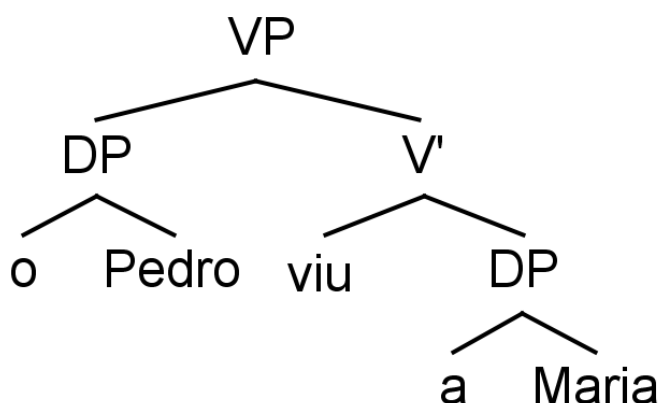


Em (05), temos o feixe de traços que forma o elemento em questão e temos representado pelos números (0, 1, 2) o nível de barra de cada um deles que representam projeções (mínima, intermediária, máxima).

Tendo isso exposto, podemos tecer uma comparação entre o que foi apresentado sobre a X-barra e o que será assumido em BPS.

A GB considerava a gramática como um sistema constituído por módulos, sendo um desses módulos a X-barra. Chomsky (1995) almeja uma gramática que seja mais econômica do que a proposta que existia. Para isso, ele percebe que se faz necessário ‘despir’ esse modelo, deixando de lado alguns aspectos que ele considerou redundantes. Chomsky (1995) descreve na seção 4.3 como é essa teoria, na qual ele elimina dos marcadores sintagmáticos o estatuto primitivo dos níveis de barra, bem como vestígios e índices. O conceito de índice não é eliminado totalmente, mas é de alguma forma reformulado. Em relação aos níveis de barra, ao invés de se definir axiomáticamente as projeções mínima (nível de barra 0), intermediária (nível de barra 1) e máxima (nível de barra 2), o autor as reconhece de uma forma relacional, derivando-as de bases mais principais. Portanto, essas projeções se definem pela relação entre elementos e não por conta de uma estrutura pré-determinada. Com o intuito de elucidarmos essas ideias apresentadas e outras que julgamos importantes, partiremos de (06), a seguir, em que há a representação, por meio da BPS, do VP da sentença [O Pedro viu a Maria]. Ressaltamos que em (04), vimos esse sintagma representado por meio da X-barra da GB.

(06) Representação de [_{VP} o Pedro viu a Maria] de acordo com Bare Phrase



Ao observarmos (06), chamamos a atenção para aspectos que nos saltam aos olhos: (i) os níveis de barra não estão presentes exatamente da mesma forma como estavam na GB, como

podemos verificar no DP; e (ii) não temos núdulos pré-terminais (núcleos N, D, V) como tínhamos na X-barra.

Para que possamos ir além na compreensão da BPS, outras noções precisam ser apresentadas. A primeira noção que precisamos levar em consideração é que, ao contrário da X-barra, que apresentava as regras de boa formação que deviam ser obedecidas pela representação, na BPS (em sua formulação clássica), a representação é formada derivacionalmente, passo a passo. Seu formato se segue dos mecanismos de construção sintagmática. Portanto, não temos mais um modelo representacional de estrutura sintagmática, mas um modelo derivacional. Em segundo lugar, precisamos de um conjunto de mecanismos que sejam capazes de gerar sentenças. No Programa Minimalista, uma das operações mais relevantes desse conjunto é o *Merge*, que é a operação básica de combinação entre constituintes sintáticos para formar novos objetos sintáticos. Para conceituarmos essa operação, utilizaremos as definições apresentadas a seguir:

(07) Definição de *Merge* (cf. GUIMARÃES, 2000, p. 91, tradução nossa)

MERGE: input: α e β , tal que α e β são objetos sintáticos;

output: $K = \{ \gamma, \{ \alpha, \beta \} \}$, tal que γ (rótulo de K) corresponde ou ao núcleo de α ou ao núcleo de β .

(08) Definição de *objeto sintático* (adaptada de Nunes & Thompson, 1998, p. 502)

Σ é um objeto sintático se e somente se

a) Σ é um item lexical ou um conjunto de traços formais de um item lexical, ou

b) Σ é o conjunto $K = \{ \gamma, \{ \alpha, \beta \} \}$, tal que tanto α quanto β são objetos sintáticos, e γ é o rótulo de K.

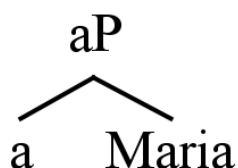
Dizemos então que ao tomarmos um α e β e fazermos o *merge* deles, obteremos K, cujo rótulo γ coincidirá com o rótulo de α ou de β , a depender de qual deles estiver projetando. Vamos retomar a representação em (06).

Vamos tomar [a] e [Maria], que são objetos sintáticos como α e β , respectivamente. Em seguida, vamos aplicar *merge* aos dois. Obtemos então um K, cujo rótulo γ irá, nesse caso, coincidir com o de α , que é o elemento sendo projetado. Temos [a] como sendo um D, e [Maria] como N. Nesse caso, K passa a ter então o rótulo de [a], a saber: D. Essa operação será repetida ao longo de toda a derivação até obtermos a representação em si.

Como mencionamos, nessa teoria, a estrutura vai sendo formada passo a passo. E é o que faremos aqui. No entanto, por uma questão metodológica, utilizaremos uma outra notação⁴⁴ possível.

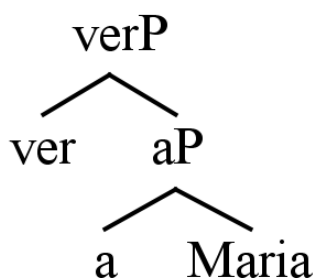
Nosso primeiro passo será tomarmos os itens lexicais a e Maria e aplicar o *merge*, para então formarmos o aP⁴⁵, como temos em (09).

(09)



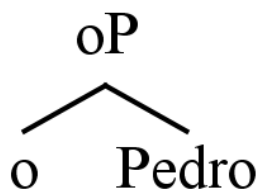
Em seguida, vamos tomar o item lexical ver e o aP para formarmos verP, como em (10).

(10)



Em paralelo, aplica-se *merge* a o e Pedro, formando oP, como em (11).

(11)

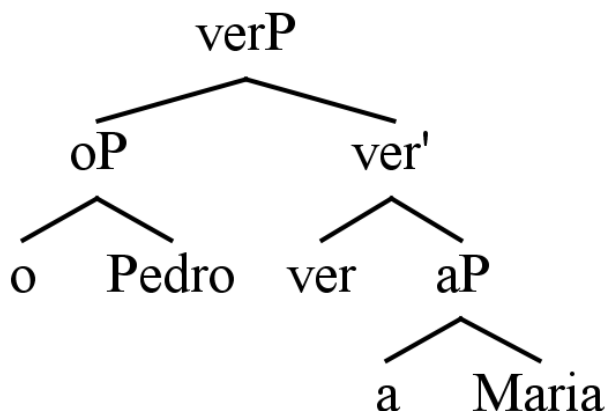


⁴⁴ Temos em (06) uma representação arborea mais comum da BPS, no entanto, há outras possíveis notações, como apresentaremos na sequência.

⁴⁵ Poderíamos apresentar o aP como sendo a(P), ou seja, com o P entre parênteses, para explicitar que se trata de uma projeção máxima e mínima. Esse apontamento também é válido para ver(P), em (10), e para o(P), em (11), por exemplo.

Agora que temos oP e verP, podemos fazer o *merge* entre eles, que é nosso próximo passo e passamos a ter a representação em (12).

(12)



Um olhar atento poderá ter percebido que houve uma mudança nessa representação em relação ao que tínhamos em (10). A mesma unidade estrutural que, em (10) é um verP passa a ser um ver' em (12). O que temos aqui é um dos grandes legados da *Bare Phrase* em relação às projeções.

Como vimos, a teoria X-barras contemplava a distinção entre projeção máxima, intermediária e mínima em relação aos níveis de barra (0, 1 e 2), porém de forma axiomática. O que se passa a ter em BPS é uma definição menos axiomática dessas projeções. As noções de projeção mínima, intermediária e máxima permanecem, porém são determinadas de acordo com o nível derivacional em que está, ou seja, passam a ser definidos relacionamente. Essas projeções podem ser conceituadas⁴⁶ como (13), (14) e (15), respectivamente.

(13) Projeção Mínima (cf. NUNES & THOMPSON, 1998, p. 506, tradução nossa)⁴⁷

Um objeto sintático α é uma projeção mínima se e somente se não há um objeto sintático β tal que α domina β .

⁴⁶ Trazemos aqui as concepções de acordo com Nunes & Thompson (1998).

⁴⁷ “Minimal projection: a syntactic object α is a minimal projection if and only if there is no syntactic object β such that α dominates β .” (NUNES & THOMPSON, 1998, p. 506)

- (14) Projeção Máxima (cf. NUNES & THOMPSON, 1998, p. 506, tradução nossa)⁴⁸

Um objeto sintático α é uma projeção máxima se e somente se não há um objeto sintático β tal que β domina imediatamente α e β tem o mesmo rótulo de α .

- (15) Projeção Intermediária (cf. NUNES & THOMPSON, 1998, p. 507, tradução nossa)⁴⁹

α é uma projeção intermediária se e somente se α é um objeto sintático que não é nem uma projeção máxima nem uma projeção mínima.

No início da derivação, temos [a] e [Maria] como projeções simultaneamente mínimas e máximas, já que não dominam nada (conforme a definição em (13)), e que não são imediatamente dominadas por nada de rótulo idêntico (conforme definição em (14)). Após o *merge*, [a] passa a ser um elemento projetado, dominado por uma unidade cujo rótulo foi ‘herdado’ dela. Então dizemos que [a] é uma projeção mínima não máxima, enquanto [Maria] não projeta e não é dominado por sua projeção, o que faz de [Maria] uma projeção máxima, de acordo com a definição em (15). Por isso, dizemos que [a] é uma projeção mínima e não máxima e que [Maria] é uma projeção mínima e máxima. Essas possibilidades não estavam disponíveis na teoria X-barra clássica, visto que nessa teoria uma projeção seria ou mínima (e.g. X) ou intermediária (e.g. X') ou máxima (e.g. X'' ou XP), algo determinado já na matriz de traços do nóculo, e na restrita hierarquia de dominância imediata das metarregras do esquema X-Barra.

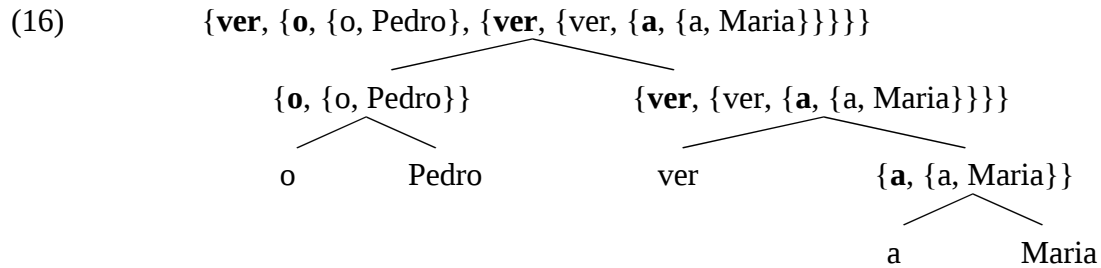
Quando chegamos ao passo em que se vai mergir oP (α) com verP (β), retomamos que, por definição, ao mergir dois objetos sintáticos, formarmos um outro objeto sintático cujo rótulo será idêntico ao de um dos objetos mergidos, aquele que projetará, como temos feitos com os outros objetos sintáticos. Em relação a esse passo, temos o rótulo de β que era uma projeção máxima. Após o *merge*, ele passa a ser uma projeção intermediária, de acordo com a definição (16), visto que agora ele não é mais uma projeção máxima, posto que agora ele é imediatamente dominado por um objeto sintático de mesmo rótulo. Além disso, ele continua não sendo uma projeção mínima, pois ele continua dominando tudo o que dominava antes.

Por conta desses aspectos, é que temos a representação como (12).

Uma outra notação possível para essa mesma análise é a que temos em (16).

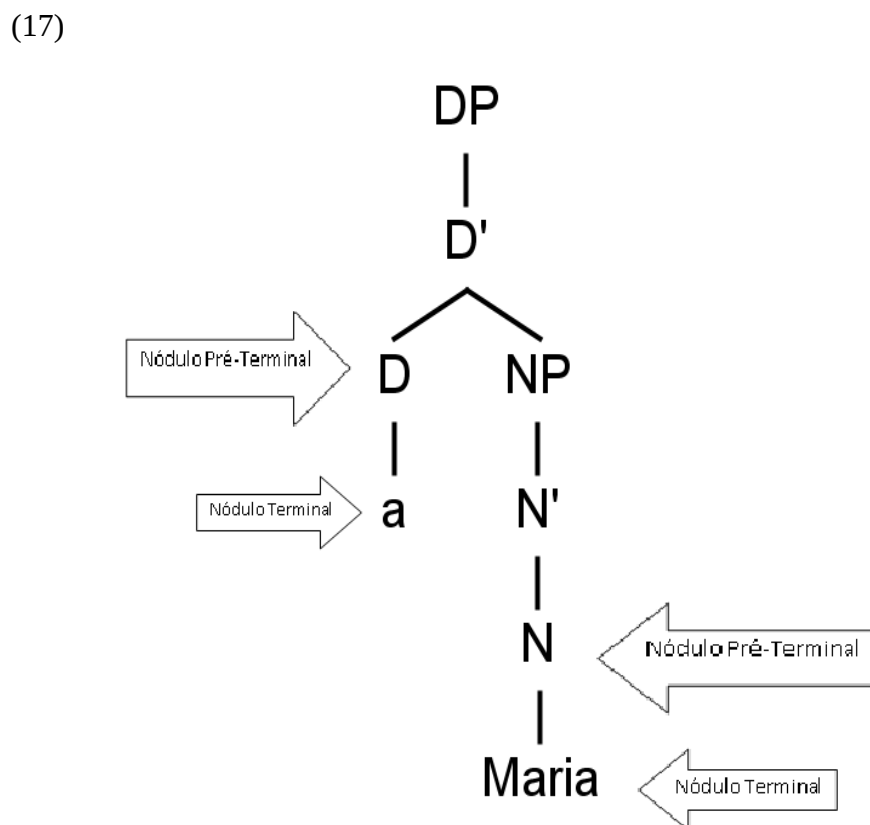
⁴⁸ “Maximal projection: a syntactic object α is a maximal projection if and only if there is no syntactic object β such that β dominates α and β has the same label as α .” (NUNES & THOMPSON, 1998, p. 506)

⁴⁹ “Intermediate projection: α is an intermediate projection if and only if α is a syntactic object that is not a minimal or maximal projection”. (NUNES & THOMPSON, 1998, p. 507)



Em (16), temos representado cada um dos objetos sintáticos que compõem essa análise, seguindo o que temos na definição de objeto sintático que vimos em (08), como, por exemplo, quando se diz que um objeto sintático é um “conjunto $K = \{ \gamma, \{ \alpha, \beta \} \}$, tal que tanto α quanto β são objetos sintáticos, e γ é o rótulo de K ”. Aqui, em (16), o rótulo está negrito.

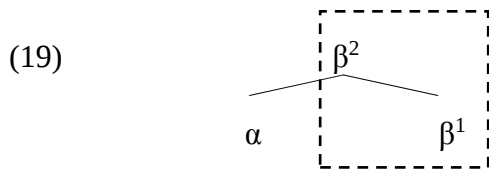
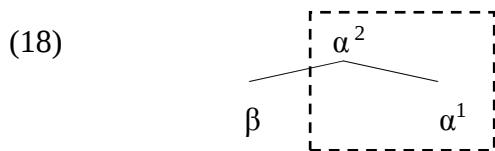
Um outro ponto que é relevante de ser mencionado é a questão dos núdulos terminais e não-terminais que tínhamos na X-barr. Retomemos a representação que tínhamos na X-barr para um DP como [a Maria].



Temos, então, uma diferença entre núdulos terminais (a, Maria) e núdulos pré-terminais, ou núcleos, como o D e o N. Inclusive, se retomarmos a noção de feixe de traços, exposta em (05), veremos que tanto N quanto Maria apresentam a propriedade de serem [+N, -V]. Essa

redundância deixa de existir com a BPS e a diferença entre nódulos terminais e pré-terminais se torna desnecessária. Todo nódulo terminal que participa de uma estrutura sintagmática é também um núcleo.

Apresentamos até aqui como seria a conexão de dois objetos sintáticos que gera um “conjunto $K = \{ \gamma, \{ \alpha, \beta \} \}$, tal que tanto α quanto β são objetos sintáticos, e γ é o rótulo de K ” (conforme definições vistas anteriormente). No entanto, há uma outra possibilidade de conexão: a *conexão por adjunção*. Essa conexão “toma como *input* dois objetos sintáticos α e β e gera $K = \{ \langle \underline{\gamma}, \underline{\gamma} \rangle, \{ \alpha, \beta \} \}$, cujo rótulo é o par ordenado $\langle \underline{\gamma}, \underline{\gamma} \rangle$, tal que $\langle \underline{\gamma}, \underline{\gamma} \rangle = \langle \underline{\alpha}, \underline{\alpha} \rangle$ ou $\langle \underline{\gamma}, \underline{\gamma} \rangle = \langle \underline{\beta}, \underline{\beta} \rangle$ (sendo $\underline{\alpha}$ & $\underline{\beta}$ os núcleos de α & β respectivamente)” (GUIMARÃES, 1998⁵⁰, p. 39). Vejamos as notações arbóreas a seguir apresentadas pelo autor.



Em (18), há a notação arbórea para $\{ \langle \underline{\alpha}, \underline{\alpha} \rangle, \{ \alpha, \beta \} \}$, enquanto em (19) há a notação arbórea para $\{ \langle \underline{\beta}, \underline{\beta} \rangle, \{ \alpha, \beta \} \}$. Em ambas, apresentamos por meio do destaque nos quadros tracejados as categorias formadas por adjunção. Uma consideração relevante a se fazer aqui é em relação à noção de categorias e segmentos de categorias. Quando há a adjunção, os objetos sintáticos gerados não são categorias, mas são segmentos de uma mesma categoria, ou seja, seriam uma categoria de dois segmentos. Essa distinção foi introduzida por May (1985) e adotada por Chomsky (1986), e ela será de grande relevância para este trabalho e, inclusive, vamos retomá-la na próxima seção.

A conexão por adjunção não se dá de forma trivial e inúmeras discussões acerca de como esse processo se dá são apresentadas na literatura⁵¹. No entanto, não vamos expor toda essa discussão aqui. O que é relevante para nossa discussão é a compreensão de que um objeto

⁵⁰ Ressaltamos que Guimarães (1998) concebe o aparato formal da teoria nos moldes de Chomsky (1995), Nunes (1995), Gärtner (1997), dentre outros.

⁵¹ Remetemos o leitor às seguintes referências: Chomsky (1995), Nunes (1995), Gärtner (1997).

sintático α só pode ser considerado como adjunto de um outro objeto sintático β , se β for uma categoria de dois (ou mais) segmentos e que um desses segmentos domine α .

Há grandes contribuições da BPS para a descrição da gramática, como foi possível perceber. Elencamos e apresentamos algumas delas aqui, mas há outras que poderiam ser mencionadas.

II.2. (SUPER) C-COMANDO

Na seção anterior, comentamos sobre o Programa Minimalista e introduzimos a *Bare Phrase Structure* (BPS): teoria sintagmática que ‘substituiu’ a X-Barra, sendo aquela uma elaboração desta. Focamos, portanto, em como os constituintes seriam internamente estruturados. Nesta seção, nosso foco incidirá sobre as relações estabelecidas entre esses constituintes. Especificamente, versaremos sobre uma das relações sintáticas fundamentais: o *c-comando*, que há anos tem se revelado absolutamente crucial para a análise de diversos fenômenos, como escopo de negação, modificadores e quantificadores, princípios de ligação, movimento, licenciamento de lacunas parasitas etc.

Tal como tradicionalmente concebida, a relação de c-comando se estabelece entre dois constituintes de uma sentença, em que um é o elemento que c-comanda e o outro é o c-comandado. O c-comando pode ser definido como em (20):

(20) Definição de *c-comando*: (adaptado de GUIMARÃES, 2000, p. 92)

α c-comanda β se e somente se α e β :

a) $\alpha \neq \beta$;⁵²

b) α não domina⁵³ β , e

c) toda categoria que domina α também domina β .

Essa é uma definição de *c-comando* baseada em Nunes & Thompson (1998, p. 515) que é uma versão refinada da definição proposta em Chomsky (1986, p. 8). Nessa definição, estamos levando em consideração alguns aspectos e queremos chamar a atenção para a condição (20c) que traz implicitamente a distinção entre categoria e segmento de categoria (cf. MAY, 1985, p. 118; CHOMSKY, 1986, p. 7; KAYNE, 1994, p. 15 *et seq.*) que mencionamos anteriormente na seção 1 ao apresentar a conexão por adjunção. Um ponto que devemos levar em consideração é a possibilidade de termos uma categoria de dois segmentos, como encontramos em objetos sintáticos formados por adjunção. Por ora, deixaremos essas ideias postas, para retomarmos mais adiante.

Ao verificarmos as relações de *c-comando*, podemos chegar a outras noções relevantes, como a noção de *c-comando simétrico* e *c-comando assimétrico*. O *c-comando simétrico* ocorre quando um constituinte A c-comanda um constituinte B que, por sua vez c-comanda A. Já o *c-comando assimétrico* ocorre quando um constituinte A c-comanda um constituinte B, mas B não c-comanda A. Vejamos (21) em que repetimos a representação que tínhamos em (12) para verificarmos como a relação de *c-comando* se dá.

⁵² Esta condição se faz necessária porque, partindo-se da premissa (não consensual) de que, por definição, nenhum elemento domina a si próprio (CHOMSKY 1986, p. 8, KAYNE 1994, p. 4, entre outros). Logo, o fato de o *c-comandante* e o *c-comandado* serem distintos não se seguiria automaticamente de (20b). A necessidade de se conceber *c-comando* como irreflexivo (i.e. nada c-comandaria a si próprio) advém de uma série de generalizações empíricas, como já apontavam Lasnik & Uriagereka (1988, p. 56). Por exemplo, na sentença “O prisioneiro fugiu”, temos o DP [o prisioneiro] que possui um dado índice referencial (digamos: *j*). Se nossa teoria permitir que [o prisioneiro] c-comande a si próprio, enfrentamos um paradoxo, pois o princípio C da Teoria de Ligação (CHOMSKY, 1981, p. 188) determina que uma expressão-R não pode estar ligada (i.e. ser c-comandada por e estar coindexada com) a nenhum DP. Sem a condição (20a), [o prisioneiro] c-comandaria a si próprio, o que o forçaria a não poder ter o mesmo índice que ele próprio, o que é um contrassenso.

⁵³ Estamos assumindo a noção de dominância explicitada por Nunes & Thompson (1998), como vemos a seguir:

Definição de *dominância*:

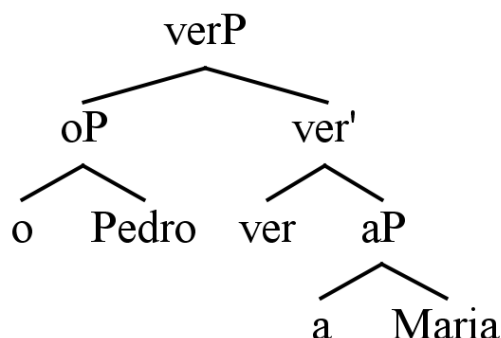
K domina um objeto sintático α se e somente se

a. Para todo conjunto L tal que $L \in K$, $\alpha \in L$, ou

b. Para algum conjunto M, K domina M e M contém α .

(adaptado de NUNES & THOMPSON, 1998, p. 506)

(21)



Se tomarmos [a], como α , e [Maria], como β , e quisermos verificar se α c-comanda β , temos que (i) α e β são distintos, (ii) α não domina β e (iii) todas as categorias que dominam α também dominam β (a saber: aP, ver', verP, e o que mais eventualmente domine tudo isso na estrutura completa da sentença). Portanto, α c-comanda β , ou seja, [a] c-comanda [Maria]. O contrário também é verdadeiro: se quisermos verificar se β c-comanda α , temos que (i) α e β são distintos, que (ii) β não domina α e que (iii) toda categoria que domina β também domina α . Temos então que β c-comanda α . Portanto, temos aqui uma situação de c-comando mútuo, ou seja, c-comando simétrico.

E se quisermos verificar as relações de c-comando entre os DPs [o Pedro] e [a Maria]? Em um primeiro momento, vamos tomar [o Pedro] como α e [a Maria] como β . Nesse caso, α c-comanda β , pois (i) α e β são distintos, (ii) α não domina β , e (iii) toda categoria que domina α também domina β , a saber: verP e o que mais eventualmente domine tudo isso na estrutura completa da sentença. Agora se tomarmos [a Maria] como α e [o Pedro] como β , a condição (iii) não se verifica, pois há uma categoria que domina α , mas não domina β , a saber: ver'. Portanto, [o Pedro] c-comanda [a Maria], mas [a Maria] não c-comanda [o Pedro]. Esse é, então, um caso de c-comando assimétrico.

Levando em consideração a relação de c-comando para tratar de ligação (*binding*), de DPs possessivos e complexos, de quantificação, de itens de polaridade negativa, de DPs do tipo-Q⁵⁴, dentre outros, Barrie (2006), na seção 2.2.2, apresenta a possibilidade, por exemplo, de um *especificador de um especificador de X'* c-comandar o nó irmão do especificador (i.e. X') e tudo mais o que ele dominar. Barrie (2006, p. 86) chama essa relação de *super c-comando*⁵⁵. Essa relação também pode ser verificada em outros contextos: como o autor segue

⁵⁴ Wh-DPs.

⁵⁵ Ressaltamos que May (1985) já apresentava uma discussão acerca disso e Barrie (2006) a revisita.

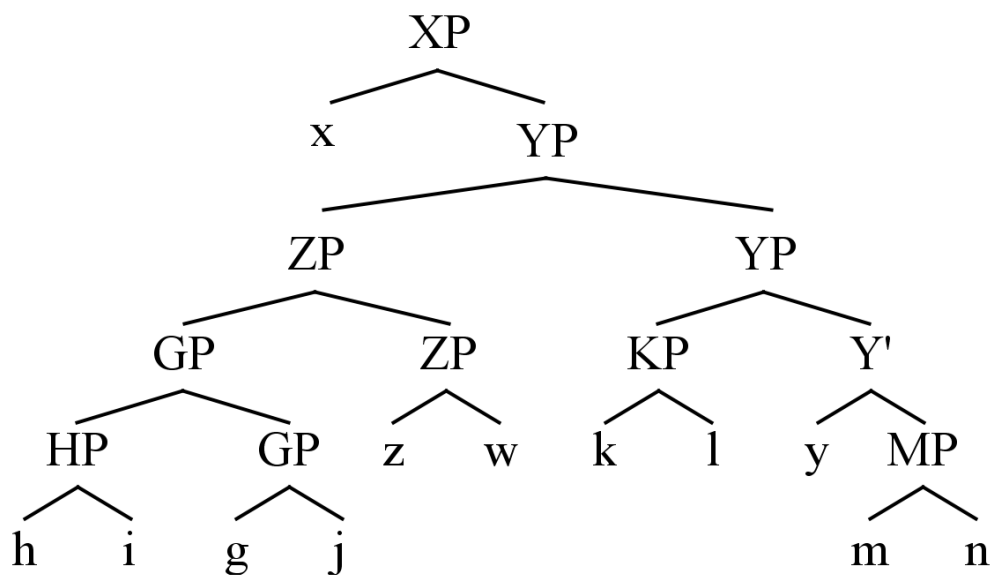
Kayne (1994), ele também assume que especificadores são adjuntos⁵⁶, assim o *super c-comando* aconteceria em casos de *adjunto ao especificador*, *adjunto ao adjunto ao especificador* etc., ou simplesmente *adjunto ao adjunto*. A rigor, a noção de super c-comando é a mesma da de c-comando, mas passa a ser chamada dessa forma como um recurso expositivo para chamar atenção para o fato de que, em certos casos, um constituinte que está numa posição mais encaixada é capaz de c-comandar outro constituinte que está em uma posição menos encaixada.

Lembre-se de que super c-comando não é uma nova relação; é meramente um rótulo útil para distinguir casos de c-comando tradicional daqueles que envolvem c-comando pelo especificador de um especificador. A gramática não deve fazer distinções entre esses dois tipos de c-comando e, correspondentemente, não deve haver diferença entre c-comando tradicional e super c-comando (BARRIE, 2006, p. 75, tradução nossa)⁵⁷.

Portanto, a definição de c-comando e de super c-comando é a mesma. E por conta disso a definição em (20) também vale para o epifenômeno do super c-comando.

Com o intuito de o compreendermos melhor, vejamos (22).

(22)



⁵⁶ Kayne (1994, p. 27) afirma que “specifier positions are instances of adjunction”. Essa questão é discutida por esse autor na seção 3.5, do capítulo 3, p. 22.

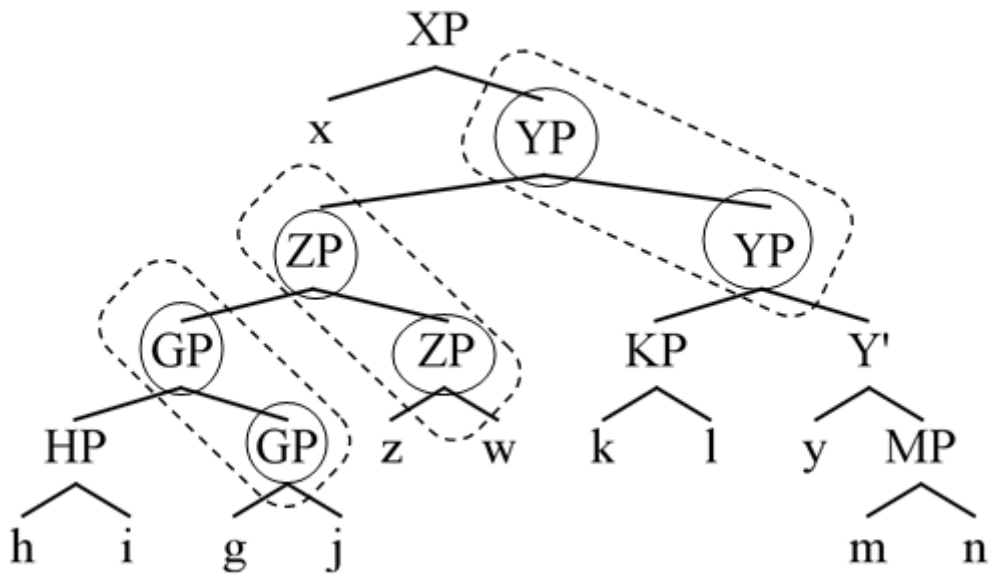
⁵⁷ Recall that super-c-command is not a new relation; it is merely a useful label to distinguish cases of traditional c-command from those involving c-command by the specifier of a specifier. The grammar should make no distinctions between those two types of c-command, and, correspondingly, there should be no empirical difference between traditional c-command and super c-command (...) (BARRIE, 2006, p. 75).

A partir de (22), podemos observar algumas relações. Se tomarmos, inicialmente, [m] como α e [n] como β , e voltarmos a definição de c-comando que vimos em (20), teremos que (i) $\alpha \neq \beta$; (ii) α não domina β e (iii) toda categoria que domina α – a saber: [MP], [Y’], [YP] e [XP] – também domina β . Se tomarmos agora [n] como α e [m] como β , também teremos que (i) $\alpha \neq \beta$; (ii) α não domina β e (iii) toda categoria que domina α – a saber: [MP], [Y’], [YP] e [XP] – também domina β . Portanto esses constituintes estão em uma relação de irmandade, visto que eles estão em uma relação de c-comando mútuo, i.e. simétrico.

Agora, vamos observar a relação existente entre [HP] e entre [x]. Considerando [HP] como α e [x] como β , perguntemos se α c-comanda β ou não. É evidente que [HP] e [x] são distintos e que [HP] não domina [x]. O grande ponto é o que nos diz a condição (20c): toda categoria que domina um também tem que dominar o outro. E a questão é: quais seriam as categorias que dominariam [HP] e quais dominariam [x]? Para respondermos a essa questão, precisamos levar em consideração a distinção entre *categoria* e *segmento de categoria*.

Mencionamos, por alto, no início desta seção que uma categoria seria um objeto sintático, mas que quando o objeto sintático era formado por adjunção, teríamos uma categoria formada por dois (ou mais) segmentos. Se observarmos em (22), temos [HP] adjungido a [GP], que por sua vez está adjungido a [ZP], que por sua vez está adjungido a YP, que por sua vez é complemento (nódulo irmão, em c-comando mútuo) de [x]. Cada um desses nódulos – [HP], [GP], [ZP] e [YP] – são categorias assim como também o são [MP], [n] e [KP], por exemplo, que não estão em adjunção. No entanto, apenas [GP], [ZP] e [YP] são categorias de dois segmentos. Vejamos (23), cuja notação explicita o ponto ora em destaque.

(23)



Aqui, as adjunções estão assinaladas com retângulos tracejados, que abarcam exhaustivamente as categorias de mais de um segmento – nesse caso, de dois segmentos. Por meio dos círculos, marcamos cada um dos segmentos que compõem cada categoria dessas. Ao pensarmos em estruturas de adjunção, devemos levar em consideração que “em uma estrutura típica de adjunção com α adjungido a β , α não é dominado pela categoria β ; mas sim β consiste de dois ‘segmentos’, e uma categoria é dominada por β somente se ele é dominado por ambos esses segmentos” (CHOMSKY, 1986, p. 7). Portanto, se entendemos [GP] como β , temos que ele consiste de dois segmentos e [HP] só será dominado por [GP], por exemplo, se os dois segmentos de [GP] dominarem [HP].

A distinção entre segmento e categoria é relevante para diferentes propriedades sintáticas, como c-comando e dominância. O conceito de cada uma delas está relacionado a essa distinção. Para pensarmos na relação de c-comando, precisamos levar em consideração *dominância*, sendo que um elemento só pode dominar outro se todos os seus segmentos o dominam. Uma outra relação que se tem por meio dessas noções é a *exclusão*, em que α exclui β se nenhum segmento de α domina β (cf. CHOMSKY, 1986, p. 9; KAYNE, 1994, p. 24).

Isso posto, voltemos para a condição (c) da definição de super c-comando⁵⁸ para verificarmos quais são as categorias que dominam tanto [HP] quanto [x]. Para tanto, o ponto de

⁵⁸ Repetimos aqui a definição de c-comando que tínhamos em (20):

partida é identificar a ‘primeira’ categoria que domina ambos, i.e. aquela categoria ‘mãe’ (chamemo-la de μ) que os domina imediatamente (ou seja: μ domina [HP] e [x], e não existe nenhuma outra categoria π tal que μ domine π , e π também domine [HP] e [x]. Uma vez identificada essa categoria μ , qualquer outra categoria que domine μ também dominará [HP] e [x], e isso validará (conforme a condição em (20c)) a relação de c-comando que eventualmente existir de [HP] para [x] ou de [x] para [HP], ou nas duas direções.

A primeira categoria que ‘supostamente’ dominaria imediatamente [HP] seria [GP]. No entanto, [GP] é uma categoria de dois segmentos. Se apenas um dos segmentos domina um constituinte, não há dominância no sentido estrito, ou seja, para que a dominância ocorra, precisamos que todos os segmentos da categoria dominem um determinado elemento (assim como acontece, por exemplo, com [MP], [KP] e [Y’], dominados pelos dois segmentos da categoria [YP]). Portanto, [GP] não domina [HP]. Situação análoga ocorre em relação a [ZP] e [YP] – para ambas essas categorias, apenas um de seus segmentos ‘domina’ [HP], logo nem [ZP] nem [YP] propriamente dominam [HP]. O próximo constituinte em questão seria [XP] que de fato domina [HP]. Então, temos que a primeira categoria que domina imediatamente [HP] é [XP]. Por conta disso é que podemos afirmar que [XP] domina imediatamente [HP] e também domina imediatamente [x]. Portanto, [XP] é a primeira categoria que domina [x].

Levando em consideração esses apontamentos, e tomando [HP] como α e [x] como β , temos: (i) $\alpha \neq \beta$; (ii) α não domina β e (iii) toda categoria que domina α , a saber, [XP] (e tudo o que eventualmente possa dominar XP) também domina β . O contrário também será verdadeiro: se tomarmos [x] como α e [HP] como β , temos (i) $\alpha \neq \beta$; (ii) α não domina β e (iii) toda categoria que domina α , a saber, [XP] (e nódulos que o dominem) também domina β . Dessa forma, podemos concluir que há c-comando simétrico entre eles e, portanto, eles são irmãos⁵⁹. A despeito de o diagrama arbóreo não deixar isso claro, [x] e [HP] são tão irmãos quanto seriam se tivessem sido mergidos um com o outro numa configuração típica de núcleo e complemento. O mesmo pode ser dito sobre [x] e [GP] e sobre [x] e [ZP].

Embora [HP], [GP], [ZP] e [YP] sejam irmãos de [x], não é verdade que eles sejam irmãos uns dos outros, pois o c-comando que há entre eles é assimétrico, sendo [HP] o mais c-comandante e [YP] o mais c-comandado. Esse c-comando assimétrico é decorrente da noção

Definição de c-comando:

α c-comanda β se e somente se α e β :

a) $\alpha \neq \beta$;

b) α não domina β , e

c) toda categoria que domina α também domina β .

⁵⁹ Estamos assumindo irmandade como uma relação de c-comando simétrico entre dois elementos, sendo que eles possuem um mesmo nóculo-mãe.

de exclusão. Tomando [HP] e [GP], e reconhecendo [GP] como uma categoria de dois segmentos, tem-se que [GP] exclui [HP], dada a cláusula de exclusão inerente à noção de dominância (cf. CHOMSKY 1986, p. 9) e incorporada, como efeito cascata, à definição de comando (cf. KAYNE, 1995, p. 16), que afirma que o c-comandante deve excluir o c-comandado.⁶⁰ Ou seja, para que houvesse c-comando mútuo, [HP] deveria excluir [GP], assim como [GP] deveria excluir [HP]. Temos que isso não ocorre, visto que [GP] não exclui [HP], apesar de [HP] excluir [GP]. O mesmo se observa com todos os outros e é por essa razão que não vamos considerá-los como irmãos entre si. Isso não é nenhuma extrapolação nossa; é apenas a consequência natural de se levar a sério o formalismo adotado até suas últimas consequências.

Essa relação de irmandade, portanto, só é possível ao levarmos em consideração o epifenômeno do super c-comando, calcado na clássica distinção entre categorias e segmentos de categoria, algo que só se faz evidente em estruturas envolvendo adjunção, únicos casos em que uma mesma categoria tem mais de um segmento. Tecnicamente falando, [HP], [GP] e [ZP] estão todos ‘contidos dentro de’ YP, porém nenhum dos constituintes em questão é efetivamente dominado por todos os segmentos de [YP]. Interessantemente, [HP] está muito profundamente encaixado dentro de [YP] e mesmo assim é capaz de c-comandar mutuamente [x], que é muito menos encaixado que [HP], considerando a estrutura global. Faz-se pertinente aqui uma comparação entre [HP] (o adjunto do adjunto do adjunto de [YP]) e [KP] (o especificador de [YP] (ou de [Y’], como queira)). HP está mais profundamente ‘contido dentro de’ [YP] do que [KP] está. Entretanto, apenas [KP] é efetivamente dominado por [YP], posto estar ‘contido dentro de’ todos os segmentos de [YP], enquanto [HP] (bem como [GP] e [ZP]) só está ‘contido dentro’ de um dos segmentos de [YP]. Consequentemente, o c-comando entre [HP] e [KP] é assimétrico: [HP] c-comanda [KP], mas o inverso não é verdadeiro. Diferentemente de [HP] (ou [GP], [ZP], e o próprio [YP]), o que ocorre com [KP] é que a condição (20c) não é satisfeita se tomarmos [KP] como α e [HP] como β . Afinal, existe um constituinte (a saber: [YP]) que domina [KP] e que não domina [HP]. Logo, nem toda categoria que domina α também domina β , nesse caso.

Vimos, assim, que, embora sejam projeções máximas que se combinaram via *merge* com algo que, naquele passo derivacional, era outra projeção máxima, especificadores e adjuntos têm comportamento distinto quanto às relações de c-comando estabelecidas com demais constituintes da estrutura global. E isso acaba tendo um impacto decisivo nas

⁶⁰ Definição de c-comando proposta por Kayne (1994, p. 16): “X c-comanda Y sse X e Y são categorias e X exclui Y e toda categoria que domina X domina Y”.

propriedades da construção sintática como um todo. É por isso que usamos (seguindo Barrie (2006)) a terminologia *super c-comando* para destacar esses casos em que a relação de c-comando é levada ao limite, com consequências interessantes e inesperadas, e que acabam por explicar fenômenos que de outra forma pareceriam estranhos. Na perspectiva aqui adotada (de fato, nada mais é que uma versão atualizada da tradição iniciada por May (1985) e Chomsky (1986)), certas soluções para problemas aparentemente complexos se mostram simples, seguindo-se como uma consequência lógica da própria natureza da adjunção e do c-comando. A noção de super c-comando será retomada ao longo da tese na argumentação a favor de nossa proposta de estrutura sintática defendida aqui.

II.3. RELAÇÕES TEMÁTICAS

Nesta seção, nosso objetivo é expor o que estamos levando em consideração em nossa análise no que diz respeito à teoria temática, visto que, como já adiantamos, estamos assumindo, neste trabalho, a concepção hornsteineana de gramática segundo a qual, como consequência de questões ‘arquiteturais mais basilares’, um DP pode receber mais de um papel temático. Para isso, em um primeiro momento, apresentamos alguns dos pressupostos dessa teoria à luz da GB e, em seguida, à luz do PM, tomando como base os estudos de Hornstein (1999, 2001), Hornstein & Polinsky (2010), Rodrigues (2004) e Guimarães & Mendes (2013).

Para que uma sentença seja bem formada no sistema da GB, prevê-se a existência de filtros de boa formação de estruturas. Esses filtros (cuja natureza seria eminentemente representacional, e.g. filtro de caso, princípio de categorias vazias, princípio de projeção estendido, etc.), aplicam-se nos níveis previstos por essa teoria, como, por exemplo, no nível da estrutura profunda (DS), da estrutura superficial (SS), em forma lógica (LF). Um desses filtros de boa formação é o que chamamos de ‘critério temático’ (ou ‘critério-theta’). Conforme os preceitos da GB, ele ocorre no nível da estrutura profunda e pode ser definido como: “cada argumento recebe um e apenas um papel temático e cada papel temático é atribuído para um e apenas um argumento” (CHOMSKY, 1981, p. 36)⁶¹.

Para que possamos compreender melhor esse princípio, tomemos, inicialmente, o exemplo em (24).

⁶¹ “Each argument bears one and only one θ -role, and each θ -role is assigned to one and only one argument” (CHOMSKY, 1981, p. 35).

(24) João comeu bolo.

Nesse exemplo, temos o verbo biargumental⁶² comer. Um verbo biargumental é aquele que possui dois argumentos, um argumento externo e um argumento interno, e, portanto, teria dois papéis temáticos para atribuir aos seus argumentos. O verbo comer nos remete a um evento que pressupõe dois participantes, um que realiza a ação prevista pelo verbo, neste caso, ‘a ação de comer’, e outro que sofre essa ação. Esses participantes são chamados de argumentos, sendo que cada um deles exerce um ‘papel’ no evento (o de ‘comedor’ ou o de ‘comido’). O ‘papel’ de cada participante é o que chamamos de ‘papel temático’ (ou papel theta). O evento de comer apresenta, então, dois participantes, ‘o comedor’, que em (24) é [João], e o ‘comido’, neste exemplo, [bolo]. Portanto, dessa forma, dizemos que o verbo comer seleciona dois argumentos, um argumento externo, a saber, [DP João], e um argumento interno, a saber, [DP bolo], sendo que João é o ‘agente’ da ação de ‘comer’, enquanto ‘bolo’ é o ‘paciente⁶³’ da ação de ‘comer’. Dessa forma, a grade temática do verbo comer fica saturada.

Os DPs [João] e [bolo], assim como qualquer outro DP, não trazem codificados em si seu papel temático. Tal codificação é determinada pelo predicator. É ele quem especifica quais são os papéis temáticos que serão atribuídos aos seus argumentos. No exemplo de que estamos tratando, o verbo comer é um predicator que traz codificado em si os papéis temáticos de agente e de paciente que ele deve atribuir aos seus argumentos, tanto o externo quanto o interno.

Essa atribuição de papel temático ocorre na estrutura profunda, portanto, antes de qualquer movimento. No entanto, o elemento que irá receber papel temático não pode estar em qualquer posição na sentença, visto que é necessário haver um certo grau de localidade para receber o papel temático. Por conta disso, diz-se que para receber papel temático, o DP deve estar na posição de irmão de um atribuidor temático e, portanto, ou ele é irmão da projeção mínima, ou seja, é o complemento, ou ele é irmão da projeção intermediária, neste caso, é o especificador. Isso remete ao fato de que ele precisa ser dominado imediatamente por uma das projeções do núcleo atribuidor.

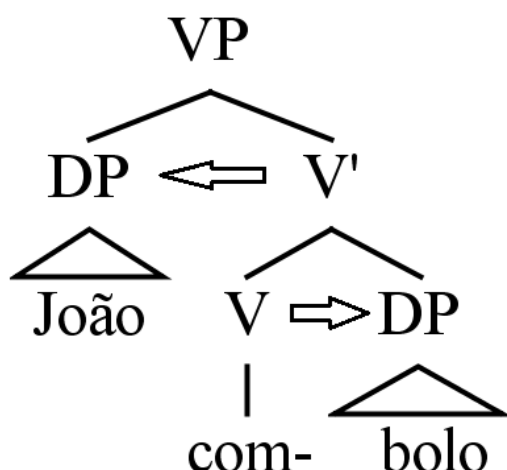
Essas posições ocupadas pelo DP em que papéis temáticos são atribuídos são chamadas de *posições temáticas*. Como só há atribuição de papel temático para argumentos, afirma-se

⁶² Não faremos uma discussão pormenorizada da tipologia de verbos e de papéis temáticos. Remetemos o leitor à seção 4.4.2 do capítulo 4 de Guimarães (no prelo) que apresenta tanto essas tipologias quanto às regularidades de distribuição dos papéis temáticos na estrutura sintática.

⁶³ ‘Agente’ e ‘paciente’ fazem parte de uma tipologia de papéis temáticos que “representa mais que uma mera convenção terminológica, mas sim uma concepção acerca da estrutura gramatical de uma parte do significado” (GUIMARÃES, no prelo, cap. 4, seção 4.4.2). Não pretendemos discutir todas essas possibilidades. Nosso intuito aqui é, a partir desse exemplo, explicar como a teoria temática é prevista pela GB.

que posições argumentais são sempre posições temáticas (CHOMSKY, 1981, p. 35 *et seq.*). Para compreendermos melhor como se dá essa atribuição, retomemos nosso exemplo, (24), e vejamos, em (25), a representação, em DS.

(25)



O que podemos observar aqui é que V e V' são atribuidores de papel temático⁶⁴ e os DPs são os recebedores de papel temático. Se retomarmos o critério temático tal como definido por Chomsky (1981, p. 36), temos que “cada argumento recebe um e apenas um papel temático e cada papel temático é atribuído para um e apenas um argumento”. Portanto, V atribui seu papel temático de ‘paciente’ para um único argumento, neste caso, bolo, enquanto V' atribui seu papel temático de ‘agente’ apenas para João. Os argumentos bolo e João recebem esses papéis temáticos, por estarem na posição temática de atribuição temática do predador, ou seja, eles estão na posição de irmão do predador. Além disso, esses argumentos não podem receber outro papel temático; apenas um. Por esse critério, temos também que se um predador tem dois papéis temáticos para atribuir, ele precisa fazer essa atribuição. Caso isso não ocorra, a sentença seria malformada, como em ‘*João comeu’ (enunciada na ausência de informação prévia que legitimasse conceber um DP elíptico como complemento de comeu).

Como mencionamos, o critério temático é considerado como um filtro de boa formação de sentenças, ou seja, se ele não é verificado, a sentença é malformada. Esse critério é aplicado em estrutura profunda (DS) e, portanto, antes de qualquer movimento de constituintes.

⁶⁴ Elaboramos aqui um raciocínio a partir de um verbo biargumental. Raciocínio análogo pode ser feito para verbos monoargumentais ou triargumentais.

Assim, ao pensarmos no movimento de um constituinte, por exemplo, o movimento do [DP João] para a posição de especificador de IP, a GB irá prever que essa posição de chegada do elemento movido (neste caso, especificador de IP) é uma posição não temática. Tal previsão deve ser realizada, pois se fosse uma posição temática, o DP que estaria ali precisaria receber papel temático, no entanto, como essa atribuição só pode ocorrer em DS, esse DP não receberia papel temático. Dito de outra forma, como movimentos ocorrem após DS, já no percurso para SS, essa atribuição não seria possível e teríamos um papel temático a ser atribuído mas sem a possibilidade técnica de isso se concretizar, o que resultaria em uma sentença agramatical.

Portanto, não é permitido o movimento de uma posição temática para outra posição temática ou de uma não temática para uma temática, pois, se isso ocorresse, a atribuição temática não ocorreria, contrariamente a eventuais demandas de predadores e DPs envolvidos.

Tendo isso posto, vejamos o seguinte exemplo:

(26) Ele_i tenta PRO_i comer uma refeição saudável.

Quando temos uma sentença como (26) em que há uma categoria vazia, nesse caso, um PRO que é correferente ao seu antecedente, dizemos que há aqui um PRO controlado e que essa relação recebe o nome de ‘controle’. Pensando na teoria temática, o verbo comer tem dois papéis temáticos a atribuir, como discutimos anteriormente, assim como o verbo tentar. Nesse exemplo, quem come uma refeição saudável é ‘ele’ e quem ‘tenta’ também é ‘ele’. Portanto, esses predadores teriam que atribuir um de seus papéis temáticos para um mesmo elemento – o que não permitido pelo critério temático. Por conta disso, a existência desse PRO é necessária, pois se ele não existir aqui, um dos papéis temáticos não será atribuído, violando o filtro de boa formação. Por essa razão é que PRO está ali e recebe o papel temático do predador comer.

Por exemplos como esses, que a GB precisava diferenciar PRO de vestígio, por exemplo. Se em (26) houvesse um vestígio e não um PRO, o elemento movido, no caso, ‘ele’ teria que receber dois papéis temáticos, pois tanto ‘comer’ quanto ‘tentar’ teriam papéis temáticos para atribuir a esse constituinte. Como vimos, isso não seria possível, visto que quando o elemento movido chegasse na posição temática de ‘tentar’, DS já teria ‘passado’ e a atribuição de papel temático não seria mais possível.

Com o advento do Programa Minimalista, novos argumentos conceptuais e dados empíricos robustos apareceram e motivaram a ideia de se abandonar a estrutura profunda. Considerou-se então que esse não era mais um conceito apropriado para compor uma

arquitetura de gramática adequada⁶⁵. Dessa forma, assume-se uma arquitetura de gramática sem estrutura profunda e tudo que se resolvia nesse nível, como o critério temático, para a ser resolvido em LF⁶⁶.

Hornstein (1999), com o intuito de retirar os últimos resíduos de estrutura profunda⁶⁷ presentes em Chomsky (1995), rediscute esse critério e afirma ser possível um DP argumento receber mais de um papel temático.

Hornstein (1999), então, inicia sua discussão a partir dos exemplos a seguir, em que ele discute a questão do PRO e do vestígio⁶⁸.

- (27) a. John expects to win.
 b. John_i expects [PRO_i to win].
- (28) a. John seemed to win.
 b. John_i seemed [t_i to win].

Em (27), há uma sentença controle (*control sentence*). Nela, a relação entre [DP John] e a sentença encaixada é mediada pelo PRO, que permite que esse DP seja interpretado tanto como o ‘esperador’ quanto como o ‘vencedor’. O DP John teria que receber dois papéis temáticos, a saber, o de ‘esperador’, já que esse DP é o argumento do verbo expect, e o de ‘vencedor’, já que aqui o DP é o argumento externo de win. No entanto, como vimos, pela GB, isso não seria possível, pois haveria violação do critério temático. Em se postulando a existência do PRO, o critério temático não é violado, visto que é esse elemento que recebe o papel temático atribuído por win. Dessa forma, o [DP John] não recebe dois papéis temáticos, mas pode ser interpretado como o ‘esperador’ e o ‘vencedor’.

Já em (28), há uma sentença com alçamento (*raising sentence*) que é derivada de movimento em que, como previsto, o elemento movido c-comanda sua cópia. Nesse exemplo, o DP John seria o ‘vencedor’, i.e., o argumento externo de win, visto que esse papel temático seria atribuído a [DP John] por win dentro do VP da encaixada. Ao ser movido para a posição de especificador de IP da sentença matriz, o DP receberia caso nominativo; como seem não atribui papel temático ao seu argumento externo, não haveria violação de critério temático.

⁶⁵ Para uma argumentação completa, ver Chomsky (1995, capítulo 3), Hornstein (1995, 2001).

⁶⁶ Não apresentaremos os pormenores dessa discussão. Remetemos o leitor a Chomsky (1995).

⁶⁷ A argumentação do autor pode ser vista em Hornstein (1999, p. 69).

⁶⁸ Mencionamos, anteriormente, sobre essa discussão.

De acordo com Hornstein (2003, p. 9, tradução nossa), “a clássica distinção entre alçamento e controle se segue aparentemente da assunção da existência da estrutura profunda⁶⁹”. Portanto, se o entendimento contemporâneo é que a estrutura profunda na verdade não existe, então essas distinções entre alçamento e controle não fazem sentido e devem ser descartadas da teorização gramatical. Por conta disso que o autor argumentará a favor de um PRO que pode ser tratado como vestígio de movimento e proporá que esse PRO controlado seria, na verdade, uma cópia do DP controlador.

Levando em consideração essa proposta de Hornstein, poderia ser feita uma unificação do tratamento dado para as sentenças em (27) e (28), pois teríamos movimentos nos dois casos e não seria necessário prever a existência de um PRO, como vemos em (29).

- (29) a. [_{IP} John₁ expects₂ [_{VP} t₁ t₂ [_{IP} t₁ to win₃ [_{VP} t₁ t₃]]]]]
 b. [_{IP} John₁ seemed₂ [_{VP} t₂ [_{IP} t₁ to win₃ [_{VP} t₁ t₃]]]]]

Considerando essas noções, o autor discute ainda a questão da atribuição de papel temático. Retomando a ideia de que a DS foi abandonada, então, o critério temático pode ser repensado. Para o autor, dado os pressupostos da GB em relação ao nível DS e à X-barra, era inevitável ter que assumir a diferença entre PRO (controlado) e vestígio resultante de alçamento, bem como ter que assumir a versão original do critério temático, ou seja, que todo DP recebe um e apenas um papel temático. Esse não era, então, um axioma da GB, mas sim algo que se seguia das premissas da GB. Em não existindo DS, a consequência natural é que não há PRO e que DPs podem receber múltiplos papéis temáticos. Para o autor, então, essa não é uma proposta nova; na verdade, ela se segue como consequência de um modelo de gramática sem estrutura profunda.

Nessa proposta, portanto, à medida que um DP se move, suas cópias ocupam diferentes posições temáticas e cada uma pode receber um papel temático diferente. Assim, o DP irá receber tantos papéis temáticos quantas forem as posições temáticas onde ele posou durante seu percurso de sucessivos movimentos. Mas ele continuará recebendo apenas um papel temático de cada um dos predadores com os quais estabeleceu relações sintáticas locais nesse percurso. Portanto, nessa proposta, um predador atribui apenas um papel temático, porém um argumento pode receber papel temático de diferentes predadores.

⁶⁹ “(...) the classical distinction between raising and control follows seamlessly from the assumption that D-structures exists” (HORNSTEIN, 2003, p. 9).

Essa proposta ficou conhecida como teoria de controle por movimento (*Movement Theory of Control, MTC*) e o que foi exposto aqui a favor dela aparece de forma sucinta em Hornstein & Polinsky (2010) no trecho reproduzido a seguir:

(...) O PRO-livre da Teoria de controle por movimento se adequa particularmente bem aos pressupostos minimalistas. A principal razão para não adotar a TCM vem da proibição de múltiplos papéis temáticos previstos pelo critério temático. Como o PRO-livre da TCM requer que cadeias/expressões exibam múltiplos papéis temáticos, isso é incompatível com o critério temático. Uma pergunta razoável a se fazer é de onde vem a proibição de múltiplos papéis temáticos. Não há nada conceptualmente estranho em uma expressão singular exibir muitos papéis. De fato, variáveis podem ser pressionadas nesse serviço para exatamente esse propósito, e expressões como John λx (x gosta x de vencer) logicamente representam a atribuição para John dos papéis de ‘gostador’ e de ‘vencedor’. Então, a proibição de múltiplos papéis temáticos por expressão é uma restrição sintática. O que motiva isso? A resposta é: a concepção clássica de estrutura profunda (DS).

Na GB, a estrutura profunda é a representação do nível de representação gramatical em que todos os papéis temáticos e apenas eles são preenchidos. Como a inserção lexical precede o movimento e como toda posição temática e apenas elas são ocupadas em DS, a proibição de uma expressão com múltiplos papéis temáticos se segue. Em outras palavras, a parte relevante do critério temático não é axiomático, mas se segue de como a DS foi concebida na GB (assim como em quase toda teoria antes dela).

Como essa história é relevante? Como bem se sabe, uma das inovações do minimalismo desde seu início (Chomsky, 1995, capítulo 3) tem sido a eliminação de DS como um nível de representação gramatical. Como DS e suas propriedades são o que subjazem a proibição de múltiplos papéis temáticos, sua eliminação abre uma possibilidade que até então estava indisponível, viz. a exibição de múltiplos papéis temáticos em uma expressão. Nesse sentido, então, essa é mais uma forma em que o PRO-livre da TCM se encaixa bem na característica central do Programa Minimalista. O PRO-livre da TCM implica que DS, no sentido da GB, não pode existir, já que ele requer que o movimento dê conta da atribuição de papel temático. Dessa forma, uma pré-condição teórica para a viabilidade do PRO-livre da TCM (movimento para posições temáticas) é um princípio central para o Programa Minimalista (sem estrutura profunda).

De fato, eliminar DS e suas [sic] propriedades não é somente uma condição necessária para a TCM, mas também suficiente, já que nada óbvio agora impede o movimento para posições temáticas. Em outras palavras, uma vez que DS e suas propriedades são removidas da GU, a TCM se segue. Nesse sentido, ele vem livremente dados os pressupostos minimalistas básicos. Há, certamente, modos de evitar movimento para posições temáticas dados pressupostos extras. No entanto, dadas as obrigações Ockamite do Programa Minimalista, essa abordagem deve ser adotada somente sob pressão empírica extrema.

Em outras palavras, nosso objetivo é o seguinte: o PRO-livre da TCM implica que DS não pode existir. De fato, isso implica algo ainda mais forte: que o critério temático não é um princípio da GU. Chomsky 1993 argumenta contra DS, mas mantém uma versão do critério temático pela exigência de que todos os papéis temáticos sejam atribuídos via External Merge (esse modo de colocar coisas é de alguma forma anacrônico, embora preciso). De fato, Chomsky 2005 assume a mesma coisa na “dualidade de interpretação”. No entanto, é verdade que se PRO-livre da TCM está correto então deve haver movimento para posições temáticas e cadeias podem ter mais papéis temáticos múltiplos. Cada um é incompatível com a existência de DS e então cada um pressupõe que DS não existe. Como DS é independentemente suspeito a partir de uma perspectiva minimalista, é verdade que sua eliminação é uma pré-condição para o PRO-livre da TCM. Além disso, excluir a TCM em um contexto minimalista em que DS é eliminada requer condições adicionais para a GU, algo que minimalistas fazem apenas com relutância. Para um argumento paralelo levando em consideração a redução de Move para internal merge cf. Chomsky (2005), onde ele

argumenta que a redução procede de pressupostos sobressalentes⁷⁰ (HORNSTEIN & POLINSKY, 2010, p. 8-9, tradução nossa).

Com base em tudo que foi exposto, é possível concluir que um constituinte pode receber mais de um papel temático e é essa proposta que seguiremos neste trabalho. No entanto, essa abordagem não se esgota a partir do que foi exposto aqui. Essa mecânica, ou ainda, esse sistema de atribuição de papel temático, não se reduz apenas a estruturas de controle; há construções diversas que podem exibir essas propriedades, por exemplo, sujeitos nulos em orações subodinadas (RODRIGUES, 2004), a sequência de verbos auxiliares e dupla realização de sujeito (TRAUTWEIN, 2013), dupla realização de sujeito, controle e focalização (GUIMARÃES & MENDES, 2013), as construções resultativas (KNÖPFLE, 2014) e as predicções secundárias (CARREIRA, 2015).

⁷⁰ (...) the PRO-free MTC fits particularly well with other minimalist assumptions. The main reason for not adopting the MTC comes from the θ -criterion prohibition against bearing multiple θ -roles. As the PRO-free MTC requires that chains/expressions bear multiple θ -roles it is incompatible with this. One reasonable question to ask is where the prohibition against multiple θ -roles comes from. There is nothing conceptually odd about a single expression bearing many roles. Indeed variables can be pressed into service for exactly this purpose, and expressions like John λx (x likes x to win) logically represent assigning John the liker and winner roles. So, the prohibition against multiple θ -roles per expression is a syntactic restriction. What motivates it? The answer is: the classical conception of D-structure (DS).

In GB, D-structure is the representation of the level of grammatical representation where all and only θ -roles are filled. As lexical insertion precedes movement and as all and only θ -positions can be occupied at DS the prohibition against an expression bearing multiple θ -roles follows. In other words, the relevant part of the θ -criterion is not axiomatic, but follows from how DS was conceived in GB (as well as in almost every theory before it).

How is this history relevant? As is well known, one of the innovations of minimalism since its inception (Chomsky 1995, Chapter 3) has been the elimination of DS as a level of grammatical representation. As DS and its properties are what underlie the prohibition against multiple θ -roles, its elimination opens up a possibility that was heretofore unavailable, viz. an expression's bearing multiple θ -roles. In this sense, then, this is yet one more way that the PRO-free MTC fits neatly with a central feature of the Minimalist Program. The PRO-free MTC implies that DS in the GB sense cannot exist, as it requires that movement feed θ -assignment. Thus, a theoretical precondition for the viability of the PRO-free MTC (movement into θ -positions) is a central tenet of the Minimalist Program (no DS level).

Indeed, eliminating DS and its [sic] properties is not only a necessary condition for the MTC, it is a sufficient one as well, as nothing obvious now prevents movement into θ -positions. In other words, once DS and its properties are removed from UG, the MTC follows. In this sense it comes for free given basic minimalist assumptions. There are, of course, ways of avoiding movement into θ -positions given extra assumptions. However, given the Ockamite commitments of the Minimalist Program, this approach should be adopted only under extreme empirical pressure.

In other words, our claim is as follows: the PRO-free MTC implies that DS cannot exist. Indeed, it implies something stronger still; that the θ -criterion is not a principle of UG. Chomsky 1993 argues against DS but retains a version of the θ -criterion by requiring that all θ -roles be discharged via External Merge (this way of putting things is somewhat anachronistic, though accurate). Indeed, Chomsky 2005 assumes the same thing in the "duality of interpretation." Nonetheless, it is true that if the PRO-free MTC is correct then there must be movement into θ -positions and that a chain can have multiple θ -roles. Each is incompatible with the existence of DS and so each presupposes that DS does not exist. As DS is independently suspect from a minimalist perspective, it is true that its elimination is a precondition for the PRO-free MTC. Furthermore, precluding the MTC in a minimalist context where DS is eliminated requires adding conditions to UG, something that minimalists only do reluctantly. For a parallel argument regarding the reduction of Move to internal merge cf. Chomsky (2005), where he argues that the reduction proceeds on the sparest assumptions (HORNSTEIN & POLINSKY, 2010, p. 8-9).

Com essa exposição, ainda que simplificada, mostramos que há inúmeros trabalhos que suportam a possibilidade de DPs receberem mais de um papel temático. É essa proposta que iremos assumir nesta tese, principalmente ao apresentarmos nossa proposta nos capítulos IV e V.

II.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa proposta neste interlúdio é a de apresentar algumas questões relevantes para a compreensão de BPS e da noção de super c-comando, principalmente para que possam ser uma base para a discussão que apresentaremos nos capítulos seguintes. Nesta última seção, trazemos os conceitos que assumimos nesta tese. Em relação à estrutura sintagmática, temos a definição de objeto sintático em (30). Em relação à operação de formação de objetos sintáticos, temos a definição de *merge* em (31). Em (32), (33) e (34) temos os conceitos de projeção para BPS. Em seguida, temos a definição de dominância e de c-comando, respectivamente, em (35) e (36), que são as relações entre objetos sintáticos que são fundamentais para a sintaxe.

(30) Definição de *objeto sintático* (adaptada de Nunes & Thompson, 1998, p. 502)

Σ é um objeto sintático se e somente se

a) Σ é um item lexical ou um conjunto de traços formais de um item lexical, ou

b) Σ é o conjunto $K = \{ \gamma, \{ \alpha, \beta \} \}$, ou $K = \{ \langle \gamma, \gamma \rangle, \{ \alpha, \beta \} \}$, tal que tanto α quanto β são objetos sintáticos, e γ ou $\langle \gamma, \gamma \rangle$ é o rótulo de K .

(31) Definição de *Merge* (cf. GUIMARÃES, 2000, p. 91)

MERGE: input: α e β , tal que α e β são objetos sintáticos;

output: $K = \{ \gamma, \{ \alpha, \beta \} \}$, tal que γ (rótulo de K) corresponde ou ao núcleo de α ou ao núcleo de β . (dado (30), pode-se ter $\langle \gamma, \gamma \rangle$ em vez de γ como o rótulo de K , em estruturas de adjunção)

(32) Projeção Mínima

Um objeto sintático α é uma projeção mínima se e somente se não há um objeto sintático β tal que α domina β .

(33) **Projeção Máxima**

Um objeto sintático α é uma projeção máxima se e somente se não há um objeto sintático β tal que β domina imediatamente α e β tem o mesmo rótulo de α .

(34) **Projeção Intermediária**

α é uma projeção intermediária se e somente se α é um objeto sintático que não é nem uma projeção máxima nem uma projeção mínima.

(35) **Definição de dominância:**

K domina um objeto sintático α se e somente se

- a. Para todo conjunto L tal que $L \in K$, então $\alpha \in L$, ou
- b. Para algum conjunto M , K domina M e M contém α .

(36) **Definição de c-comando:**

α c-comanda β se e somente se α e β :

- a) $\alpha \neq \beta$;
- b) α não domina β ,
- c) toda categoria que domina α também domina β ,
- d) α exclui β .

(37) **Definição de exclusão**

α exclui β se nenhum segmento de α domina β .

São esses os pressupostos teóricos que adotaremos ao longo desta tese e, em momentos oportunos, faremos a remissão para eles.

III - DAS RELATIVAS COM NÚCLEO NOMINAL

III.0 INTRODUÇÃO

Um dos propósitos de nossa pesquisa é apresentar uma proposta sintática que dê conta dos aspectos envolvidos no estudo das *relativas livres*. Contudo, para alcançarmos tal objetivo, precisamos, inicialmente, explicitar o funcionamento do *processo de relativização* que ocorre nas línguas naturais.

Tendo isso em mente e tomando como base a tipologia das sentenças relativas apresentada no capítulo I, nossa pretensão, neste capítulo, é tratar das sentenças relativas conhecidas como *relativas com núcleo nominal*, exemplificadas a seguir.

(01) A pessoa que encomendou o bolo não apareceu.

Afirma-se que há em (01) uma relativa com núcleo nominal (RNN), pois temos um sintagma nominal explícito, a saber, [a pessoa], como o antecedente da sentença relativa, neste caso, [que encomendou o bolo], sendo que essa sentença está encaixada nesse sintagma nominal.

O objetivo deste capítulo consiste, então, em explicar, inicialmente, como se dá o processo da relativização, focando nas sentenças relativas com núcleo nominal, para que no capítulo seguinte possamos apresentar de uma forma mais produtiva a questão das relativas livres.

Este capítulo sobre RNN está assim estruturado: na seção 1, trazemos alguns aspectos sintático-semânticos que envolvem essas relativas, para, em seguida, na seção 2, apresentarmos as estratégias de relativização do PB. Na seção 3, elencamos os sintagmas-Q do PB presentes em RNN. Já na seção 4, exporemos duas propostas de análise para esse fenômeno no PB, a de Tarallo (1983) e a de Kato & Nunes (2009). Finalmente, na seção 5 retomamos o que foi apresentado, buscando trazer algumas considerações finais acerca do que foi tratado ao longo deste capítulo.

III.1 PROPRIEDADES DAS RELATIVAS COM NÚCLEO NOMINAL

Vries (2002) apresenta um trabalho de grande relevância para os estudos das sentenças relativas. Ele explorou apropriadamente essa questão da relativização a partir dos resultados de sua pesquisa que consistiu em observar as estratégias de relativização empregadas em 172 línguas naturais. O autor chegou ao resultado de 223 estratégias e a partir delas propôs características inerentes às sentenças relativas e definiu como propriedades para as relativas⁷¹:

- (02) a. uma sentença relativa é subordinada;
 b. uma sentença relativa está conectada ao material circundante por um constituinte pivô;
 c. o papel theta semântico e o papel sintático que o constituinte pivô exerce na sentença relativa são em princípio independentes de seus papéis fora da relativa (VRIES, 2002, p. 14-15, tradução nossa⁷²).

É a partir dessas propriedades essenciais de uma relativa que poderemos descrevê-las adequadamente. Apresentamos aqui alguns apontamentos iniciais sobre essas propriedades e seus possíveis desdobramentos, mas elas serão melhor apresentadas ao longo deste capítulo, visto que toda descrição e toda discussão que envolve sentenças relativas com núcleo nominal as levam em consideração.

A primeira propriedade afirma que a sentença relativa é sempre uma sentença encaixada. Como mencionamos no capítulo anterior, ela é encaixada no antecedente nominal.

A segunda propriedade diz respeito a esse antecedente nominal que deve existir na relativa. Há outros desdobramentos que podem ser realizados a partir dessa propriedade, como a posição desse antecedente e a função que ele exerce nas sentenças e como ele as exerce.

Ao observarmos a posição do antecedente nominal em relação à sentença encaixada, no PB, por exemplo, temos que o antecedente nominal está sempre em uma posição anterior ao relativizador. Um outro ponto a ser analisado aqui também é se esse *relativizador* seria um

⁷¹ “a. a relative clause is subordinated; b. a relative clause is connected to surrounding material by pivot constituent; c. the semantic theta-role and the syntactic role that the pivot constituent plays in the relative clause, are in principle independent of its roles outside the relative” (VRIES, 2002, p. 14-15).

⁷² Nota: o autor Mark de Vries utiliza o termo *pivô* para se referir ao constituinte que é chamado também de antecedente nominal, de núcleo nominal ou de sintagma nominal.

pronome relativo ou um complementizador. Ao assumirmos um ou outro, estamos assumindo também outras questões sintáticas, como, por exemplo, se há ou não movimento. Se há um pronome relativo, ele é gerado na sentença subordinada e depois movido. Já se há um complementizador, tal movimento não ocorre, visto que ele é gerado na posição de C e permanece *in situ*.

A segunda propriedade leva ainda em consideração a função exercida pelo antecedente na sentença encaixada e está relacionada também com a primeira propriedade: se assumirmos que há o movimento e, portanto, que há um pronome relativo, temos que determinar o que haverá na posição de vestígio deixada por esse elemento. Pode haver ou um pronome lembrete (ou resumptivo) ou uma categoria vazia. Essa propriedade diz respeito à estratégia de relativização que será utilizada.

Já a terceira propriedade está relacionada com a posição sintática ocupada, se de sujeito, de objeto etc., e afirma que os papéis sintáticos e os papéis semânticos do antecedente nominal não são, necessariamente, os mesmos na encaixada e na matriz.

Em suma, as sentenças relativas são sentenças encaixadas e ocorrem por conta do processo de relativização que, em linhas gerais, diz respeito ao compartilhamento sintático de um mesmo constituinte que, por conta do movimento, ora exerce uma função sintática na sentença encaixada, ora exerce uma função sintática na sentença matriz. É possível afirmar que tais sentenças exibem ao menos três aspectos, a saber: (i) um sintagma nominal que seria o *antecedente nominal* (ou ainda, *pivô*) que estará coindexado com o sintagma-Q; (ii) um sintagma-Q que pode ser considerado ou um *pronome relativo* que pode ser: que, o qual (e flexões), cujo (e flexões), quem, o que, quando, onde, como, quanto (e flexões) ou um *complementizador*, que só pode ser o que; e (iii) uma *categoria vazia* (ou um *pronome lembrete*) na posição de vestígio (resultante do movimento do sintagma-Q) na sentença encaixada.

Ressaltamos, no entanto, que essa caracterização apresenta nuances que serão melhor elaboradas ao longo deste trabalho, principalmente, no que diz respeito à sentença relativa conhecida como relativa livre, visto que nela não pode haver um antecedente nominal adjacente ao sintagma-Q.

Vejamos agora o exemplo em (03).

(03) O rapaz beijou a menina que odeia bolo.

Em (03), temos uma *sentença matriz*, a saber, [O rapaz beijou a menina] e uma *sentença encaixada* nela, a relativa, que é [que odeia bolo], formada pelo sintagma-Q, [que], e por [odeia bolo]. Por conta disso, teríamos, inicialmente, a seguinte representação sintática:

(04) [_{IP} O rapaz beijou a menina [_{CP} que odeia bolo]].

O CP [que odeia bolo] está encaixado na matriz via adjunção (cf. CHOMSKY, 1977) e está adjacente a um sintagma nominal, [a menina], o que nos leva a afirmar que esse CP, portanto, está em posição de adjunto adnominal⁷³. Esse CP é encabeçado por um sintagma-Q, [que], que permite que a denotação do DP [a menina] seja compartilhada por elementos de ambas as sentenças para que elas possam satisfazer suas exigências. A sentença cujo núcleo é beijou precisa de dois argumentos, a saber, um item que seja ‘o beijador’ e um que seja ‘o beijado’, e a sentença 2 cujo núcleo é odiar possui também dois argumentos, ‘o odiador’ e ‘o odiado’. É possível facilmente identificar que os argumentos de beijar são saturados por [o rapaz] e por [a menina que odeia bolo], e que exigências como papel temático e caso são resolvidos. Já os argumentos de odiar precisam de uma observação mais atenta para serem elencados: o *argumento interno*, ‘o que é odiado’, é [bolo], enquanto o *argumento externo*, nesse caso, seria qual?

Semanticamente, seguindo Chierchia (2003, p. 338 *et seq.*), diz-se que há uma intersecção entre a denotação de [a menina] e a denotação de ‘X que odeia bolo’ que precisa ser estabelecida, afirmando-se que o valor do sintagma nominal é igual ao valor X. Por conta disso, o autor afirma que a saturação do argumento externo da encaixada se dá por um pronome sujeito nulo e por um constituinte que denote [a menina]. No entanto, verificaremos mais adiante que tal afirmação é uma apresentação simplificada e que não necessariamente procede.

A sentença encaixada expressa em (03) e em (04) é chamada de relativa com núcleo nominal, pois há o antecedente nominal, a saber, [a menina], adjacente ao sintagma-Q.

Semanticamente, dizemos que essas sentenças podem ter três interpretações semânticas diferentes.

Comparemos, inicialmente, as sentenças em (05) e (06).

(05) Os brinquedos que reprovaram no teste foram devolvidos.

(06) Os brinquedos, que reprovaram no teste, foram devolvidos.

⁷³ Pode ser também chamado simplesmente de adjunto nominal.

As sentenças relativas podem apresentar uma interpretação semântica do tipo *restritiva* ou do tipo *não restritiva*⁷⁴. Essas interpretações podem ser pensadas via teoria de conjuntos. Pensemos em um conjunto de brinquedos, composto pelos brinquedos *A*, *B*, *C*, *D* e *E*, como temos na figura 1, que foram submetidos a um teste (desses que são realizados para verificar se um brinquedo oferece ou não risco de segurança para as crianças, para que possa ser comercializado).

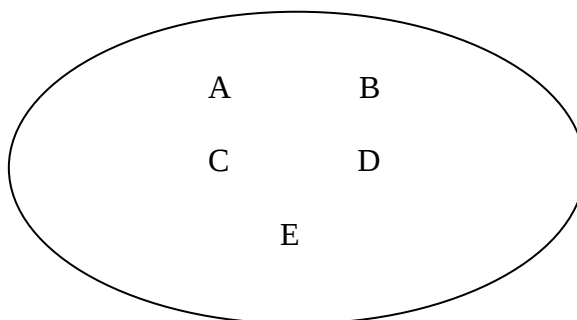


Figura 1: Conjunto de brinquedos que foram testados

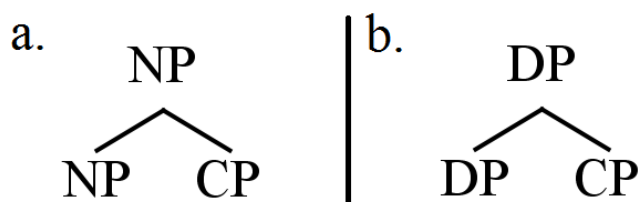
O que temos em (05) é uma *relativa restritiva*. Ela é nomeada assim, pois ao selecionar um subgrupo de um grupo, o que se está sendo selecionado é restrito, ou seja, a que se está referindo, pertence a um grupo restrito. Digamos, por exemplo, que os brinquedos *A*, *B* e *C* foram reprovados, enquanto *D* e *E* não. Então, não são todos os brinquedos desse conjunto que serão devolvidos, apenas aqueles que foram reprovados, no caso, *A*, *B* e *C*. Já em (06), há um contexto diferente: afirmar que os brinquedos reprovaram é uma informação extra sobre o conjunto de brinquedos devolvidos. E então seleciona-se todo esse grupo para dizer algo sobre ele, no caso, que eles foram devolvidos. Portanto, aqui, não se aplica o efeito de restrição. Neste caso, dizemos que a sentença é *não restritiva*. A descrição semântica dessas sentenças seria mais ou menos como o exposto a seguir, sendo a descrição de (07) referente à sentença (05), e a de (08) referente à sentença (06).

- (07) Para todo x , sendo que x é [os brinquedos] e x reprovaram no teste, então, x foram devolvidos.
- (08) Para todo x , sendo que x é [os brinquedos que reprovaram no teste], então, x foram devolvidos.

⁷⁴ Encontramos, na literatura pertinente, relativas não restritivas sendo tratadas como *apositivas* ou *explicativas*.

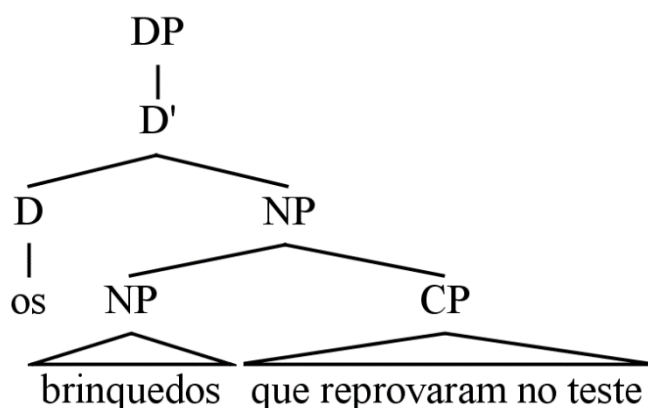
Sintaticamente, as diferenças entre sentenças restritivas e não restritivas também se revelam. Levando em consideração a proposta de Demirdache (1991), Brucart (1999) e de outros autores, podemos ter uma representação como (09a) para sentenças restritivas e como (09b) para as não restritivas.

(09)



Temos em (09a) uma sentença relativa (CP) que é adjunto de um NP e, nesse caso, teríamos então uma relativa restritiva. Poderíamos, então, representar o sintagma nominal de (05) como (10).

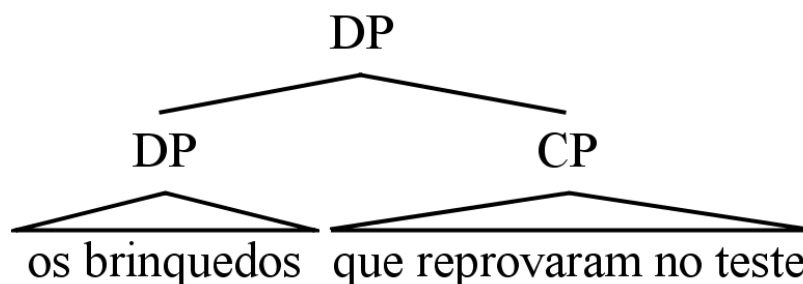
(10)



Nesse caso, D toma todo o NP que contém o CP, a saber, [brinquedos que reprovaram no teste], como complemento.

Já em (09b) temos uma relativa não restritiva e, por isso, temos o CP como adjunto de DP e não de NP. Então, representaríamos (06) como (11).

(11)



A terceira possibilidade de interpretação semântica dessas RNN é a interpretação maximizada (cf. GROSU & LANDMAN, 1998). Vejamos o seguinte exemplo:

(12) Ele verificou os brinquedos que havia na caixa de devolução.

A sentença em (12) apresenta uma leitura maximizada, pois foram verificados todos os brinquedos da caixa de devolução. Nesse tipo de relativa, uma operação de maximização deve ser aplicada, pois se isso não ocorre, uma leitura semântica equivocada pode acontecer, ou seja, pode-se ler que apenas alguns dos brinquedos foram verificados⁷⁵.

Portanto, RNNs podem ter três interpretações semânticas: de restrição, de não restrição e de maximização. No capítulo IV, ao descrever as RLs, veremos que a única interpretação semântica que RNN e RL compartilham é a de maximização, sendo que as RLs maximizadas podem ser definidas ou universais.

Além dessas considerações, um outro aspecto relevante de se observar é como se dá o encaixe de uma sentença em outra. Nas relativas, temos duas possibilidades: ou temos (i) um complementizador (ou complementador), ou temos (ii) um pronome relativo (cf. CHOMSKY, 1977, 1995; TARALLO, 1983).

A presença de um ou de outro está relacionada ao tipo de relativa que temos. Para Tarallo (1983), no PB, por exemplo, se temos uma relativa padrão⁷⁶, há, obrigatoriamente, um pronome relativo e se temos uma relativa não padrão, temos um complementizador. No entanto, para Kato & Nunes (2009), há apenas pronome relativo nas construções relativas do PB, sejam elas do tipo padrão ou não padrão.

⁷⁵ Outros exemplos e discussão podem ser verificados em Marchesan, 2012, p. 53 *et seq.*

⁷⁶ Tal termo leva em consideração aspectos sociolinguísticos e aspectos relacionados com o estabelecimento de uma norma padrão. Essa seria a estratégia de relativização tida como *padrão* (nos termos assinalados anteriormente).

Em português, temos dois complementizadores, o que e o se, no entanto, apenas o primeiro pode aparecer em relativas. O segundo, o se, é encontrado em interrogativas indiretas, por exemplo. Os complementizadores ocupam a posição de núcleo de CP, ou seja, C, enquanto pronomes relativos vão ocupar a posição de especificador de CP. Ao contrário dos complementizadores, os pronomes relativos aparecem em maior número, como, por exemplo, quem, o qual, cujo, quanto, quando, onde, como, o que e que⁷⁷.

Ao pensarmos a questão das possíveis representações sintáticas que podem ser verificadas nas relativas, um aspecto interessante para se discutir diz respeito às concepções envolvidas nessas sentenças. Como essas sentenças envolvem questões intrigantes, muito já se pesquisou e ainda se investiga acerca do processo de relativização ao qual tais sentenças são submetidas.

Esse processo tem sido focalizado, então, sob diferentes perspectivas teóricas no que tange à sintaxe e à semântica expressas nessas sentenças. Pensando na sintaxe desse fenômeno, uma proposta de análise, a *análise de wh-movement*, que ficou conhecida como tradicional, foi a mais utilizada durante décadas. Ela teve sua consolidação nos anos 70 com o trabalho de Chomsky (1977)⁷⁸ acerca do *movimento-wh*⁷⁹. Essa proposta é uma análise aplicável a diferentes construções e ela apresenta as seguintes características:

- a. deixa uma lacuna;
- b. onde há uma ponte, há uma aparente violação de subjacência, PIC [condição de ilha-proposicional], e SSC [condição de sujeito especificado];
- c. leva em consideração CNPC [restrição de sintagma nominal complexo];
- d. leva em consideração as restrições de ilha” (CHOMSKY, 1977, p. 86, tradução nossa)⁸⁰.

Dessa forma, o que essa análise prevê sobre sentenças relativas é que a relativa é adjungida ao NP/DP, sendo que esse NP não faria parte da relativa (estaria fora dela) e que o sintagma-Q, neste caso, um pronome relativo, seria correferente do NP/DP, gerado em IP e depois movido para a posição de especificador do CP.

⁷⁷ Esse sintagma-Q, que, pode ser tanto relativo quanto complementizador no PB.

⁷⁸ Esse artigo apresenta como ocorre o mecanismo sintático do movimento em diferentes construções sintáticas, não apenas relativas.

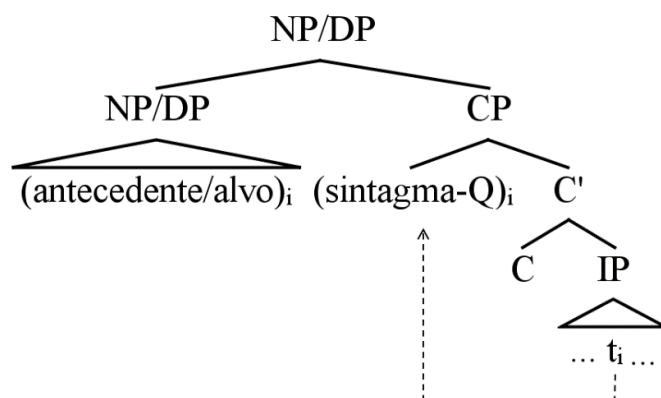
⁷⁹ Ou ainda, movimento-Q.

⁸⁰ “a. it leaves a gap; b. where there is a bridge, there is an apparent violation of subadjacency, PIC [propositional-island condition], and SSC [specified subject condition]; c. it observes CNPC [complex noun phrase constraint]; it observes wh-islands constraints” (CHOMSKY, 1977, p. 86).

Dessa forma, nessa proposta, a relativização se dá a partir do movimento e deixa uma lacuna na sentença encaixada. A estrutura para essa proposta seria como a que se apresenta em (13).

- (13) a. $[_{NP/DP} [_{NP/DP} \text{antecedente/alvo}]_i [_{CP} \text{sintagma-Q}_i [_{IP} \dots t_i \dots]]]$

b.



Por volta dessa mesma época, Brame (1968), Schachter (1973) e Vergnaud (1974) apresentaram a análise *raising* que, anos depois, ganhou maior reconhecimento por meio do trabalho de Kayne (1994). Essa hipótese (em sua versão kayneana) prevê a relativa como complemento de D e o sintagma-Q gerado em IP e alçado para a margem esquerda do CP relativo. Dessa forma, esse sintagma fica adjacente ao D do DP mais alto que está mais localmente conectado ao verbo da sentença matriz. A representação dessa proposta seria como (14).

- (14) $[_D [_{CP} \text{NÚCLEO NOMINAL}^{81}_i [_{IP} \dots t_i \dots]]]$

Essa proposta tem sido bastante aceita pelos teóricos atuais e a maioria das análises que serão apresentadas nesta pesquisa tomam essa hipótese como base. Há inúmeras evidências⁸² para se assumir essa hipótese em detrimento da outra da década de 70, como verificamos no capítulo I.

⁸¹ Ao tratar da análise *raising*, utiliza-se com frequência o termo *alvo* ao invés de *núcleo nominal*.

⁸² Essas evidências empíricas são apresentadas em Schachter (1973), Bianchi (1999), Kenedy (2002), dentre outros.

Portanto, existem diferentes formas de essa análise ser implementada tecnicamente. Apresentaremos uma dessas maneiras na seção III.4 ao apresentarmos a proposta de Kato & Nunes (2009).

Apesar das diferenças existentes entre as propostas, ressaltamos que para ambas é possível tratar essas sentenças por relativas com núcleo nominal (RNN), no entanto, cabe afirmar que elas não estão considerando nesse nome o núcleo nominal como sendo o elemento N⁰. Na verdade, tanto uma quanto a outra consideram o sintagma como um todo e não apenas seu núcleo. É importante destacar isso para evitar certas confusões por conta da nomenclatura.

A partir, então, do que foi exposto aqui, abordaremos alguns outros aspectos relevantes para a descrição de RNN no PB.

III.2 AS ESTRATÉGIAS DE RELATIVIZAÇÃO DE RNN NO PB

Na seção III.1, descrevemos as RNN tomando como base as propriedades das sentenças relativas, de acordo com Vries (2002)⁸³, que seriam encontradas em todas as línguas naturais. Como mencionamos, esse autor verificou que as línguas se utilizam de diferentes estratégias de relativização. O que veremos nesta seção é como ocorrem as essas estratégias no português⁸⁴.

Não diferentemente do que ocorre em outras línguas, há diversos trabalhos que abordam o fenômeno da relativização no português e contribuem para uma visão mais ampla sobre ele. Seleccionamos alguns desses para utilizarmos como base para nossa exposição acerca das RNN no PB, a saber: Tarallo (1983), Kato (1981, 1993), Kenedy (2002, 2014), Kato & Nunes (2009, 2014).

Como temos visto, então, o processo de relativização pode ocorrer distintamente nas línguas naturais e pode ser verificado em sentenças relativas do tipo *padrão* (ou *canônica*) e *não padrão* (ou *não canônica*)⁸⁵. A relativa padrão é a RNN que temos visto até então, ou seja, aquela que “apresenta no interior de CP uma lacuna, isto é, uma categoria vazia (*ec* = *empty category*, foneticamente nula) que corresponde à posição argumental correferente ao alvo da relativização” (KENEDY, 2014, p. 33), como em (15).

⁸³ Essas propriedades estão expostas em (02).

⁸⁴ Ressaltamos que, ao longo de toda a tese, pressupomos um conhecimento prévio do leitor em relação a essas estruturas, em relação a como elas são apresentadas na gramática tradicional.

⁸⁵ Adotaremos o termo *padrão* e *não padrão*, seguindo o uso encontrado na literatura sobre o assunto.

- (15) [A menina]_i [que o rapaz beijou *ec_i*] odeia bolo.

Relativas como (15) também são chamadas de *relativa padrão DP*. Além delas, temos as relativas padrão PP (ou *pied-piping*), como em (16) e as *preposition stranding* (ou *preposição órfã*), como em (17).

- (16) [A menina]_i [de que o rapaz gosta *ec_i*] odeia bolo.

- (17) [A menina]_i [que o rapaz é contra *ec_i*] odeia bolo.

Em (16), temos todo o PP, [de que] movido, enquanto em (17), apenas que se move e preposição fica *in situ* (por isso o nome *preposition stranding*).

Já em relação às relativas não padrão, temos como exemplo as relativas (i) *copiadoras* (ou *resumptivas*⁸⁶) e (ii) *cortadoras*. Para Kenedy (2014, p. 32), as relativas livres, que retomaremos no capítulo IV, também são um exemplo de relativas não padrão. Julgamos que o autor as considera dessa forma pelo fato de que não há um ‘alvo da relativização’ e, portanto, relativas livres não seguiriam a conceituação estabelecida por ele para as relativas padrão, como apresentamos no primeiro parágrafo desta seção.

Vejamos os exemplos das relativas em (i) e em (ii) a seguir.

- (18) a. [A menina]_i [que o rapaz beijou *ela_i*] odeia bolo.

- b. [A menina]_i [que o rapaz gosta *dela_i*] odeia bolo.

- (19) [A menina]_i [que o rapaz gosta *ec_i*] odeia bolo.

Em (18), há relativas *copiadoras*. Em (18a), temos no CP relativo um pronome resumptivo que pode ser, por exemplo, um pronome pessoal (ela, em (18a)) que concorda em gênero, número e pessoa com o sintagma nominal ao qual está coindexado. Já em (18b) temos o que é considerado por Kenedy (2014, p. 33) como uma variante da copiadora. Ele nomeia essa relativa dessa forma, porque no CP relativo o pronome resumptivo correferente ao antecedente nominal está sendo regido por uma preposição. Nessa sentença, temos ela como pronome resumptivo correferente à [(a) menina] que é regido pela preposição de.

⁸⁶ Encontramos, também, na literatura o termo *resuntiva*.

A outra possibilidade de relativa não padrão é a que temos em (19) chamada de relativa cortadora. Essa relativa apresenta uma lacuna no CP relativo, porém a preposição foi ‘cortada’. Por conta disso, é que essa relativa não é considerada padrão.

(...) Esse tipo de relativa chega a apresentar lacuna (t) [(ec)] no domínio de CP. Trata-se, porém, de uma lacuna estendida, não canônica, uma vez que não indica somente a posição de que um elemento se moveu, mas também indica o corte de uma preposição (KENEDY, 2014, p. 33).

O uso dessas estratégias varia no PB e foram realizadas diversas pesquisas sobre isso. O trabalho de Tarallo (1983), por exemplo, foi um dos primeiros a se debruçar sobre o assunto e é tomado como base para inúmeros outros trabalhos realizados sobre relativas. Ele foi um dos primeiros linguistas a desenvolver um estudo acerca das sentenças relativas no português, observando, inicialmente, uma diferença na produção de relativas em relação ao português europeu (PE) e o português brasileiro (PB). A partir dessa hipótese de que há diferença na produção dessas relativas entre o PE e o PB, o autor realiza uma pesquisa sociolinguística para verificar como essa produção tem ocorrido. Ele assume Chomsky (1977, 1981), portanto, a hipótese do movimento-wh, e Jackendoff (1977) e prevê a existência de diferentes estratégias de relativização para o PB. Além de relativas padrão e de relativas resumptivas, o autor confirma e passa a defender a existência de um outro tipo de relativa que seria a relativa cortadora. Para o autor, essa relativa começa a aparecer a partir da segunda metade do século XIX.

Para esse tipo de relativa, Tarallo (1983) afirma que não há movimento e que o sintagma-Q, que, aqui não é um pronome relativo, mas sim um complementizador. Portanto, para ele, a estrutura das duas relativas (cortadora e resumptiva) seria essencialmente a mesma e a diferença estaria na elipse ou na realização do resumptivo.

No entanto, para Kato (1993) isso não se segue e com o intuito de unificar as estratégias de relativização, a autora assume que há um pronome relativo (e não um complementizador, como Tarallo afirmou) em todas essas três estratégias. Para confirmar seu posicionamento, a autora passa a assumir uma teoria conhecida como *Left Dislocation Theory* (LDT) e afirma que o pronome relativo seria gerado em LD, ou seja, na posição de *left dislocation*⁸⁷, depois seria

⁸⁷ “Em LDT, o NP seria o tópico discursivo. Kato propõe isso por considerar o PB uma língua de proeminência de tópico, assim como Pontes (1987) [...] LD seria [então] uma posição sintática gerada na base que, de acordo com Kato (1993, p. 229), apresentaria uma maior possibilidade de relativização e com um menor custo derivacional. Essa posição estaria adjungida ao IP, teria um pronome correferente dentro desse IP e, portanto, o NP que está em LD seria relativizado” (GAVIOLI-PRESTES, 2012, p. 58).

movido para CP e deixaria um vestígio em LD que seria correferente do resumptivo que está em IP. Por essa proposta, teríamos uma estrutura como (20).

- (20) [NP A menina]_i [CP que_i [^{LD} t_i] [IP o rapaz beijou ela_i]]

Tomando como base as estratégias encontradas nesses trabalhos, Kenedy (2014) apresenta outras possibilidades.

Para esse autor, uma outra relativa cortadora, que não aparece nem em Tarallo (1983) nem em Kato (1993), é a genitiva cortadora, como temos no exemplo retirado de Kenedy (2014, p. 34) aqui representado em (21).

- (21) O livro_i [que a capa_i é bonita].

Segundo o autor, nesse caso, o que não está sintaticamente expresso é a relação genitiva (de posse) existente em relação à expressão relativizada. O autor menciona ainda que:

É interessante notar que o que está ausente é a explicitação sintática da relação genitiva e não a preposição, afinal não há preposição selecionada pelos predicadores em questão. A comparação entre a genitiva cortadora e sua respectiva versão copiadora [O livro que a capa dele é bonita] com o genitivo “dele” pode dar a falsa impressão de que naquela houve corte de preposição. Esse erro é comum na teoria linguística, haja vista diversos trabalhos (cf. Tarallo (1983), Kato (1993), Corrêa (1998), entre outros) que equivocadamente não fazem a distinção entre relativas cortadoras e relativas genitivas cortadoras (KENEDY, 2014, p. 34).

Uma outra relativa não padrão apresentada por Kenedy (2014, p. 34) é a que ele chama de relativa com expressão resumptiva. Ela pode ser descrita de uma forma semelhante a que outras resumptivas são descritas, mas ao invés de um elemento resumptivo, há “um novo elemento lexical, idêntico ou igual ao alvo da relativização”, como vemos no exemplo do autor apresentado aqui como (22) em que a expressão resumptiva seria [esse mesmo livro]⁸⁸.

- (22) O livro_i [que meu pai ficou emocionado quando leu esse mesmo livro_i].

Ressaltamos ainda que as relativas não padrão são de grande interesse para a teoria sintática, visto que elas apresentam características específicas, distintas das que encontramos

⁸⁸ Verificamos que há um grande advento hoje de construções relativas desse tipo com o elemento [o mesmo], como em ‘O livro que o mesmo foi escrito pelo meu pai’ ou ainda ‘O livro que meu pai leu o mesmo’.

nas relativas padrão. Ao descrevê-las, algumas questões precisam ser observadas, como, por exemplo, se há ou não movimento e, portanto, se há um pronome relativo ou complementizador.

Baseando-nos nos trabalhos de Kato (1993), Kato & Nunes (2009) e Kenedy (2014)⁸⁹, podemos estabelecer, então, as estratégias de relativização do português da seguinte forma:

Estratégias de Relativização no PB		
Padrão	Exemplo: A pessoa [que vimos] é minha tia.	
	Exemplo: A pessoa [com quem conversamos] é minha tia.	
	Exemplo: A greve [que o João é contra] foi aprovada.	
Não Padrão	Resumptiva/ Copiadora	A razão [que vimos ela] é cara.
		A pessoa [que falei com ela] é minha tia.
		O livro [que meu pai ficou emocionado quando leu esse mesmo livro]
	Cortadora	A pessoa [que falei] é minha tia.
		O livro [que a capa é bonita] é meu.

Quadro 5: Estratégias de relativização no PB

III.3 OS SINTAGMAS-Q

Vejamos o conjunto de dados a seguir⁹⁰.

- (23) a. A garota [**que** ganhou o concurso] sumiu.
 b. O carro [de **que** todo mundo gosta] sumiu.
 c. A garota [**que** o João gosta dela] sumiu.
 d. A garota [**que** o João ama ela] sumiu.
- (24) a. A garota [**a qual** ganhou o concurso] sumiu.
 b. A garota [**da qual** todo mundo gosta] sumiu.
 c. O carro [**do qual** todo mundo gosta] sumiu.
 d. *A garota [**a qual** o João gosta dela] sumiu.
 e. *A garota [**a qual** o João ama ela] sumiu.

⁸⁹ Estamos levando em consideração aqui alguns apontamentos sobre essas estratégias feitos pela Professora Ani Marchesan na ocasião da defesa.

⁹⁰ Os julgamentos apresentados aqui são nossos.

- (25) a. A garota [**cujo** filho ganhou o concurso] sumiu.
 b. A garota [**que** o filho ganhou o concurso] sumiu.
 c. A garota [**que** o filho dela ganhou o concurso] sumiu.
- (26) a. Esse texto não especifica o propósito [para **o que** ele foi construído]⁹¹.
 b. Esse texto não especifica o propósito [para **o qual** ele foi construído].
- (27) a. Este é o valor [**quanto** temos que pagar].
 b. Este é o valor [**que** temos que pagar].
- (28) a. A garota [de **quem** todo mundo gosta] sumiu.
 b. *A garota [**quem** ganhou o concurso] sumiu.
 c. ?A garota [de **que** todo mundo gosta] sumiu.
 d. A garota [**de que** você falou] sumiu.
- (29) a. A cidade [**onde** nascemos] está em ruínas.
 b. A cidade [**que** nascemos] está em ruínas.
 c. Essa é a idade [**onde** começam as descobertas].
 d. A casa [**onde** que eu moro] está em ruínas⁹².
- (30) a. O modo [**como** ele olha para ela] é surpreendente.
 b. O modo [**que** ele olha para ela] é surpreendente.
- (31) a. O momento [**quando** tiveram certeza da verdade] foi revelador.
 b. O momento [**que** tiveram certeza da verdade] foi revelador.

Nesses dados, temos em negrito os sintagmas-Q possíveis em sentenças relativas do PB. O sintagma-Q que é subespecificado e é, de alguma forma, o mais comum desses sintagmas-Q, podendo ser encontrado, no PB falado, em diferentes construções relativas em que se esperariam outros pronomes relativos, como temos nos exemplos em (25b), (27b), (28b), (29b), (30b), (31b).

O pronome relativo o qual e suas flexões, a saber, a qual, os quais, as quais, ocorrem nas mesmas construções que o que, como podemos verificar na comparação entre (23a) e (24a) e entre (23b), (24b) e (24c), e em (26). Isso não se verifica quando há uma relativa resumptiva, como vemos em (23c), (24d) e (24d), (24e): a ocorrência de o qual não é permitida em sentenças resumptivas. Já uma sentença com DP [+animado] com o pronome relativo quem fica gramatical quando precedido de preposição, como em (28a), mas agramatical na ausência da preposição, como em (28b).

⁹¹ Agradeço à Professora Doutora Ani Marchesan pelo exemplo.

⁹² Agradeço à Professora Doutora Andrea Knöpfle pelo exemplo.

Outro pronome relativo que temos no português é o cujo que ocorre em contextos que indicam posse. No entanto, o que observamos no PB falado é uma preferência pelo que em contextos que esperaríamos a ocorrência de cujo, como temos em (25b) e em (25c).

Em (29), temos o pronome relativo onde, que faz referência a um antecedente nominal que designa lugar. No PB falado, encontramos as três construções apresentadas em (29): em (29b), temos um exemplo de quando esse pronome é substituído pelo ‘coringa’ que e, em (29c), há o uso do onde em uma sentença relativa cujo antecedente não indica lugar. Essa é uma construção recorrente no PB falado⁹³, porém é uma construção rejeitada pelo português padrão. O que se observa em (29d) é a possibilidade de uma construção com dois sintagmas-Q adjacentes: onde e que.

Em (30) temos o pronome relativo como que indica modo e que pode ser substituído pelo que no PB falado. O mesmo podemos verificar com os pronomes quando e quanto, como vemos em (31b) e (27b). Esses pronomes são utilizados como referência a tempo (quando, em (31a)) e à quantia (quanto, em (27a)). Essa observação vale para relativas com núcleo, como as que encontramos em (30a), (31a) e (27a) que apresentamos como núcleo [o modo], [o momento] e [o valor], respectivamente. Veremos que esses sintagmas-Q podem ocorrer em RLs e, nesses casos, o que não é tão produtivo, como vemos pela agramaticalidade de uma sentença como “João saiu que Maria chegou” em que o que substitui o quando na sentença “João saiu quando Maria chegou”.

Dessa forma, podemos estabelecer o paradigma dos sintagmas-Q do PB que podem ocorrer em RNN como o que está sendo apresentado no quadro a seguir.

⁹³ No PB atual, verifica-se uma interpretação mais ampla em relação ao sintagma-Q onde. Há diversas construções em que o relativo não denota [lugar que]. Acredita-se que o onde esteja se tornando um termo ‘coringa’ para sentenças relativas, como o que o é. Infante (1995, p. 299, apud ZILLES & KERSCH, 2015, p. 154) afirma sobre isso ao dizer que “há uma forte tendência na língua portuguesa atual para o uso de onde como um verdadeiro conectivo universal”. Um exemplo de sentença com esse tipo de sintagma-Q é [a família onde cresci é fantástica]. Para uma discussão mais aprofundada, ver ZILLES & KERSCH (2015) e REIS (ms).

Sintagmas-Q no PB	
Invariáveis	Variáveis
que	o qual (os quais, a qual, as
quem	quais)
onde	cujo (cujos, cuja, cujas)
quando	quanto (quantos, quanta,
como	quantas)
o que	

Quadro 6: paradigma dos sintagmas-Q do PB

III.4 ANÁLISES FORMAIS PARA RNN DO PB

Na seção III.2, verificamos as possíveis estratégias de relativização encontradas no PB e na seção III.3 apresentamos os sintagmas-Q do PB. Já nesta seção, vamos discutir uma proposta de análise feita para a RNN.

A partir dos aspectos relevantes para a construção das relativas, inúmeros trabalhos de descrição formal das relativas no PB foram surgindo, principalmente a partir do trabalho seminal de Tarallo (1983) e do trabalho de Kato (1993).

Das inúmeras propostas existentes, há uma, em especial que queremos discutir, que é a proposta feita por Kato & Nunes (2009). Esse trabalho foi inicialmente apresentado em 2006 e posteriormente publicado como Kato & Nunes (2009). Os autores se debruçam sobre as RNNs e propõem um tratamento unificado para elas. Na ocasião da publicação do texto de 2009, Lessa-de-Oliveira (2008) já havia discutido o texto de 2006 e proposto, a partir dele, uma estrutura de relativas livres (como veremos no capítulo IV). Essa é razão pela qual a proposta dessa autora é assumida em Kato & Nunes (2009) para RL. No entanto, ressaltamos que, apesar de abordarem as RLs, o foco desses autores está em RNN.

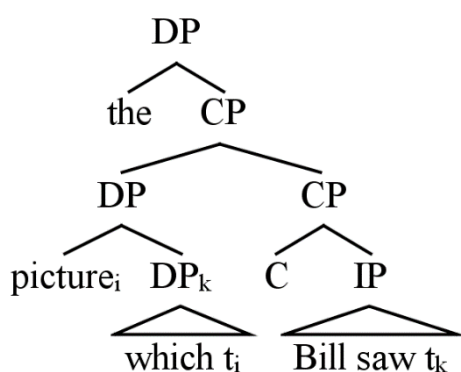
Tendo em vista a proposta que envolve LD⁹⁴ (cf. KATO, 1993), Kato & Nunes (2009) apresentam uma proposta de descrição das estratégias de relativização de Tarallo (1983) de forma mais uniforme: tanto em relativas padrão quanto em relativas não-padrão há um

⁹⁴ Remetemos o leitor à seção III.2 para retomar LD.

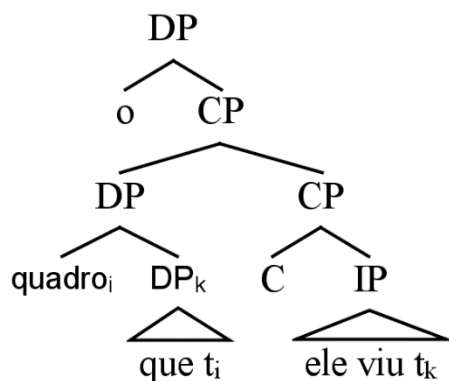
determinante relativo. Para dar conta disso, eles propõem que em relativas não padrão, a existência de LD é essencial. Os autores vão tomar como base a análise *raising* e vão seguir de perto a proposta de Kayne (1994) para as relativas do inglês.

Kayne (1994) propõe que há três possibilidades de relativas no inglês, a saber, *that-relatives*, *wh-relatives* e *wh-relatives with pied-piping*. A primeira possibilidade considera a existência de um complementizador, no caso, that. Já a segunda e a terceira levam em consideração a existência de pronome relativo. Para Kato & Nunes (2009), as relativas do PB seriam como a estrutura proposta das *wh-relatives* (relativas-wh) do inglês. Vejamos a seguir, em (32), a proposta de Kayne (1994) e a proposta de Kato & Nunes (2009), em (33).

(32) Estrutura relativa-wh para Kayne



(33) Estrutura RNN padrão para Kato & Nunes (2009, p. 96)



Para o sintagma como [o quadro que ele viu], apresentado em (32), Kato & Nunes (2009) postulam que o que é um determinante relativo (projeção mínima não máxima) que seleciona quadro (projeção mínima é máxima) como seu complemento. Em seguida, esse DP relativo, [que quadro], é alçado para a posição não argumental em spec/CP. Logo depois, há o alçamento do NP [quadro] (projeção máxima e mínima) para adjunção a DP (projeção máxima não mínima); tornando esse DP uma categoria de dois segmentos, com consequências importantes para as relações de dominância e c-comando entre os elementos da estrutura.

Kato & Nunes (2009, p. 97-102) apresentam três evidências a favor dessa proposta. A primeira delas é que o que pode ser um determinante relativo, um complementizador declarativo ou um determinante interrogativo. Nos exemplos, a seguir, que reproduzimos dos autores (Kato & Nunes, 2009, p. 96, 97)), temos a comparação entre eles.

- (34) a. O quadro **que** ele viu foi vendido. (que = determinante relativo)
 b. Ele disse **que** ela saiu. (que = complementizador declarativo)
 c. **Que** quadro ele viu? (que = determinante interrogativo)

Para os autores, apresentar de homófonos, o que determinante relativo, como em (34a), é diferente do que determinante interrogativo, como em (34c), visto que o relativo apresenta um movimento obrigatório do NP complemento. “Ou, em termos técnicos, o determinante relativo que é dotado de um traço-N forte, ao contrário de seu primo interrogativo⁹⁵” (KATO & NUNES, 2009, p. 97).

A segunda evidência está relacionada com pronomes demonstrativos, como este e esta. Para Kato & Nunes (2009, p. 98), esses demonstrativos sempre precedem seu complemento NP, como em (35). No entanto, eles também podem aparecer como pronomes relativos, como em (36).

- (35) Ele comprou **este livro**/***livro este**.

- (36) Ele sempre cita um livro, **livro este**/***este livro** que na verdade não existe.

A partir dos exemplos acima, que foram reproduzidos dos autores, temos em (35) o demonstrativo este precedendo o NP livro. Já em (36) essa ordem, demonstrativo + NP, não é permitida.

⁹⁵ Tradução nossa para: “Or, in technical terms, the relative determiner *que* is endowed with a strong N-feature, as opposed to its interrogative cousin” (KATO & NUNES, 2009, p. 97).

Para os autores, como se vê nesses exemplos, “[há] a correlação entre ser especificado como um determinante relativo e desencadear movimentos do NP [o que] é também encontrado em outros determinantes ambíguos [*grosso modo*, aqueles que são homófonos] e essa não seria uma propriedade específica do que⁹⁶” (KATO & NUNES, 2009, p. 97, 98).

Por fim, a terceira evidência apresentada pelos autores diz respeito ao contraste entre o pronome interrogativo [+humano] e o relativo que apresenta esse mesmo traço. Vejamos os seguintes exemplos apresentados pelos autores.

- (37) a. Quem viu o professor?
b. *a pessoa quem viu o professor
- (38) a. Quem o professor viu?
b. *a pessoa quem o professor viu
- (39) a. Com quem o professor conversou?
b. a pessoa com quem o professor conversou

Os autores afirmam que, a partir de dados como esses, podemos verificar que o pronome interrogativo quem pode ocorrer em posição de sujeito (37a), de complemento verbal direto (38a) e de complemento de preposição (39a), ao contrário do quem relativo que só pode funcionar como complemento de preposição, como verificamos pela gramaticalidade de (39b) e pela agramaticalidade de (37b) e (38b). Para explicar tais dados, os autores constroem dados do português, do inglês, do italiano e francês e concluem que interrogativos como quem seriam itens lexicais básicos e por essa razão poderiam ocupar qualquer posição. Já relativos como quem, cf. Kato & Nunes (2009, p. 99-102), seriam itens lexicais derivados que poderiam ter sido obtidos no componente morfológico quando envoltos por traços de elemento [+humano] ($t_{[+humano]}$ que $t_{[+humano]}$), como em (40):

- (40) a. a pessoa **que/*quem** viu o professor?
b. a pessoa **que/*quem** o professor viu?

⁹⁶ Tradução nossa para: “(...) the correlation between being specified as a relative determiner and triggering overt movement of the complement NP is also found with other ambiguous determiners and is not an isolated property of que” (KATO & NUNES, 2009, p. 97).

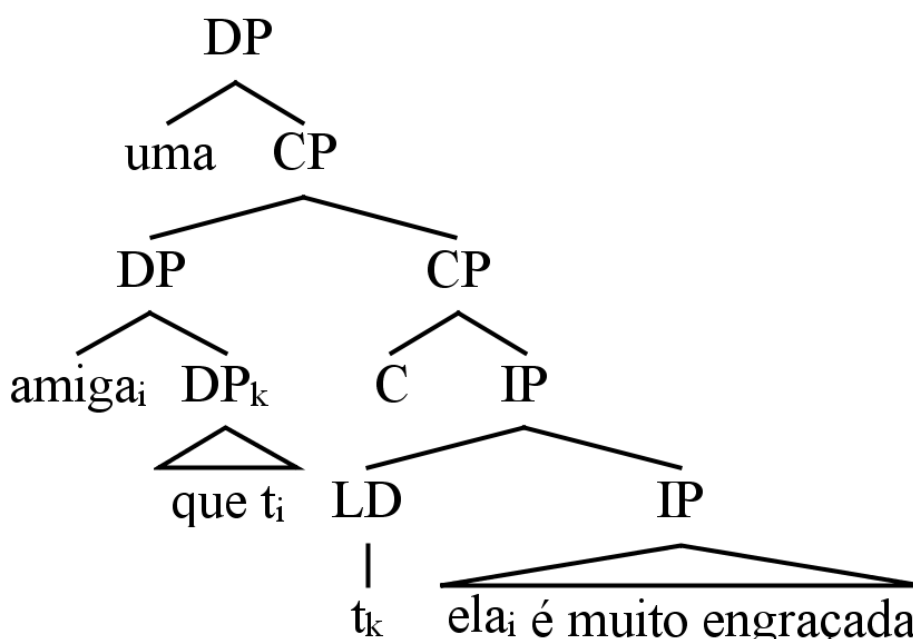
Dessa forma, os autores afirmam que relativas do tipo *that*, ou seja, relativas com complementizadores são, na verdade, relativas do tipo *which*, ou seja, relativas com pronome relativo. Assim, unifica-se a derivação de sentenças relativas.

Se há uma unificação na formação de relativas, então as relativas não padrão, tidas, anteriormente, como apresentando um complementizador, também devem apresentar um pronome relativo. Para dar conta disso, os autores preveem a presença da posição LD onde o que seria gerado. Segundo eles, se há um DP que é nucleado por um determinante relativo, então ele pode ser gerado na posição de LD. Dessa forma, sempre que um que é gerado, obtém-se uma relativa não padrão, que não é sensível a efeitos de ilha nem a *pied-piping* (cf. KATO & NUNES, 2009, p. 112). As relativas não padrão, para os autores, seriam resumptivas que podem ter um pronome manifesto (em (41)) ou um pronome nulo (em (43)). Portanto, teríamos (41) e (43) como possibilidades para relativas resumptivas (com pronome pessoal ou com *pro*, respectivamente).

(41) Eu tenho [uma [CP [DP amiga_i [DP que t_i]]]_k [CP [LD t_k [IP ela_i é muito engraçada]]]]

Em (42), há a representação arbórea do DP de (41).

(42)



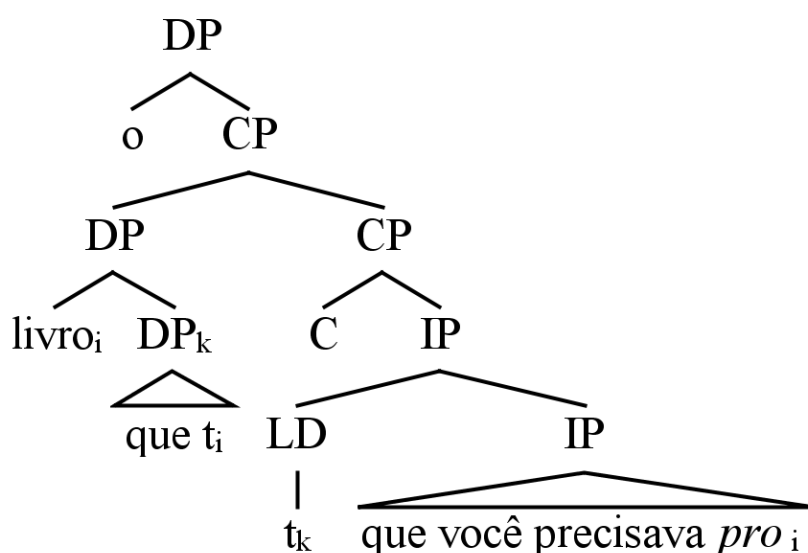
Em (41) e (42), temos o constituinte [que amiga] sendo gerado em LD e depois alçado para CP, enquanto na sentença encaixada, a posição coindexada a esse constituinte é preenchida por um pronome pessoal (com função resumptiva), no caso, ela.

Em (43), há a relativa resumptiva em que o resumptivo é nulo (ou seja, seria como a relativa cortadora). Nesse caso, para os autores, haveria na ‘lacuna’ um *pro*, como podemos verificar em (43).

(43) Este é [o [CP [DP livro_i [DP que t_i]]]_k [CP C [LD t_k [IP você precisava *pro*_k]]]]

Em (44), há a representação arbórea do DP em (43).

(44)



A hipótese apreciada aqui apresenta poucas estipulações *ad hoc* e detalhes sintáticos que se aplicam apenas a relativas: temos aqui movimento, adjunção, alçamento etc., que são mecanismos sintáticos encontrados em diversas construções, além da posição LD, que, de acordo com Kato & Nunes (2009, p. 115), também é encontrada em outras construções, como, por exemplo, em sintagmas-Q interrogativos *D-linked* que, além de ocuparem essa posição podem estar associados com pronomes resumptivos manifestos ou nulos⁹⁷.

⁹⁷ Para uma discussão apropriada acerca disso, os autores remetem a Ferreira (2000).

Essas são algumas das razões por que optamos por revisitar a hipótese de Kato & Nunes (2009). Afinal, se analisarmos com maior cautela, veremos que há relações bastante significativas em uma estrutura como essa, como as que mencionamos a seguir.

Essa análise, então, assume a noção de categorias e de segmentos de categorias⁹⁸ que postula que a adjunção se faz entre uma categoria α e uma categoria β , na qual β projeta um novo segmento. O que é interessante ao se assumir essa abordagem é que dessa forma o constituinte adjunto NP, encaixado numa categoria DP de dois segmentos, entra numa relação de c-comando mútuo/simétrico⁹⁹ com um núcleo que coma como seu complemento estrutural imediato uma outra categoria CP de dois segmentos que contém (mas não domina) aquele DP de dois segmentos. Concretamente falando, tomemos a estrutura em (33) acima. Nela, o DP mais baixo [quadro_i que t_i] traz em si tanto o NP [quadro] como o determinante relativo [que]. Esse DP mais baixo é uma categoria de dois segmentos em virtude do movimento de adjunção do NP [quadro]. Isso também faz com que esse NP acabe não sendo de fato dominado pelo DP mais baixo (pois nem todo segmento deste domina aquele); tampouco esse NP é dominado pelo CP, pelas mesmas razões. Relevante é o fato de o NP em questão ser dominado pelo DP mais alto que abrange toda a sequência [o quadro_i que ele viu t_i]¹⁰⁰. Em decorrência disso, há c-comando mútuo/simétrico entre o NP [quadro] e o DP mais alto, o que permite que o e quadro sejam considerados irmãos e que, portanto, formem juntos um constituinte DP para efeitos da interpretação semântica da estrutura sintática (embora o diagrama arbóreo não mostre isso de modo transparente). Além disso, podemos observar aqui o epifenômeno conhecido como super c-comando¹⁰¹, que é uma instância de c-comando na medida em que um núcleo é (simetricamente) c-comandado por um adjunto de um adjunto do complemento desse núcleo. Pela mesma métrica, o NP [quadro] que c-comanda assimetricamente o CP e tudo que está dentro dele, mesmo esse NP sendo um item em adjunção, contido em (mas não dominado por) um DP contido no CP (mas não dominado por ele). Essa é a principal característica dessa proposta, pois ao se assumir o super c-comando (ou melhor, reconhecer sua existência como decorrente do resto), muitas relações são estabelecidas em decorrência disso.

Essa proposta unifica a derivação das relativas do PB, sem ter que prever a ocorrência de um outro elemento, como *operador nulo*, na derivação, como era previsto pela análise *wh*-

⁹⁸ Distinção introduzida em May (1985), Chomsky (1986) e retomada em Kayne (1994). Para retomar essa distinção, remetemos o leitor à seção II.2 desta tese.

⁹⁹ A definição de c-comando assumida aqui é a que está exposta em (36), na seção II.4.

¹⁰⁰ A definição de dominância assumida aqui é a que está exposta em (35), na seção II.4.

¹⁰¹ Ressaltamos aqui que esse termo aparece em May (1985) e é utilizado por Kayne (1994) e por Barrie (2006). O *super c-comando* não apresenta um estatuto teórico, ele é considerado apenas um rótulo descritivo. Para maiores detalhes, ver a discussão exposta na seção II.2.

movement. Além disso, ela consegue prever um constituinte como [o livro] que não consegue ser previsto em uma análise *raising* sem as adjunções apresentadas aqui.

Julgamos essa proposta como sendo a mais adequada, por ora, e por isso ela será tomada como base para nossas reflexões ao longo deste trabalho.

III.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O CAPÍTULO

Assumimos neste capítulo que relativas com núcleo nominal são, descritivamente, sentenças subordinadas a uma sentença matriz, adjacentes a um antecedente do tipo sintagma nominal (DP) por meio de um pronome relativo (cf. KATO & NUNES, 2009) que atua como modificador desse DP.

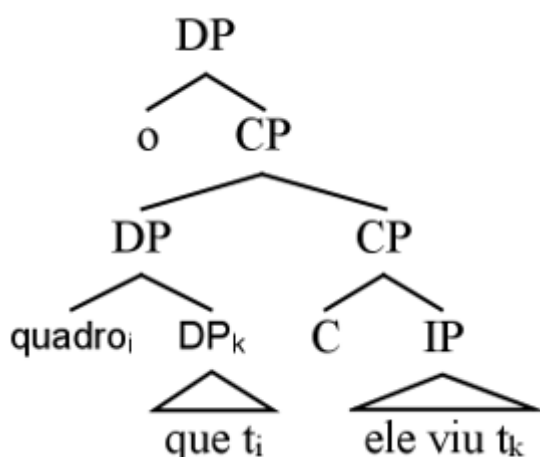
Apresentamos algumas propriedades que são inerentes a elas, como: (i) a existência de um antecedente nominal adjacente a um sintagma-Q, (ii) a existência de uma lacuna ou de um pronome nulo ou de um pronome manifesto, (iii) e a correferência do sintagma-Q com o antecedente nominal e com a lacuna ou com o pronome (nulo ou manifesto). Além disso, verificamos as possibilidades de interpretação semântica de relativas RNN: restritiva, não restritiva e maximizada.

Descrevemos também duas análises formais para RNN: a análise *wh-movement* e a análise *raising*. A primeira prevê a relativa como adjunto de um sintagma nominal (DP ou NP), enquanto a segunda a vê como complemento de um D. A partir dessas análises, outras surgiram, como as que discutimos na seção III.2 e III.4: Tarallo (1983) trata das relativas do PB por meio de *wh-movement*, enquanto Kato & Nunes (2009) as tratam por meio de *raising*. Inclusive, apresentamos a possibilidade de uma teoria considerar há a existência tanto de complementizadores quanto de pronomes relativos nas sentenças relativas.

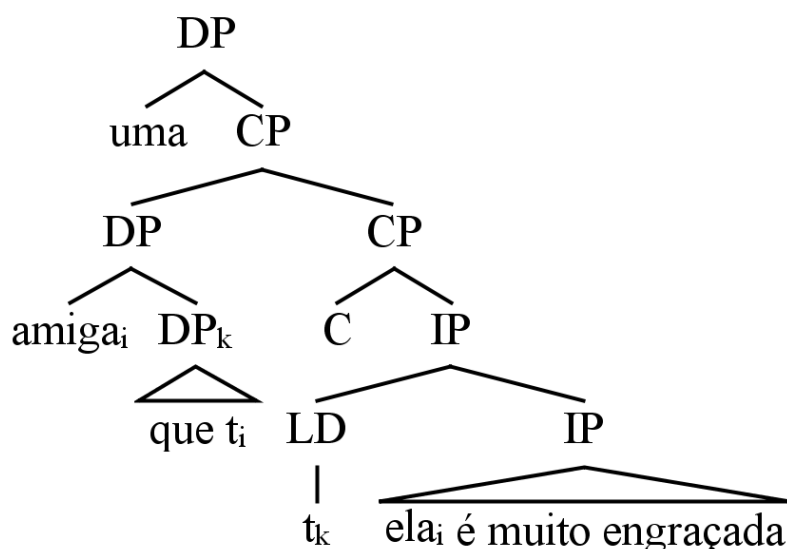
Com base nessa reflexão, verificamos as estratégias de relativização encontradas no PB. Tomamos como base os trabalhos de Tarallo (1983), Kato (1993), Kenedy (2014) e apresentamos as possíveis relativas do PB: relativas padrão (DP, PP e preposição órfã) e não padrão (cortadora e resumptiva). E dentre essas haveria ainda as relativas genitivas cortadoras e relativas com expressões com resumptivo. Enquanto para Tarallo (1983), complementizadores e pronomes relativos são possíveis nessas construções, Kato & Nunes argumentam a favor de uma unificação dessas construções e afirmam que, no PB, nessas sentenças encontramos, na verdade, somente pronomes relativos.

Para finalizar o capítulo, trouxemos, então, a proposta de Kato & Nunes (2009) que toma como base Tarallo (1983), Kato (1993) e Kayne (1994). Os autores evidenciam uma unificação da derivação das relativas no PB e defendem que as relativas do PB seriam como as relativas-wh de Kayne (1994) e, portanto, a relativização ocorreria por meio de pronomes relativos e não de complementizadores. Apresentamos em (45), (46) e (47)¹⁰² as relativas assumidas pelos autores.

(45) RNN padrão para Kato & Nunes (2009)

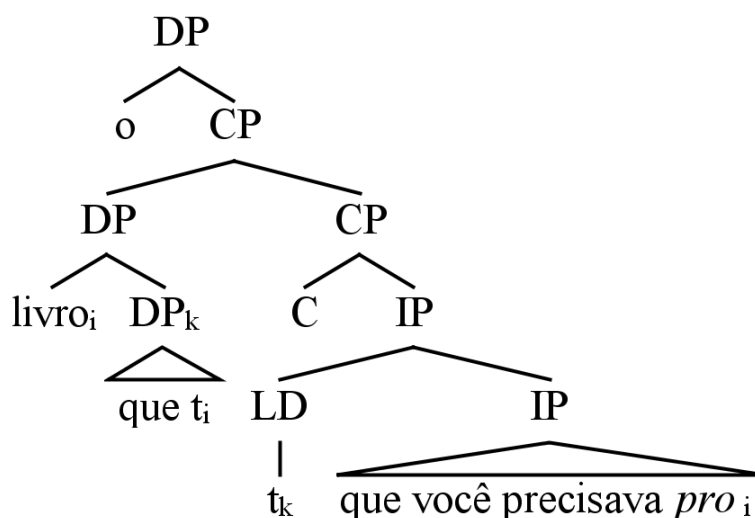


(46) RNN resumtiva com pronome manifesto para Kato & Nunes (2009)



¹⁰² Reproduzimos aqui as representações apresentadas, neste capítulo, como (33), (42) e (44).

(47) RNN resumptiva com pronome nulo para Kato & Nunes (2009)



A partir de um recorte das propostas possíveis, assumimos essa hipótese como sendo nossa análise de referência para todo esse trabalho. Estamos fazendo isso por acreditarmos que tal análise funciona adequadamente para as sentenças expostas, visto que a ‘gramática’ proposta é capaz de gerar qualquer um dos tipos de relativas.

O mecanismo apresentado aqui para as RNN será utilizado para explicar as RLs e as relativas adverbiais, como veremos nos capítulos em seguida.

Por fim, a partir do que foi exposto ao longo deste capítulo, apresentamos as propriedades das RNN por meio do quadro a seguir.

Propriedades Essenciais das Relativas com núcleo nominal	
Lexicais	Podem ser introduzidas tanto por sintagmas-Q especificados (quando, onde, como, quanto) quanto por sintagmas-Q subespecificados (que, o qual, cujo); Esses sintagmas-Q são pronomes relativos (ressaltamos que há teorias que vão contra essa nossa assunção).
Sintáticas	São sentenças encaixadas; devem apresentar um antecedente nominal adjacente (que pode ser foneticamente realizado ou facilmente recuperável); devem apresentar ou uma lacuna ou um pronome resumptivo nulo ou um pronome resumptivo manifesto; podem derivar de estratégias de derivação diferentes: padrão e não padrão.
Semânticas	Apresentam um dos três tipos possíveis de interpretação semântica: restritiva, não restritiva ou maximizada.

Quadro 8: As propriedades essenciais das RNN

IV - DAS RELATIVAS LIVRES

IV.0 INTRODUÇÃO

O capítulo anterior tratou das relativas conhecidas como relativas com núcleo nominal (RNN). Vimos que esse tipo de sentença subordinativa apresenta características específicas como: (i) ser subordinada a uma sentença matriz; (ii) estar relacionada a essa sentença por meio de um sintagma nominal, i.e. o encaixe da subordinada se dá no âmbito de um sintagma nominal; (iii) a denotação deste constituinte nominal ‘hospedeiro’ é modificada pela denotação da subordinada a ele encaixada e (iv) tipicamente a subordinada relativa contém um sintagma-Q cuja denotação remete à do constituinte nominal modificado.

No presente capítulo, trataremos, então, do outro tipo de relativa anunciado no início deste trabalho, as *relativas livres*¹⁰³ (doravante RLs) que são relativas que não apresentam **nem podem apresentar** um antecedente explícito.

Vries (2002, p. 35) afirma, com base em Lehmann (1984), que “todas as línguas usam sentenças relativas” e que a maioria delas apresentam RLs. A razão para tal, de acordo com o autor, é o fato de RLs serem uma variante sintática das RNN. O autor ainda cita japonês, djirbal e bambara como línguas que não apresentam esse tipo de sentença relativa. Podemos acrescentar a essas o hindi (de acordo com Dayal (1996)¹⁰⁴), o tok pisin e o coreano (de acordo com Vogel (2001)¹⁰⁵, p. 4)).

As relativas livres são consideradas como relativas, pois nelas também há um elemento relativizado (instanciado por um sintagma-Q) que desempenha um papel semântico tanto na sentença subordinante quanto na sentença subordinada, apesar de não haver um antecedente nominal foneticamente realizado na sentença subordinante. Essa é a questão mais intrigante sobre esse tipo de construção.

¹⁰³ Elas são chamadas, também, na literatura de *relativas sem cabeça* ou de *relativas sem antecedente*. Em inglês, são chamadas de *free relatives* ou *headless relatives*.

¹⁰⁴ Dayal (1996) afirma que o tipo de construção relativa que ocorre no hindi é o tipo *correlativo*. O autor apresenta comparações entre essa construção e as relativas livres do inglês.

¹⁰⁵ Vogel (2001, p. 5) apresenta construções relativas para o hindi, o coreano e o tok pisin e afirma que, se sua hipótese estiver adequada, haveria “duas alternativas sintáticas para as RLs: uma correlativa ou construção de ‘left dislocation’, como no hindi e no coreano, e/ou uma construção de relativa com núcleo, como no tok pisin”. Ressaltamos que para o autor uma correlativa é uma sentença em que o pronome permanece *in situ*, enquanto na matriz há um pronome resumptivo. O exemplo dado pelo autor é do coreano e está reproduzido a seguir:

Nuku-ka na-lul ch’otae-ha-tunchi *ku-nun* Hans-to ch’otae-ha-n-ta
 who-Nom ich-Acc invite-ever he-Top Hans-also invite-Pres-Dec
 ‘Whoever invites me, also invites Hans.’
 ‘Quem me convida, também convida o Hans.’

Comumente, na literatura linguística, há, numericamente, mais trabalhos sobre RNNs do que sobre RLs, inclusive no que tange ao português brasileiro (PB). No português europeu (PE), Mória (1992) e Ferreira (2007) são nomes primordiais. Já para o PB, temos observado descrições e discussões sobre esse fenômeno realizadas principalmente por Marchesan (2008, 2012), Medeiros Junior (2005, 2014) e Gavioli-Prestes (2012); o que ainda não é o suficiente para uma compreensão satisfatória e ampla desse fenômeno complexo.

O presente capítulo está organizado da seguinte forma: tomando como base diversos trabalhos da área, trazemos o conceito e as propriedades das relativas livres na seção 1 e a tipologia dessas relativas na seção 2. Já na terceira seção, discutiremos a análise formal feita para esse tipo de relativas, apresentando algumas possibilidades. Em seguida, discutiremos as propostas de Medeiros (2014), Marchesan (2012), Lessa-de-Oliveira (2008) e Gavioli-Prestes (2012) para as RLs do PB e apresentaremos, com base em Kato & Nunes (2009), uma proposta de análise para as RLs como ‘fortemente livres’¹⁰⁶. Na quarta seção, faremos as considerações finais do capítulo.

IV.1 CONCEITO E PROPRIEDADES DE RELATIVAS LIVRES

A proposta da presente seção é, com base no que há na literatura sobre as RLs, descrever algumas propriedades dessas estruturas bem como apresentar como elas se comportam.

Nesta seção, portanto, vamos caracterizar e discutir esse fenômeno, buscando algumas generalizações. No item 1.1, buscamos conceituar RL para que em seguida, no item 1.2, possamos destacar as propriedades inerentes a esse tipo de construção.

¹⁰⁶ Ressaltamos que o uso dessa expressão não implica nova construção. É apenas um rótulo classificatório para descrever nossa proposta estrutural que não apresenta nenhum antecedente – implícito ou explícito – nela. Para mais explicações, verificar a seção 3 deste capítulo.

IV.1.1 CONCEITUANDO

Com o intuito de caracterizarmos melhor as RLs e delineararmos uma melhor reflexão sobre elas, iniciaremos retomando, de forma bastante sucinta, as RNNs e, em seguida, faremos a comparação entre RL e RNN.

Observemos as sentenças nos paradigmas em (01) e em (02)¹⁰⁷.

- (01) a. [João conhece **a pessoa** [que e vendeu a casa]].
 b. *[João conhece [que vendeu a casa]].
- (02) a. [João conhece [quem e vendeu a casa]].
 b. *[João conhece a pessoa [quem vendeu a casa]].

Por se tratar de relativas, comumente, a RNN e a RL são comparadas, tanto em termos de estrutura quanto em termos de significado, sendo que a RL pode ser tomada como sendo uma paráfrase de uma RNN.

No paradigma em (01), temos em (01a) uma RNN em que [a pessoa] é o antecedente nominal e [que e vendeu a casa] a sentença relativa com uma lacuna (*e*). Como vimos no capítulo III, *grosso modo*, esse tipo de relativa precisa de um sintagma nominal, representado aqui de forma negritada, que possa ser retomado na sentença encaixada. Na ausência desse item, temos uma estrutura agramatical, como vemos (01b).

Já no paradigma em (02), temos em (02a) uma RL, a saber, [quem *ec* vendeu a casa]. Ao compararmos as sentenças em (01a) e (02a), é perceptível que morfossintaticamente elas parecem ‘diferentes’. Ao contrário da sentença em (01a), em (02a) não há um sintagma nominal explícito adjacente ao sintagma-Q¹⁰⁸, nem é permitido que haja, visto a agramaticalidade de (02b); o que há, apenas, é um *pronome relativo*¹⁰⁹, nesse caso, quem.

¹⁰⁷ Temos nessa descrição de RL o *e* indicando o vestígio resultante do movimento do pronome-Q. Ao longo deste capítulo, isso será apresentado de uma forma mais apropriada.

¹⁰⁸ Se houver uma preposição entre o antecedente nominal e sintagma-Q, a sentença fica gramatical, como em:

(i) João conhece a pessoa com quem você casou.

Há, em (i), o sintagma nominal explícito, a pessoa, e o pronome relativo, quem, porém não há a adjacência entre esses elementos.

¹⁰⁹ Veremos mais adiante que nem todos os pronomes relativos são capazes de encabeçar relativas livres, apenas aqueles considerados do tipo [+especificado].

É possível ainda observarmos que a sentença em (02a) pode ser uma paráfrase da sentença restritiva em (01a), o que as torna ainda mais comparáveis em termos de significado. Em ambas podemos dizer que ‘alguém vendeu uma casa’.

Ao compararmos essas sentenças, vemos que o processo de relativização ocorre em ambas e apesar de não haver um antecedente explícito na RL, temos que o pronome relativo da oração subordinada denota a entidade que participa do evento expresso pela oração subordinante, como se o sintagma-Q ocupasse, ele próprio, ambas as posições, ou como se houvesse um constituinte nominal implícito (i.e. foneticamente nulo) ao qual a RL se adjunge. Essas duas possibilidades lógicas ora brevemente rascunhadas resumem bem a natureza do dilema analítico sobre o qual nos debruçaremos ao longo deste capítulo.

Levando em consideração que tanto que como quem são pronomes relativos, mas que ocorrem em estruturas diferentes, como vemos pela gramaticalidade de (01a) e (02a) e pela agramaticalidade de (01b) e (02b), uma reflexão acerca deles se faz mais do que necessária. É o que apresentamos na seção seguinte.

Em suma, uma *relativa livre* é constituída por meio da relativização e, por isso, é considerada como um tipo de sentença relativa. Ela não apresenta um antecedente nominal realizado foneticamente, mas suas características morfossintáticas permitem que esse antecedente seja ‘recuperado’.

IV.1.2 PROPRIEDADES

Na seção anterior, apresentamos uma conceituação para as RLs que pretendemos lapidar aqui. Para isso, verificaremos as propriedades relevantes para a RL.

Caponigro (2003) apresenta as propriedades essenciais das RLs sob três aspectos: o lexical, o sintático e o semântico. Em (03), apresentamos a definição assumida pelo autor.

(03) Definição de RL

RLs são todas e apenas aquelas sequências que satisfazem as seguintes propriedades:

- a. Elas contêm uma palavra-Q (propriedade lexical);
- b. Elas são sentenças encaixadas com uma lacuna em posição de argumento ou de adjunto (propriedade sintática);

- c. Elas sempre podem ser substituídas por DPs ou PPs equivalentes em termos de valor de verdade (propriedade semântica) (CAPONIGRO, 2003, p. 39, tradução nossa, grifos do autor) ¹¹⁰.

Nas subseções a seguir, vamos explorar cada uma dessas propriedades. Em 1.2.1, veremos sobre a propriedade lexical, em 1.2.2, a propriedade sintática e, finalmente, em 1.2.3, a propriedade semântica.

IV.1.2.1 PROPRIEDADES LEXICAIS

Em relação às propriedades lexicais, o que encontramos na RL é um pronome relativo que possui um antecedente nominal interno a ele.

Tradicionalmente, diz-se que os pronomes relativos são os seguintes: que, o qual (e suas flexões), cujo (e suas flexões), o que, quem, quando, onde, como, quanto (e suas flexões). Os três primeiros (que, o qual e cujo) vão aparecer exclusivamente em RNN, enquanto os demais vão aparecer tanto em RNN quanto em RL ¹¹¹. Apresentamos esses pronomes no quadro 7 a seguir.

¹¹⁰ “Definition of FRs

FRs are all and only those strings that satisfy the following properties:

a. They contain a wh-word (lexical property);

b. They are embedded clauses with a gap in argument or adjunct position (syntactic property);

c. They can always be replaced with truth-conditionally equivalent DPs or PPs (semantic property)”

(CAPONIGRO, 2003, p. 39).

¹¹¹ Remetemos o leitor à seção III.2.2 para verificar esses sintagmas-Q em RNN.

Sintagmas-Q que encabeçam:	
Relativa com antecedente	Relativa Livre
Que	Quem
Quem	Onde
Quando	Quando
Como	O que
Onde	Como
O que	Quanto
O qual, a qual, os quais, as quais	
Cujo, cuja, cujos, cujas	
Quanto, quanta, quantos, quantas	

Quadro 7: Paradigma dos sintagmas-Q que encabeçam sentenças relativas

O que se tem mencionado sobre esse tipo de sintagma-Q que encabeça RLs é que ele precisa de uma ‘alteração’ em sua carga semântica, para que, de alguma forma, esteja contida nele a ‘noção’ que seria expressa pelo antecedente nominal que não é realizado foneticamente nesse tipo de sentença.

Vejamos o paradigma a seguir com os pronomes relativos que encabeçam RLs.

- (04) Ele conhece [quem comeu o último pedaço de bolo da geladeira].
- (05) Ele vive [onde as matas são mais verdes].
- (06) Ele fugiu [quando a polícia alertou].
- (07) Ele devorou [o que a Maria cozinhou].
- (08) Ele se vestiu [como a mãe mandou].
- (09) Ele pagou [quanto devia] no bar.

Na sentença em (04), podemos afirmar que alguém conhece a pessoa que comeu o último pedaço de bolo da geladeira. Nessa sentença, não podemos ter como significado que alguém conhece o lugar que comeu o último pedaço de bolo da geladeira. Não fazemos esse tipo de interpretação por razões como o fato de que o argumento externo de comer deve ser um

elemento do tipo agente e que lugares não podem ser agentes, bem como pelo fato de que o quem não vai representar outro elemento que não a pessoa que.

Portanto, o que temos em um pronome relativo como quem é algo que envolve um antecedente nominal generalizado como a pessoa e o pronome que, ou seja, quem seria o mesmo que a pessoa que. Ao assumirmos isso, estamos reiterando que, em uma RL, não é possível haver um antecedente explícito, pois esse item nominal está, morfossintaticamente, representado de maneira intrínseca no próprio pronome relativo. Medeiros Junior (2005) afirma que há nesses pronomes relativos encabeçadores de RL o que ele chama de amálgama morfossintático¹¹².

Raciocínio análogo se aplica aos outros exemplos de sintagmas-Q. Em (05), onde remete a o lugar (em) que (ou ainda no lugar (em) que). Em (06), quando remete a o momento que (ou ainda no momento (em) que). Em (07), temos a coisa que para o que, em (08), temos o modo que para como e em (09), temos a quantia que para quanto.

Com isso, queremos mostrar a possibilidade de interpretarmos os pronomes relativos¹¹³ aqui exemplificados como sendo itens especificados. O que parece é que eles precisam trazer em si a ideia de um [NP + que]. Seguindo as propostas de Mória (1992), de Medeiros Junior (2005) e de Marchesan (2008, 2012, 2014), podemos apresentar os pronomes-Q encabeçadores de relativas livres de acordo com o quadro 8 a seguir:

Sintagmas-Q	Interpretação semântica
Quem	[a pessoa que]
O que	[a coisa que]
Quando	[no momento (em) que]
Onde	[no lugar (em) que]
Como	[(d)o modo que]
Quanto	[a quantia que]

Quadro 8: Os sintagmas-Q especificados e sua possível interpretação semântica

Em suma, lexicalmente, toda RL precisa ser encabeçada por um pronome relativo do tipo especificado, como quem, quando, onde, como, o que, quanto. Os aspectos sintático-semânticos relacionados a eles serão abordados na sequência.

¹¹² O autor retoma essa proposta em 2014 e chega à seguinte conclusão: “a derivação de relativas livres parece mesmo envolver uma operação de incorporação (nos moldes do que propõe Baker (1985)) dos núcleos sintáticos C e D envolvidos no processo de relativização, intuição a que se chega pela impossibilidade de preenchimento do núcleo ou do antecedente de relativas livres, juntamente com outras questões semânticas que envolvem o sintagma-wh desse tipo de sentença” (MEDEIROS JUNIOR, 2014, p. 146).

¹¹³ Esses pronomes também são chamados de *pronomes relativos especiais*, ou ainda de *relativos condensados* (como são tratados por Rocha Lima (2010, p. 337)).

IV.1.2.2 PROPRIEDADES SINTÁTICAS

Sintaticamente, uma relativa livre precisa cumprir alguns requisitos para ser tratada como tal. Um dos primeiros requisitos é que ela precisa, como toda sentença relativa, ser uma sentença encaixada à sentença matriz. Por possuir um antecedente nominal implícito, como vimos em IV.1.2.1, os pronomes relativos que encabeçam as relativas livres não podem ter antecedente explícito, como em (10a), pois no caso de haver um, como em (10b), estamos frente a uma relativa com núcleo nominal e não mais uma RL¹¹⁴.

- (10) a. Eu conheço [_{RL} **onde** ela mora].
 b. Eu conheço o lugar [_{RNN} **onde** ela mora].

É possível verificar que a RL ocorre na mesma posição sintática de DPs ou de PPs (ou ainda de AdvPs). Por conta disso, os sintagmas-Q encabeçadores de RLs podem ser reconhecidos por sua natureza nominal (quando encabeçam RL em posição prototípica de DP) e por sua natureza oblíqua (quando encabeçam RL em posição prototípica de PP ou de AdvP), como podemos verificar nos exemplos em (11).

- (11) a. Eu conheço [_{RL} quem quebrou o vidro].
 a'. Eu conheço [_{DP} o João].
 b. Eu morei [_{RL} onde você mora].
 b'. Eu morei [_{PP} em Curitiba].
 b". Eu morei [_{AdvP} aqui].

¹¹⁴ Ressaltamos aqui que, ao compararmos (10a) com (10b), pode-se ter a impressão de que a diferença entre relativas com núcleo e relativas livres se dá apenas pela elipse do DP antecedente (ou sua realização como *pro*, por exemplo). Tomemos o seguinte paradigma (que se assemelha aos exemplos vistos em (01) e em (02), no início da seção 1 deste capítulo).

- (i) Eu contratei quem a Maria demitiu.
 (ii) *Eu contratei a pessoa quem a Maria demitiu.
 (iii) Eu contratei a pessoa que a Maria demitiu.
 (iv) *Eu contratei que a Maria demitiu.

Se a diferença entre as relativas fosse apenas essa (elipse do DP antecedente), (ii) seria gramatical porque o DP, [a pessoa] não estaria elíptico e (iv) seria gramatical porque teria acontecido a elipse do DP [a pessoa]. No entanto, o que se percebe é que um sintagma-Q como [quem] não aceitaria um DP, enquanto [que] precisa desse DP. Já em relação ao sintagma-Q [onde], ele aceita tanto a presença quanto a ausência desse DP. A partir desses dados, um tratamento possível para eles é a hipótese de *amalgama* que Medeiros Junior (2005, 2014) faz para explicar que um sintagma-Q como [quem] seria algo como [a pessoa + que].

Nas sentenças em (11), temos em (a) e em (b) exemplos de relativas livres entre colchetes, enquanto em (a') temos elementos nominais e em (b') e (b'') temos elementos de natureza oblíqua, respectivamente, ocupando a mesma posição das relativas livres. No primeiro par de sentenças, temos um DP, a saber, [o João], em posição de argumento, enquanto em (11b) e (11b') há um PP, [em Curitiba], e, em (11b''), há um AdvP, [aqui], sendo que ambos aparecem em posição de adjunto do verbo. A partir desses exemplos, dizemos que quem é de natureza nominal, enquanto onde é de natureza oblíqua.

- (12) a. Eu comprei [_{RL} o que me pediram].
 a'. Eu comprei [_{DP} o carro].
 b. Eu paguei [_{RL} quanto devia].
 b'. Eu paguei [_{DP} a dívida].
- (13) a. Ele fugiu [_{RL} quando a polícia chegou].
 a'. Ele fugiu [_{PP} no momento que a polícia chegou].
 a''. Ele fugiu [_{AdvP} ontem].
 b. Eu organizei [_{RL} como ela gosta].
 b'. Eu organizei [_{PP} do jeito que ela gosta].
 b''. Eu organizei [_{AdvP} bem].

Se compararmos o paradigma em (12) com (11a), poderemos verificar que o que e quanto apresentam a mesma natureza de quem. E se compararmos (13) com (11b), temos a mesma natureza para quando, onde e como. Dessa forma, podemos afirmar que quem, o que, quanto são nominais, enquanto quando, onde, como são de natureza oblíqua¹¹⁵.

Essa reflexão pode nos trazer pistas, inclusive, das posições que as relativas livres¹¹⁶ podem ocupar em uma sentença, a saber, posição de argumento (interno ou externo), de adjunto, de complemento e de predicativo¹¹⁷. Vejamos os paradigmas a seguir separados por sintagma-Q, de (14) a (19)¹¹⁸.

¹¹⁵ Essa reflexão é também desenvolvida em Marchesan (2012).

¹¹⁶ Relembremos aqui que as relativas do tipo RNN só podem ocupar a posição de adjunto nominal, nenhuma outra posição é permitida, como vimos no capítulo III.

¹¹⁷ Prevemos, anteriormente, a possibilidade de RLs serem encontradas também em posição de aposto. A hipótese de análise que faremos nesta tese também se aplica a RLs nessa posição. Não faremos aqui uma exposição e uma discussão mais pormenorizada sobre esse aspecto, porque julgamos necessário a realização de testes de aceitabilidade de estruturas como essas os quais não foram possíveis de serem realizados adequadamente. Deixaremos isso para trabalhos futuros.

¹¹⁸ Alguns dos exemplos são baseados em Gavioli-Prestes (2012, p. 22).

(14) QUEM

i. Eu conheço [quem pichou o muro].

RL argumento interno do verbo 'conhecer'

Pronome relativo sujeito

ii. [Quem pichou o muro] fugiu da polícia.

RL argumento externo do verbo 'fugir'

Pronome relativo sujeito

iii. Pedro gosta de [quem João gosta].

RL complemento da preposição 'de'

Pronome relativo complemento do verbo 'gostar'

iv. O João é [quem pichou o muro].

RL predicativa

Pronome relativo sujeito

(15) O QUE

i. Eu comprei [o que você pediu].

RL argumento interno do verbo 'comprar'

Pronome relativo complemento do verbo 'pedir'

ii. [O que ele encontrou] solucionou o caso.

RL argumento externo do verbo 'solucionar'

Pronome relativo complemento do verbo 'encontrar'

iii. Pedro gosta de [o que João possui].

RL complemento da preposição 'de'

Pronome relativo complemento do verbo 'possuir'

iv. O papel é [o que me interessa].

RL predicativa

Pronome relativo sujeito

(16) QUANTO

- i. O rapaz pagou [quanto devia].

*RL argumento interno do verbo 'pagar'**Pronome relativo complemento do verbo 'dever'*

- ii. [Quanto o rapaz recebeu] é segredo.

*RL sujeito**Pronome relativo complemento de verbo 'receber'*

- iii. Pedro falou de [quanto custou o conserto].

*RL complemento da preposição 'de'**Pronome relativo complemento do verbo 'custar'*

- iv. Esse valor é [quanto custou o suborno].

*RL predicativa**Pronome relativo complemento de verbo*

(17) QUANDO

- i. Ela ama [quando ele chega].

*RL argumento interno do verbo 'amar'**Pronome relativo adjunto do verbo 'chegar'*

- ii. [Quando Maria chegou] foi incrível.

*RL sujeito**Pronome relativo adjunto do verbo 'chegar'*

- iii. Pedro se lembrou de [quando era presidente].

*RL complemento da preposição 'de'**Pronome relativo adjunto do verbo 'lembrar'*

- iv. Agora é [quando você começa a falar].

*RL predicativa**Pronome relativo adjunto do verbo*

- v. O pichador fugiu [quando a polícia chegou].

*RL adjunto do verbo fugir**Pronome relativo adjunto do verbo 'chegar'*

(18) ONDE

- i. Eu conheço [onde elas nasceram].

*RL argumento interno do verbo 'conhecer'**Pronome relativo adjunto do verbo 'nascer'*

- ii. [Onde eu vivo] é lindo.

*RL sujeito**Pronome relativo adjunto do verbo 'viver'*

- iii. Vá por [onde ele indicou].

*RL complemento da preposição 'por'**Pronome relativo complemento do verbo 'indicar'*

- iv. Aqui é [onde me encontro].

*RL predicativo**Pronome relativo adjunto do verbo 'encontrar'*

- v. O ônibus parou [onde papai nasceu].

*RL adjunto do verbo 'parar'**Pronome relativo adjunto do verbo 'nascer'*

(19) COMO

- i. O ladrão encontrou [como fugir da prisão].

*RL argumento interno do verbo 'encontrar'**Pronome relativo adjunto do verbo 'fugir'*

- ii. [Como fazer o bolo] foi o que Pedro aprendeu.

*RL sujeito da sentença**Pronome relativo adjunto do verbo 'fazer'*

- iii. Pedro gosta de [como ela fala].

*RL complemento da preposição 'de'**Pronome relativo adjunto do verbo 'falar'*

- iv. Sendo famosa é [como ela quer ser conhecida].

*RL predicativa**Pronome relativo adjunto do verbo 'ser'*

- v. A criança se vestiu [como a mãe mandou (que ela se vestisse)].

*RL adjunto do verbo 'vestir'**Pronome relativo adjunto de verbo 'vestir' (elíptico)*

A partir desses dados, podemos afirmar que: (i) os pronomes de natureza oblíqua que iniciam RLs ocorrem praticamente nas mesmas posições daqueles de natureza nominal, diferindo, contudo, no fato de que eles podem ocorrer também em posição de adjunto ao verbo e (ii) os sintagmas-Q¹¹⁹ podem ocupar diferentes posições sintáticas as quais estão descritas no quadro 9 a seguir:

Natureza	Sintagmas-Q	Posição do vestígio do sintagma-Q	Posição sintática da RL na matriz
Nominal	Quem	sujeito, complemento de verbo, complemento de preposição	Argumento externo, argumento interno, complemento de preposição, predicativo
	O que		
	Quanto	complemento de verbo, complemento de preposição	
Oblíqua	Quando	Sujeito, complemento de verbo, complemento de preposição, adjunto	Argumento externo, argumento interno, complemento de preposição, predicativo, adjunto.
	Onde		
	Como		

Quadro 9: Posição sintática do sintagma-Q e das RLs

A partir da descrição das possíveis posições sintáticas dos sintagmas-Q, há outros aspectos que podem ser discutidos, como, por exemplo, a categoria de uma RL.

Marchesan (2012) discute essa questão da categoria da RL e sua relação com a posição sintática, visto que determinar a categoria da RL é de crucial relevância para a proposta da autora. Ela afirma que quando RLs encabeçadas por quando, onde e como se apresentam como sujeito (em (20)) ou como complemento de verbo (em (21)), essas sentenças encaixadas têm

¹¹⁹ Ressaltamos que o sintagma-Q encabeçador de uma RL não precisa necessariamente ser um *pronome relativo*. Ele pode ser algo dessa natureza, mas (i) com um sintagma-Q complexo, formado por um determinante-Q e um NP, como em ‘Eu conheço qual candidato recebeu apoio da Maria’ ou em ‘Quanto dinheiro o rapaz recebeu é segredo’ ou ainda (ii) com um PP complexo, como em ‘De quanto dinheiro o rapaz precisa é segredo’. É interessante ainda observar que esse tipo de sintagma-Q complexo parece ser mais produtivo com os pronomes quem, que, quanto, por exemplo, do que com os pronomes quando, onde, como.

aceitabilidade variável¹²⁰ (MARCHESAN, 2012, p. 36), como nos exemplos a seguir retirados do trabalho da autora¹²¹.

- (20) a. ? [Quando Maria chegou] foi emocionante.
 b. [Onde a Maria mora] é muito desconfortável.
 c. ? [Como ele apresentou o trabalho] impressionou a todos.
- (21) a. Adoro [quando estou de férias].
 b. ? João adora [onde Maria corta o cabelo].
 c. ? Aprecio [como Maria se veste].

Para Marchesan (2012), quando esses sintagmas-Q estão em posições sintáticas que são prototípicas de DPs, o que há, na verdade, é uma RNN e não uma RL. Portanto,

(...) as relativas introduzidas por *quando*, *onde* e *como* podem ou não ser RLs. Não são RLs quando, para não criar uma incompatibilidade com o pronome adverbial e posições de natureza nominal, forçam a recuperação do núcleo nominal implícito (são relativas com núcleo). São RLs quando o pronome relativo é inerentemente oblíquo. Nesse último caso, os pronomes relativos adverbiais são PPs ou advérbios e as RLs que eles introduzem funcionam como adjunto (adverbial) ou como complemento de preposição de verbos que subcategorizam complementos oblíquos (MARCHESAN, 2012, p. 38).

A autora complementa que a incompatibilidade entre forma e função do advérbio relativo se dá porque o falante pode recuperar o sintagma nominal que precede a RL, como ela exemplifica nos exemplos a seguir:

- (22) a. ? O momento [quando Maria chegou] foi emocionante.
 b. O lugar [onde a Maria mora] é muito desconfortável.
 c. A forma [como ele apresentou o trabalho] impressionou a todos.
- (23) a. Adoro o período [quando estou de férias].
 b. João adora o lugar [onde Maria corta o cabelo].
 c. Aprecio o modo [como Maria se veste].

¹²⁰ Ressaltamos que, no PB, há exemplos bem formados com advérbios e PPs em posição de sujeito e de complemento verbal, como em ‘Aqui é muito confortável’, ‘Lá (em casa) é muito confortável’, ‘Adoro aqui’, ‘O João adora aqui’, ‘Eu prefiro assim’.

¹²¹ Nos paradigmas em (20) e (21) estão reproduzidos os julgamentos da autora.

Portanto, a autora assume que uma RL com esses sintagmas-Q só é uma RL quando ocorre a paráfrase por *no momento (em) que*, *no lugar em (que)* e *da forma que*¹²². Do contrário, segundo a autora, o requerimento de compatibilidade (como veremos a seguir) não ocorrerá como esperado. Se isso se segue, como parece acontecer, podemos hipotetizar que esses sintagmas-Q (como, quando, onde) introdutores de RLs seriam, nesses casos, PPs ou AdvPs e nunca DPs.

O *requerimento de compatibilidade* (RC) é uma outra característica tida como fundamental para o estudo das relativas livres. Grimshaw (1977¹²³, apud IZVORSKI, 1996, p. 1, 1998, p. 7) e Bresnan & Grimshaw (1978) propuseram esse requerimento (ou *Matching effect*¹²⁴) afirmando que “a categoria sintática do sintagma-Q é a mesma de toda a RL: isto é, a mesma do seu nóculo dominante” (BRESNAN & GRIMSHAW, 1978, p. 336, tradução nossa)¹²⁵. Para discutir esse requerimento, as autoras apresentam os seguintes dados do inglês:

- (24) a. I'll buy [_{NP} [_{NP} whatever] you want to sell]
 b. John will be [_{AP} [_{AP} however tall] his father was]
 c. I'll word my letter [_{AdvP} [_{AdvP} however] you word yours]
 d. I'll put my books [_{XP} [_{XP} wherever] you put yours]

Em (24), a categoria exigida pelo verbo da matriz e a categoria da RL são as mesmas. Tomando (24a) como exemplo, vemos que o verbo to buy (comprar) c-seleciona um DP. A RL que aparece ali é encabeçada pelo whatever e é um DP. Dessa forma, o RC se segue. De acordo com as autoras, se não houver a compatibilidade entre esses elementos, a sentença fica agramatical, como se pode verificar em (25).

- (25) *He'll reach [_{NP} [_{AP} however tall] his father did]

O que acontece em (25) é que um verbo como reach c-seleciona um DP e a RL encabeçada pelo however pertence a categoria AP e não DP como exigido pelo verbo da matriz. É por essa razão, segundo Bresnan & Grimshaw (1977), que a sentença em (25) é agramatical.

¹²² Vamos retomar essa discussão na seção 3.2.3 deste capítulo quando apresentaremos nossa análise.

¹²³ GRIMSHAW, J. **English Wh-Constructions and the theory of grammar**. Tese de doutorado. University of Massachusetts of Amherst, Massachusetts, 1977.

¹²⁴ Ou ainda *Matching Phenomena*.

¹²⁵ “the syntactic category of the wh-phrase is the same as the whole free relative: that is, the same as that of the dominating node” (BRESNAN & GRIMSHAW, 1978, p. 336).

Izvorski (1996) apresenta um raciocínio análogo a esse para o caso: se a RL está em uma posição de atribuição/checagem de caso acusativo, então o sintagma-Q precisa ser acusativo e não oblíquo, por exemplo.

- (26) a. $[_{NOM} [_{NOM} SINTAGMA-Q]_i e_i (...)]$
 b. $* [_{NOM} [_{OBL} SINTAGMA-Q]_i (...)] e_i$

Por essa razão, a autora acrescenta ao RC a compatibilidade de caso e apresenta, então, a seguinte esquematização para o requerimento de compatibilidade (IZVORSKI, 1996, p. 1).

- (27) The Matching Effect
 a. Case Matching: $[_{FR} \mathbf{wh}\text{-Case}_i \dots] - \text{Case}_i$
 b. Categorical Matching: $[_{FR} [\mathbf{wh}]_{XP_i} \dots] - XP_i$

A partir dessa proposta, inúmeros trabalhos foram realizados e o que se verificou é que os requerimentos de compatibilidade são parametrizados, portanto, não ocorrem da mesma forma em todas as línguas naturais – há línguas que apresentam esse requerimento (i) de forma plena, ou seja, há compatibilidade de categoria e de caso, outras (ii) de forma parcial, e, nesse caso, há apenas a compatibilidade de categoria, e outras (iii) que não o apresentam. De acordo com Marchesan (2012, p. 73):

Grosu (1994, apud CITKO, 200, p. 8) dividiu as línguas entre aquelas que têm RLs com Requerimento de Compatibilidade Pleno (inglês, francês, hebraico, russo, italiano, búlgaro, servo-croata, holandês, norueguês, [variante C do alemão], entre outras); aquelas com Requerimento de Compatibilidade Parcial (finlandês, espanhol, catalão, romeno, islandês, gótico [(cf. VOGEL, 2000, 2001)], grego moderno, [variante A e B do alemão]) e aquelas que não apresentam Requerimentos de Compatibilidade (latim, os primeiros estágios das línguas românicas, alemão antigo e possivelmente o gótico) [(cf. GROSU, 1994)].

O trabalho de Marchesan (2008) retomado em Marchesan (2012) apresenta como esse RC ocorreria em diferentes línguas, incluindo o PB. A autora conclui que no PB o que ocorre é o requerimento de compatibilidade parcial, visto que essa língua não possui morfologia casual e por conta disso somente a compatibilidade de categoria deve ocorrer. Para exemplificar, a autora apresenta os seguintes dados¹²⁶:

¹²⁶ Em Marchesan (2012, p. 78-79), esses exemplos (22a) e (22c) aparecem, respectivamente, como (15) e (16b).

- (28) a. [DP [DPQuem_i eC_i come tudo]] ganha sobremesa.
 b. Joana gosta de [DP[DP quem_i eC_i bebe]].
 c. *Eu só convidei (para a festa) [DP [PP de quem] eu gosto].

Temos, em (28a), tanto a RL quanto o pronome relativo fazendo a checagem de caso nominativo, o que não ocorre em (28b), em que o pronome relativo checa caso nominativo e a RL checa caso oblíquo. No entanto, a categoria gramatical é a mesma para ambos, a saber, DP. Caso a categoria fosse diferente, a sentença seria agramatical, como em (28c).

A autora apresenta outros dados que corroboram essa análise e que estão reproduzidos a seguir, em (29)¹²⁷.

- (29) a. [O que eu comprei] acabou com as minhas economias. – RL sujeito
 b. O chefe nomeou [quem a Maria conhece]. – RL complemento verbal
 c. O chefe nomeou [quem a Maria gosta ~~de~~]. – RL complemento verbal
 d. Eu falei com [quem assaltou o Pedro]. – RL complemento de preposição
 e. Paulo terminou a prova [quando o professor chegou]. – RL adjunto

Os dados em (29) apontam que se a RL estiver em posição de sujeito, de complemento de verbo ou de preposição, ou de adjunto, a generalização proposta pela autora de que “a expressão-wh da RL tem que atender às exigências impostas pela sentença matriz” (MARCHESAN, 2012, p. 79) se confirma.

Em relação às sentenças em (29c) e em (29d), algumas discussões merecem ser realizadas.

Em (29c), por conta do verbo da encaixada, o pronome relativo apareceria com a preposição e teríamos [de quem]. No entanto, o verbo da matriz, nomear, não teria suas exigências satisfeitas, visto que ele exige um DP. Dessa forma, como Marchesan (2012) ressalta, essa sentença só é gramatical se houver o apagamento da preposição; caso não ocorra, ela é agramatical, como temos em (30) e (31). A autora afirma ainda que “ao que parece, preposições com pouca carga lexical só são pronunciadas se a atribuição de Caso for imprescindível para a realização de um DP. (...) Ao contrário, quando a preposição é mais lexical não podemos apagá-la nem deixá-la órfã” (MARCHESAN, 2012, p. 81), como vemos em (32).

¹²⁷ Esses dados podem ser encontrados em Marchesan (2012) da página 80 até a página 88.

- (30) *O chefe nomeou [de quem Maria gostou].
 (31) *O chefe nomeou [quem Maria gostou de].
 (32) *O chefe nomeou [quem Maria saiu ~~com~~].

O raciocínio apresentado aqui em relação às preposições pode ser estendido para outras construções. Em estruturas de topicalização ou de focalização (construções em que há ênfase para um elemento deslocado para a margem inicial de uma sentença matriz), como em “SUSHI, eu gosto muito, mas PIZZA eu detesto”, há o movimento sem o *pied-piping* para uma posição periférica (provavelmente spec/CP). Nessa posição, o elemento deslocado pode se conectar com mais ‘facilidade’ ao antecedente de uma sentença anterior. Dessa forma, ou temos um movimento sem *pied-piping* com o apagamento da preposição ou temos *pied-piping* e o apagamento também acontece. A primeira hipótese parece mais plausível diante de dados com resumptivo como “A Maria, eu gosto muito dela”. Parece, portanto, que spec/CP exibe uma preferência por DPs não preposicionados.

Se o movimento ocorreu sem *pied-piping*, o que nos resta é apagar a preposição (como já abordado por Lasnik (2001, 2002), Merchant (2001), entre outros, para tratar de construções de *sluicing*, ilhas etc.).

Voltando para as RLs, a única forma que teríamos para fazer o *match* de c-seleção nesse dado em (29c) é fazer o movimento sem o *pied-piping*. A regência dentro da encaixada se resolve com preposição, que será elidida para satisfazer quaisquer requerimentos morfológicos/prosódicos que possam estar ‘em jogo’. Já a regência do verbo da matriz é satisfeita pelo fato de que o DP faz seu movimento sem que haja um PP no caminho.

Já em relação à sentença em (29d), Marchesan (2012) afirma que se houver uma preposição na matriz e outra na encaixada, como em (33) e em (34), a preposição da encaixada é apagada.

- (33) Eu confio em [~~em~~ quem tu confias].
 (34) Papai conversou com [~~de~~-quem eu gosto].

A autora corrobora tal afirmação com o exemplo em (35) em que há um PP adjunto à sentença matriz. Nesse caso, “a RL é argumento da preposição lexical *com*, portanto um DP. O pronome relativo DP *quem* funciona como sujeito do verbo *detestar* da sentença encaixada”.

Nesse caso, a preposição da matriz seria mantida para que ela possa atribuir Caso para a RL (MARCHESAN, 2012, p. 86).

(35) Paulo encontrou o João com [_{RL} quem detesta você].

Em relação à generalização proposta por Marchesan (2012) para os dados em (29), a autora apresenta dados que parecem contrariá-la. Reproduzimos em (36) alguns deles¹²⁸.

- (36) a. *[_{DP} [_{PP} De quem o Pedro não gosta]] veio para jantar.
 b. [_{DP} [_{PP} De quem o Pedro gosta]] é um mistério insondável.
 c. Maria não tem [com quem conversar].
 d. Não há [do que reclamar].

A estrutura (36a) é agramatical, pois não há compatibilidade categorial entre o pronome relativo e a posição da RL. No entanto, em (36b) há essa mesma incompatibilidade, porém a sentença é gramatical. A autora se pergunta o que estaria ocorrendo aqui e afirma que outros autores investigaram esse mesmo problema em outras línguas. A solução dada por esses outros autores é apresentada¹²⁹, mas a autora afirma que ela não resolve o problema do PB.

É interessante observar que sentenças como (36a) e (36b) são gramaticais quando há cópula – parece que verbos assim permitem um sujeito adverbial oblíquo, como em dados como ‘Aqui é lindo’ e ‘João adora aqui’.

A autora sugere então que em (36b) teríamos uma “*relativa com núcleo nominal implícito* em posição de tópico, com um *pro* expletivo na sentença matriz”, visto que “sendo uma relativa, esse núcleo implícito poderia vir à tona a qualquer momento e, além disso, a sentença não precisaria respeitar o Requerimento de Compatibilidade.” (MARCHESAN, 2012, p. 98 *et. seq.*). Assim, teríamos algo como (37).

(37) [Quanto à pessoa de quem o João gosta]_i *pro*_i é um mistério insondável.

Em relação aos dados em (36c) e (36d), segundo a autora, verifica-se, novamente, a incompatibilidade categorial, visto que a categoria exigida pelo verbo da matriz é um DP e o

¹²⁸ Exemplos retirados de Marchesan (2012, p. 88, 98 *et seq.*).

¹²⁹ Não vamos aqui apresentar todas as propostas citadas pela autora. Indicamos a seção 2.3.2 de Marchesan (2012) para leitura.

pronome relativo é da categoria PP. Para a autora, essas são sentenças não-indicativas de infinitivo e, de acordo com a discussão apresentada pela autora no seu capítulo 4, elas não são podem fazer parte do rol das RLs, pois, elas não seguem o RC. Para a autora, essas são relativas com núcleo nominal implícito, pois o núcleo nominal será um indefinido facilmente recuperável¹³⁰, como nada, ninguém, algo, alguém, uma pessoa, pessoas, amigos etc. Nesses casos, então teríamos:

- (38) a. João não tem nenhuma pessoa com quem conversar.
b. João não tem nada do que reclamar.

Os dados em (36c), que apresentam o verbo ter existencial¹³¹, e em (36d), com o verbo haver, apresentam sentenças existenciais. Essas sentenças exibem propriedades específicas de s-seleção, c-seleção, Caso etc. Viotti (1999, 2000, 2003) apresenta uma proposta para a sintaxe das sentenças existenciais e, para a autora, o verbo ter existencial atribuiria caso acusativo para seu complemento. Em um exemplo como (36c), portanto, haveria a atribuição de caso acusativo e entraria em jogo a questão do movimento com ou sem *pied-piping* e a presença ou o apagamento da preposição. No entanto, não vamos responder a esse questionamento aqui, uma vez que os esforços para tanto representariam uma fuga ao escopo original deste trabalho.

Retomando a proposta de Marchesan (2012), temos que RLs não podem apresentar um núcleo nominal adjacente. Portanto, dessa forma, as sentenças apresentadas em (36) não são consideradas RLs. Essa é a mesma conclusão a que a autora chega sobre sentenças-Q do tipo adverbial em posição de sujeito: nelas há um núcleo nominal recuperável, como vemos em (39), por isso não podem consideradas como RL, mas sim como relativas com núcleo nominal implícito.

- (39) a. [Quando Maria chegou] foi incrível.
b. [O momento quando Maria chegou] foi incrível.

Nesses dados, o RC proposto pela autora também se verifica, visto que não há assim incompatibilidade de categoria. Nós o apresentamos aqui novamente como (40).

¹³⁰ Comentário reforçado na ocasião da defesa.

¹³¹ Estamos assumindo aqui a hipótese de Viotti (1999, 2000) de que há no léxico do PB apenas o ter existencial.

- (40) A expressão-wh da RL tem que atender às exigências impostas pela sentença matriz.
(MARCHESAN, 2008, 2012)

O RC foi tomado pela autora como um axioma postulado especificamente para as RLs. A proposta de análise que vamos apresentar na seção IV.3 vai na direção de derivar, ao menos parcialmente, o RC, ou seja, as regências, as c-seleções devem ser obedecidas em todas as construções. Às vezes, isso implica movimento sem *pied-piping*, apagamento de preposição etc., para contornar problemas de c-seleção, mas a estrutura como um todo não deixa de ser uma RL por isso, nem passa a ser uma por isso. Retomaremos essa questão em momento oportuno.

Passemos agora para alguns aspectos semânticos das RLs.

IV.1.2.3 PROPRIEDADES SEMÂNTICAS

Como já mencionamos, uma RL pode ser parafraseada por meio de uma RNN, desde que o sintagma-Q seja substituído pelo sintagma-Q subespecificado [que] como em (41). Caso haja a manutenção desse sintagma-Q, a sentença será agramatical, como temos em (41c), visto que uma RL não tem, nem pode ter um antecedente nominal adjacente explícito.

- (41) a. Eu conheço [quem foi contratado]. (RL)
b. Eu conheço [a pessoa [que foi contratada]]. (RNN)
c. *Eu conheço [a pessoa [quem foi contratada]].

Ao observarmos (41) e comparamos (a) e (b), veremos que há de fato uma paráfrase, pois as condições de verdade de cada uma das sentenças são as mesmas. Afinal, se (41a) é verdadeira, (41b) também o é, e vice versa.

Nesse caso, temos a paráfrase sendo realizada por meio de um DP. Além dessa categoria, RLs podem também exibir paráfrase por meio de um PP, como em (36).

- (42) a. Pedro saiu [quando Maria chegou]. (RL)
b. Pedro saiu [no momento [(em) que Maria chegou]]. (RNN)

Em (42), verifica-se a presença de um PP na RNN e as condições de verdade das duas sentenças é são as mesmas. Se a primeira é verdadeira, a segunda também é, e vice-versa.

Portanto, o primeiro aspecto semântico que apresentamos aqui diz respeito às condições de verdade da paráfrase (seja ela por meio de um DP ou de um PP): o valor verdade da estrutura original e da paráfrase deve ser o mesmo se o contexto for o mesmo.

No capítulo anterior, vimos que, semanticamente, uma RNN pode ter uma interpretação restritiva, explicativa/apositiva ou maximizada. Já as RLs têm uma interpretação de maximização (que pode ser definida ou universal). Para compreendermos melhor como isso funciona, vejamos o seguinte exemplo:

(43) O chefe aprovou [o que o funcionário preparou].

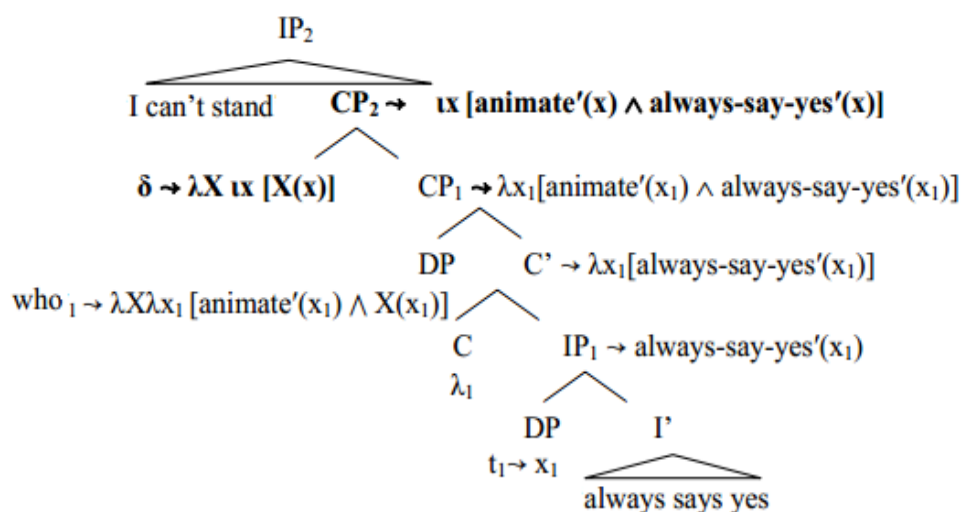
Uma sentença como essa, em (43), poderia ser lida como (i) ‘o chefe aprovou todas as coisas que o funcionário preparou’; como (ii) ‘o chefe aprovou qualquer uma das coisas de um conjunto de coisas que o funcionário preparou’; ou ainda como (iii) ‘o chefe aprovou a coisa que foi preparada pelo funcionário’. Tanto em (i) quanto em (ii) temos uma leitura universal, enquanto em (iii) temos uma leitura definida. Por conta dessas possibilidades, Jacobson (1995) e Grosu & Landman (1998) propõem uma unificação entre essas leituras e passam a afirmar que estamos diante de uma *entidade plural máxima*, ou seja, “palavras-Q denotam uma função que se aplica a um conjunto P de indivíduos e retornam o conjunto único contendo o indivíduo plural máximo P” (CAPONIGRO, 2001, p. 56, tradução nossa)¹³².

Caponigro (2004, p. 3) afirma que nuances nas interpretações semânticas dos diferentes tipos de RLs são previstos. Segundo o autor, se a RL for existencial, nunca terá essa leitura, no entanto, se a RL for do tipo DP, ou seja, se for uma RL nominal, ela sempre terá interpretação de maximização. O autor exemplifica com a sentença reproduzida aqui em (44) para a qual ele apresenta a seguinte derivação da interpretação semântica.

¹³² “wh-words denote a function that applies to a set P of individuals and returns the singleton set containing the maximal plural individual P” (CAPONIGRO, 2001, p. 56).

(44) a. I can't stand [_{RL} who says yes all the time].

b.



Para sentenças como essa, o autor afirma que é necessário um *type-shifting*¹³³, para que a relativa não denote algo do tipo $\langle e, t \rangle$ – i.e. um conjunto de indivíduos – e denote um indivíduo máximo – i.e. tipo $\langle e \rangle$. Para isso, ele utiliza as propostas¹³⁴ de Partee (1986), Chierchia (1998) e Dayal (2004) que assumem que tais construções envolvem o *operador iota* (ι) integrando a fórmula em (45), tal que, ao se aplicar ι a um conjunto P , tem-se em retorno seu indivíduo máximo (CAPONIGRO, 2004, p. 11).

(45) iota (ι): $P \rightarrow \iota x P(x)$ ($\langle e, t \rangle \rightarrow \langle e \rangle$)

Já no caso de a RL ser do tipo PP – i.e. do tipo oblíquo – introduzida por quando, onde, como, ela pode ter ou não leitura de maximização. Vejamos os seguintes exemplos, retirados de Caponigro (2004, p. 8).

(46) a. [_{RL} When you say goodbye], I die a little.

b. = [_{PP} On **the** occasions when you say goodbye], I die a little.

¹³³ Por ora, apenas apresentamos a proposta de Caponigro, no entanto, sabemos que é relevante uma discussão mais detalhada e mais pormenorizada sobre essa proposta, bem como uma apresentação das vantagens e desvantagens de se assumir algo assim. Contudo, nosso intuito aqui é apenas expor a proposta semântica do autor.

¹³⁴ Uma proposta semelhante também é apresentada por Jacobson (1995).

Para o autor, em (46) há um PP cujo complemento é um DP definido, o que permite a leitura de maximização, visto que, para o autor, apenas DPs podem apresentar essa semântica.

Já em (47), segundo o autor, temos um DP definido,

(47) Captain Kirk went...

a. ... [RL where no man had gone before].

[RL onde nenhum homem tinha ido antes].

a' ... # [PP to **the** place(s) where no man had gone before]. *Maximal*

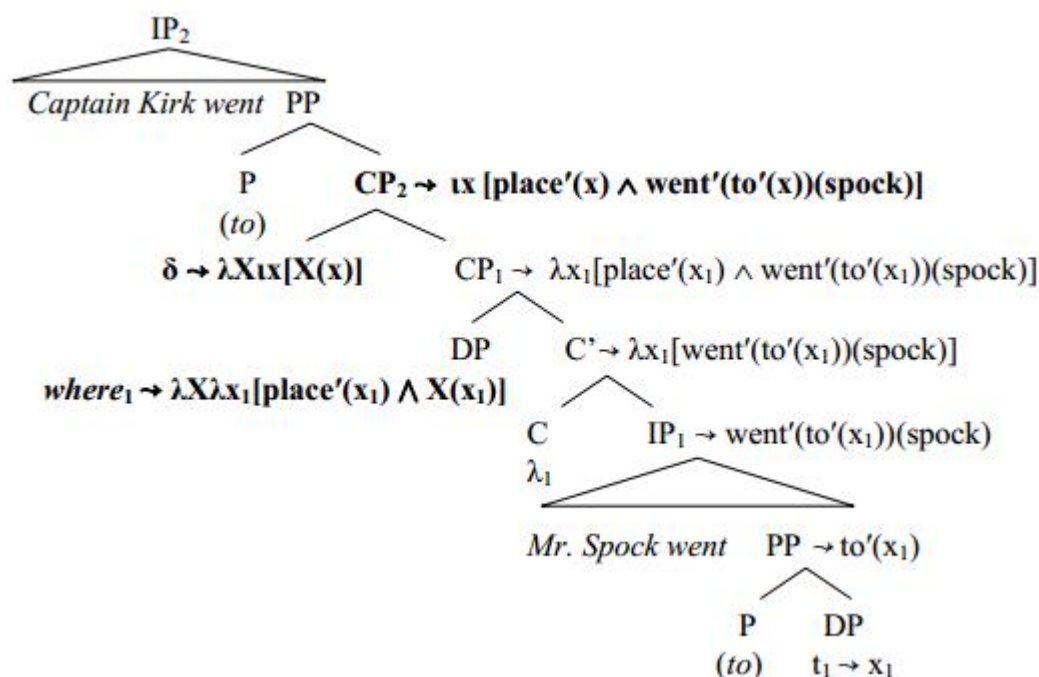
[PP ao lugar(es) onde nenhum homem tinha ido antes]. *Máxima*

a'' ... [PP to **a** place/places where no man had gone before]. *Non-maximal*

... [PP ao lugar/lugares onde nenhum homem tinha ido antes]. *Não-máxima*

O exemplo apresentado como (47a') permite a leitura de maximização e apresenta uma semântica como a exposta em (48).

(48)



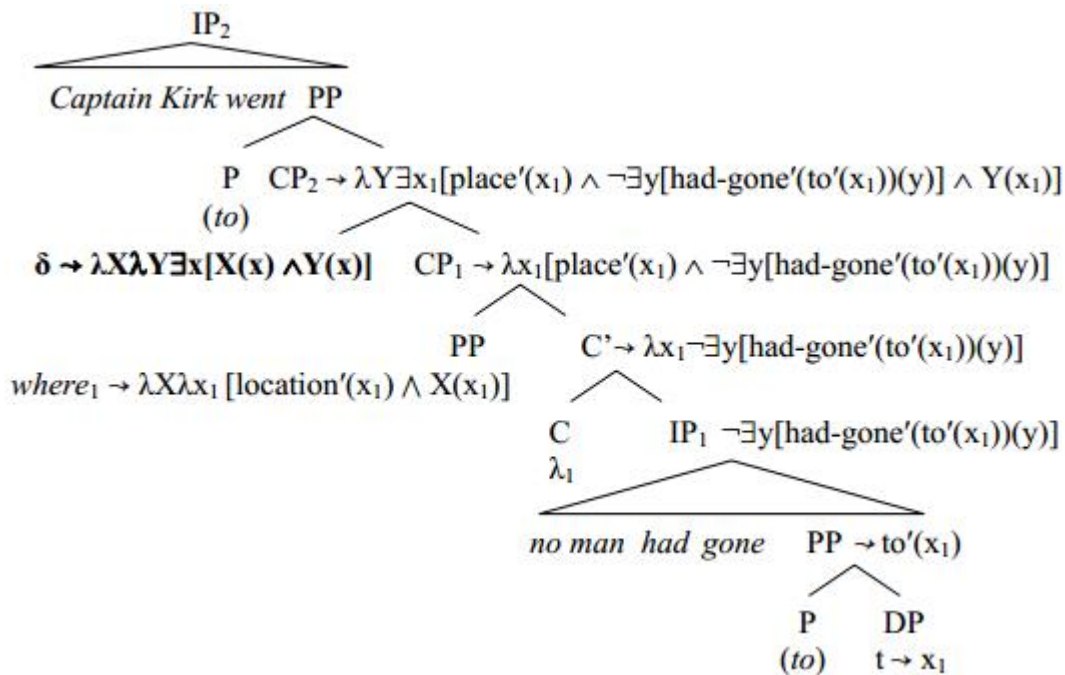
Nesse caso, no CP_1 temos o conjunto dos lugares em que o Mr. Spock esteve e aplicamos a ele a regra com o operador iota. Assim, temos no CP_2 , após o *type-shifting*, um elemento do tipo $\langle e \rangle$, como tínhamos no exemplo anterior.

No entanto, em (47a"), o complemento do PP é um DP de escopo estreito de quantificação existencial e, portanto, um DP indefinido. Quando são desse tipo, não podem apresentar leitura de maximização. Para essas sentenças, o autor afirma que a regra com o operador iota não pode ser aplicada e que haveria um outro tipo de *type shifter* formado a partir do quantificador existencial ($\exists$), gerando então uma *existencial closure*, como em (49), e a derivação da interpretação semântica está em (50).

(49) Existential Closure:

existential closure ($\exists$): $P \rightarrow \lambda Y \exists x [P(x) \wedge \lambda Y(x)]$ ($\langle e, t \rangle \rightarrow \langle \langle e, t \rangle, t \rangle$)

(50)



Até CP_1 , a derivação segue como em (48), mas a partir desse nóculo, uma outra regra diferente daquela do operador iota se aplica, a *existencial closure*, visto que aqui o conjunto é de um número infinito de possibilidades tornando impossível a entidade máxima.

Portanto, RLs teriam que exibir interpretação de maximização; no entanto, ao analisarmos as RLs encabeçadas por oblíquos, temos que levar em consideração esses outros aspectos semânticos, visto que a maximização não necessariamente se exibe nelas.

Pretendemos, com essa exposição, apresentar uma possibilidade de análise semântica para essas relativas. Assumimos aqui que essa semântica de maximização existe nas RLs –

sendo que nas RLs do tipo DP podemos ter entidades plurais máximas. Já nas RLs com quando, por exemplo, que na maioria das vezes se configura como um adjunto, essa semântica não parece ser possível.

A partir do que foi exposto aqui nesta seção, podemos elaborar um resumo das propriedades das RLs conforme quadro 10 abaixo.

Propriedades Essenciais das Relativas Livres (RLs)	
Propriedade Lexical	RLs devem ser introduzidas por pronomes relativos especificados: quem, quanto, quando, onde, como, o que.
Propriedades Sintáticas	são sentenças encaixadas; não têm, nem podem ter um sintagma nominal adjacente; têm a mesma distribuição de DPs e de PPs; têm uma lacuna; o pronome relativo que as introduz atende a exigências de c-seleção e de s-seleção impostas pelo elemento-chave da sentença matriz ¹³⁵ .
Propriedades Semânticas	os valores de verdade da sentença se mantêm se uma relativa é substituída por um DP ou um PP adequado; se a paráfrase for por DP, precisa apresentar interpretação de maximização, se for PP, pode ou não apresentar.

Quadro 10: Propriedades Essenciais das Relativas Livres do PB

Fonte: Adaptado de Marchesan (2012, p. 165) que tomou como base Caponigro (2003, p. 10)

¹³⁵ Segundo Marchesan (2008, 2012), esse atendimento às exigências de c-seleção de s-seleção seria uma imposição do chamado requerimento de compatibilidade que seria um princípio do sistema gramatical a ser obedecido. Na minha abordagem aqui nesta tese, eu tomo o requerimento de compatibilidade como consequência natural da interação entre as partes do sistema como um todo e não como um princípio gramatical independente. Não estou negando a existência do requerimento de compatibilidade enquanto generalização empírica, mas questiono o seu estatuto teórico.

IV.2 TIPOLOGIA DAS RLs

Ao realizarmos o estudo das relativas livres é importante discutir seus possíveis tipos. Vries (2002, p. 42), por exemplo, afirma que os principais tipos de sentenças relativas (a saber, *postnominal*, *prenominal*, *circumnominal* e *correlatives*¹³⁶) podem ser construídas como RLs. Com base nisso, o autor verificou como seria a construção das RLs a partir de dados linguísticos de diferentes línguas, e, assim, sugere a seguinte classificação para as relativas livres.

(51) Classificação das RLs (VRIES, 2002, p. 54)¹³⁷

- (i) True FR
- (ii) Internally headed free relative – normal, hanging
- (iii) Transparent FR – normal, false, hanging false, hanging normal
- (iv) Hanging FR – normal, false
- (v) False FR (=semi-FR)
- (vi) Irrealis FR

Vries (2002, p.52) dá exemplos para cada um desses tipos, como veremos a seguir. Os exemplos são todos do próprio autor.

(52) a. *Internally headed free relative*

[Welke onverlaat zoiets doet] krijgt straf.
[what miscreant such.a.thing does] gets punishment.
[o miserável que faz tal coisa] é punido.

b. *Hanging internally headed free relative*

Welke bakker zo'n grote winkel heft (die) verkoopt witbrood.
which baker such.a big store has (DEM) sells white.bread
o padeiro que tem tal grande loja vende pão branco.

c. *Irrealis Free Relative*

Despre ce (nu) ai [cu cine să vorbești _]?
about what (not) you-have [with whom SUBJ talk
'What do(n't) you have with whom to talk about _?'
'O que você (não) tem com quem conversar sobre?'

¹³⁶ Pós-nominal, pré-nominal, circumnominal e correlativas (tradução nossa).

¹³⁷ Tipos e subtipos: (i) verdadeira relativa livre; (ii) relativa livre internamente nucleada – normal ou pendurada; (iii) relativas livres transparentes – normal, falsa, pendurada falsa, pendurada normal-; (iv) relativa livre pendurada – normal, falsa-; (v) relativa livre falsa (=semi-RL); (vi) relativa livre *irrealis*.

d. *False Free Relative (Semi-free relative)*

Ich kenne den [der dort steht]
I know D3 [who there stands]
Eu conheço os que estão lá.

e. *True Free Relative*

Saka [izay tia trondo]
cat [REL loves liquor]
'Who loves liquor is a cat.'
Quem ama licor é um gato.

f. *Transparent Free Relative*

[What appeared to be a jet airliner] had landed on the freeway.
[O que parecia ser um avião] pousou na estrada.

g. *False Transparent Free Relative*

Dat/iets wat een straalvliegtuig bleek te zijn was geland op de snelweg.
'That/something what appeared to be a jet airliner had landed on the freeway.'
Aquilo que parecia ser um avião pousou na estrada.

h. *False Hanging Transparent Free Relative*

Iets wat een straalvliegtuig bleek te zijn, dat was geland op de snelweg.
'Something what appeared to be a jet airliner, that had landed on the freeway.'
Alguma coisa que parecia ser um avião que pousou na estrada.

i. *Hanging Transparent Free Relative*

Wat een straalvliegtuig bleek te zijn, dat was gelando op de snelweg.
'What appeared to be a jet airliner, that had landed on the freeway.'
O que parecia ser um avião que pousou na estrada.

j. *Hanging Free Relative*

Wat jij van oma kreeg, dat heft hij gestolen.
what you from grandma got, that has he stolen.
'O que você da vó ganhou que ele teve roubado'.

k. *False Hanging Free Relative*

Degene/hij die zoiets doet, (die) krijgt straf.
The.one/he who such.a.thing does, (DEM) gets punishment.
Aquele/ele que faz tal coisa é punido.

Esses seriam, para o autor, os tipos possíveis de RLs encontráveis nas línguas naturais. A partir dessa classificação, outros trabalhos foram propostos e essa tipologia foi discutida e rediscutida. Por isso é relevante apresentarmos tal divisão, contudo não nos ateremos a ela. Quando formos tratar do PB, vamos apresentar a tipologia assumida por Marchesan (2012) que toma como base de discussão vários trabalhos acerca de RLs, como Vries (2002), por exemplo.

Um outro tipo especial de sentença relativa que o autor aponta são as relativas adverbiais que podem ou não ser livres (VRIES, 2002, p. 56). O autor atenta para o fato de que relativas adverbiais são diferentes de sentenças adverbiais, visto que no primeiro caso haveria a presença

de um relativo e uma lacuna, enquanto no segundo haveria uma conjunção e, portanto, não haveria uma lacuna, como vemos no par de exemplos dado pelo próprio autor e reproduzido aqui.

- (53) The doctor came when Judy broke the leg.
O médico veio quando Judy quebrou a perna
- (54) The doctor came because Judy broke the leg.
O médico veio porque Judy quebrou a perna

O autor ressalta que em uma sentença como (53) há dois eventos ocorrendo em um mesmo momento de tempo. Esse ‘tempo’ é, portanto, compartilhado pelos dois eventos e haveria uma lacuna na relativa que é esse ‘tempo’. Por outro lado, na sentença em (54), não há necessariamente um momento de tempo em que os dois eventos ocorrem, visto que because (porque) não seria considerado como um sintagma-Q temporal. Além disso, em (54) não haveria nada sendo compartilhado, o que há é uma relação de causa e consequência.

Em relação ao PB, os tipos de relativas livres que nele ocorrem podem ser verificados em Marchesan (2012). No quadro 11, a seguir, apresentamos a classificação das RLs e a indicação dos exemplos para cada tipo presentes em (55). Os exemplos são de Marchesan (2012, p. 17-18).

Tipos e Subtipos de Relativas Livres para Marchesan (2012)	
<i>Relativa Livre</i>	Exemplo em (55i)
<i>Relativa Livre Transparente</i>	Exemplo em (55ii)
<i>Relativa Livre não-indicativas</i> <i>Subjuntiva</i> <i>Infinitiva (?)</i>	Exemplo em (55iii) Exemplo em (55iv)
<i>Relativa Livre de adjunto livre</i>	Exemplo em (55v)
<i>Comparativa</i>	Exemplo em (55vi)

Quadro 11: Tipos de RLs para o PB segundo Marchesan (2012, p. 17)

- (55) i. João comeu [o que a Maria cozinhou].
ii. Ele cozinhou [o que parecia ser um prato exótico].
iii. João tem [quem cozinhe o jantar para ele].
iv. João não tem [o que cozinhar para o jantar].
v. [O que quer que o João cozinhe] ele ganhará o concurso.
vi. João comeu mais d[o que a Maria (comeu)].

Em sua tese, a autora trabalha com todas essas sentenças com exceção de (55v) e (55vi). Além disso, a autora passa a assumir que algumas *RLs não-indicativas infinitivas* não seriam RLs, pois teriam um antecedente nominal implícito, como pode ser verificado ao longo da discussão proposta no capítulo 4 de seu texto e que foi revistado na seção IV.1.2.2 deste trabalho. Para a autora, haveria dois tipos de sentença não-indicativa infinitiva: (i) aquelas que são RNN implícito, como em ‘João não tem [com quem conversar]’, e (ii) aquelas que são RLs infinitivas, como em ‘João não tem [quem incomodar]’. A diferença entre elas estaria no fato de que sentenças como (i) não respeitam o RC, já sentenças como (ii) o respeitam.

IV.3 ANÁLISE FORMAL DAS RELATIVAS LIVRES

De acordo com o viés sintático assumido neste trabalho, há diferentes possibilidades de análise para as relativas. Algumas das análises possíveis para as RLs serão vistas nesta seção. Iniciaremos com a apresentação de algumas hipóteses que originaram as atuais propostas. A partir dessa discussão inicial, passaremos para os trabalhos de Medeiros Junior (2005, 2014), Marchesan (2008, 2012), Lessa-de-Oliveira (2008) e de Gavioli-Prestes (2012) acerca do PB. Eles apresentam análises relevantes e que são referências a inúmeros outros trabalhos na área.

Esses autores ressaltam muito bem a importância da discussão e apontam que o que mais intriga os pesquisadores no que diz respeito ao estudo das RL é compreender como se dá a relativização nesse tipo de estrutura, visto que não há um antecedente nominal explícito. O tipo de categoria e as características dela, segundo Medeiros Junior (2014), é algo que ainda gera discussões, sem esquecermos do fato de ainda não haver uma proposta de análise formal que dê conta de todos esses aspectos que envolvem esse tipo de estrutura. Todas essas questões, então, têm motivado diversos pesquisadores da área e, como veremos, houve um avanço considerável sobre a forma que se entendem as RLs.

A presente seção sobre as análises formais das RLs está organizada da seguinte forma: em IV.3.1 veremos a análise das RLs sob diferentes hipóteses. Iniciaremos com as hipóteses formuladas anteriormente à teoria de Princípios e Parâmetros, como a hipótese de base e a hipótese do Comp, e depois passaremos para o que foi formulado após essa teoria, como a hipótese de D-complemento e a hipótese multidimensional. Essas quatro hipóteses foram apresentadas, respectivamente, em Bresnan & Grimshaw (1978), em Groos & Van Riemsdijk (1981), em Caponigro (2002), e em Citko (2000). Na subseção IV.3.2, veremos as propostas

feitas para o PB por Lessa-de-Oliveira (2008), Gavioli-Prestes (2012), Marchesan (2012) e Medeiros Junior (2014) que retomam algumas das hipóteses mencionadas em IV.3.1. Em seguida, apresentaremos nossa hipótese de análise.

IV.3.1 ALGUMAS ANÁLISES FORMAIS DAS RLS

IV.3.1.1 A HIPÓTESE DE BASE - BRESNAN & GRIMSHAW (1978)

Nesse trabalho de 1978, Bresnan & Grimshaw pretendem discutir os aspectos sintáticos das RLs em inglês. Inicialmente apresentam uma possível análise trazendo como base alguns trabalhos como o de Kuroda (1968), Chomsky (1973), Quicoli (1972) e Andrews (1975). No entanto, as autoras afirmam que essa análise não dá conta de certas características sintáticas e fazem uma nova proposta a partir da qual, segundo as autoras, naturalmente se obtém as propriedades necessárias para as RLs. Essa nova análise proposta pelas autoras assume que o pronome relativo é gerado na posição do antecedente nominal da RNN¹³⁸, portanto, sem movimento, e que a lacuna que existe ali seria formada pela regra conhecida como *Controlled pro Deletion*¹³⁹: um *prozinho* do tipo *resumptivo* seria gerado na relativa e seria apagado após entrar em uma relação de identidade referencial com o sintagma-Q da relativa. A proposta das autoras então seria como o que vemos em (56)¹⁴⁰.

(56) I'll buy [_{NP} [_{NP} what_i [_S you are selling [_{pro}_i]]]

Ao verificarmos a sentença em (56), veremos que o sintagma-Q [what] é gerado na posição que seria ocupada pelo sintagma nominal em uma RNN, encabeçando, então, a RL, e que a relativa está em posição de adjunto.

¹³⁸ Pelo fato de o sintagma-Q ser gerado nessa posição do antecedente nominal e não haver movimento, essa hipótese passou a ser conhecida como Hipótese de base ou Hipótese de núcleo. Vale ressaltar que apesar da nomenclatura “hipótese de núcleo”, as autoras defendem um elemento do tipo sintagma XP e não do tipo núcleo X⁰.

¹³⁹ Tradução: Apagamento controlado de *pro*.

¹⁴⁰ Adaptamos esse exemplo que foi retirado do artigo das autoras, p. 331.

Para explorar ainda mais as RLs, as autoras as comparam com as interrogativas e argumentam dizendo que apesar de elas serem ‘idênticas’, os sintagmas-Q que encabeçam RLs são morfologicamente diferentes pelo fato de poderem funcionar com o sufixo *-ever*¹⁴¹, o que não ocorreria com as interrogativas. Inclusive, as autoras seguem Chomsky (1977) e afirmam que nas RLs não há movimento de Q e que tal movimento só ocorreria nas interrogativas.

Um outro ponto apresentado e defendido pelas autoras é a questão de que RLs podem aparecer não somente com NPs, como em (57) e (58), mas também com APs, AdvPs e com locativos e temporais, respectivamente, em (59) e (60), em (61) e (62), em (63) e em (64), como se pode verificar no paradigma apresentado pelas autoras¹⁴² abaixo:

- (57) a. I'll buy [_{NP} *whatever you want to sell*].
b. I'll buy [_{NP} *the turkey*].
- (58) a. I'll read [_{NP} *whichever book you give me*].
b. I'll read [_{NP} *your book*].
- (59) a. John will be [_{AP} *however tall his father was*].
b. John will be [_{AP} *six feet tall*].
- (60) a. She vowed to become [_{AP} *however rich you have to be to get into that club*].
b. She vowed to become [_{AP} *very rich*].
- (61) a. I'll word my letter [_{AdvP} *however you word yours*].
b. I'll word my letter [_{AdvP} *quite carefully*].
- (62) a. I can run [_{AdvP} *however fast you can run*].
b. I can run [_{AdvP} *faster*].
- (63) a. I'll put my books [*wherever you put yours*]. (adverbial locativo)
b. I'll put my books [*anywhere*].
- (64) a. John will leave [*whenever Mary leaves*]. (adverbial temporal)
b. John will leave [*sometime*].

A partir desses exemplos, as autoras definem o *requerimento de compatibilidade*, como vimos anteriormente nesse trabalho, e o modelo de análise adotado por elas se baseia nesse RC. De acordo com elas, o sintagma-Q precisa ficar na base, porque dessa posição ele seria capaz

¹⁴¹ Adiantamos aqui algo que veremos mais adiante: a proposta feita por Medeiros Junior (2014) prevê que as RLs do PB seriam da mesma estrutura que RLs com *-ever* do inglês.

¹⁴² Originalmente, esses são os exemplos apresentados em (30) – (37), em Bresnan & Grimshaw (1978, p. 335).

de atender as exigências categoriais tanto do verbo da matriz quanto da encaixada. Por conta do RC, explica-se o porquê de sentenças como (65) serem consideradas como malformadas.

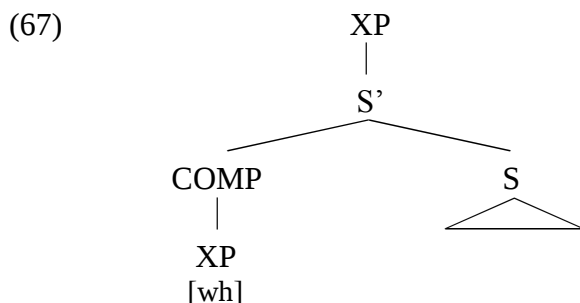
(65) * He'll reach [_{NP} [_{AP} however tall] his father did].

Há nesse exemplo uma incompatibilidade categorial: a exigência categorial do verbo da matriz não condiz com a categoria da RL, ou seja, enquanto o verbo to reach exige um NP, a RL é um AP.

As autoras afirmam, então, que “a categoria sintática do sintagma-Q é a mesma que a categoria de toda a relativa livre” (BRESNAN & GRIMSHAW, 1978, p. 336) e, assim, apresentam o *matching effect* como:

(66) Um sintagma e seu núcleo têm a mesma especificação categorial¹⁴³.

Tendo isso exposto, as autoras apresentam a seguinte configuração geral¹⁴⁴ das RLs que reproduzimos em (67).

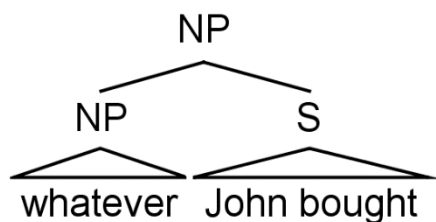


Levando em consideração os sintagmas envolvidos e o requerimento de compatibilidade, poderíamos encontrar as seguintes configurações.

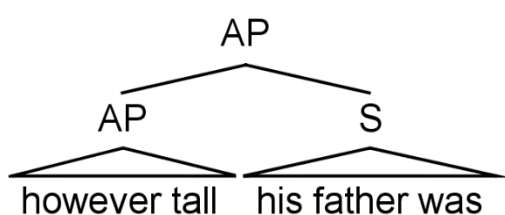
¹⁴³ “A phrase and its head have the same categorial specification” (BRESNAN & GRIMSHAW, 1978, p. 338).

¹⁴⁴ As configurações apresentadas em (67) a (70) são das próprias autoras (BRESNAN & GRIMSHAW, 1978, p. 336-337).

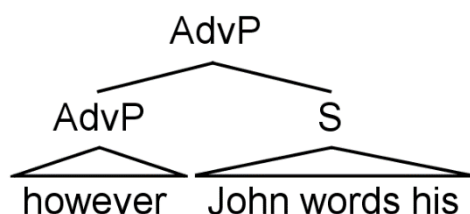
(68)



(69)



(70)



Ressaltamos aqui que essas são representações da década de 1970 e por isso encontramos S' e S. Essas categorias, contemporaneamente, são conhecidas como CP e IP.

Apesar da proposta promissora, as estipulações existentes na análise¹⁴⁵ fizeram com que ela fosse deixada de lado e uma nova hipótese foi ganhando espaço, como veremos na próxima seção. Já o RC permaneceu como sendo relevante para o estudo das RLs.

¹⁴⁵ Há trabalhos que retomam essa proposta e discutem os 'problemas' existentes, como Groos e van Riemsdijk (1979, 1981) e Citko (2000), por exemplo.

IV.3.1.2 A HIPÓTESE DO COMP - GROOS & VAN RIEMSDIJK (1981)

A partir da proposta de Bresnan & Grimshaw (1978), Groos & van Riemsdijk apresentaram uma nova proposta para o tratamento das RLs: a hipótese de Comp¹⁴⁶. No trabalho de 1981, os autores levaram em consideração a ideia exposta pela hipótese de base e assumiriam que as RLs estão em posição de adjunto, mas ao invés de o sintagma-Q ser gerado em seu local de base, os autores propuseram um movimento para esse elemento: ele se moveria da posição de complemento para a posição de Comp¹⁴⁷. Dessa forma, para os autores, as RLs seriam um CP comum. A posição Comp poderia ter traços do tipo [+interrogativo] ou [+relativo].

Tal hipótese ficou conhecida como hipótese de Comp e apresentava duas possibilidades de estrutura, como veremos a seguir. A primeira estrutura apresenta o sintagma-Q em Comp e o antecedente nulo, como em (71), e a segunda estrutura em Comp teríamos um elemento nulo e o sintagma-Q como adjunto, em (72)¹⁴⁸.

(71) I know [_{NP} [_{NP} *e*] [_{S'} [_{Comp} [*what*] [_S you know]]]].

(72) I know [_{NP} [_{NP} *what*] [_{S'} [_{Comp} [*e*] [_S you know]]]].

Nessas duas possibilidades de análise, o requerimento de compatibilidade se dá de acordo com o previsto por Bresnan & Grimshaw (1978). Para Groos & van Riemsdijk (1981, p. 181, tradução nossa¹⁴⁹),

o COMP de uma relativa livre é sintaticamente acessível para as regras da matriz tais como subcategorização e marcação de caso, e além disso é o sintagma-Q em COMP, não o núcleo vazio, que é relevante para a satisfação ou não dos requerimento da matriz.

Tendo isso posto, os autores passam a argumentar que o sintagma-Q das RLs devem estar na posição de COMP e não no núcleo, como previsto pela hipótese de base.

¹⁴⁶ Segundo van Riemsdijk (2000, p. 368), “a hipótese Comp foi primeiramente introduzida por Kuroda (1968). Ela também foi defendida em Hirschbühler (1978) e ganhou um maior suporte em Rooryck (1994) e em Jacobson (1994)” (tradução nossa).

¹⁴⁷ Ressaltamos aqui como seria a estrutura do Comp na década de 80:

[_{S'} Comp [_S NP VP]]

Comp era considerado como o nome de uma posição sintática.

¹⁴⁸ As sentenças em (65) e em (66) foram retiradas de Hirschbühler & Rivero (1983, p. 505).

¹⁴⁹ “the COMP of a free relative clause is syntactically accessible to matrix rules such as subcategorization and case marking, and furthermore it is the wh-phrase in COMP, not the empty head, which is relevant for the satisfaction or nonsatisfaction of the matrix requirements” (GROOS & VAN RIEMSDIJK, 1981, p. 181).

Por fim, tanto a hipótese de base quanto a hipótese de Comp acabam não sendo mais tão exploradas, por apresentarem diversos problemas. Marchesan (2012) elenca alguns desses problemas, dos quais destacamos aqui dois pontos específicos: (i) a hipótese de núcleo, por exemplo, de acordo com Móia (1992, p. 39 apud MARCHESAN, 2012, p. 172), não consegue explicar o porquê de RLs serem ilhas-wh, e (ii) a hipótese de Comp não consegue dar conta do RC, já que o sintagma-Q estaria em C, e por conta disso ela precisa propor um novo parâmetro que de acordo com Brito (1991, p. 217 apud MARCHESAN, 2012, p. 176) “é difícil de aceitar que existindo numa relativa livre um antecedente nulo não seja ele o constituinte acessível à regência e à marcação casual por parte de constituintes da oração matriz”.

Por razões como essas que tais propostas foram abandonadas. No entanto, essas duas hipóteses foram de grande importância para a discussão acerca das RLs e serviram como base para as hipóteses de análise que surgiram posteriormente.

IV.3.1.3 A HIPÓTESE DO D-COMPLEMENTO – CAPONIGRO (2002)

Vimos no capítulo anterior que Kayne (1994) revisitou a análise *raising* (análise de alçamento) de Vergnaud (1974), entre outros, e a trouxe novamente para a sintaxe gerativa. O autor assume, então, que as sentenças relativas são complemento de um D: [_{DP} D⁰ CP] (KAYNE, 1994, p. 87).

Tomando como base tal proposta, diversos trabalhos sobre RLs surgiram, como Bianchi (1999), Caponigro (2002)¹⁵⁰ e Citko (2004). Apesar de eles assumirem essa proposta kayneana, há diferenças relevantes entre essas abordagens. Verificaremos, a seguir, a proposta desenvolvida por Caponigro (2002).

Caponigro (2002, p. 1) assume que relativas livres são “sentenças encaixadas com uma lacuna na posição de argumento ou adjunto e um sintagma-Q que encabeça a sentença” e apresentam uma distribuição como a de DPs. O autor apresenta como proposta de análise a ideia de “RL = D + CP”. O autor se preocupa com a relação existente com interrogativas-Q e afirma o seguinte:

¹⁵⁰ Apenas para esclarecimento: esse texto de Caponigro possui duas versões, uma de 2000 e uma de 2002 e, segundo o autor, há sutis diferenças entre eles.

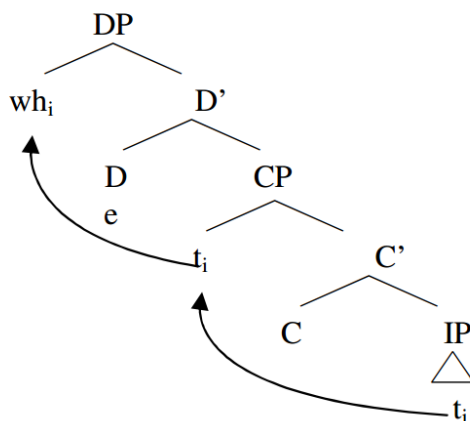
Eu gostaria de sugerir que RLs, como interrogativas-Q, são CPs-Q. Mas, ao contrário das interrogativas, elas não apenas CPs-Q. A estrutura delas é ligeiramente mais complexa: RLs são DPs com um D encoberto que toma o CP-Q como seu complemento (CAPONIGRO, 2002, p. 4, tradução nossa¹⁵¹).

Sobre essa proposta, Marchesan (2012) afirma que:

Em linhas gerais, essa hipótese apresenta características importantes da Hipótese do Núcleo e da Hipótese do Comp. Da primeira, coloca o pronome em SpecDP, para dar conta do requerimento de compatibilidade; da segunda hipótese, o movimento, para demonstrar que há semelhança com as interrogativas indiretas. É dessa forma que conseguem explicar a similaridade que as RLs têm com as relativas com núcleo e com as interrogativas. (MARCHESAN, 2012, p. 177).

Portanto, Caponigro (2002) assume a ideia de a RL ser um DP com um D não pronunciado que seleciona um CP como complemento. A semelhança da RL com uma RNN estaria representada no fato da RL ter um DP, enquanto a semelhança da RL com as interrogativas estaria na presença do CP. A proposta de análise de Caponigro pode ser vista em (73), a seguir:

(73) Representação sintática da estrutura interna da RL para Caponigro (2002)



Nessa proposta de Caponigro (2002, p. 4), o sintagma-Q se move de sua posição inicial no IP mais baixo para a posição de especificador de CP. Depois disso, ele se move novamente para a posição de especificador do DP.

¹⁵¹ “I would like to suggest that FRs, like wh-interrogatives, are wh-CPs. But, unlike interrogatives, they are not just wh-CPs. Their structure is slightly more complex: FRs are DPs with a covert D that takes the wh-CP as its complement (CAPONIGRO, 2002, p. 4).”

Como projeções máximas não podem ter um núcleo implícito, o D precisa ser licenciado por algum tipo de configuração sintática de concordância. Para isso, o autor segue a proposta de Koopman (2000) em que a concordância, em uma configuração do tipo *spec-head*, permitiria o licenciamento necessário. Nesse caso, o “pronome-wh se move do SpecCP para SpecDP” (Caponigro, 2002, p. 143). Ao se mover, o sintagma-Q licencia esse D encoberto.

No entanto, há uma questão que se coloca para essa proposta¹⁵²: se esse D abstrato não tiver uma função semântica, mas apenas categorial, a visibilidade desse sintagma-Q para o verbo da matriz fica comprometida, pois teria algo ‘no meio do caminho’. Nesse caso, em que a RL está na posição de complemento verbal¹⁵³, o irmão do verbo é o DP e não o sintagma-Q. Para resolver isso, ou se fazem várias estipulações para assumir esse DP como ‘transparente’ (o que não explica nada), ou se tem que coindexar esse sintagma-Q com o DP em cujo especificador ele se encaixa. Teríamos aí então uma segunda estipulação. Contudo, ao se fazer essa segunda estipulação para fugir da primeira, teremos um problema em relação ao filtro *i-within-i* (CHOMSKY, 1981, p. 211). Essa condição surge com o intuito de evitar uma circularidade de referência. Ele pode ser representado como em (74).

- (74) Filtro *i-within-i*
 *[X_i ... A_i ...]

Dessa forma, não é possível que um constituinte com um dado índice *i* domine propriamente um outro constituinte distinto que também tenha esse mesmo índice *i*, numa situação de coindexação entre constituintes em relação de dominância irreflexiva. Vejamos os exemplos a seguir:

- (75) *[O amigo d[o amigo de [Pedro]_i]_j]_i reprovou.
 (76) [O amigo d[o amigo de [Pedro]_i]_j]_k reprovou.

Não é possível afirmar, como indicado em (75), que [o amigo do amigo do Pedro] e [Pedro] possuem o mesmo índice. O que há nesse exemplo é uma estrutura agramatical, porque não se obedece ao filtro *i-within-i*, a despeito do fato de que, do ponto de vista estritamente pragmático, a leitura pretendida faça total sentido. Se o amigo de Pedro se chama Paulo, e a

¹⁵² E não apenas para essa proposta. Discutiremos, também, isso na proposta de Marchesan, por exemplo, em momento oportuno.

¹⁵³ Raciocínio análogo se faz em relação às outras posições que as RLs podem ocupar: o sintagma-Q precisa ser irmão do constituinte sintático relevante para que sua visibilidade não fique comprometida.

amizade é mútua, então Pedro é amigo de Paulo tanto quanto Paulo é amigo de Pedro. Consequentemente, Pedro é amigo daquele homem que podemos apropriadamente chamar de [o amigo do Pedro]. Por razões estritamente sintáticas, a saber: o filtro *i-within-i*, esse pensamento perfeitamente coerente não pode ser expresso através de (75).

O mesmo não acontece com a sentença em (76), que é gramatical, em que [Pedro] tem índice *i*, [o amigo de Pedro] tem índice *j* e [o amigo do amigo de Pedro] tem índice *k*. Trata-se, portanto, de três pessoas distintas (e.g., Paulo é amigo de João, que por sua vez é amigo de Pedro, sem que necessariamente Paulo e Pedro sejam amigos).

Se tormarmos a proposta de Caponigro (2002) com a estipulação mencionada acima, nós teríamos um sintagma DP que contém um sintagma-Q, sendo que os dois possuiriam o mesmo índice, o que resultaria em agramaticalidade, como vimos no exemplo (75). Se não adotarmos tal estipulação, precisaríamos adotar outra regra que tivesse o efeito de tornar o DP abstrato invisível para fins de o WH em seu especificador ser visível para o verbo da sentença subordinante.

De um modo ou de outro, todas as hipóteses que tomam Caponigro (2002) como base vão apresentar algum tipo de problema (em maior ou em menor grau) em relação a esses dois pontos destacados logo acima.

Caponigro (2002) apresenta ainda as relativas adverbiais e afirma que RLs podem ser DPs ou PPs¹⁵⁴.

As RLs introduzidas por *onde* e *quando* parecem se comportar como as expressões *lá*, *ontem*, *ano passado*, *esta manhã*, *o dia anterior* etc. Essas expressões podem atuar tanto como DPs quanto como PPs, dependendo do contexto. Como DPs, elas podem ser complemento de preposição [...] Mas elas também podem ocorrer onde PPs encobertos podem [...]. Seguindo Larson (1985), eu concluo que essas expressões são DPs, que também permitem uma interpretação adverbial. O mesmo, eu acho, é verdade para RLs introduzidas por *onde* e *quando*. Sintaticamente, eles são DPs; semanticamente, elas podem ser interpretadas como DPs ou PPs". (CAPONIGRO, 2002, p. 146-147, tradução nossa)¹⁵⁵.

Para o autor, então, relativas adverbiais, como aquelas iniciadas por onde e quando, são sintaticamente DPs e semanticamente DPs ou PPs.

¹⁵⁴ Ressaltamos que Caponigro & Pearl (2008) vão apresentar uma outra proposta de análise para as RLs.

¹⁵⁵ "The FRs introduced by where and when seem to behave like the expression there, yesterday, last year, this morning, the day before etc. These expressions can act as both DPs and PPs, depending on the context. Like DPs, they can be complements of a preposition [...]. But they can also occur where overt PPs can [...]. Following Larson (1985), I conclude that these expressions are DPs, that also allow an adverbial interpretation. The same, I think, is true for FRs that are introduced by where and when. Syntactically, they are DPs; semantically, they can be interpreted as either DPs or PPs (CAPONIGRO, 2002, p. 146-147).

A proposta de Caponigro (2002) é assumida por diferentes autores. Em relação ao português, dois nomes que trabalham com essa proposta são Marchesan (2008, 2012) e Medeiros Junior (2005, 2014), como veremos na seção IV.3.2.

IV.3.1.4 A HIPÓTESE VIA MULTIDOMINÂNCIA – CITKO (2000)

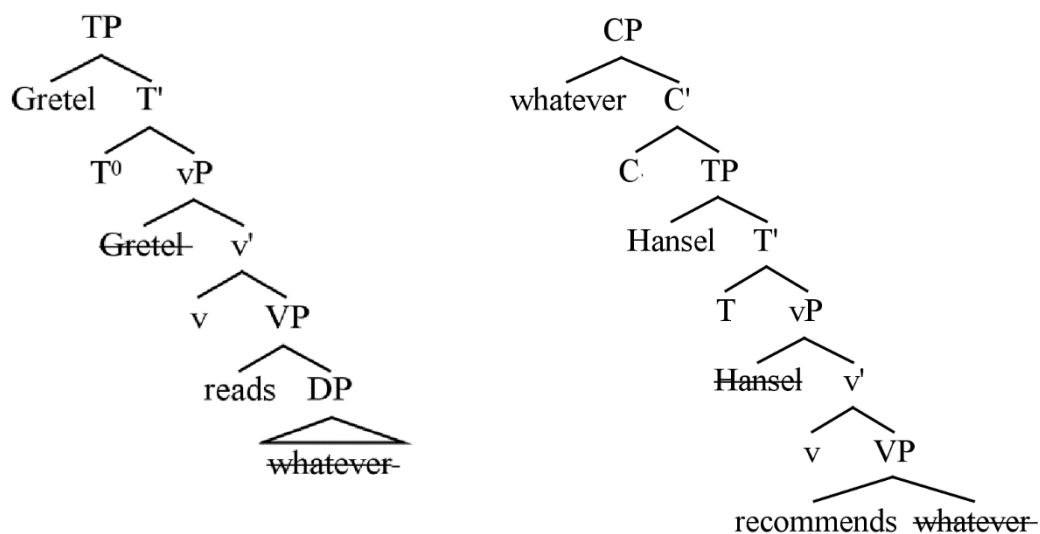
Com o advento do programa minimalista, novas análises foram propostas e muitas tomaram como base a ideia da hipótese da relativa como complemento de D. Citko (2000), Riemsdijk (2000) e Caponigro (2002), por exemplo, seguem essa proposta, no entanto, por conta do que os dois primeiros autores assumem, eles diferem consideravelmente do terceiro autor.

Tanto Citko (2000) quanto Riemsdijk (2000) partem da hipótese via *multidominância*. Esse termo tem sido usado para representar a possibilidade de um nóculo sintático ser dominado imediatamente por dois (ou mais) outros nóculos sintáticos simultaneamente e essa hipótese resulta da proposta de um *remerge*.

No entanto, ela tem sido explorada de formas diferentes pelos autores e, a partir do que cada autor assume, ela pode ter uma certa alteração quanto à nomenclatura. Riemsdijk (2000, 2006) utiliza o termo *muldimensional* para sua proposta, pois, para o autor, ela seria de alguma forma exibida em diferentes dimensões. O autor traz também a abordagem de *grafting* que é um termo tomado emprestado da biologia e pode ser traduzido como enxerto, que nada mais é do que “enxertar” um novo constituinte à árvore sintática. Vries (2013) usa o termo *multidominance*. Guimarães (2004) propõe o *remerge* em diferentes configurações sintáticas e utiliza o nome *multimotherhood*, ou seja, multimaternidade. Para o autor, esse termo dá conta do argumento de que a multidominância em questão precisa ser imediata, visto que dominância por diferentes nóculos, vários elementos podem ter de modo trivial (e.g. um objeto direto é dominado por diversos nóculos desde o V' que o domina imediatamente até o CP no topo da sentença)¹⁵⁶.

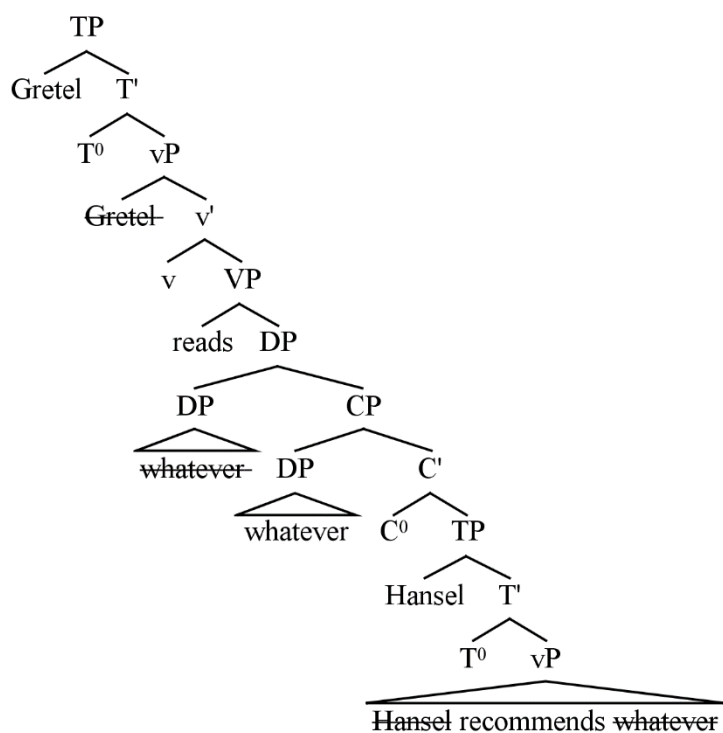
¹⁵⁶ Ressaltamos aqui que esses termos não são sinônimos: cada um deles apresenta implicações a partir da proposta sob a qual está sendo feito. Trouxemos aqui essas possibilidades e essa breve elucidação para que não haja confusão no caso de se verificarem tais termos em diferentes literaturas sobre o assunto. No entanto, não é nosso propósito aqui apresentar e discutir todas essas possibilidades.

(78)



Em seguida, finalmente, há “a adjunção da RL, que é um CP, com a ‘cabeça’ do pronome relativo” (MARCHESAN, 2012, p. 185) e apresenta, então, a seguinte estrutura:

(79) Representação Sintática de RL para Citko (2000, p. 76)



Ressaltamos que essa estrutura em (79) não parece apresentar uma análise de multidominância, já que não há nenhum constituinte sintático que é dominado por outros dois constituintes sintáticos simultaneamente, como tínhamos em (77). Além disso, ela também apresentaria um problema em relação ao *i-within-i*.

Um apontamento relevante aqui é a comparação dessa proposta com a proposta de Guimarães (2004). Diferentemente de Citko (2000), no sistema de Guimarães (2004) não seria necessária essa ‘quebra’ de (77) para (78), pois, para o autor, ao contrário de toda uma tradição, a Single Root Condition (SRC) não é um axioma do sistema, logo, não é preciso reparar tais violações, pois nada estaria sendo violado em (77) nesse sentido. Salientamos ainda que Guimarães (2004) argumenta que a não adoção da SRC seria crucial para se dar conta de uma série de construções intrincadas (amalgamas sintáticas) que, superficialmente, parecem ser um subtipo de orações parentéticas, mas que após uma inspeção mais detalhada revelam ter uma natureza distinta.

Apesar de julgarmos bastante interessantes essas propostas que envolvem a multidominância/multimaternidade, estamos assumindo que, por ora, não precisamos da multidominância para dar conta das RLs. Como veremos adiante, nós não assumiremos nem essa nem a proposta de Caponigro (2002).

Em suma, das hipóteses apresentadas, a que tem maior abrangência de trabalhos, em geral, é a que tomou como base as ideias de Kayne (1994). No entanto, ela é reanalisada por diferentes estudiosos e, portanto, apesar de eles assumirem a hipótese do D-complemento, o desenvolvimento das propostas e a derivação das sentenças se dão de maneiras diferentes.

IV.3.2 ALGUMAS ANÁLISES FORMAIS DAS RLs PARA O PB

Pelo fato de as relativas livres serem de grande importância para a teoria da gramática, há inúmeras hipóteses de análise para elas. Nosso objetivo aqui é lançar um olhar especial para algumas das análises formais de RLs já apresentadas para o PB.

Iniciaremos nossa discussão com a proposta de Marchesan (2008, 2012) e a de Medeiros Junior (2005, 2014) que tomaram como base a proposta de Caponigro. Em seguida, passaremos para a análise feita por Kato & Nunes (2009) que foi seguida por Lessa-de-Oliveira (2008) e Gavioli-Prestes (2012).

IV.3.2.1 AS ANÁLISES DE MARCHESAN (2012) E DE MEDEIROS JUNIOR (2014)

Antes de discutirmos os trabalhos de Marchesan (2012) e de Medeiros Junior (2014), trazemos a proposta de Caponigro (2002) apresentada anteriormente com o intuito de retomar alguns aspectos relevantes para a discussão que será realizada ao longo desta seção.

O trabalho de Kayne (1994), que toma como base os trabalhos de Smith (1964) e Vergnaud (1974), é o que dá a base para Caponigro (2002) e muitos outros trabalhos que assumem as sentenças relativas como sendo CPs que são tomados como complemento por um D.

Caponigro (2002) segue essa proposta e assume as RLs como sendo DPs que possuem um D silencioso cujo complemento é um CP. Na posição de especificador do DP encontra-se o elemento-Q para licenciar, via concordância por spec-head, o D silencioso. Portanto, para o autor, RLs não são CPs comuns, não permitem extração de nenhum tipo de material e apresentariam a estrutura como vimos em (67).

Caponigro (2002, p. 144) apresenta diferentes evidências para assumir que “DPs também podem tomar CPs como seus complementos”, a partir de línguas como o Espanhol e a língua africana Wolof. Além disso, o autor defende que as RLs possuem sempre a mesma distribuição de DPs, mas podem ser interpretadas semanticamente ou como DPs ou como PPs. Para essa análise, então, o autor estipula, por exemplo, a existência de uma preposição abstrata. No entanto, como bem apontou Marchesan (2012, p. 182), postular um D nulo, uma preposição abstrata (ou ainda postular, seguindo Larson (1987), que há a incorporação de uma preposição pelo pronome-Q), bem como considerar RLs em posição de adjunto como nominal, parece-nos ter um alto custo teórico.

Levando em consideração as discussões apresentadas nos trabalhos de Caponigro, Marchesan (2008, 2012) e Medeiros Junior (2005, 2014) discutiram as RLs no PB. Nesta seção, vamos apresentar suas propostas.

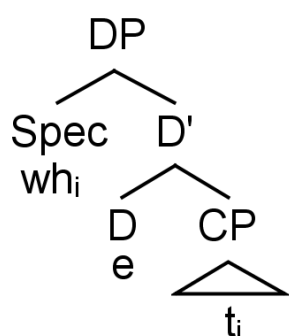
Marchesan possui inúmeros trabalhos sobre as RLs e, em especial, as RLs não-indicativas, no entanto, nosso foco aqui será o trabalho de 2012.

Nesse trabalho, Marchesan discute as diversas propostas de análise para as RLs e, apesar das críticas tecidas pela autora, ela segue a proposta de Caponigro (2002) e propõe sua própria análise para as RLs do PB. Assim, a autora endossa a ideia da existência de um D silencioso que toma um CP como complemento e que a derivação das relativas envolve um movimento de núcleo, como já foi defendido por Donati (2006).

Apesar de assumir o D nulo, a autora não assumirá a preposição abstrata, como fez em seu trabalho de 2008, para as RLs do tipo adverbial. Aqui ela defende a hipótese de que essas RLs são AdvPs. Dessa maneira, ela consegue encaixar a RL como adjunto, seguindo Cinque (1997), que assume a posição de spec de AdvP para os advérbios. A autora ressalta ainda que em posição de adjunto só podemos ter PPs ou AdvPs.

Uma das pretensões da autora, então, é propor uma estrutura que dê conta dos diferentes tipos de RLs¹⁵⁹ (*livre*, *transparente* e *não-indicativa*). Inicialmente, a autora traz duas propostas: uma para relativas não-adverbiais, como em (80), e outra para as relativas adverbiais, como em (82). A partir dessas propostas que ela apresenta sua análise para as diferentes RLs, levando em consideração todos os aspectos que envolvem as RLs.

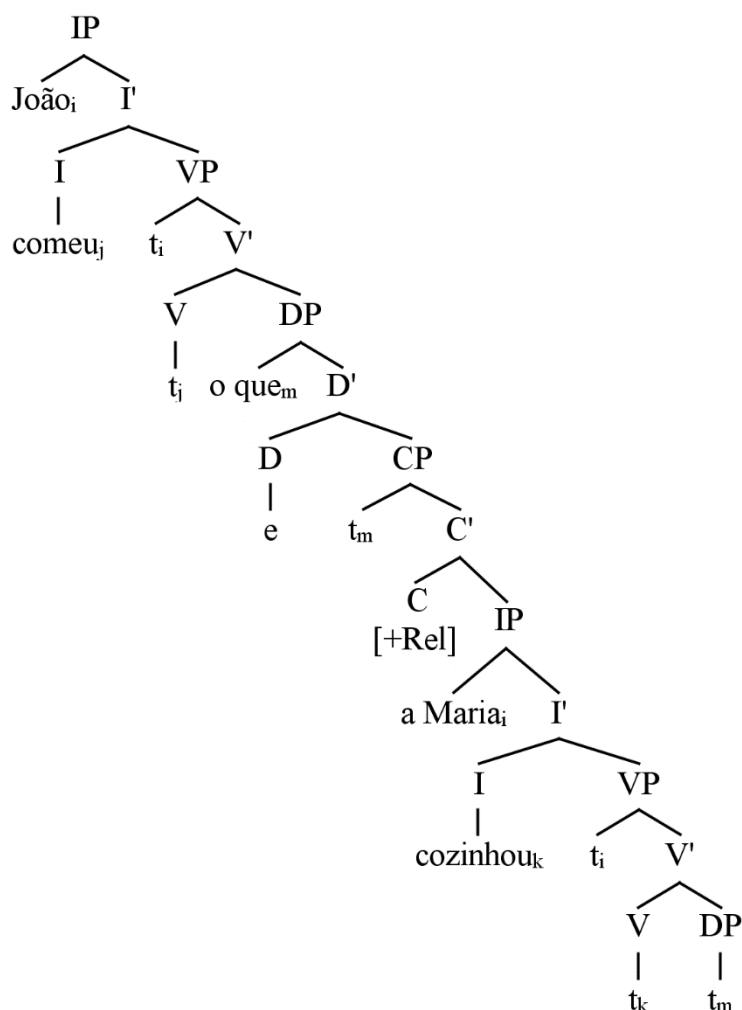
(80) Proposta de análise para RLs não-adverbiais (Marchesan, 2012, p. 197)



Para uma sentença como [João comeu o que a Maria cozinhou] que é uma RL não-adverbial e que apresenta um pronome-Q do tipo nominal (parafraseável por um DP), teríamos (81).

¹⁵⁹ Remetemos para o quadro 11 que apresenta os tipos de RLs para o PB.

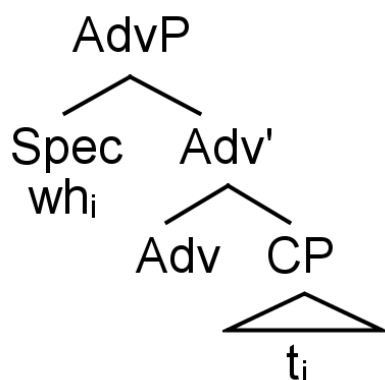
(81) Estrutura das relativas nominais (MARCHESAN, 2012, p. 199)



Essa estrutura daria conta de todas as nominais, a saber, aquelas encabeçadas por quem, o que, quanto, visto que para a autora todos eles encabeçam RLs que são parafraseáveis por DPs. De acordo com a autora, a derivação dessa sentença ocorreria da seguinte forma: o pronome relativo [o que] que estava em t_m é movido para a posição de especificador de CP, por conta da exigência do traço [+Rel] presente em C, que é o responsável por atrair o pronome relativo. Esse CP para onde o pronome foi movido é o complemento de um determinante nulo e para que ocorra o licenciamento desse D nulo, faz-se necessária a configuração *spec-head* com um constituinte explícito, e por conta disso o pronome relativo fará mais um movimento, dessa vez para Spec/DP. A autora explica ainda que esse movimento realizado para a posição de especificador do DP ocorre para que haja uma aproximação entre a estrutura de uma RL e de uma RNN, visto que são ambas relativas.

Já para as relativas adverbiais, a autora apresenta uma outra proposta de estrutura, como podemos verificar em (82).

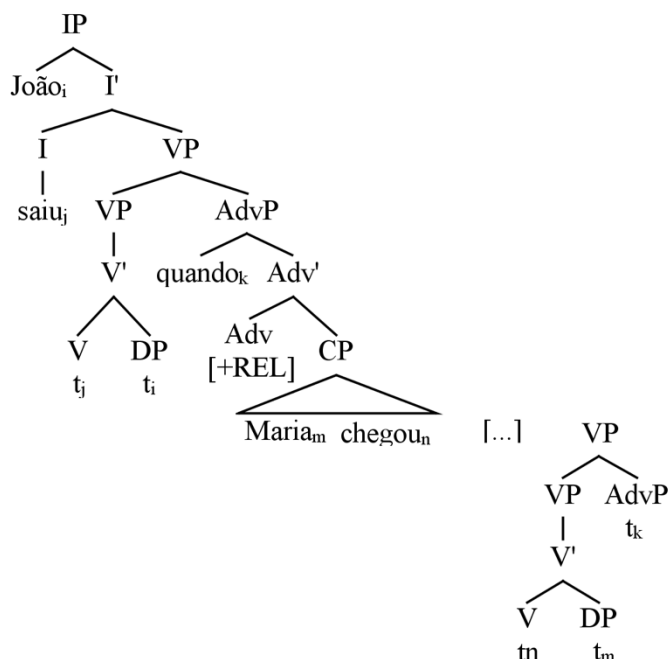
- (82) Proposta de análise para RLs adverbiais (MARCHESAN, 2012, p. 197)



Portanto, para uma sentença como (83a), teríamos a estrutura expressa em (83b).

- (83) Estrutura das RLs Adverbiais para (MARCHESAN, 2012, p. 207)

- a. João saiu [quando Maria chegou].
b.



Antes de vislumbrarmos as outras propostas, algumas questões se colocam para essas estruturas, principalmente no que diz respeito às adverbiais.

Vejamos alguns outros apontamentos que se colocam para essas estruturas, observando, inicialmente, o par de proposta em (80) e (81).

Na sentença matriz de (81), nós temos o verbo comer que precisa de seu complemento para que ocorra a atribuição de papel temático. Na proposta de Marchesan, esse complemento teria que ser o DP maior que contém o sintagma-Q na cabeça dessa relativa. Contudo, esse DP precisaria estar coindexado ao *wh* (Q), o que seria banido pelo filtro do *i-within-i*¹⁶⁰ que não permite, por exemplo, um sintagma de índice *i* estar coindexado com um elemento dentro dele. Inclusive, se o argumento for de que o verbo atribui papel *theta* para o sintagma-Q, isso também não é possível, visto que há um DP ‘antes’ dele.

Se observarmos o par de hipóteses em (82) e (83), veremos que o AdvP tem como núcleo um Adv nulo que toma um CP como complemento. Além de ser uma possibilidade de estrutura que nos parece ocorrer apenas em RLs (logo, carecendo de evidência empírica independente, o que consequentemente reduz seu poder explicativo), é necessário que se proponha aqui um núcleo nulo. Um outro ponto que merece atenção é que nas relativas não-adverbiais, o traço [+Rel] aparece em C que seria a razão de atração do sintagma-Q. No entanto, nas RLs adverbiais esse traço aparece em Adv, o que não explica o porquê de ele passar em specCP em algum momento (salvo se houve alguma falha na representação arborea). Já se formos pensar na questão da atração, então, teríamos duas possibilidades: (i) ou a autora está assumindo que tanto C, em (81), quanto o Adv, em (82), têm o traço [+Rel], o que não parece adequado, ou (ii) apenas Adv tem esse traço e ele atrai, diretamente, o pronome relativo e não haveria assim nenhum vestígio em CP¹⁶¹ (GAVIOLI-PRESTES, 2015, p. 540).

É por problemas como esses que o movimento de [quando] para a posição de especificador de AdvP não parece ser explicado na proposta da autora. Além disso, o problema do *i-within-i* que abordamos anteriormente também se coloca para essas projeções funcionais que não têm motivação independente, pois não seria possível a coindexação do sintagma com o elemento dentro dele.

A partir da observação de (80), (81), (82) e (83), um outro ponto que se coloca é a questão de que essas RLs não parecem ser ‘tão livres assim’. Isso se coloca por conta do fato de que na proposta da autora (bem como nas propostas de Caponigro e de Medeiros Junior), temos um elemento no qual o sintagma-Q se apóia. Em (80) e (81), há uma categoria vazia no núcleo do DP, assim como há, em (82) e (83), uma categoria vazia no núcleo do AdvP.

¹⁶⁰ Como discutimos na seção III.3.1.3, podemos apresentar esse filtro como:

Filtro *i-within-i*: *[...Y_i...]X_i

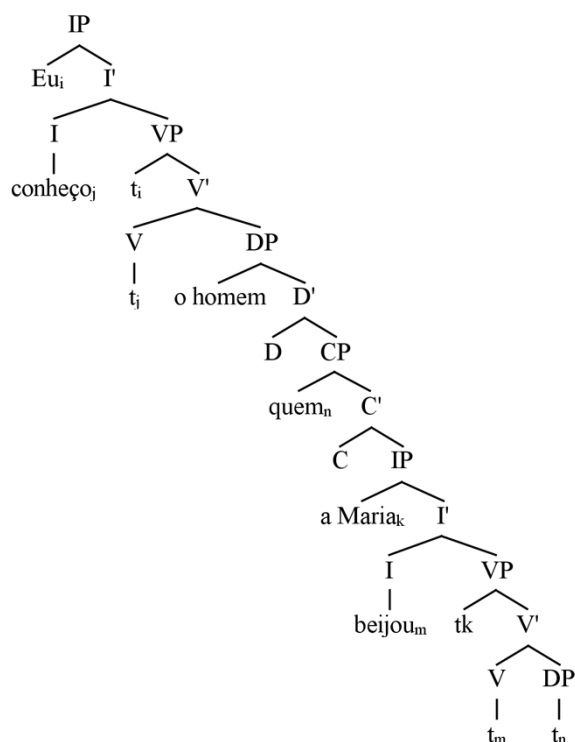
¹⁶¹ De acordo com Marchesan (comunicação pessoal na ocasião da defesa), houve um erro na representação e o traço [+Rel] deveria estar em C.

Além disso, Marchesan, Caponigro e Medeiros Junior assumem um movimento obrigatório que deve ser realizado pelo sintagma-Q da posição de spec de CP para a posição de Spec/DP. Para explicar tal movimento, eles precisam ou (i) um traço atrator *ad hoc*, ou (ii) se apegar a uma intuição analítica válida de que esse sintagma se move para ficar ‘mais próximo’ do verbo atribuidor de papel temático, por exemplo. No entanto, essa explicação apresentada em (ii) só é válida se não houver a coindexação do sintagma-Q com o DP. Como vimos anteriormente ao mencionarmos o *i-within-i*, essa coindexação acontece e, por conta disso, o movimento do sintagma-Q até a posição do spec de DP não se faz necessário.

Em não se fazendo necessário tal movimento, o sintagma-Q ficaria em uma posição ‘mais baixa’ na árvore e a posição de spec do DP poderia ser preenchida por outro elemento. Vejamos o seguinte exemplo:

(84) a. *Eu conheço o homem quem a Maria beijou.

b.



Como podemos verificar em (84b), se o sintagma-Q faz apenas o primeiro movimento – de dentro de IP para a posição de spec de CP – e não realiza o segundo, a posição de Spec/DP

fica disponível para receber um outro constituinte, nesse caso, o homem, sobregerando, portanto, a sentença agramatical exposta em (84a)¹⁶².

Levando em consideração tudo o que foi exposto até aqui, há ainda um outro apontamento sobre essas estruturas que merece ser feito aqui e que diz respeito ao papel temático. Se Marchesan¹⁶³ assume a visão não-hornsteiniana de papel temático¹⁶⁴, há dois elementos recebendo papéis temáticos diferentes: o DP recebe papel temático do verbo da matriz (em (84a), conhecer) e o sintagma-Q recebe papel temático do verbo da encaixada (em (84a), beijar). Além disso, ao assumir essa visão, não se verifica uma motivação para o sintagma-Q fazer um movimento além da posição de spec de CP, como mencionamos anteriormente. E permanece aqui a violação do *i-within-i*. Já se a autora assume a visão hornsteiniana de papel temático e, portanto, um mesmo elemento pode ter mais de um papel temático, não há nenhum problema em relação ao ‘segundo movimento’ (de Spec/CP para Spec/DP), porém a implementação técnica fica insuficiente, porque o sintagma-Q ficou na posição de Spec/DP e há uma barreira que não permite que ele esteja em relação de irmandade com o verbo, como se desejava.

Ressaltamos que essas observações cabem para todas as propostas de estrutura hipotetizadas pela autora e por todas as propostas que assumem a mecânica do DP com núcleo nulo de Caponigro.

Apresentamos até aqui as estruturas propostas pela autora para RLs, tanto as nominais quanto as adverbiais. Como vimos anteriormente, há outros subtipos de RLs que são descritos e explorados pela autora, como as *relativas livres transparentes* e as *não-indicativas*.

Seguindo essas análises, a autora propõe uma estrutura para RLts e uma para as não-indicativas, como temos em (85) e (86), respectivamente.

¹⁶² Esse dado em (84a) foi apresentado pela Professora Andrea Knöpfle e esse problema também se coloca para nossa análise que será proposta adiante. No momento oportuno, apresentaremos uma tentativa de resposta e mostraremos que nossa possível ‘solução’ não é ‘traduzível’ para o sistema de Marchesan, de Caponigro e de Medeiros Junior. De qualquer forma, o problema está posto e todos nós o enfrentamos.

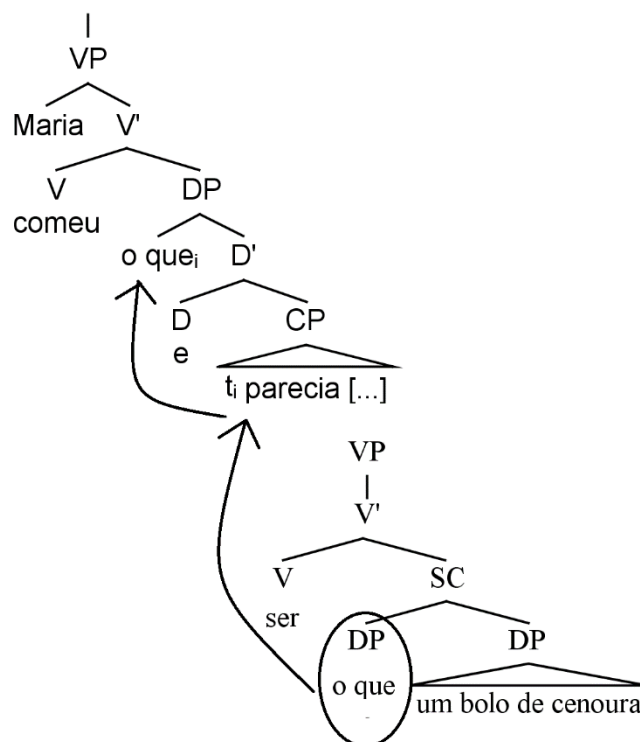
¹⁶³ Ressaltamos, novamente, que esses apontamentos são válidos também para a proposta de Caponigro e de Medeiros Junior, pois as três análises utilizam mecanismos semelhantes.

¹⁶⁴ Essa noção está descrita em II.3.

(85) Estrutura Sintática para RLT (MARCHESAN, 2012, p. 202-203)

a. Maria comeu [o que parecia ser um bolo de cenoura].

b.

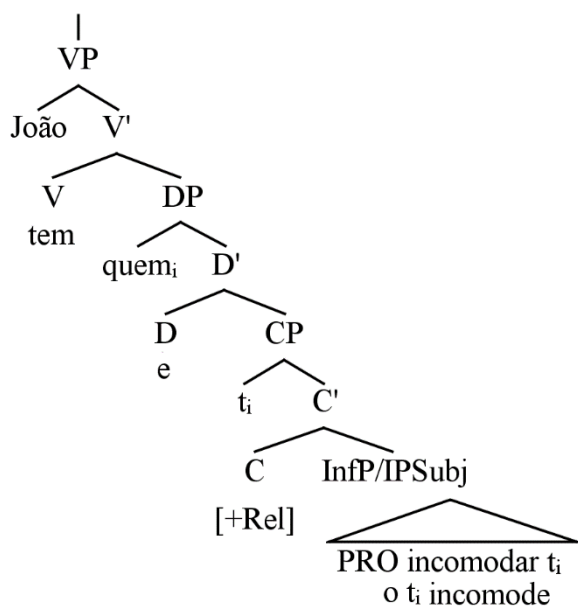


(86) Estrutura Sintática para RLs não-indicativas (MARCHESAN, 2012, p. 201-202)

a. João tem [quem incomodar].

b. João tem [quem o incomode].

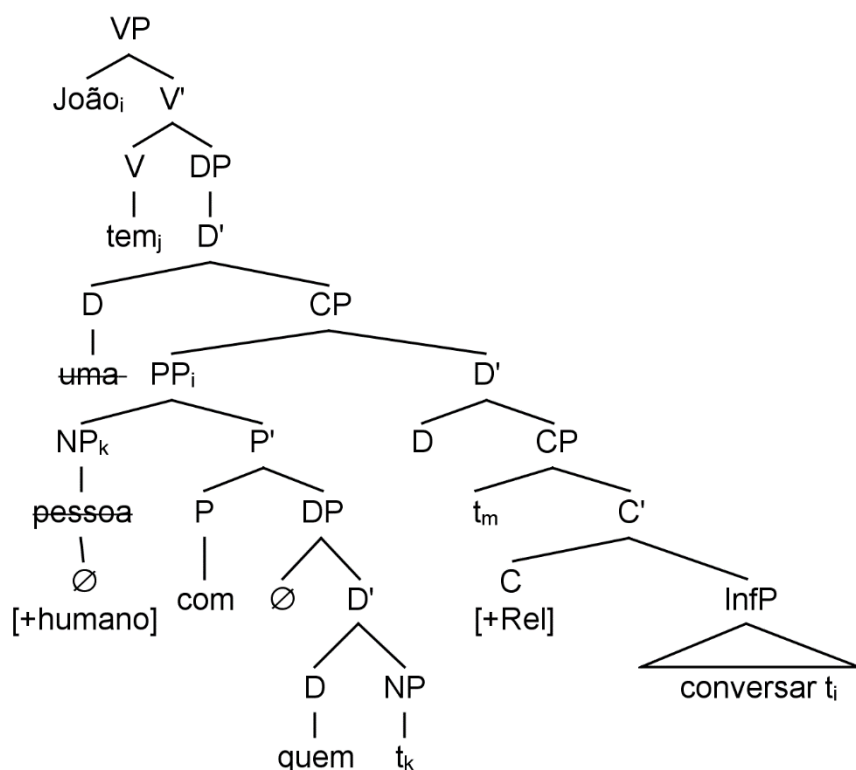
c.



A autora apresenta ainda a estrutura para as sentenças não-indicativas que foram abordadas por ela como sendo RNN e não RL. Um exemplo dessa sentença é a que temos em (87a) cuja representação está em (87b)¹⁶⁵.

(87) a. João tem [com quem conversar].

b.



A autora faz uma ressalva quanto ao fato de relativas livres não-indicativas não serem ilhas sintáticas diferentemente das outras relativas: isso, possivelmente, ocorreria pelo fato de haver um *Infl* nessas sentenças e de essa categoria funcional não ser considerada uma barreira.

Alguns pontos nos chamaram a atenção na diagramação arbórea de (87b). O CP mais alto, complemento de D, não exibe a propriedade de endocentricidade¹⁶⁶. Além disso, postula-se que o sintagma-Q quem seria um D que toma um NP como complemento sem que se apresente nenhuma evidência empírica independente, visto que algo como *[quem pessoa] ou *[com quem pessoa] é de fato agramatical. Um outro ponto também a ser considerado é que

¹⁶⁵ Ressaltamos que estamos reproduzindo aqui a representação arbórea fielmente, mas estamos cientes de que houve erro ali como nos informou a autora.

¹⁶⁶ De acordo com a Professora Doutora Ani Marchesan, houve um erro na representação e onde se lê D' e D (que estão abaixo do CP), deveria se ler C' e C.

por essa exposição, o determinante uma não está em relação de irmandade com o NP pessoa, já que não há c-comando mútuo (D c-comanda o NP_k, mas o NP_k não c-comanda D).

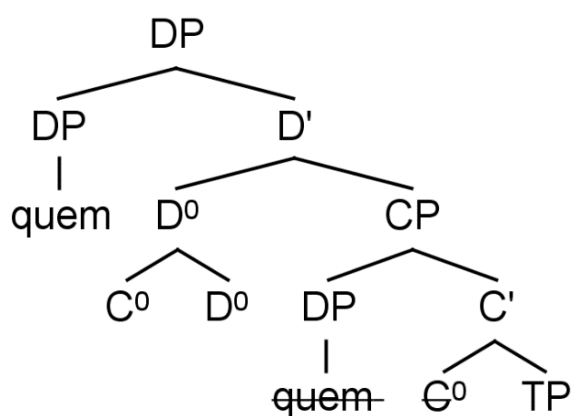
Para os outros dois tipos de relativas livres, a saber, RLs de adjunto livre e comparativas, a autora não apresenta uma representação sintática, já que ela coloca que essas duas opções de tipo de RL não serão tratadas em seu trabalho.

As propostas feitas por Marchesan (2012) buscam dar conta de todos os tipos de relativas livres a que ela se propôs estudar. Apesar de haver um movimento para licenciar um núcleo implícito em todas as propostas de análise das relativas livres apresentadas aqui, há certas estipulações, como esse movimento, que parece ocorrer apenas em relativas livres. Além disso, a indexação necessária entre o DP e o sintagma-Q não é permitida nessa proposta por conta do filtro *i-within-i*. Por razões como essas é que acreditamos que a proposta que faremos neste trabalho, baseada em Gavioli-Prestes (2012), dará conta de explicar as mesmas relativas livres, porém com um menor número de estipulações.

Como mencionamos anteriormente, um outro autor que apresenta uma análise para RLs do PB a partir da hipótese de Caponigro (2000) é Medeiros Junior (2005, 2014).

Medeiros Junior (2005) segue, de alguma forma, Rocha (1990), de Mória (1992) e de Caponigro (2002) e propõe uma representação sintática para as RLs como a exposta em (88).

(88) Representação Sintática das RLs para Medeiros Junior (2005, p. 75)



Para o autor, teríamos uma operação sintática entre C e D, sendo que o D pode ou não ser nulo, o que nos daria um amálgama morfológico e explicaria a questão da existência de pronomes relativos do tipo especial como os que encontramos encabeçando RLs.

Ao apresentar tal proposta, o autor afirma estar se baseando em dois tipos de evidência:

1 – O fato de existir na derivação um item lexical – *quem* – que satisfaz as propriedades de dois núcleos funcionais distintos C^0 e D^0 ; esse fato autoriza a postulação de que a forma morfológica desse item reflete uma operação de incorporação de núcleos (nos termos do que propõe Baker (1988)), sendo essa operação específica em relação ao amálgama que caracteriza orações relativas livres, bem como seu comportamento sintático-semântico;

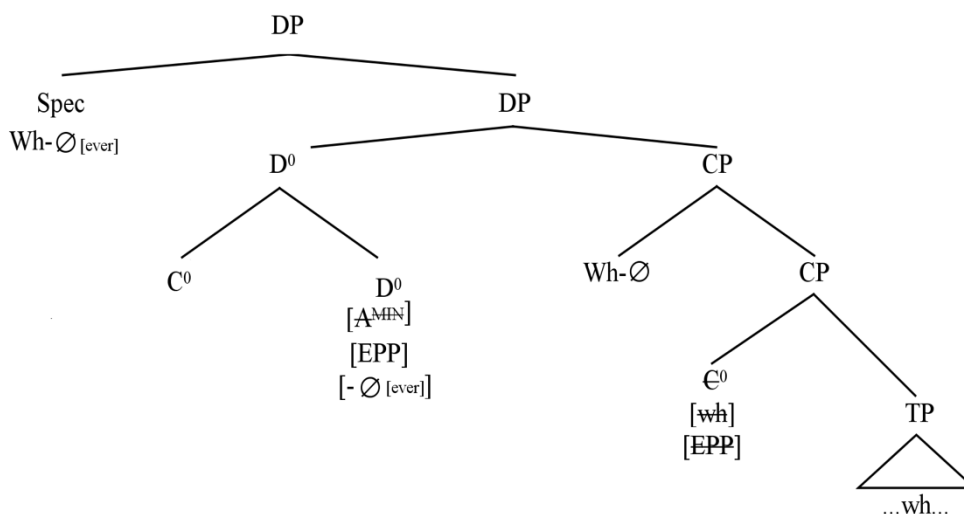
2 – A impossibilidade de inserção do morfema *que* e de realização do antecedente em RLs viabiliza a hipótese de que a palavra-*Qu* corresponde a um amálgama das posições sintáticas em que ocorreriam o antecedente (pronominal) e o morfema relativizador (MEDEIROS JUNIOR, 2009, p. 6).

Tomando como base essa proposta de 2005 (apresentada também em 2009), Medeiros Junior (2014) argumenta que a proposta delineada nesse trabalho seria semelhante às propostas de Dayal (1997) e de Tredinnick (2005) acerca das RLs com *–ever* do inglês. Além disso, o autor assume que o movimento seria ativado por traço de afixo (cf. TANG, 1998). Então, à luz dessas hipóteses, o autor passa a propor que todas as RLs do PB seriam como as RLs com *–ever* do inglês e que a derivação ocorreria da seguinte forma:

Imaginemos então que Wh e *–ever* adentrem a derivação como um único item lexical, e que o D dessa construção porte um traço de afixo, obviamente porque sua matriz fonológica é uma forma presa. Temos a composição do CP, e o elemento Wh é alçado para o especificador do CP em satisfação a um traço [Wh] em C. Em seguida, o C^0 é concatenado ao composto CP e seu traço não interpretável de afixo [$-A^{MIN}$] busca o primeiro núcleo que ele c-comande, para que possa se apoiar e, portanto, disponível para incorporação. O candidato imediato é C^0 , que se encontra ao alcance na periferia de CP. C^0 é atraído e, em posição de adjunção, serve de apoio para D^0 . Em seguida, o sintagma [Wh-*ever*] é alçado ao Spec do DP, já que ele precisa ser licenciado (cf. Koopman (2000) e Caponigro (2002)).

Dessa forma, seriam demonstradas as evidências que o autor apresentou, como a não possibilidade de um antecedente nominal nas RLs e de um morfema *que*. A estrutura, então, para as RLs seria como a que se apresenta em (89).

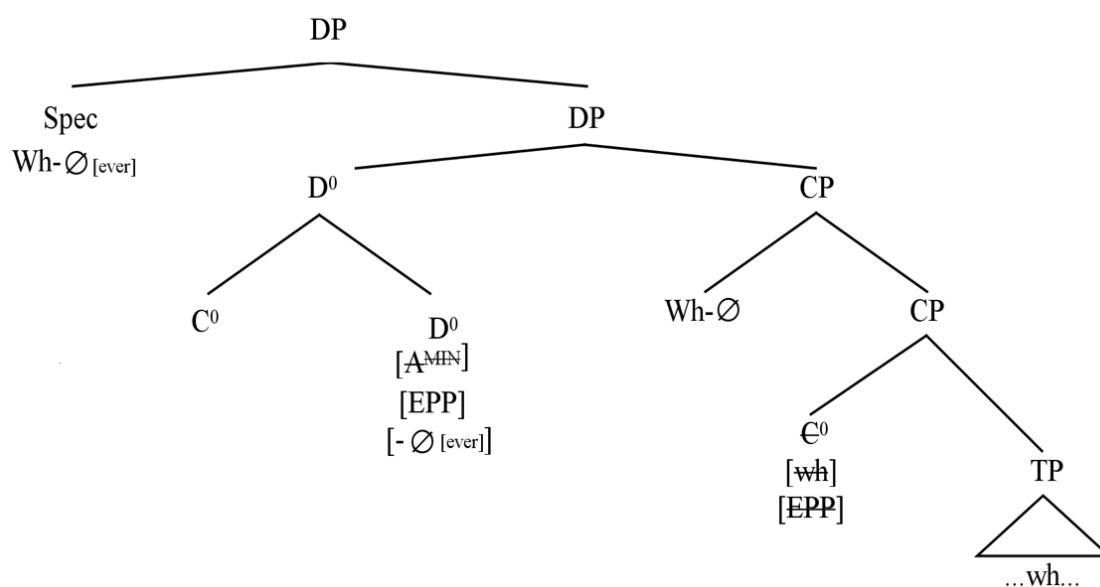
(89) Representação Sintática das RLs para Medeiros Junior (2014, p. 109)



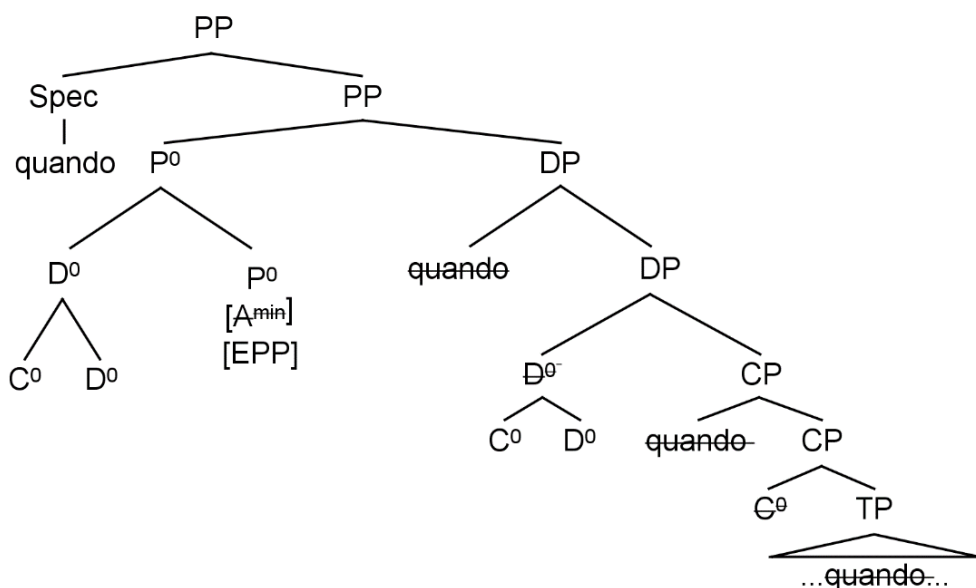
Segundo o autor, no PB teríamos um morfema *–ever* nulo em D. Seguindo a proposta de Lasnik (1995), esse morfema em D seria o responsável em atrair C e, assim, ele passaria a requerer material fonológico em D.

A partir disso, o autor prevê duas possibilidades de estrutura de RL, uma para RLs em posição argumental, como em (89), e outras em posição não-argumental, como em (90).

(90) Estrutura RL em posição argumental (MEDEIROS JUNIOR, 2014, p. 109)



(91) Estrutura RL em posição não-argumental (MEDEIROS JUNIOR, 2014, p. 112)



Ao contrário de Marchesan (2012) que assume um AdvP, Medeiros Junior (2014) assume a análise de Caponigro (2002) para as RLs em posição de adjunto e considera que há ali um PP, com uma preposição abstrata. É relevante observar que aqui o autor mantém a ideia de incorporação de núcleos. Ressaltamos que as propostas desses dois autores para o PB precisam assumir a existência de um núcleo nulo, seja ele D ou P. A proposta que elaboramos aqui não precisará prever tais núcleos.

Um aspecto interessante a ser observado em relação à proposta de Medeiros Junior (2014) é que o autor afirma que uma RL não pode ter o núcleo C preenchido, por exemplo, pelo que. Para dar conta disso, o autor propõe a existência de um amálgama morfológico entre C e D que não permitiria o preenchimento de C. No entanto, o que se observa é que há construções de RLs com C preenchido pelo que produtivas no PB. Vejamos o paradigma a seguir:

- (92) a. Eu conheço onde que ela mora.
 b. Eu conheço o lugar onde que ela mora¹⁶⁷.
 c. Eu conheço quem que quebrou o vidro.
 d. Eu morei onde que você mora.
 e. Eu conheço quem que pichou o muro.
 f. *Quem que pichou o muro fugiu da polícia.

¹⁶⁷ Em (92a) e em (92b), temos uma RNN. Elas foram colocadas apenas para comparação.

g. *O pichador fugiu quando que a polícia chegou.

h. *Pedro gosta de quem que o João gosta.

i. ?João é quem que pichou o muro.

j. ?Só convido quem que ele indica.

Todos os dados em (92) apresentam algum grau de variação quanto à aceitação. Submetemos essas sentenças a nove falantes de PB e pedimos que fizessem o julgamento de aceitabilidade¹⁶⁸. As sentenças de (a) até (e) foram consideradas aceitáveis por 75% desses falantes e por conta disso estamos considerando todas elas como gramaticais. Sentenças como (i) e (j) podem ser consideradas como *borderline* e por isso marcamos com um ponto de interrogação. Já sentenças como (f), (g), (h) foram consideradas como agramaticais.

O ponto a que queremos chegar aqui é a questão de que há relativas livres com o C preenchido no PB. Portanto, se esses dados são permitidos no PB, a proposta delineada por Medeiros Junior (2005, 2009, 2014) acaba subgerando¹⁶⁹.

Essas duas hipóteses apresentam questões interessantes em relação ao tratamento dado para as RLs, no entanto, como expusemos, há aspectos que parecem ocorrer apenas em RLs ou ainda que não apresentam evidência independente para serem considerados. Vejamos a seguir outras propostas de análise para as RLs.

IV.3.2.2 AS ANÁLISES DE LESSA-DE-OLIVEIRA (2008) E DE GAVIOLI-PRESTES (2012)

Vimos, então, duas propostas de análise para RLs no PB em relação a relativas livres que seguem, inicialmente, a proposta feita por Caponigro (2002). Vejamos agora as propostas delineadas para esse tipo de relativa de Lessa-de-Oliveira (2008) e de Gavioli-Prestes (2012) que têm como base a proposta de Kato & Nunes (2009)¹⁷⁰.

¹⁶⁸ Ressaltamos que não houve um rigor metodológico ao investigarmos essas sentenças.

¹⁶⁹ Medeiros Junior (2014, p. 68) aponta que uma proposta como a de Kato & Nunes (2009) permite que sentenças como (j), por exemplo, sejam geradas. A partir do que apresentamos em (84), vemos que o C preenchido em RL é possível. No entanto, uma questão que se coloca é a razão de algumas construções permitirem esse preenchimento e outras, como (g), não permitirem.

Reiteramos que a análise de Medeiros Junior (2014) não prevê a geração de sentenças como (c) e (d), por exemplo, que foram julgadas como gramaticais. Por conta disso, dizemos que essa proposta subgera.

¹⁷⁰ Proposta apresentada no capítulo III.

Kato & Nunes (2009) propõem uma análise unificadora para as RNNs, tanto para a relativa padrão quanto para a não-padrão ao assumir que ambas apresentariam um pronome relativo e não um pronome relativo (na padrão) ou um complementizador (na não-padrão) como proposto por Tarallo (1983). Para esses autores, a diferença entre a relativa padrão e a não-padrão estaria apenas relacionada com a posição de extração: enquanto na relativa padrão o pronome relativo é extraído (ou ainda, movido) da relativa, ou seja, da sentença encaixada, na relativa não-padrão o pronome relativo seria gerado na posição chamada LD¹⁷¹ (*left dislocation*) e seria extraído dali.

Tomando essa proposta como base, Lessa-de-Oliveira (2008) assume que as relativas livres vão apresentar uma estrutura como a encontrada na RNN não-padrão e, por conta disso, vão precisar também da posição de LD.

Ao comparar a estrutura de uma RL com a de uma RNN, a autora afirma que na RNN o DP movido é [que pessoa], e, por isso, o NP *pessoa* teria que ser alçado, resultando assim em [pessoa que]. Na RL, o sintagma-Q *quem* presente nela seria uma pró-forma de [pessoa que]. Por conta disso, a autora afirma então que:

O alçamento de um NP não é necessário porque o morfema-wh é uma pro-forma; e a concatenação do CP relativo com um determinante não ocorre, porque por ser uma pro-forma, o morfema relativo na cabeça da relativa livre não necessita de um determinante. Essa análise dispensa, assim, a necessidade de propormos a existência de um antecedente nulo e de propormos processos de concordância ou fusão entre operador relativo e antecedente nulo, como fazem respectivamente, Brito (1991) e a de Mória (1992) para justificar a presença dos traços semânticos nesses constituintes-wh. Essa estrutura de adjunção proposta por Kato & Nunes (2007), permite, assim, que o DP e o PP relativizados participem de relações sintáticas no domínio da matriz. (LESSA-DE-OLIVEIRA, 2008, p. 84-85).

Lessa-de-Oliveira separa as RLs em dois tipos: padrão e não-padrão. A RL padrão, para a autora, respeita o requerimento de compatibilidade, enquanto a não-padrão, não. Sentenças com o verbo *simpatizar*, por exemplo, e sentenças com os pronomes *onde*, *quando* e *como* seriam do tipo não-padrão, pois teriam uma P apagada.

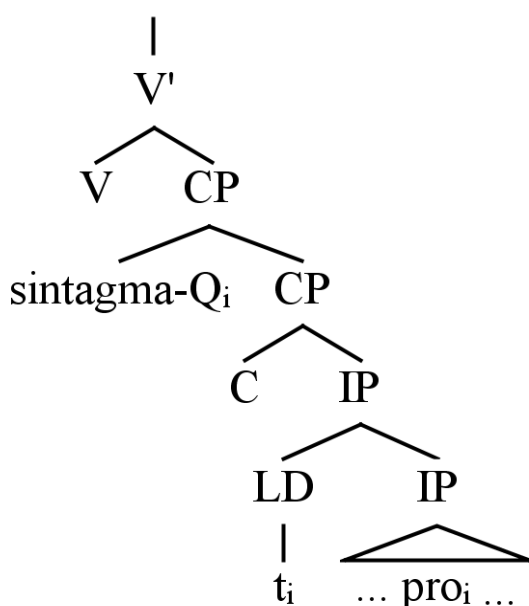
Vejam os exemplos da autora em (93) e, em (94), a representação sintática generalizada para essas sentenças.

¹⁷¹ Seguindo Kato (1993), toma-se aqui o português como uma língua de tópico e por conta disso assume-se a existência dessa posição LD. Um outro ponto relevante para se mencionar acerca dessa posição é que nela só podem ser gerados DPs, nunca PPs, como temos pela agramaticalidade da sentença a seguir apresentada por Kato & Nunes (2009, p. 112): (*com) [a minha amiga], você falou com ela por telefone. Nesse caso, [com a minha amiga] estaria em LD. Para os autores, inclusive, se há um PP é porque houve movimento e não houve geração *in situ*.

(93) Relativas não-padrão para Lessa-de-Oliveira (2008, p. 87)

- a. Vou visitar [_{CP} quem_i [_{CP} C [_{LD} t_i [_{IP} você simpatiza pro_i]]]].
- b. Eu encontrei [_{CP} o que_i [_{CP} C [_{LD} t_i [_{IP} ele mais gosta pro_i no mundo]]]].
- c. A gente visitou [_{CP} onde_i [_{CP} C [_{LD} t_i [_{IP} ele passou a infância pro_i]]]].
- d. O gerente criticou [_{CP} como_i [_{CP} C [_{LD} t_i [_{IP} ele arrumou a mercadoria pro_i]]]].
- e. A gente já incluiu no projeto [_{CP} quando_i [_{CP} C [_{LD} t_i [_{IP} isto vai acontecer pro_i]]]].

(94) Representação sintática da proposta de Lessa-de-Oliveira (2008)

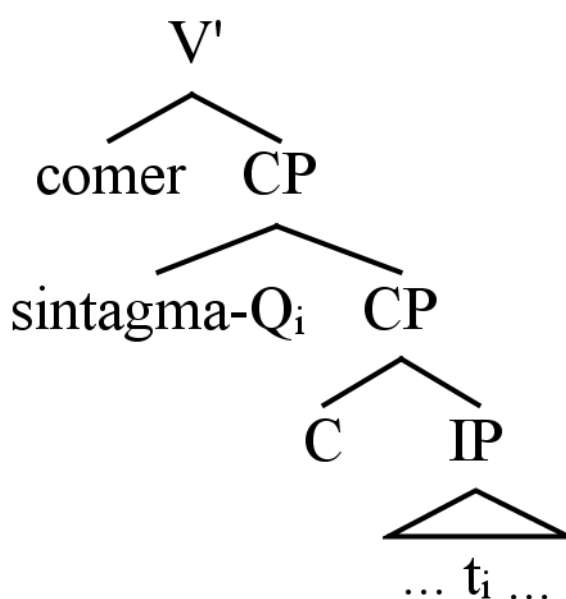


O que se pode observar em (93) e em (94), é que o pronome seria alçado da posição LD. Como apenas DPs (NPs) podem ser alçados dessa posição (CINQUE, 1990, apud LESSA-DE-OLIVEIRA, 2008, p. 87), teríamos esse sintagma-Q pertencendo a essa categoria. Vale ressaltar que, para Marchesan (2012), só há RL introduzidas pelos sintagmas-Q *onde*, *como* ou *quando* se for possível a paráfrase por PPs e nunca por DPs – quando a paráfrase for possível por DPs, para a autora, a relativa é RNN e não RL. Portanto, enquanto (93c), (93d) e (93e) são RLs para Lessa-de-Oliveira (2008), elas são RNN com NN implícito para Marchesan (2012).

De acordo com Marchesan (2012, p. 197), essa proposta de Lessa-de-Oliveira (2008), apresentada em (93) e (94), não seria possível em RLs nominais como em [João comeu [o que a Maria cozinhou]], pois seria estranho conceber um CP como complemento do verbo comer. No entanto, o ponto que se coloca aqui é o que se entende por ‘ser complemento’. Se observamos apenas o diagrama arbóreo dessa sentença, podemos concluir, precipitadamente

que o CP seria o único complemento do V, e como o verbo comer não é um daqueles verbos que c-seleciona CP ou que s-seleciona proposições, teríamos, de fato, algo estranho. No entanto, não podemos nos deixar enganar por esse recurso pictórico. Se entendemos que para um constituinte ser considerado como complemento de outro, eles precisam se c-comandar mutuamente, ou ainda que eles precisam ter o mesmo ‘nódulo-mãe’, então o verbo comer, nesse caso, tem como irmão o sintagma-Q que se adjunge a esse CP. Para uma melhor compreensão, vejamos a representação em (95).

(95) Representação do verbo comer (na sentença “João comeu o que Maria cozinhou”)



É bem verdade que do ponto de vista estritamente sintático o verbo comer teria dois irmãos, o CP e o sintagma-Q adjungido, visto que há c-comando mútuo¹⁷² entre V (comer) e CP e entre V (comer) e o sintagma-Q. Dentre esses, somente o sintagma-Q apresenta as propriedades relevantes para satisfazer os requerimentos de c-seleção e de s-seleção impostos pelo verbo comer. Por conta disso, não haveria nada de estranho nessa configuração. Portanto, o complemento do verbo comer seria o sintagma-Q adjungido ao CP.

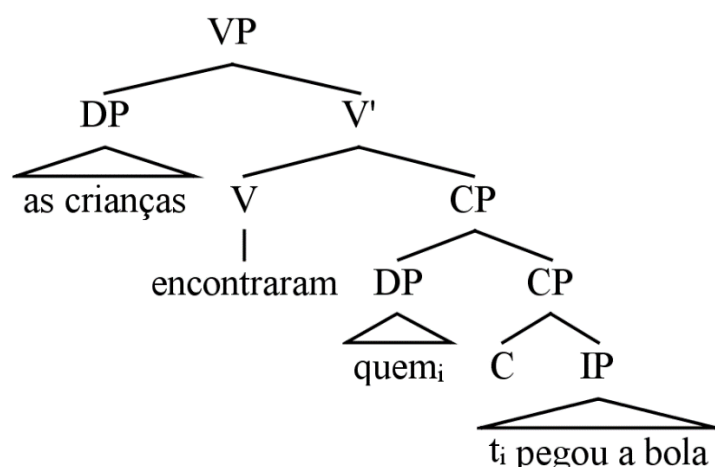
Além disso, essas estruturas apresentadas por Lessa-de-Oliveira permitiriam construções de RLs do tipo sujeito, por exemplo, introduzidas por PPs – o que Marchesan (2012, p. 101) aponta como não sendo permitidas em PB. A autora completa ainda afirmando

¹⁷² Para uma melhor compreensão do porquê que há c-comando mútuo entre esses constituintes, remetemos ao capítulo II desta tese.

que “por fim, numa análise de adjunção-CP há apenas uma barreira para o movimento-wh, o que não explica o fato de as RLs serem ilhas fortes” (Marchesan, 2012, p.197).

A proposta de Lessa-de-Oliveira precisa de uma posição LD para conseguir resolver a questão das relativas não-padrão, por outro lado, para Gavioli-Prestes (2012) tal posição não é necessária para a derivação das RLs e a estrutura dessas relativas seria como (96) e (97).

(96) Representação sintática da RL para Gavioli-Prestes (2012, p. 95)

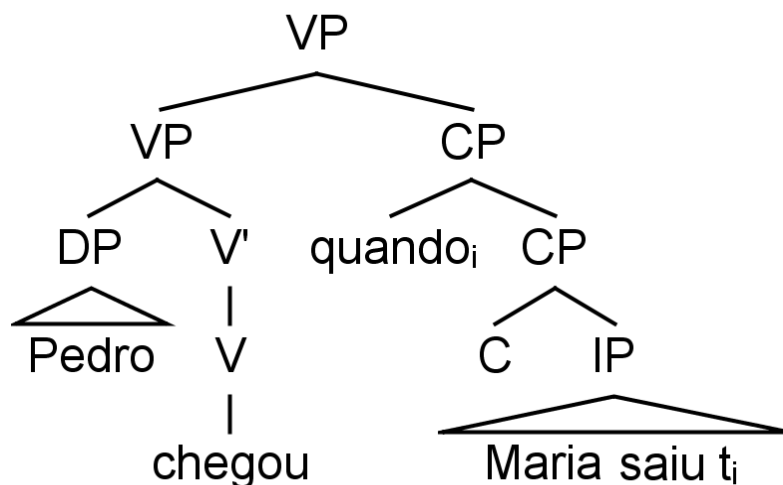


A proposta de Gavioli-Prestes (2012), seguindo Kato & Nunes (2009), é a de que o sintagma-Q [DP quem] seria movido de sua posição em IP para a posição de adjunto de CP. Dessa forma, como há c-comando mútuo entre esse elemento e o verbo da matriz¹⁷³, a questão da atribuição de papel temático, bem como a questão do requerimento de compatibilidade ficam resolvidas.

Essa proposta vale também para as diferentes posições que a RL pode assumir. Em (94), temos a representação proposta para RLs em posição de adjunto, como é o caso de RLs adverbiais.

¹⁷³ Para uma compreensão mais apropriada de toda a técnica que sustenta a argumentação exposta aqui, remetemos o leitor ao capítulo *Interlúdio* desta tese.

(97) Representação Sintática das RLs em posição de adjunto



Nesse caso, temos o sintagma-Q quando movido para a posição de adjunto de CP. Nessa posição, esse elemento pode ser compartilhado pelas duas sentenças: em [Pedro chegou], o quando é adjunto de chegou porque (super) c-comanda o VP nucleado por chegou, já que, da sua posição de adjunto a CP, ele não é dominado por CP. Além disso, quando é adjunto de saiu, não por estar em Spec/CP, mas sim porque sua cópia ocupa, dentro desse IP mais encaixado, uma posição de adjunto ao VP nucleado por saiu, integrando assim a sentença [Maria saiu t_i].

No entanto, há alguns pontos que devem ser mencionados sobre essa proposta.

Inicialmente, as considerações feitas por Marchesan para Lessa-de-Oliveira (apresentadas anteriormente) de que “numa análise de adjunção-CP há apenas uma barreira para o movimento-wh” (MARCHESAN, 2012, p. 197), por exemplo, de alguma forma também se colocam aqui.

Além disso, uma hipótese como essa não dá conta exatamente da *Condição de Subjacência*, proposta em Chomsky (1986), para o qual um constituinte, ao se mover, não pode ultrapassar mais do que um nó-fronteira por ciclo. Para o inglês, DP e IP são considerados como tal, enquanto para o italiano, segundo Rizzi (1982), temos DP e CP. Augusto (1998) afirma que o português seria como o italiano nesse caso e, portanto, teríamos DP e CP como nós-fronteiras.

Retomaremos essa discussão ao apresentarmos nossa hipótese na próxima seção. Ressaltamos, no entanto, que é interessante nessa proposta que não se faz necessário estipular um D nulo, por exemplo, bem como não há o problema com *i-within-i*. Além disso, a ideia de um D selecionar um CP torna-se natural, não problemática, visto que o D estaria selecionando o sintagma-Q adjungido a CP.

Tendo isso posto, podemos pensar em vários questionamentos sobre essa análise, ou seja, há várias perguntas que precisam ser respondidas, como a questão (i) do requerimento de compatibilidade, (ii) dos papéis temáticos recebidos pelo sintagma-Q, (iii) da ‘ilha’ que parece não ocorrer aqui, dentre outras. Por uma questão de organização da exposição dessa análise, vamos discutir essas e outras questões na próxima seção em que vamos apresentar a proposta que será assumida nesta tese.

IV.3.3 NOSSA PROPOSTA DE ANÁLISE DE RELATIVAS LIVRES DO PB

Na seção anterior, focamos em diferentes tipos de RLs e apresentamos algumas hipóteses de análise para essas sentenças. Uma das propostas apresentadas é a de Gavioli-Prestes (2012) que é formulada para as RLs tomando como base a hipótese de Kato & Nunes (2009) para as RNNs. Com o intuito de contribuir para os estudos sobre RLs, delineamos aqui nossa proposta baseada em Gavioli-Prestes (2012). Por considerarmos essa análise adequada para as RLs, vamos assumi-la aqui e, ao longo desta seção, apresentaremos as razões do porquê dessa decisão, bem como buscaremos responder às perguntas que se colocam para ela e que não foram exploradas na seção anterior.

Para isso, organizamos esta seção da seguinte forma: inicialmente, discutiremos as questões relevantes que se colocam para nossa proposta e mostraremos que ela pode ser aplicada aos outros tipos de RLs. Em seguida, exploraremos outros aspectos relacionados, em maior ou menor grau, com a discussão acerca das RLs em posição não-argumental.

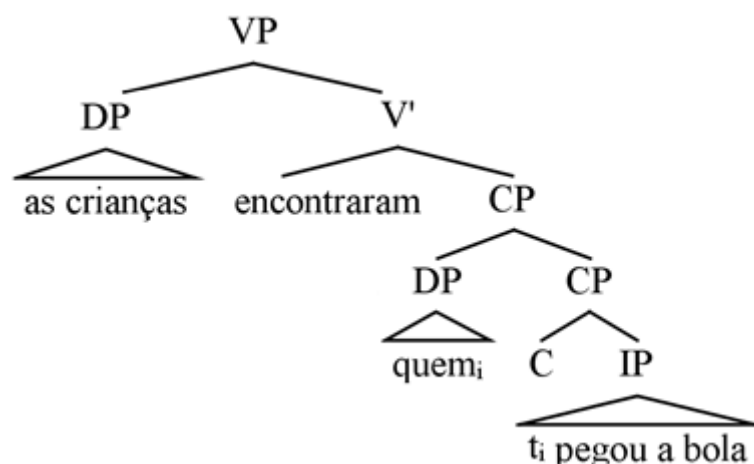
IV.3.3.1 EXPLICITANDO NOSSA PROPOSTA

Por julgarmos a análise de Gavioli-Prestes (2012) apresentada na seção anterior como mais apropriada para tratar das RLs, nosso objetivo nesta seção é rediscutir essa proposta e apresentá-la com mais propriedade, buscando delinear de uma maneira mais adequada nossa análise atual.

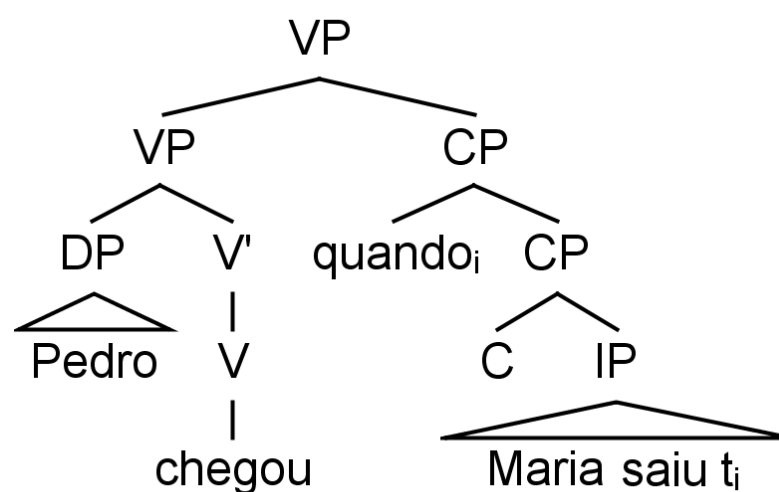
Esse trabalho tomou como base o trabalho de Kato & Nunes (2009) e focou apenas em um dos tipos existentes de relativas livres (cf. seção 2 deste capítulo) que seriam as RLs em

posição argumental e em posição de adjunto, assumindo, respectivamente, as seguintes representações¹⁷⁴.

(98) Representação sintática da RL e posição argumental para Gavioli-Prestes (2012)



(99) Representação sintática da RL em posição de adjunto para Gavioli-Prestes (2012)



Como mencionamos anteriormente essa proposta consegue resolver os aspectos sintáticos e semânticos relevantes para a descrição das RLs. Além disso, como verificamos na seção anterior, ela também é aplicável aos outros tipos de relativas livres.

¹⁷⁴ Essas são as mesmas representações apresentadas na seção anterior, como (96) e (97). Estamos as reproduzindo aqui apenas por conta da exposição e da explicação que vamos trazer aqui.

Contudo, há apontamentos acerca dessa análise que merecem ser feitos e respondidos. Na ocasião da defesa, diversas perguntas foram colocadas. Nós as elencamos e as organizamos por meio de letras de (A) a (F), e buscaremos respondê-las aqui.

A primeira questão diz respeito à condição de subjacência, já mencionada na seção anterior.

(A) Como resolver a questão da condição de subjacência e a noção de relativa como ilha forte?

Como mencionamos, Marchesan (2012, p. 197) aponta um problema na proposta de Lessa-de-Oliveira (2008) ao afirmar que, segundo tal análise, há apenas uma barreira para o movimento-Q. Esse problema também se apresenta para nossa análise, visto que também assumimos adjunção a CP. Para que possamos compreender melhor isso, vejamos a exposição a seguir.

Nas estruturas apresentadas acima, como (98) e (99), o CP seria uma categoria de mais de um segmento. Quando o sintagma-Q se move de onde foi gerado para a posição de adjunto a CP, por conta dessa estrutura, ele passa a não ter nenhum nó-fronteira que o domine, o que permitiria que ele continuasse se movendo. Vejamos o paradigma em (100)¹⁷⁵.

- (100) a. Você encontrou [quem_i [t_i pegou a bola]]
 b. *Quem_i t_i encontrou [t_i [t_i pegou a bola]] ?

A sentença (100b) é agramatical, porque há uma violação de ilha: teríamos aqui – segundo a família de análises baseadas em Caponigro (2002) – dois nódulos fronteira (DP e CP) o que não permitiria um movimento como esse. Na análise proposta por Gavioli-Prestes (2012), não haveria o DP, o que prevê ausência de ilha forte.

A condição de subjacência proíbe que sejam ultrapassados mais de um nó-dulo-fronteira numa única instância de movimento. Porém, através de movimentos cíclicos, isso é possível. Um sintagma-Q pode se mover a longuíssima distância, com inúmeros nós-fronteira no ‘meio do caminho’. Isso se dá porque, para cada nó-fronteira, há um especificador vazio funcionando como um *escape hatch* (válvula de escape), que ‘prepara’ o sintagma-Q para o próximo movimento. Na proposta de Marchesan (2012) e de autores com propostas semelhantes, vemos

¹⁷⁵ Ressaltamos que a leitura de (100b) deve ser de uma relativa e não de uma interrogativa.

que os especificadores de CP e DP existentes no ‘meio do caminho’ estão livres e que há movimento cíclico. Então, a hipótese dessa autora também não consegue resolver a questão da restrição de ilha. Ressalte-se que a autora postula, para as RLs adverbiais, a existência de um AdvP nulo e, nesse caso, ela teria que estipular que esse AdvP nulo também seria um nódulo-fronteira. O mesmo vale para as hipóteses que propõem que haveria um PP nulo.

Dessa forma, parece que todas as propostas para RLs não conseguem resolver esse problema. Esse é um dos problemas residuais de nossa análise que merece mais estudos.

(B) Como o Requerimento de Compatibilidade (RC) se dá nesta proposta¹⁷⁶, visto que ele é considerado como essencial no tratamento das relativas (cf. MARCHESAN, 2012) ?

Para responder essa pergunta vejamos (98). O sintagma-Q, quem, está em uma posição em que ele satisfaz as exigências feitas pelo verbo da matriz, neste caso, encontraram. Isso é possível por conta da noção de c-comando assumida aqui¹⁷⁷. Se tomarmos encontraram como α e quem como β , temos que α c-comanda β , pois α e β são distintos, α não domina β e toda categoria que domina α (a saber: V' e o que mais vier a dominar V'), também domina β . Agora, tomando quem como α e encontraram como β , temos que α e β são distintos, α não domina β e toda categoria que domina α (a saber: V' e o que mais vier a dominar V'), também domina β . Por conta disso, eles estabelecem entre si relações de c-seleção e de s-seleção.

O RC nessa proposta se segue: se o verbo da matriz pede uma categoria específica, digamos, X, se a RL não for dessa categoria, a sentença fica agramatical, visto que as exigências do verbo não foram atendidas.

Um outro ponto¹⁷⁸ que se coloca aqui é que tanto o sintagma-Q quanto o CP permanecem como irmãos do verbo encontraram. O que vai permitir que um seja ‘mais irmão’ do que o outro é o fato de que apenas o sintagma-Q apresenta as características sintático-semânticas exigidas pelo verbo da matriz.

Essa pergunta nos leva ainda a uma outra em relação ao papel temático desse sintagma-Q.

(C) O sintagma-Q receberia dois papéis temáticos diferentes¹⁷⁹?

¹⁷⁶ Esse foi um questionamento feito pela Professora Doutora Ani Marchesan na defesa desta tese. Ressaltamos que reformulamos essa pergunta, não sendo, portanto, a reprodução exata.

¹⁷⁷ Como podemos verificar em (36), no capítulo II.

¹⁷⁸ Agradeço à Professora Doutora Andrea Knöpfle pelo apontamento feito na defesa desta tese.

¹⁷⁹ Essa pergunta foi feita, sob outra formulação, pela Professora Doutora Andrea Knöpfle na defesa desta tese.

Estamos aqui assumindo a noção hornsteiniana de papel temático (cf. HORNSTEIN, 1999, 2001¹⁸⁰) em que um mesmo elemento pode ter mais de um papel temático, como vimos ao longo da seção II.3.

Para compreendermos melhor como essa noção se aplica em nossa análise, vejamos novamente (98). Enquanto o sintagma-Q está dentro de IP, é atribuído a ele o papel temático de agente do verbo da encaixada, a saber, pegar; ao se mover, há a atribuição de papel temático de experienciador de encontraram, o verbo da matriz, para o sintagma-Q. Portanto, o sintagma-Q pode exibir múltiplos papéis temáticos, porém cada um dos predadores só atribui um e apenas um papel temático.

Dessa maneira, nessa proposta, não há problemas na atribuição/checagem de papel temático.

(D) Como barrar uma possível sobregeração, visto que essa proposta está baseada em adjunção?

Ao contrário da complementação, que permite um número específico de itens entrando em relação com outro item lexical, a adjunção permite inúmeros. Por conta disso, nas estruturas apresentadas em (98) e (99) seria possível inserir, respectivamente, múltiplos adjuntos ao CP encaixado, o que geraria sentenças agramaticais como (101) e (102):

(101) *As crianças encontraram [_{CP} o rapazi [_{CP} quem_i [_{CP} t_i pegou a bola]]].

(102) *Eu conheço [_{CP} o homem_j [_{CP} quem_j [_{CP} a Maria beijou t_j]]].

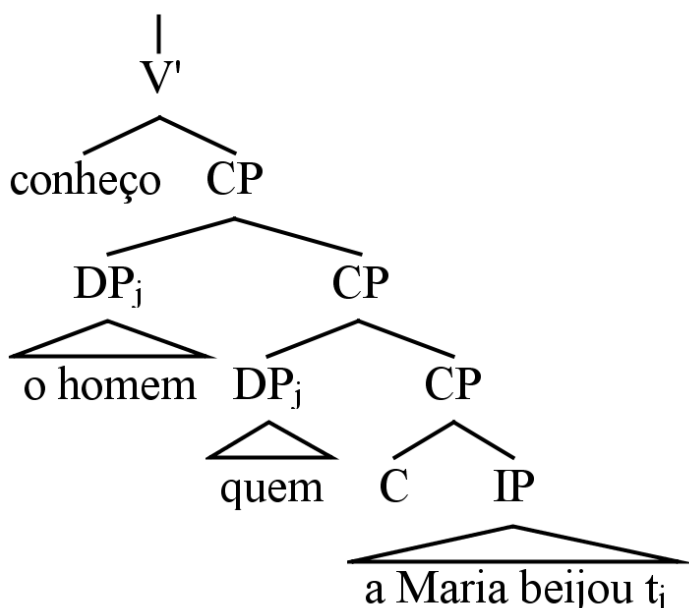
As construções acima são agramaticais, porque há nelas um sintagma nominal explícito, a saber, o rapaz e o homem, respectivamente, em uma construção em que isso não é permitido, neste caso a RL.

Essa possibilidade de sobregeração foi apontada pela Professora Doutora Andrea Knöpfle, no entanto, esse apontamento pode ser considerado como um problema anterior a essa proposta discutida aqui. Como vimos na seção anterior, as análises de Caponigro (2002), Marchesan (2012) e Medeiros Junior (2014) enfrentam também esse problema.

¹⁸⁰ Essa noção está discutida na seção II.2 desta tese.

O que faremos aqui é delinear uma possível resposta para esse problema, a qual é verificável em uma análise como essa, porém não o é para as análises propostas por esses três autores. Tomemos então (103) que é a representação de (102).

(103) Representação sintática de *[Eu conheço o homem quem Maria beijou]



Como mencionamos, a pergunta aqui se coloca pelo fato de estarmos trabalhando com uma mecânica de adjunção que permite que CP seja uma categoria de 3 segmentos, por exemplo, como está retratado em (103). Então, faz-se necessário definir como barrar tal possibilidade.

Uma solução possível¹⁸¹ para esse problema relaciona as noções de c-comando, de exclusão, e a de *binding* (ligação).

Em uma construção como RL, o DP [o homem] não pode estar adjacente ao sintagma-Q. Ao assumirmos a adjunção, estamos prevendo a geração desse tipo de estrutura. No entanto, tomando [o homem] como o DP1, e [quem] como o DP2, e considerarmos que ambos têm o mesmo índice referencial “j”, detectamos um problema, pois esses dois DPs estão em relação de c-comando mútuo: DP1 c-comanda DP2 e DP2 c-comanda DP1, pois, seguindo a definição de c-comando do capítulo II, DP1 e DP2 são distintos, DP1 não domina DP2, nem DP2 domina DP1, toda categoria que domina DP1 também domina DP2, a saber V' (e o que mais vier a dominar V'), e DP1 não exclui DP2, assim como DP2 não exclui DP1.

¹⁸¹ Agradeço ao meu orientador Professor Doutor Maximiliano Guimarães pelo direcionamento.

O último ingrediente de que precisamos vem da *teoria de binding* (*teoria de ligação*), que nos apresenta três princípios (ou condições) para a correferência entre DPs.

(104) Teoria de ligação

- A. Uma anáfora está ligada em sua categoria de regência;
- B. Um pronome é livre dentro de sua categoria de regência;
- C. Uma expressão-R é livre (CHOMSKY, 1981, p. 188, tradução nossa¹⁸²).

Tendo isso posto, voltemos para nossa discussão.

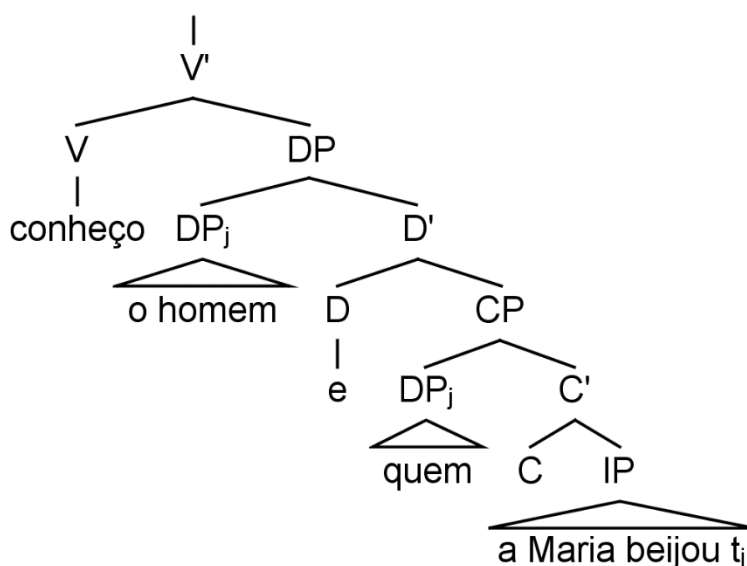
Vimos anteriormente que o DP1 e o DP2 se c-comandam mutuamente e também vimos quais são as condições de referência entre DPs. Se tomarmos o DP1 como sendo uma expressão-R, ela deve obedecer ao princípio C que afirma que essa expressão deve estar livre, o que significa que o DP1 não pode ser c-comandado por um DP de mesmo índice. Portanto, se há c-comando mútuo entre eles e eles apresentam o mesmo índice, isso é barrado pela teoria de ligação e, por isso, tal construção é prevista como impossível no sistema aqui proposto.

Mencionamos que a geração de sentenças agramaticais como (101) e (102) é prevista como possível no sistema de Caponigro (2002), Marchesan (2012) e Medeiros Junior (2014). Em princípio, pode-se cogitar transpalantar para o sistema dos autores essa solução aqui oferecida. Porém, na prática, isso não é possível. Vejamos o porquê disso.

¹⁸² Binding theory

- A. An anaphor is bound in its governing category;
- B. A pronominal is free in its governing category;
- C. An R-expression is free (CHOMSKY, 1981, p. 188).

- (105) Representação sintática de *[Eu conheço o homem quem Maria beijou] para Caponigro (2002) e Marchesan (2012)



Discutimos na seção anterior que nesse sistema há uma estipulação para o movimento do sintagma-Q para a posição de especificador do DP – para os autores, haveria o movimento por conta do traço [+Rel] presente em C. Esse sistema, da forma como está colocado, não consegue bloquear a instância em que o sintagma-Q não é movido para Spec/DP, o que permitiria que um DP como [o homem] pudesse preencher a posição de Spec/DP, gerando assim (103). Ao observarmos (105), vemos que não há problemas em relação ao princípio C nessa proposta, visto que não há c-comando mútuo entre [DP o homem] e [DP quem] e, dessa forma, o primeiro DP deve estar livre dentro de sua categoria de regência, que inclui o segundo DP. Portanto, a teoria da ligação barra a geração de sentenças como (101) e (102) no sistema que estamos propondo aqui, mas não consegue barrar isso em um sistema que siga a proposta de Caponigro (2002).

Essa pergunta pode também nos levar a uma outra questão sobre o porquê do CP projetar e não o DP.

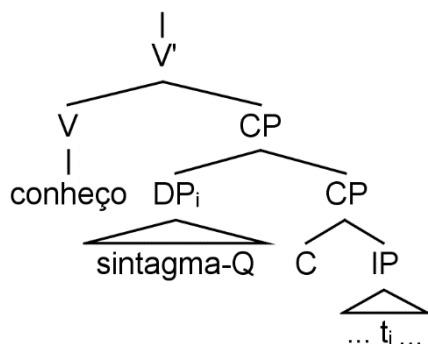
(E) Qual a razão de CP projetar e não DP¹⁸³?

¹⁸³ As perguntas (E) e (F) foram reformuladas a partir dos questionamentos feitos pelo Professor Doutor Marcos Carreira na ocasião da defesa desta tese.

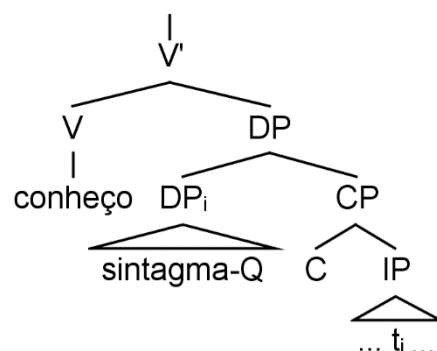
Iniciemos observando as representações em (106) que seriam as possíveis projeções que teríamos – a de CP e a de DP.

(106) Possíveis projeções

a.



b.



Assumimos em nossa proposta (106a) em detrimento de (106b). No entanto, o professor Marcos Carreira questionou a razão disso.

Ao realizar esse questionamento, o professor, provavelmente, leva em consideração Carreira (2015), em que ele assume algo semelhante a (106b), e levanta a possibilidade de nossas estruturas serem em larga medida equivalentes, diferindo apenas num detalhe sutil. De fato, é possível aproximarmos nossas análises, visto que Carreira (2015) apresenta uma estrutura no topo da encaixada que precisa estabelecer relações temáticas com o predador acima. Para o autor, é relevante estabelecer qual é o item que projeta.

Há, no entanto, diferenças significativas entre as estruturas investigadas por Carreira (2015) e as que investigamos aqui. Um ponto de divergência entre elas diz respeito ao movimento (A-barra) existente em nossa proposta, que faz com que o sintagma-Q tenha que c-comandar seu vestígio, visto que a noção de cadeia envolve c-comando. Isso não se coloca para as construções analisadas por Carreira (2015), nas quais os adjuntos não são elementos movidos.

Levando em consideração as duas projeções possíveis de (106), podemos observar a questão de irmandade em ambas e, assim, afirmarmos que o verbo possui dois irmãos: o sintagma-Q e o CP. Há, portanto, c-comando mútuo entre o verbo e o sintagma-Q e entre o verbo e o CP. Dessa forma, as relações entre verbo e sintagma-Q estão estabelecidas.

No entanto, a lógica de Carreira (2015) não se transfere para o nosso caso, pois em (106b), se DP projeta, a categoria DP-Q não consegue c-comandar o seu vestígio e então temos

uma cadeia malformada. Para verificarmos isso, podemos tomar o ‘Q-movido’ como sendo X e seu vestígio como Y, temos que eles são categorias, porém X não exclui Y, visto que ‘X exclui Y se nenhum segmento de X domina Y’, dada a definição de exclusão estabelecida em (37) no capítulo II. Se a categoria inteira não exclui o vestígio, não temos como formar cadeia¹⁸⁴, incorrendo assim em agramaticalidade.

Por essa razão que adotamos (106a) em detrimento de (106b).

(F) Como linearizar as propostas em (98) e em (99)?

No desenvolvimento deste trabalho, fomos questionados, em especial pela banca de defesa, sobre como são estabelecidas as relações de precedência linear conforme o sistema que eu estaria tacitamente assumindo. A rigor, não estou assumindo nem tacitamente nem explicitamente proposta alguma acerca de estabelecimento de relações de precedência linear entre elementos terminais. Essas perguntas, em geral, vêm de pessoas que têm um viés kayniano e que assumem que a ordem linear deve estar relacionada com relações de c-comando assimétrico na hierarquia de constituintes. Seguindo Kayne (1994), as estruturas propostas aqui apresentariam problemas, visto que há adjuntos tanto à esquerda quanto à direita, o que não era permitido por esse autor.

Kayne (1994) propõe uma teoria mais restritiva para a ordem das palavras, mostrando que a estrutura sintagmática determina a ordem linear – ordens diferentes pressupõem diferentes estruturas hierárquicas. Pela teoria do autor, algumas questões se colocam de forma fixa, como: núcleos precedem seu complemento, só há adjuntos à esquerda e nunca à direita, especificadores são instanciações de adjuntos, só pode haver um adjunto por projeção máxima etc. Dessa forma, para o autor, a ordem linear se segue da estrutura.

Estudos recentes mostram que a proposta de Kayne (1994), apesar de promissora, hoje já não se mostra tão adequada para tratar de uma grande quantidade de fenômenos relevantes. Essa inadequação foi demonstrada por Guimarães (2008) e Abels & Neeleman (2012), por exemplo.

Uma questão como essa (F), ou seja, ‘como linearizar’, se coloca a toda teoria sintagmática, pois todas precisam gerar fracamente a ordem de pronúncia que, efetivamente, se obtém. Como, dentro da gramática gerativo-transformacional, nós não encontramos um modelo que tenha sido julgado por nós como adequado para dar conta disso, não temos como responder

¹⁸⁴ Raciocínio semelhante já havia sido desenvolvido por Nunes (1998) para derivar as condições de uniformidade de cadeia (cf. Chomsky, 1995).

a essa questão e propor um modelo para isso fugiria ao escopo de nosso trabalho. Mesmo se seguíssemos Chomsky (1995, capítulo 4) e assumíssemos a invisibilidade da projeção intermediária para relações de c-comando, a linearização, nos moldes esperados, não ocorreria em nossas estruturas, principalmente nas que apresentam adjunção à direita.

Portanto, nossa resposta a essa questão é que precisaríamos de um outro mecanismo para dar conta disso. Vale observar, ainda, que os trabalhos bons com os quais dialogamos aqui, não discutem a linearização em suas propostas e, em geral, também não terão uma resposta para tal.

Tendo respondido essas perguntas, retomaremos nossa proposta.

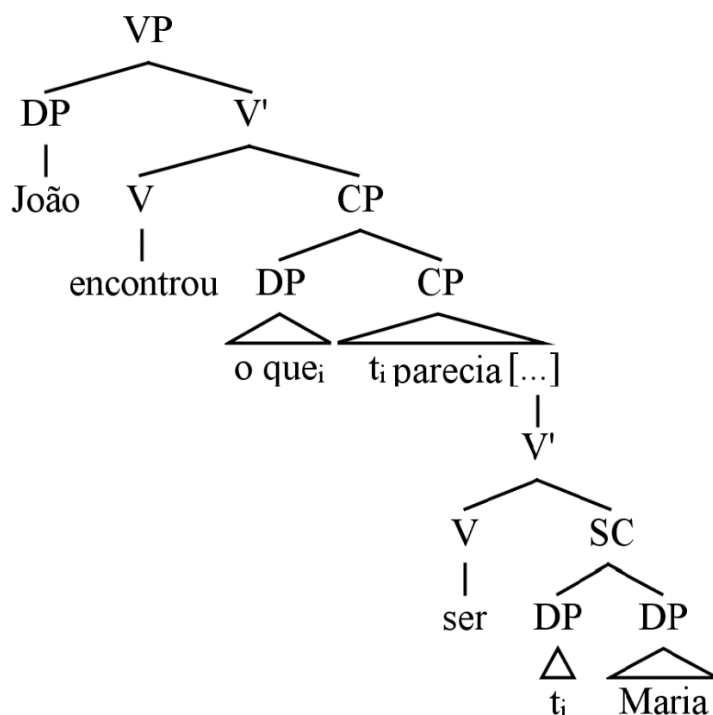
Levando em consideração tanto essas respostas para as questões apresentadas aqui, quanto o que descrevemos sobre nossa proposta anteriormente, podemos perceber que essa é uma análise adequada para as RLs. Essa proposta consegue estabelecer as relações necessárias entre as duas sentenças e entre os elementos que as compõem – principalmente no que concerne à relação entre o verbo e o sintagma-Q. Além disso, ela consegue resolver alguns dos problemas existentes nas propostas anteriores para RLs do PB, como a questão do filtro *i-within-i*, do papel temático e da geração de RLs com sintagmas nominais adjacentes. No entanto, acreditamos que o ponto mais interessante é o fato de que essas RLs podem ser rotuladas como sendo “relativas fortemente livres”. Ressaltamos que não estamos alegando ter descoberto um novo fenômeno. Apenas propomos um rótulo que possa diferenciar essas concepções de análise para as RLs. Nas propostas discutidas aqui para o PB, vimos que sempre há algum item nominal – seja uma categoria vazia, um *prozinho* e afins – que está relacionado ao sintagma-Q. Esse item não existe em nossa proposta, nem mesmo implicitamente, e, por conta disso, podemos pensar em relativas fortemente livres. Reiteramos que isso não implica a inexistência de “relativas fracamente livres”, como veremos a seguir.

Por conta de tudo que foi apresentado aqui é que estamos assumindo essa como nossa proposta de análise.

Um outro ponto a favor é a questão de que essa análise pode ser aplicada às outras RLs, como RLTs e as relativas não-indicativas. Apesar de Gavioli-Prestes (2012) não trazer os outros tipos de RLs como Marchesan (2012) o faz, a proposta feita por aquela autora seria aplicável aos outros tipos de RLs, como podemos verificar nos exemplos que seguem.

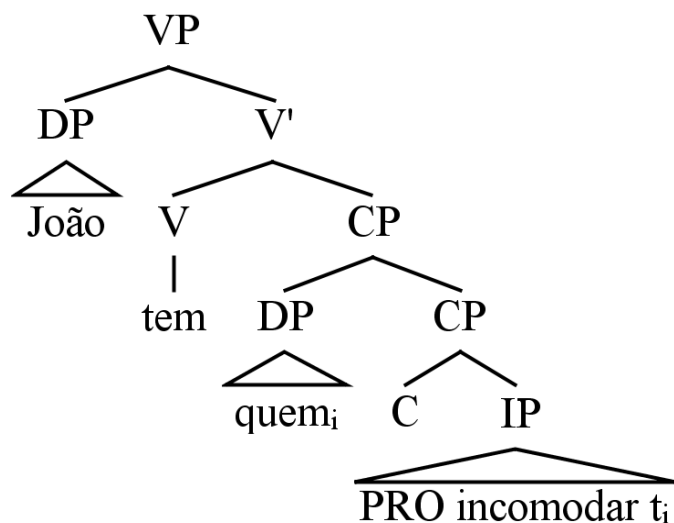
Em (107), temos essa proposta aplicada a uma relativa livre transparente.

(107) Proposta de estrutura para Relativa Livre Transparente (RLT)



Já em (108), temos a representação feita para uma relativa livre não-indicativa.

(108) Proposta de representação sintática de RL não-indicativa¹⁸⁵



Em relação à sentença em (108), há alguns apontamentos relevantes para serem feitos. Estamos assumindo aqui a proposta de Marchesan (2012) que defende que (108) é uma RL não-indicativa de infinitivo, mas que uma sentença como (109), apesar da semelhança com (108),

¹⁸⁵ Estamos considerando que o IP pode ser finito ou não, seguindo a proposta de Lasnik (2000) e a abordagem de Trautwein (2013).

não seria uma RL, mas sim uma RNN com um NN implícito em PF que é facilmente recuperável, o qual estamos indicando, no exemplo, por meio de parênteses.

(109) João não tem (uma pessoa) com quem conversar.

Para a autora, o núcleo nominal aqui é possível de ocorrer, porque a preposição não permite que haja a adjacência entre esse elemento e o sintagma-Q, o que seria barrado em (108), visto que “*João tem uma pessoa quem incomodar” seria agramatical.

Apesar de estarmos assumindo, juntamente com Marchesan (2012) e com Marchesan & Mioto (2014b), que (108) é uma RL, enquanto (109) é uma RNN, nós acreditamos haver outras considerações a serem levadas em consideração. Uma das propriedades distintas em relação a essa discussão é que a omissão do NN de uma RNN em outras construções não apresenta o mesmo padrão como podemos verificar no paradigma em (110) e (111).

- (110) a. Eu dei [as flores] que minha mãe plantou para ele.
 b. Eu dei [as ____] que minha mãe plantou para ele.
 c. *Eu dei [____] que minha mãe plantou para ele.

- (111) a. O João tem quem fazer o serviço por ele.
 b. *O João tem [uma pessoa] quem fazer o serviço por ele.
 c. *O João tem [uma ____]quem fazer o serviço por ele.

- (112) a. O João tem com quem trabalhar.
 b. O João tem [uma pessoa] com quem trabalhar.
 c. *O João tem [uma ____] com quem trabalhar.

Em (110a), a sentença é gramatical, enquanto em (110b) ela é gramatical desde que tenhamos um contexto específico. Já em (110c) em que há a omissão do sintagma nominal, a sentença é agramatical. Raciocínio semelhante vale para o paradigma em (111) em que há RNN não-indicativas e em (112) em que há RLs não-indicativas. É interessante notar que a diferença entre esses exemplos em (a), nos dois paradigmas, é mínima e trata-se apenas de o sintagma-Q da encaixada ser ou não preposicionado¹⁸⁶.

¹⁸⁶ Estamos aqui apontando o raciocínio inicial que temos feito acerca desse tipo de relativa. Aprofundamentos sobre o tema ficarão para trabalhos futuros.

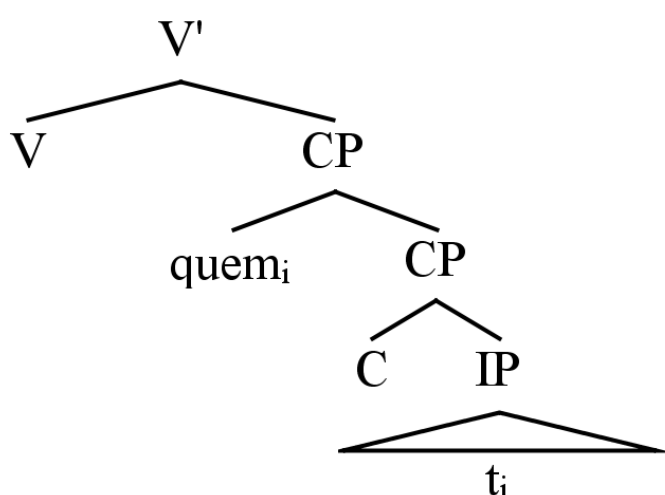
Acreditamos as relativas desse tipo (como as de (112)) podem ser rotuladas como “relativas fracamente livres”, pois do ponto de vista estrutural precisaríamos postular a existência de um *prozinho* ali, visto que o sintagma-Q não está adjungindo diretamente ao CP, porque há um PP que domina o sintagma-Q.

O que pretendemos com toda essa exposição é mostrar que esse mecanismo que estamos assumindo aqui é possível de ser aplicado às diferentes RLs.

IV.3.3.2 ALGUNS ASPECTOS SOBRE AS RLs EM POSIÇÃO NÃO ARGUMENTAL

A análise assumida aqui e que foi apresentada na seção anterior leva, portanto, em consideração os aspectos apresentados no capítulo II desta tese acerca das noções de c-comando e de super c-comando, e de categoria e de segmento de categoria, visto que as relações existentes nas RLs se dão pela aplicação dessas noções. Além disso, a noção de papel temático como estabelecida por Hornstein (1999, 2001). Para RL especificador verbal, RL complemento verbal e, eventualmente, RL aposto, temos a seguinte proposta:

(113) Proposta para RL complementadora verbal



Ilustramos em (113) uma RL complementadora verbal, encabeçada pelo sintagma-Q quem, porém essa proposta estende-se também tanto para outras posições sintáticas, como a não-argumental, quanto para outros sintagmas-Q, como o quando. Esses dois aspectos passam a ser nosso foco de discussão agora.

Levando em consideração a discussão exposta até aqui, vamos, nesta seção, aplicar o mecanismo que temos utilizado em RLs em posição de adjunto. Estamos aqui focando nessas RLs para que possamos compará-las no próximo capítulo com as relativas adverbiais. Focaremos nas RLs encabeçadas pelo quando, porém a análise apresentada pode também ser verificada em RLs com como e onde, por exemplo.

Ao pensar essa análise, estamos assumindo que as RLs exibem relativização sem que haja um antecedente nominal (e se houver, não estamos frente a uma RL, mas sim a uma RNN). Além disso, estamos levando em consideração as propriedades essenciais das RLs como definidas no quadro 10. Portanto, para ser uma RL: (i) o sintagma-Q que a encabeça precisa ser do tipo especificado, (ii) essas sentenças devem apresentar uma lacuna de onde o sintagma-Q foi movido, e (iii) as exigências do verbo da matriz precisam ser atendidas.

Pensando, então, nas RLs adverbiais, estamos considerando os sintagmas-Q quando, onde e como como PPs que podem ser parafraseáveis por [no momento (em) que], [no lugar (em) que], [do modo (em) que]¹⁸⁷.

Esses sintagmas-Q podem ser encontrados nas posições em que encontramos advérbios: em uma posição prototípica de (i) DPs, em (114a), e (ii) de PPs ou de AdvPs, como temos em (114b).

- (114) a. Aqui é lindo.
 a'. Eu amo aqui.
 b. Eu moro nesta casa aqui.

Levando esse aspecto em consideração, vejamos o exemplo a seguir¹⁸⁸:

- (115) A gente já incluiu no projeto quando isto vai acontecer.

Temos nesse caso uma RL encabeçada pelo sintagma-Q quando que é do tipo especificado. Com base nesse exemplo, podemos verificar que um sintagma-Q como quando pode estar tanto em posição não-argumental quanto em outras posições, como a de complemento de um verbo¹⁸⁹. No entanto, em casos como esses, vamos seguir a proposta de

¹⁸⁷ Estamos aqui focando nessas RLs em posição de adjunto, mas o raciocínio que se apresenta aqui é válido também para RLs em outras posições, como vimos na seção anterior.

¹⁸⁸ Esse exemplo foi retirado de Lessa-de-Oliveira (2008, p. 87).

¹⁸⁹ Afirmamos que a determinação da categoria do quando precisa ser reavaliada. Ressaltamos, apenas, que independentemente da categoria do quando, nossa análise não fica invalidada.

Marchesan (2012) e assumir que, quando parafraseáveis por DPs, as RLs são relativas com núcleo implícito.

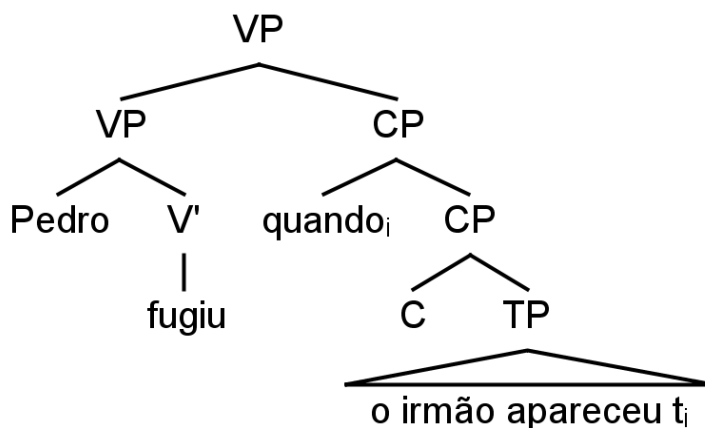
De todo modo, nosso foco aqui recai sobre esse sintagma-Q em posição de adjunto. Vejamos (116).

- (116) a. Pedro fugiu [quando o irmão apareceu].
 b. Pedro comemora [quando seu time ganha].
 c. O bebê sorri [quando sua mãe canta].

Nesses exemplos, temos dois eventos acontecendo em um momento X. Em (116a) temos ‘a fuga de Pedro’ e o ‘aparecimento do irmão’ acontecendo em um mesmo momento X. Em (116b), temos ‘a comemoração de Pedro’ e a ‘vitória do time de Pedro’ acontecendo no mesmo momento X. Em (116c), temos ‘o sorriso do bebê’ e ‘o canto da mãe’ acontecendo no mesmo momento X. Portanto, cada par de eventos acontecem em um mesmo ‘tempo’ cuja denotação é compartilhada de alguma forma entre eles por meio do sintagma-Q quando.

Para derivarmos (116a), por exemplo, formaríamos inicialmente [_{TP} o irmão apareceu quando] e o [_{TP} Pedro fugiu]. O sintagma-Q quando seria, inicialmente, adjunto do verbo ‘aparecer’. Na sequência da derivação, esse sintagma-Q se move para a posição de adjunto do CP, deixando um vestígio na posição de adjunto da encaixada. Esse CP encabeçado pelo sintagma-Q será adjunto de [Pedro fugiu]. Vejamos a representação em (117).

- (117) Proposta de análise para RLs adverbiais



Levando em consideração o *Bare Phrase Structure* e a noção de super c-comando, como apresentado no Interlúdio desta tese¹⁹⁰, temos o sintagma-Q quando como adjunto de [Pedro fugiu] e seu vestígio como adjunto de aparecer. Dessa forma, esse sintagma-Q pode exercer suas funções nas duas sentenças, tanto na subordinada quanto na subordinante.

Em uma proposta como essa, definir a categoria do sintagma-Q (seja ele qual for), nesse caso, quando, é uma questão menor, ao contrário das propostas para o PB de Marchesan (2008, 2012) e de Medeiros Junior (2005, 2014) – para os quais determinar a categoria desse sintagma-Q é de suma importância. Em nossa proposta, a posição em que está o sintagma-Q pode ser ocupada tanto por PPs quanto por AdvPs, já que essas categorias são capazes de expressar em que circunstâncias de modo, de tempo, de lugar etc. um evento ocorre, como temos em (118).

(118) a. Ele gostou de sair ontem.

b. Ele gostou de sair de madrugada.

Em (118) temos expresso o tempo em que ‘ele gostou de sair’. Em (118a), isso se dá por meio de um AdvP, [ontem], enquanto em (118b) por meio de um PP, [de madrugada]¹⁹¹.

Dessa forma, não há problemas em assumirmos uma categoria ou outra e, por conta disso, passaremos a assumir, por convenção, que temos aqui um PP¹⁹².

Nessa proposta, não precisamos assumir o requerimento de compatibilidade proposto por Marchesan, pois essa estrutura consegue derivar o que é estabelecido por esse requerimento.

Um outro aspecto a favor dessa estrutura é que a posição de complementizador está vazia, assim como na proposta de Marchesan (2008, 2012) e ao contrário da proposta de Medeiros Junior (2005, 2014). Dessa forma, sentenças como as de (84) podem ser geradas.

Essa proposta pode também ser aplicada aos outros sintagmas-Q encabeçadores de RLs adverbiais, como onde, em (119) e como, em (120).

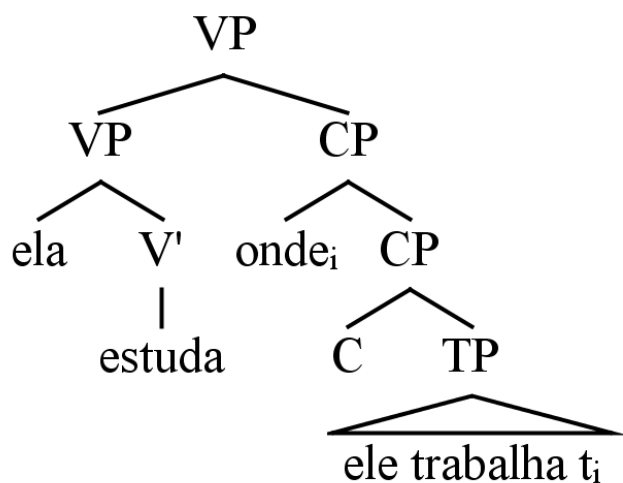
¹⁹⁰ Para o aparato técnico assumido e discutido aqui, remetemos o leitor ao capítulo II desta tese.

¹⁹¹ Reiteramos que nosso foco aqui está na posição de adjunção, mas esses mesmos elementos poderiam ser encontrados em posições argumentais como em:

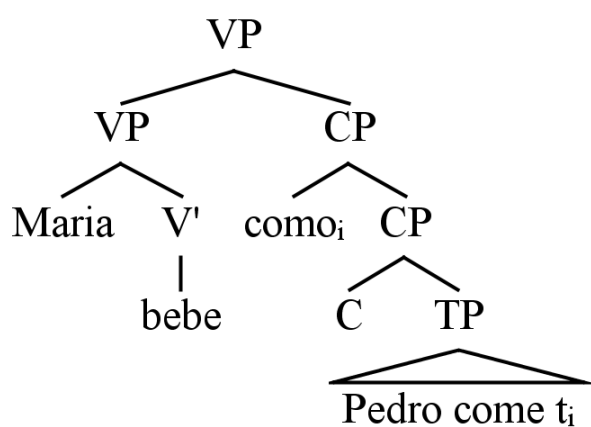
- (i) Ontem foi lindo.
- (ii) Eu amei ontem.
- (iii) De madrugada é lindo.
- (iv) Eu gosto da madrugada.

¹⁹² Não estamos negando aqui que há questões morfológicas relevantes, mas esses aspectos ficarão para uma discussão futura.

(119) Ela estuda onde ele trabalha.



(120) Maria bebe como Pedro come.



A partir da análise assumida aqui, nossa proposta é aplicá-la a outras construções, como aquelas que apresentam a conjunção enquanto. É o que faremos no capítulo seguinte.

IV.4 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

O capítulo IV teve como objetivo principal a discussão sobre as relativas livres. Iniciamos com a conceituação e as propriedades de tais relativas e passamos a assumir, então,

que relativas livres são sentenças encaixadas e encabeçadas por um pronome-Q especificado, como o são, os pronomes-Q quem, o que, quando, onde, como, quanto. As RLs podem ser parafraseadas por DPs e PPs, e a partir do pronome-Q encabeçador podemos ter RLs do tipo nominal, como aquelas encabeçadas por quem, o que, quanto, e do tipo oblíquo, como aquelas encabeçadas por quando, onde, como.

Além disso, verificamos que há certas propriedades inerentes às RLs. Lexicalmente, só podem ser encabeçadas por pronomes-Q especificados. Semanticamente, ao substituirmos tais sentenças por DPs ou PPs, o valor de verdade deve permanecer o mesmo. RLs precisam também estabelecer uma interpretação de maximização que deve ocorrer obrigatoriamente em RLs nominais, mas podem ou não ocorrer em relativas oblíquas. Sintaticamente, há algumas questões que as RLs devem dar conta: RLs devem ser sentenças encaixadas que não podem apresentar um antecedente nominal adjacente. Além disso, devem apresentar uma lacuna e respeitar o requerimento de compatibilidade.

A partir dessas características e ao verificarem o funcionamento dessas sentenças em diferentes línguas, alguns linguistas, como Vries, por exemplo, classificaram as RLs. Marchesan (2012), a partir desses trabalhos, elencou os tipos possíveis em português, a saber: (i) relativa livre; (ii) relativa livre transparente; (iii) relativa livre não-indicativa; (iv) relativa de adjunto livre; (v) comparativa.

Tendo apresentado essa classificação e suas peculiaridades, passamos a observar quatro possibilidades de análise para as RLs: hipótese de base, hipótese de Comp, hipótese do D-complemento e hipótese de análise via multidominância. A partir dessas hipóteses, vimos como elas se aplicam nos trabalhos existentes para o PB sobre as RLs. Iniciamos com duas propostas que tomam como base o trabalho de Caponigro (2002) que assume a hipótese de que um D toma um CP como complemento, a saber, Marchesan (2012) e Medeiros Junior (2014). Em seguida, verificamos duas análises propostas a partir de Kato & Nunes (2009): a de Lessa-de-Oliveira e a de Gavioli-Prestes (2012).

Trouxemos neste capítulo uma crítica às propostas que assumem um D abstrato, principalmente no que diz respeito ao fato de não ser possível tomar o sintagma-Q como irmão do verbo que o c-seleciona, como no caso de complemento de verbos do qual ele não seria irmã. Isso não ocorre na proposta de Gavioli-Prestes (2012), porque, como demonstrado, essa relação é estabelecida, uma vez adotado o formalismo de adjunção. Além disso, a análise aqui delineada toma as relativas livres como ‘fortemente livres’, visto que não precisa postular nenhum elemento abstrato.

Com todas essas ideias em mãos e a partir das discussões realizadas, podemos fazer uma reflexão sobre a estrutura das *relativas livres do tipo adverbial* em comparação com as *subordinadas adverbiais*.

V - POR UMA ANÁLISE UNIFICADORA

V.0 INTRODUÇÃO

Nossa proposta central de trabalho foi exposta no capítulo I desta tese e vamos retomá-la brevemente.

A partir dos apontamentos feitos ao longo dos outros capítulos acerca do estudo das sentenças relativas, focamos nas RLs e propusemos uma análise para elas. A partir dessa análise, pretendemos, neste capítulo, discutir e aproximar RLs não argumentais e as sentenças adverbiais¹⁹³.

Temos tratado dos sintagmas-Q presentes em sentenças relativas. No entanto, sintagmas homófonos a esses podem ser encontrados em diferentes construções sintáticas na periferia esquerda da sentença, como nas construções conhecidas como interrogativas, clivadas, exclamativas e sentenças adverbiais. Um exemplo é o sintagma-Q que o qual pode ser encontrado em todas essas construções.

Vejamos as sentenças a seguir, com diferentes sintagmas-Q, para elucidar melhor o ponto a que queremos chegar.

- (01) a. Quem improvisou na peça ontem?
 b. Ela perguntou quem improvisou na peça ontem.
 c. Ela conhece o ator que improvisou na peça ontem.
 d. Ela conhece quem improvisou na peça ontem.
 e. Foi o Pedro que improvisou na peça ontem.
 f. Como ela é alta¹⁹⁴!
 g. Ela fez isso para que todos ganhassem o prêmio.

No paradigma expresso em (01), temos exemplos de construções-Q em que esses sintagmas-Q aparecem. Em (a), temos uma pergunta-Q matriz, enquanto em (b) temos uma interrogativa encaixada. Em (c) e (d), temos exemplos de relativas, respectivamente, relativa com núcleo nominal e relativa livre. Em (e) temos uma sentença clivada¹⁹⁵. Em (f), temos uma sentença do tipo exclamativa. Já em (g) temos uma sentença do tipo adverbial.

¹⁹³ No inglês, chamaríamos de *adverbial clauses*.

¹⁹⁴ Exemplo retirado de Zendron da Cunha (2012, p. 28).

¹⁹⁵ Há discussões acerca do CP das clivadas em relação a ele ser ou não relativo. Seguiremos Mioto & Negrão (2007) e assumiremos que esse CP não é relativo.

Em linhas gerais, cada uma dessas construções apresenta características próprias, tanto sintáticas quanto semânticas, o que nos permite diferenciá-las entre si. No entanto, nosso intuito aqui não é discutir todas essas possíveis construções. Essa breve exposição vale para apresentar as possibilidades e para delinear as quais delas serão estudadas por nós aqui, a saber as relativas livres e as sentenças adverbiais que aparecem, respectivamente, em (d) e em (g).

O objetivo deste capítulo, então, está na relação entre as relativas adverbiais, como as encabeçadas por como, onde, quando, e as sentenças adverbiais iniciadas por enquanto, porque e embora. Nosso foco, porém, estará, inicialmente, nas RLs com quando e nas adverbiais com enquanto. Teceremos comparações entre elas e, em seguida, buscaremos estender nossa proposta para as sentenças adverbiais iniciadas pelas conjunções subordinativas porque e embora.

As sentenças adverbiais são tratadas, tradicionalmente, como subordinadas adverbiais que se ligam à sentença matriz por meio de uma conjunção. Em geral, essas conjunções e essas sentenças são classificadas e nomeadas de acordo com a noção semântica transmitida. Observemos (02), (03) e (04).

- (02) Maria saiu quando João chegou.
- (03) Maria saiu, enquanto João chegou.
- (04) Não viajaram porque choveu torrencialmente.

Temos nas sentenças (02) e (03) uma noção semântica de tempo que é estabelecida pelo sintagma-Q quando e pela conjunção enquanto, respectivamente. Por conta dessa noção de tempo apresentada, quando e enquanto¹⁹⁶ são classificados como *conjunções subordinativas adverbiais temporais*. Já porque, em (05), seria uma *conjunção subordinativa adverbial causal*, visto que essa conjunção dá a causa do não acontecimento da viagem. Em geral, essas conjunções são tratadas como sendo um complementizador (ou C) e, em alguns momentos, como sendo o núcleo de um PP.

Essa é a tipologia dada para esses elementos de acordo com uma visão gramatical tradicional. Nesta tese, no entanto, nós estamos tratando o quando, por exemplo, como um exemplar de pronome-Q e, portanto, não como uma conjunção, como ele tido tradicionalmente e como são classificados o enquanto e o porque.

¹⁹⁶ O enquanto pode ter também uma leitura adversativa e não apenas temporal. O exemplo em (03) pode nos dar essa leitura também, assim como a sentença “João ganhou, enquanto Maria perdeu”.

Essas não são as únicas opções de conjunções subordinativas que podem ser visualizadas. Apresentamos em (05) e (06) alguns outros exemplos possíveis.

- (05) a. Se chover, não vamos passear.
 b. Embora chovesse, fomos passear.
 c. Segundo a mãe, ninguém passará.
- (06) a. A menos que não chova, não vamos passear.
 b. Mesmo que chova, vamos passear.
 c. Visto que choveu, ninguém passou.

Em (05) temos as conjunções se, embora e segundo que são classificados, respectivamente, como *condicional*, *concessiva* e *conformativa*, de acordo com a tradição. Já em (06) temos as chamadas locuções conjuntivas, a saber, a menos que, mesmo que e visto que. É interessante observar que locuções conjuntivas apresentam, frequentemente, os complementizadores que, como nos exemplos dados em (06), ou ainda o complementizador se, como em exceto se.

As diferentes gramáticas (tradicional, funcional etc.) apresentam, em geral, uma lista contendo essas conjunções subordinativas adverbiais. No entanto, não há consenso sobre essa listagem. Por conta disso, optamos por apresentar as subordinadas adverbiais e suas respectivas conjunções, de acordo com Moura Neves¹⁹⁷ (2000). Nosso intuito é ilustrar, com o quadro 12, as conjunções subordinativas (ao menos grande parte delas) do PB e mostrar como as conjunções e as locuções conjuntivas podem ocorrer e com que leitura semântica possível. Vejamos o quadro a seguir.

¹⁹⁷ Apesar de não compartilharmos da mesma concepção de língua, o trabalho da funcionalista Moura Neves é bastante relevante e não invalida nossa exposição.

TEMPORAL	apenas conjunção	quando, enquanto, apenas, mal
	advérbio + conjunção	antes que, depois que, logo que, assim que, sempre que
	preposição + conjunção	até que, desde que
	numeral + conjunção	primeiro que
	SN frequentativo + conjunção	todas as vezes que, cada vez que
CAUSAL	conjunção	porque, como, pois, porquanto, que
	locução	já que, uma vez que, dado que, desde que, visto que, visto como, pois que, tanto mais que, por causa que, por isso que
CONDICIONAL	conjunção	se, caso, que
	locução	desde que, contanto que, uma vez que, a menos que, sem que, a não ser que, salvo se, exceto se
CONCESSIVA	conjunção	embora, conquanto
	locução	mesmo que, ainda que, posto que, apesar (de) que, se bem que, por mais que, por muito que, por menos que, nem que, ainda quando não obstante
FINAL	locução	para que, a fim de que, de modo que, de maneira que
COMPARATIVA	locução	tanto quanto, tanto como, mais que, bem mais (do) que
CONSECUTIVA	locução	de tal maneira que, de modo que, de maneira que, de tal sorte que, tanto que, tão que, que,
CONFORMATIVA	conjunção	conforme, consoante, segundo, como
PROPORCIONAL	locução	à proporção que, tanto mais/menos quanto mais/menos
MODAL	locução	sem que

Quadro 12: Conjunções subordinativas adverbiais, segundo Moura Neves (2000)

A partir desse quadro, poderemos tecer comparações com as outras conjunções que serão apresentadas neste capítulo – seja em relação aos aspectos sintáticos, seja em relação aos aspectos semânticos. Não pretendemos, no entanto, realizar testes exaustivos com todas essas possibilidades. Nossa pretensão, como já mencionamos, é trabalhar com algumas delas, a saber enquanto, porque e embora, e hipotetizar que as reflexões realizadas poderão dar conta das outras conjunções. Para isso, vamos iniciar comparando quando e enquanto. Estamos

considerando que o quando pode ser tanto um relativo quanto uma conjunção, dependendo da análise, enquanto o enquanto pode ser apenas conjunção, nunca relativo.

Reiteramos que nossa hipótese inicial é que o mecanismo utilizado na análise proposta para RLs apresentada no capítulo IV também são aplicáveis a sentenças com o enquanto, com o porque e com o embora.

O presente capítulo está estruturado da seguinte forma: na seção 1, retomaremos, brevemente, a análise proposta na seção IV.3.3 para sentenças encabeçadas pelo quando, e, em seguida, faremos uma comparação entre o sintagma-Q quando e a conjunção enquanto e proporemos uma análise para eles. A partir disso, verificaremos a possibilidade de a proposta feita para o enquanto dar conta também da conjunção porque, na seção 2. Em seguida, na seção 3, aplicaremos essa análise à conjunção embora. Por fim, faremos uma conclusão acerca do que foi tratado neste capítulo.

V.1 QUANDO E ENQUANTO

No capítulo IV, definimos os pronomes-Q como sendo pertencentes a dois grupos diferentes de acordo com o funcionamento de cada um deles. Aqueles que costumam ser parafraseados por DPs, como quem, o que, quanto, a que chamamos de nominais, e aqueles que são parafraseados por PPs ou AdvPs, como quando, onde, como, a que chamamos de oblíquos.

Nosso foco será o quando¹⁹⁸, visto que, dependendo da análise, ele pode ser considerado como uma conjunção temporal, assim como o enquanto, ou como um pronome relativo.

Nosso foco têm sido as sentenças relativas, tanto as relativas livres, quanto as relativas com núcleo nominal, sendo que nosso olhar está mais voltado para o primeiro tipo. Uma das questões observadas foi o tipo de sintagma-Q existente em cada uma delas. Em linhas gerais, nas RLs temos sintagmas-Q especificados (quem, o que, quanto, quando, onde, como) e nas RNNs podemos ter sintagmas-Q subespecificado ou especificados (que, cujo, o qual, quanto, quem, o que, quanto, quando, onde, como). Portanto, um desses sintagmas-Q é o quando que é considerado como sendo um pronome especificado que pode ser encontrado tanto em RL quanto em RNN (como apresentamos no capítulo III).

¹⁹⁸ Não pretendemos discutir os outros oblíquos aqui, apesar de o tratamento dado para o quando também poder ser estendido para o onde e para o como, conforme capítulo III.

- (07) Ele fugiu [_{RL} quando a polícia chegou].
 (08) Eles descreveram **o momento** [quando o raio atingiu o prédio].

Temos, em (07) e (08), respectivamente, uma RL e uma RNN encabeçadas pelo quando.

No capítulo anterior, descrevemos esse sintagma-Q e trouxemos algumas análises para esse tipo de RL. Na seção IV.3.2.3, apresentamos a proposta que assumimos para o quando e que vamos retomar aqui.

Mencionamos, anteriormente, que o quando é um sintagma-Q do tipo especificado, constituído de um [PP + que], cuja interpretação semântica pode ser algo como [(n)o (em) momento que] e que pode ocupar a posição sintática de adjunto. Apresentamos, a seguir, exemplos de sentenças em que a RL funciona como adjunto adverbial da sentença matriz e esse pronome ou advérbio relativo, quando, funciona como adjunto adverbial dos verbos brigar e abrir da encaixada, em (09) e (10). Nos exemplos em (b) temos a paráfrase da sentença, que como vimos seria um PP.

- (09) a. O menino chora [quando seu irmão briga com ele].
 b. Paráfrase: O menino chora [_{PP} no momento em que seu irmão briga com ele].
 (10) a. Os tigres escaparam [quando abriram a jaula].
 b. Paráfrase: Os tigres escaparam [_{PP} no momento em que abriram a jaula].

Podemos encontrar também o quando encabeçando uma relativa em posição de complemento preposicional, em (11), de sujeito, em (12), e de complemento de verbo, em (13).

- (11) Ele mora aqui desde [quando seu pai se mudou].
 (12) [Quando ela ganhou o prêmio] foi impressionante.
 (13) Seus alunos amam [quando estão de férias].

É interessante observar que apesar de termos pronomes oblíquos, eles estão em contexto de atribuição de caso nominativo e de caso acusativo, como bem observou Marchesan (2012, p. 37). Por conta disso, a autora completa afirmando que em casos como (12) e (13) nós não teríamos RLs, mas sim RNNs, e que, para interpretar as sentenças, os falantes “forçam a recuperação do núcleo nominal implícito”. Portanto, para a autora, exemplos como os de (12) e (13) não seriam RLs; e apenas em (11) haveria a RL, pois a encaixada está em um contexto em que recebe caso oblíquo da preposição, o que é compatível com os sintagmas-Q oblíquos,

como o quando. Dessa forma, só há RL com o quando em posição típica de PP ou de AdvP. Isso é, em certa medida, defendido por Mória (1992) ao afirmar que há entradas lexicais diferentes para o quando – uma como AdvP e outra como DP – e que a escolha depende da posição em que eles ocorrem.

Há, portanto, uma divergência em relação à condição de existência de um quando do tipo DP. Como expusemos no capítulo IV, nós assumimos que o quando pode ser do tipo AdvP ou PP. Na análise que estamos propondo aqui, podemos assumir qualquer uma dessas duas categorias definidas para esse sintagma-Q, pois as duas categorias se encaixam na proposta¹⁹⁹. Por convenção, porém, vamos assumir que quando é sempre um PP. Dessa forma, nos dados apresentados em (11), (12) e (13), teríamos, na verdade, um quando do tipo PP adjunto e do tipo DP. Em (11), a preposição (P) desde tomaria o PP como complemento e, nesse caso, dizemos que quando seu pai se mudou é uma RL. Em (12), teríamos que ‘o que foi impressionante foi o momento quando ela ganhou o prêmio’, portanto há aqui o DP [o momento] elíptico, assim como em (13), em que temos que ‘os seus alunos amam o momento (ou o período) quando estão de férias’. Em (12) e (13), há o DP elíptico o que configura uma RNN, cf. Marchesan (2012).

Ressaltamos que raciocínio análogo se aplica se assumirmos o quando como um AdvP – essa categoria é capaz de ocorrer em qualquer posição em que podemos encontrar um PP, como no dado (11) apresentado anteriormente²⁰⁰.

Estamos aqui seguindo a proposta de Mória (2001) que argumenta a favor de se considerar o quando como um relativo e demonstra a possibilidade de sentenças encabeçadas por ele exibirem um *movimento relativo longo*, como temos no exemplo apresentado pelo autor e reproduzido aqui em (14).

(14) A piscina foi remodelada [_{RL} quando_i se esperava que tivesse pouca procura [_i]].

(MÓRIA, 2001, p. 358)

Para o autor, esse seria um argumento forte para não se considerar o quando como *subordinador adverbial* (conjunção), já que teríamos aqui um movimento não exibido por esse tipo de elemento.

¹⁹⁹ Essa análise também dá conta de um quando-DP (uma das entradas lexicais possíveis do quando de acordo com Mória (1992)).

²⁰⁰ Inclusive em (11) em que uma preposição toma um PP como complemento. Essa é uma construção possível em PB. Othero (2009, p. 102, 108) apresenta essa possibilidade e discute o sintagma [_{PP} para [_{PP} fora de casa] como sendo uma evidência para essa proposta.

Seguindo nessa mesma ideia de o quando ser um relativo, Haegeman (2012, p. 201) considera que *when-clauses*²⁰¹ são sempre relativas livres e, portanto, haveria nelas um movimento do when.

No entanto, vale ressaltar que o tratamento dado ao quando como sendo um relativo, não é uniforme na literatura. Como bem menciona Trotta (2000, p. 150), temos esse elemento sendo tratado como *conjunção*, como *advérbio relativo* ou como *pronome relativo*. O autor menciona ainda que essa divergência também é encontrada com o onde locativo.

(...) [o] tratamento aparentemente inconsistente do *quando* temporal, que pode algumas vezes ser encontrado na literatura sendo analisado como conjunção (cf. Close 1975: 42; Johansson & Lysvag 1986: 159-160, 167; Baker 1989:45) ou como advérbio relativo (cf. Huddleston 1971: 222; Baker: 1989: 168) (ou mesmo como pronome relativo, como por exemplo em Geis (1970: 85-109)), e de vez em quando os termos são usados de um modo que é confuso. Muitos trabalhos de referência também exacerbam o problema com análises incroguentes similares de *onde* locativo, ou seja, às vezes ele é um relativo, às vezes é uma conjunção (TROTТА, 2000, p. 150, tradução nossa)²⁰².

Quirk et al ((1985), *apud* Trotta (2000, p. 150)) diferencia as sentenças apresentadas a seguir:

- (15) a. The day *when she arrived*. - When = conjunction
 b. The day *when she arrived* - Antecedent (the day) + wh adverb²⁰³

Para esse autor, teríamos um when do tipo conjunção (em (15a)) e um do tipo advérbio-Q (em (15b)). Nesses casos, o when (quando) conjunção parece ser uma versão para while (enquanto), o que não se pode afirmar sobre o when²⁰⁴ relativo adverbial. Teríamos, então, que no momento em que o quando faz o papel de compartilhar elementos, ele seria um relativo, e quando não há compartilhamento, teríamos uma conjunção.

²⁰¹ As chamadas *when-clauses* podem ser traduzidas como sentenças-quando ou ainda sentenças com quando.

²⁰² “(...) [the] apparently inconsistent treatment of temporal *when*, which can sometimes be found in the literature analyzed as conjunction (cf. Close 1975:42; Johansson & Lysvag 1986: 159-160, 167; Baker 1989:45) or as relative adverb (cf. Huddleston 1971: 222; Baker: 1989: 168) (or even as relative pronoun, as e.g. in Geis 1970: 85-109), and sometimes the terms are used in a manner which is just confused. Many reference works also exacerbate the problem with similarly incongruous analyses of locative *where*, i.e. sometimes it is a relative, other times a conjunction (TROTТА, 2000, p. 150).

²⁰³ “(15a) O dia *quando ela chegou*. – Quando = conjunção

(15b) O dia *quando ela chegou* – antecedente (o dia) + advérbio-Q” (tradução nossa).

²⁰⁴ Ressaltamos aqui o when e o while como sendo o quando e o enquanto do português que são nossos objetos de análise.

No entanto, Trotta (2000) afirma que, como argumentado em Trotta & Seppänen (1998), é necessário fazer uma descrição mais adequada de quais seriam os critérios para um elemento pertencer ou a classe das conjunções ou a dos advérbios relativos. Para isso, ele apresenta os seguintes exemplos:

(16) Moreover, the President is meeting the Soviet leader at a time **when** the Administration has still not decided on the scope of America's firm foreign policy commitments. (TROTТА, 2000, p. 150, grifo nosso)

(17) ... I feel like a fool being driven up to work in a little car, by my wife, **when** everybody knows I have a big car and am capable of driving myself. (TROTТА, 2000, p. 150, grifo nosso)

Para o autor, em (16) temos um quando que funciona como “advérbio relativo conectado por um laço de correferência com o antecedente *tempo*”, enquanto em (12) temos um quando *concessivo*²⁰⁵ que seria igual ao *although* (embora) (TROTТА, 2000, p. 151)²⁰⁶.

Tanto relativos quanto conjunções, segundo o autor, encabeçam sentenças. No entanto, subordinadores (conjunções) estariam fora da estrutura funcional da sentença e, portanto, não apresentariam um papel específico. Além disso, conjunções não seriam correferentes a nenhum outro elemento da sentença e não apresentariam uma lacuna, ou seja, não haveria movimento, como verificamos nas relativas.

Tendo em vista as sentenças (16) e (17) e a argumentação tecida pelo autor, conclui-se que o quando, se considerado como um adjunto temporal, é melhor analisado como sendo um relativo e não uma conjunção. Em casos em que ele não é temporal, ele pode ser classificado como uma conjunção.

Em relação ao PB, verifica-se que o quando é nomeado tanto como um *relativo adverbial* quanto como um *advérbio relativo*, sem que haja uma diferença significativa entre os termos. No entanto, assumindo que o quando, no PB, pode ser tanto um relativo quanto uma conjunção, algumas perguntas se colocam: (i) qual seria a estrutura sintática para esse tipo de sentença?, (ii) essa estrutura é possível de ocorrer também com outras conjunções? De toda

²⁰⁵ A existência de um when concessivo/adversativo também é apresentada por Declerck (1997). Ressaltamos que podemos encontrar exemplos como (17) no PB. No entanto, como nesses casos não temos a ideia de tempo, essas ocorrências não serão analisadas por nós nesta tese.

²⁰⁶ (...) as relative adverbs connected by a tie of coreference to the antecedents *time* (...). The examples (...) illustrate *when* (...) as concessive conjunction – roughly equal to *although* (TROTТА, 2000, p. 151).

forma, o que vamos assumir, seguindo os autores citados, é que temos o quando como um relativo ao exercer a função de um adjunto temporal e que a reflexão utilizada para a estrutura sintática do quando pode ser utilizada também para conjunções temporais, como o enquanto – o que não significa que a estrutura sintática de ambos seja exatamente a mesma.

Para pensarmos sobre essa questão em relação ao PB, vejamos as seguintes sentenças com quando.

- (18) a. Ele resolvia os problemas dos doentes que o procuravam *quando* esteve aqui.
 b. Eu te pago um drinque *quando* terminarmos.
 c. *Quando* falar, fale baixo.
 d. Ela levantou *quando* o despertador tocou.
 e. O bebê nasceu *quando* sua mãe deu o último suspiro.
 f. A criança morreu *quando* sofreu um acidente.
 g. Ninguém descobriu *quando* ele fugiu de casa.
 h. Eu acordei *quando* gritaram gol.
 i. *Quando* chegar, avise.
 j. *Quando* João saiu, Maria não tinha acordado ainda.

A partir desses dados, a questão que se coloca é se temos a mesma estrutura para todos eles ou estamos frente a diferentes construções-Q.

Vries (2002) diferencia, no inglês, as relativas adverbiais das adverbiais normais (normal adverbial clause), como podemos verificar a seguir.

- (19) a. The doctor came *when* Judy broke her leg. – adverbial relative clause
 b. The doctor came *because* Judy broke her leg. – normal adverbial clause²⁰⁷
 (VRIES, 2002, p. 56)

O que temos em (19a), segundo o autor, é um advérbio relativo. Citando Smits (1988, p. 289-290 apud VRIES, 2002, p. 55), ele afirma que os advérbios relativos do inglês são when, where, how, why, whence e talvez as²⁰⁸. A diferença entre relativas adverbiais e sentenças adverbiais para o autor é que nas primeiras há a presença de uma lacuna, o que não ocorre nas

²⁰⁷ Tradução: a. O médico veio quando Judy quebrou a perna. – Sentença relativa adverbial

b. O médico veio porque Judy quebrou a perna. – Sentença (oração) adverbial normal.

²⁰⁸ Tradução: quando, onde, como, por que, de onde e talvez como (comparativo).

segundas. No entanto, tal diferença pode ser bastante sutil e pode causar ambiguidade em diferentes línguas. Para ele, conjunções como *because*, *while*²⁰⁹, entre outras, apenas poderiam introduzir sentenças adverbiais normais e não relativas.

Para que possamos compreender melhor a ideia do autor, vejamos a reflexão que ele apresenta em relação aos exemplos em (19). Em (19a), temos um mesmo momento para dois eventos: a chegada do médico e o acidente da Judy. O tempo é usado então como o “pivô” dessa proposição. Já em (19b) não temos um pivô, visto que não há um mesmo momento para os dois eventos, a causa da chegada do médico não coincide com o acidente da Judy. Nesse caso, teríamos uma lacuna na primeira sentença e não na segunda como podemos ver em (20).

- (20) a. The doctor came [when]_i Judy broke her leg [t_i].
 b. The doctor came [because] Judy broke her leg.

Levando em consideração os apontamentos feitos até aqui, faremos um raciocínio análogo em relação às sentenças expressas em (18). Inicialmente, vamos hipotetizar, à primeira vista, a classificação dessas sentenças. Em (21), temos RLs separadas de acordo com a posição sintática ocupada e que pretendemos testar para verificar a possibilidade de serem consideradas como adverbiais. Em (22), temos um exemplo de interrogativa encaixada em posição de complemento.

- (21) Posição de adjunto verbal
- a. Ele resolvia os problemas dos doentes que o procuravam [*quando* esteve aqui].
 - b. Eu te pago um drinque [*quando* terminarmos].
 - c. Ela levantou [*quando* o despertador tocou].
 - d. O bebê nasceu [*quando* sua mãe deu o último suspiro].
 - e. A criança morreu [*quando* sofreu um acidente].
 - f. Eu acordei [*quando* gritaram gol].
 - g. [*Quando* falar], fale baixo.
 - h. [*Quando* chegar], avise.
 - i. [*Quando* João saiu], Maria não tinha acordado ainda.

²⁰⁹ Tradução: porque, enquanto

- (22) Interrogativa encaixada
 a. Ninguém descobriu [*quando* ele fugiu de casa].

Vejamos, a seguir, algumas considerações sobre essas sentenças.

O exemplo em (22) aparece para corroborar a ideia de que há sintagmas-Q homônimos que aparecem em sentenças relativas e em interrogativas encaixadas. Consideramos as interrogativas encaixadas como CPs comuns e uma das formas de se confirmar tal possibilidade é a partir da seleção do verbo. Um ponto relevante sobre essa sentença é o fato de termos um verbo factivo: Mória (1992) menciona que verbos como esse podem nos dar duas opções de classificação²¹⁰.

Em relação ao paradigma em (21), verificamos que os exemplos (g) e (h) parecem exibir um funcionamento diferente dos outros. Aparentemente, sentenças do tipo [*quando* + infinitivo] seriam parafraseadas por *ao*. Se tomarmos qualquer outro exemplo de (21), essa paráfrase será possível. No entanto, (g) e (h) podem ser também parafraseadas por *se*, o que não se verifica naquelas que não apresentam infinitivo.

Para uma melhor compreensão, ilustraremos com os exemplos a seguir, em (23), (24) e (25).

- (23) a. A criança morreu [quando sofreu um acidente].
 b. A criança morreu [ao sofrer um acidente].
 c. *A criança morreu [se sofrer um acidente].

- (24) a. Quando falar, fale baixo.
 a'. Ao falar, fale baixo.
 a''. Se falar, fale baixo.

- (25) a. Quando chegar, avise.
 b. Ao chegar, avise.
 c. Se chegar, avise.

²¹⁰ Ao classificarmos uma construção como *relativa livre* ou como *interrogativa indireta*, a factividade do verbo precisa ser levada em consideração. Há uma discussão acerca dessa questão no capítulo 2 de Gavioli-Prestes (2012). A partir de três testes propostos para verificar se temos interrogativas encaixadas ou interrogativas indiretas, a sentença com o verbo descobrir foi apontada como sendo interrogativa encaixada em todos os testes realizados com falantes do PB. Para maiores detalhes, ver Gavioli-Prestes (2012).

Por nossa hipótese, as sentenças em (24a) e em (25a) são sentenças adverbiais, enquanto as sentenças que não apresentam [quando + infinitivo], como (23), seriam RLs.

Vejamos, agora, (26) e comparemos a sentença em (26a), reproduzida de (21a), com a (26b).

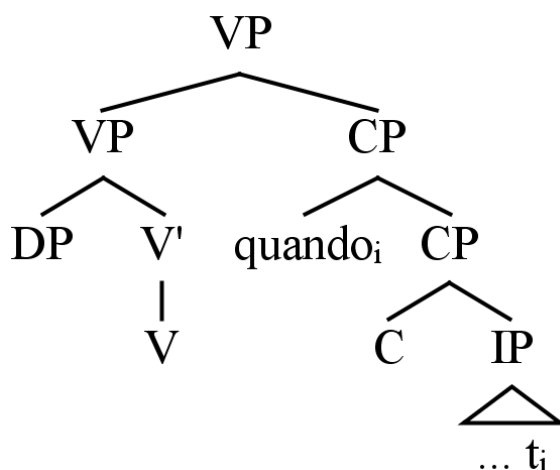
- (26) a. Ele resolvia os problemas dos doentes que o procuravam [quando_i esteve aqui t_i].
b. Ele resolvia os problemas dos doentes que o procuravam [enquanto esteve aqui].

No paradigma em (26), temos tanto em (a) quanto em (b) uma relação de tempo²¹¹ entre elas. Como foi mencionado, Vries (2002) afirma que enquanto (*while*) é uma conjunção e não um pronome relativo. Assumiremos então que sentenças relativas apresentam movimento, enquanto as sentenças adverbiais não e, portanto, relativos são movidos, mas conjunções não, e que toda sentença encabeçada por um quando temporal é uma RL. Por conta disso, em (26a) temos uma RL e em (26b) temos uma oração adverbial.

Tendo isso posto, podemos pensar na estrutura sintática dessas construções.

Na seção IV.3.2.3, apresentamos nossa proposta de estrutura sintática para as RLs. Retomemos aqui o que propomos para RLs encabeçadas pelo quando.

- (27) Estrutura de RL em posição não argumental aplicável na sentença em (26a)



Na estrutura acima, podemos verificar que a RL está em posição de adjunto de VP e o sintagma-Q [quando] aparece adjungido. Esse sintagma-Q é gerado como adjunto do VP mais baixo. Ele é copiado e mergido como adjunto do CP. Por estar nessa posição mais alta, quando

²¹¹ Ressaltamos que nosso intuito aqui é observar e analisar o quando e o enquanto que apresentam a ideia de tempo. Outras denotações, como, por exemplo, de adversidade, não serão tratadas aqui.

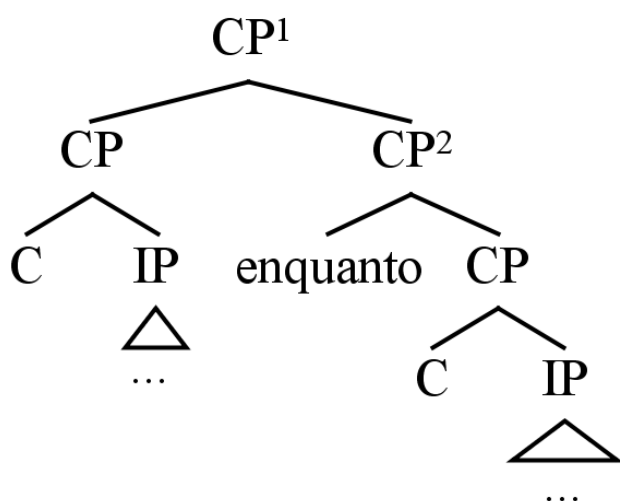
é adjunto do verbo da matriz. Ele é considerado como adjunto do verbo da encaixada, porque seu vestígio é adjunto do VP da encaixada.

Dessa forma, o elemento tem sua denotação de *tempo* compartilhada entre as duas sentenças. Isso ocorre se pensarmos que antes de ser copiado e mergido, o quando apresenta uma denotação de tempo *t*. Ao se mover e formar uma cadeia, o tempo *t* denotado pelo quando constinuará o mesmo. Isso em nada difere dos demais movimentos da gramática, nos quais as denotações dos vestígios e de seus antecedentes são idênticas, algo formalmente codificado via coindexação. Para que possamos compreender melhor isso, tomemos a sentença [João saiu quando Maria chegou]. No início da derivação, tínhamos algo como ‘Maria chegou quando’ em que esse quando denota um tempo *t*. No decorrer da derivação, ao ser copiado e mergido em Spec/CP, esse item tem o mesmo tempo *t* e por conta disso é que há a cadeia e o ‘compartilhamento’ desse mesmo tempo.

Tanto o quando quanto o enquanto apresentam uma noção de tempo. No entanto, há uma diferença entre eles, já que em sentenças com enquanto, o tempo, geralmente, é durativo, como podemos observar na sentença (26b). Veremos mais adiante que é possível assumir que na denotação de enquanto encontra-se essa ideia de duração (ou de um tempo durativo).

Em suma, essa sentença (26b) é adverbial, diferentemente de (26a), e pode ser representada, de acordo nossa proposta, da forma expressa em (28).

(28) Estrutura para os subordinadores adverbiais



Neste caso, o enquanto (uma projeção máxima e mínima ao mesmo tempo) teria sido gerado na posição em que está, ou seja, ele está *in situ*, e, portanto, não teria sido movido como

o quando em sentenças relativas. Essa é uma das razões pela qual essa sentença é classificada como ‘adverbial’ e não ‘relativa’. O que temos em (28) parece ser algo bastante semelhante estruturalmente a (27). Semanticamente, temos uma diferença de aspectualidade, o que não invalida a possibilidade de estruturas parcialmente semelhante entre elas. E veremos adiante alguns aspectos sintáticos que podem ou não aproximá-las.

Além disso, assumiremos aqui que a conjunção possui argumentos (externo e interno) e que ela pode ser tomada como um predicado de dois lugares, com variáveis a serem saturadas. Nessa estrutura, ambos CP¹ e CP² são c-comandados assimetricamente por enquanto²¹². Porém, somente o c-comando entre enquanto e CP² é imediato, pois CP¹ é c-comandado assimetricamente por CP², formando uma ordem de c-comando como ‘enquanto>CP²>CP¹’. Se assumirmos que o mais localmente relacionado é o argumento interno, temos que o CP² seria o argumento interno dessa conjunção e, portanto, o CP¹ seria o argumento externo. Dessa forma, teríamos as duas variáveis saturadas. Mesmo no caso de haver adjunção à esquerda, essa relação irá se manter.

Uma outra questão interessante em relação ao enquanto diz respeito aos exemplos a seguir:

- (29) “A crise econômica só vai piorar, enquanto que o PT estiver no poder²¹³”.
- (30) “Por enquanto que alguns investem em roupas para festa, estou investindo em conhecimento para o futuro²¹⁴”.
- (31) “Manuela vai para o porão enquanto que Isabela fica em seu quarto²¹⁵”.
- (32) “O espírito vive de vitalidade, enquanto que o corpo vive de energia²¹⁶”.
- (33) “Estou a tentar criar uma *label*, que aparece enquanto que a página está a carregar, com um *a carregar*²¹⁷”.

²¹² Ressaltamos que as definições pertinentes estão no capítulo II, caso o leitor deseje retomá-las.

²¹³ Exemplo retirado de um vídeo da página Youtube: <<https://www.youtube.com/watch?v=qvVteoUE3fM>>

²¹⁴ Exemplo retirado de “Pensador”, de Rogério Ribeiro, em <<http://pensador.uol.com.br/frase/MTU3NTA2NA/>>

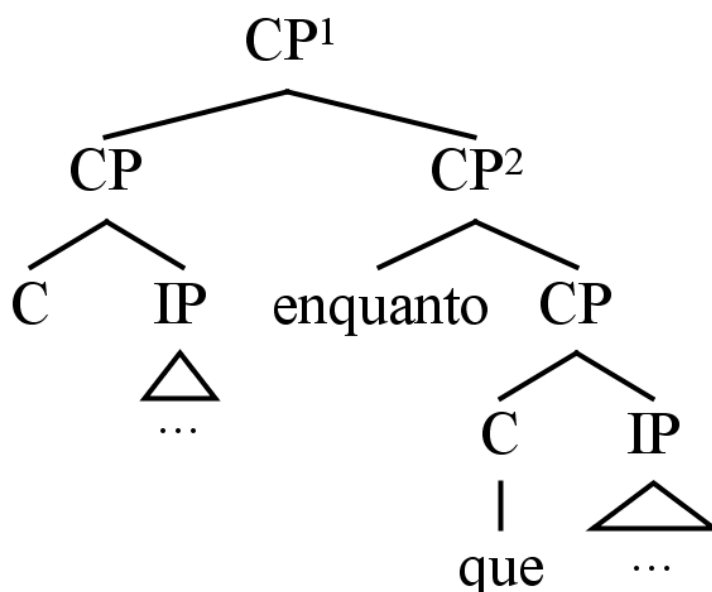
²¹⁵ Exemplo retirado de <<http://cumplicesresgatafas.com.br/cap-107-manuela-vai-para-o-porao-enquanto-que-isabela-fica-em-seu-quarto/>>

²¹⁶ Exemplo retirado de <<https://www.docelima.com.br/site/especial-kids/alimentacao/1743-o-espírito-vive-de-vitalidade-enquanto-que-o-corpo-vive-de-energia>>

²¹⁷ Exemplo retirado de <<http://pt.stackoverflow.com/questions/82244/exibir-uma-label-enquanto-que-a-p%C3%A1gina-est%C3%A1-a-carregar>>

É interessante observar nesses exemplos a presença do que junto do enquanto. O enquanto e o enquanto que aparentam ter a mesma interpretação semântica²¹⁸, no entanto, a estrutura sintática deles é diferente, pois nas sentenças de (29) a (33) temos a posição de complementizador preenchida, como podemos ver em (29), o que corrobora nossa hipótese de a conjunção estar em uma posição não argumental de CP.

(34) Estrutura Sintática de construções com enquanto que



A morfologia verbal expressa nos exemplos com quando e enquanto é um ponto relevante a se verificar. Chierchia (2003, p. 490) afirma que a partir da morfologia verbal podemos verificar dois pontos de vista sobre uma mesma cena e, por conta disso, o aspecto verbal do tempo precisa ser diferenciado. Em relação à aspectualidade, um ponto importante é a telicidade que nada mais é do que a culminação da ação, ou seja, o momento em que ela para ou em que passa a acontecer (no caso de verbos pontuais). Em geral, o pretérito perfeito é o tempo verbal tido como sendo aquele que expressa a noção de telicidade, ao contrário do presente do indicativo, do pretérito imperfeito e do progressivo que indicariam atelicidade.

Com base nessa ideia, Legroski e Gavioli-Prestes (ms) discutem a questão da carga de temporalidade existente nas sentenças com quando e enquanto acabar de alguma forma forçando a morfologia dos verbos dessas sentenças. Para verificar essa hipótese, observam-se

²¹⁸ Ao questionar alguns falantes de PB sobre isso, o comentário foi que parece que o “enquanto que” é mais adversativo do que o “enquanto”. No entanto, para confirmar tais hipóteses, somente com a elaboração e aplicação de um teste.

algumas sentenças com as duas *conjunções* em que se mesclam ocorrências de telicidade e de atelicidade. O que se observou são considerações mais relevantes para o enquanto em relação a isso.

Vejamos o seguinte paradigma com sentenças retiradas desse texto.

- (35) a. João entrou na sala enquanto Maria saiu.
 b. João entrou na sala enquanto Maria saía.
 c. ? João entrava na sala enquanto Maria saiu.
 d. João entrava na sala enquanto Maria saía.
 e. ? João entrou na sala enquanto Maria sai.
 f. ? João entra na sala enquanto Maria saiu.

No paradigma acima, temos, em (35), sentenças com enquanto, no qual o aspecto de duração temporal em ações simultâneas se verifica. Vale ressaltar que em (35), se há diferença de telicidade entre os verbos da matriz e da encaixada, a sentença fica agramatical.

A temporalidade denotada nas sentenças só pode ser percebida por conta da existência das duas sentenças. Seguindo a análise proposta por Chierchia (2003, p. 491), podemos verificar essa afirmação. Ao tomarmos a sentença (35a), isoladamente, teremos:

- (36) a.

João entrou na sala	Maria saiu
Existe um indivíduo X que desempenhou uma ação.	Existe um indivíduo Y que desempenhou uma ação.
A ação foi “entrar em sala”	A ação foi “sair de uma sala”
A ação teve culminância no passado	A ação teve culminância no passado
A ação se desenvolveu durante um momento t.	A ação se desenvolveu durante um momento t.

- b.

Argumento Externo (evento da oração principal)	Conjunção causal	Argumento Interno (evento da oração subordinada)
<i>p</i>	enquanto	<i>q</i>
João entrou na sala	enquanto	Maria saiu

Tendo essas descrições feitas, podemos afirmar que o enquanto, nesse caso, está ligando as sentenças e projetando a pressuposição de que as ações se desenvolveram durante um momento *t*.

A partir disso, podemos hipotetizar que o enquanto teria em sua denotação a ideia de aspecto temporal de duração, o que não se verifica em relação ao quando. Além disso, o enquanto codifica simultaneidade e realmente parece funcionar como um predicado de dois lugares, pois é através dele que conseguimos dar uma informação extra (evento da oração subordinada) ao evento da oração principal. Reflexões como essas não são encontradas em relação ao quando.

Ao pensarmos sobre o quando e o enquanto, podemos verificar que existe uma certa dose de unificação, no entanto, essa unificação não é total, visto que em relação ao quando temos uma cadeia de movimento, já em relação ao enquanto não, e pelo fato de que o tipo exato de relação sintática local no qual a semântica ‘pega carona’ não é exatamente idêntico, sendo o primeiro caso baseado em concepções mais tradicionais de composicionalidade semântica (grosso modo, com quais constituintes o quando se combina mais localmente), e o segundo baseado na distinção entre o c-comandado mais proximamente ou menos, sendo o cálculo dessa ‘distância’ dependente da noção de exclusão. Note-se, porém, que em ambos os casos trata-se de c-comando assimétrico (consequente da natureza da adjunção, em que o adjunto c-comanda assimetricamente o hospedeiro), e o elemento-chave que relaciona as proposições (i.e. quando ou enquanto) c-comanda assimetricamente dois constituintes proposicionais, um deles mais encaixado que o outro²¹⁹.

Tendo inicialmente essas ideias expostas, verificaremos se o que apontamos para o enquanto pode ser aplicada às outras conjunções, como, por exemplo, porque.

V.2 PORQUE

Com o intuito de estender nossa proposta, vamos verificar o funcionamento da conjunção porque e traçar comparações com o quando e com o enquanto, a fim de descrevê-los mais adequadamente.

²¹⁹ Agradeço ao meu orientador Prof. Maximiliano Guimarães pelo apontamento.

Lexicalmente, dizemos que no português temos diferentes *porquês* e que de alguma forma eles refletem os aspectos sintático-semânticos, bem como os aspectos morfofonológicos inerentes a eles. Vejamos o paradigma a seguir:

- (37) a. Por que ele faltou à aula?
 b. Ele faltou à aula, por quê?
 c. Ele faltou à aula, porque estava doente.
 d. Ele devia estar doente, porque faltou à aula.
 e. Eu perguntei o porquê de ele ter faltado à aula.
 f. Ele sabia por que a Maria estava triste²²⁰.

Esse é o paradigma dos *porquês* do português, que como podemos ver ocorrem em interrogativas, como em (a) e (b), em coordenadas explicativas, como em (d), em sentenças adverbiais, como em (c). Nosso foco aqui não é discutir sobre todo esse paradigma, apesar de em certos momentos comparações serem necessárias, mas sim discutir especificamente o porque (because) da sentença (c). Vale ressaltar que diferenças lexicais entre *porquês* ocorrem em diversas línguas e que em geral a distinção se faz entre [por que] e [porque]. No inglês, por exemplo, a distinção é entre why e because, no francês, é entre pourquoi e parce que e no alemão, é entre warum e weil.

Vejamos o exemplo em (38) que é semelhante a (37c).

- (38) Ela gritou [_{PP} porque o menino caiu].

Temos na sentença (38) porque como um PP adjunto que é tratado na gramática tradicional, por exemplo, como uma conjunção. Diferentemente de quando e de enquanto, não temos aqui estabelecida uma noção de tempo, mas sim uma relação de causa e consequência entre as sentenças. Chamamos a atenção para a questão de que em uma sentença temos a causa e na outra sentença temos a consequência, ou seja, não há o compartilhamento de uma mesma noção como temos com o quando, por exemplo. Já em relação ao enquanto, que é um subordinador temporal, há o compartilhamento da mesma denotação de tempo durativo. Apesar disso, as estruturas dessas sentenças são comparáveis. Vejamos os exemplos a seguir.

²²⁰ Agradeço à Professora Doutora Maria José Foltran pelo exemplo.

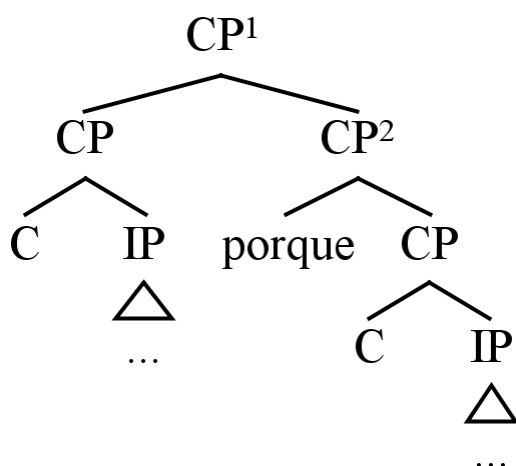
- (39) Avise [quando for sair].
 (40) Ela gritou [quando o menino caiu].
 (41) Ela gritou [enquanto o menino caía²²¹].

Nas seções anteriores, descrevemos e comparamos sentenças como (39), (40) e (41). Assumimos que (40) é uma RL e que (39) e (41) são sentenças adverbiais que têm o tempo como elemento relevante, sendo que em (41) o tempo é durativo, diferente de (39). Um outro ponto discutido é a questão de que podemos tratar o quando (não relativo) e o enquanto como predicadores de dois lugares com variáveis a serem saturadas.

A partir dessas noções e levando em consideração o mecanismo de adjunção assumido aqui, podemos comparar esses elementos introdutores de sentenças adverbiais, como o porque. Enquanto aqueles dois conectores relacionam eventos por meio do tempo, o porque pode relacioná-los por meio de uma noção semântica de causa e efeito, como temos em (38) e em (37c). Por conta disso, podemos pensar o porque como um predicador de dois lugares – um que indica a causa e o outro o efeito.

Da mesma forma que enquanto, porque seria um predicador de dois lugares que apresenta dois argumentos (o externo e o interno) – nossa hipótese é que toda conjunção apresente esses dois – com variáveis a serem preenchidas. Se pensarmos o porque em termos lógicos, podemos representa-lo como “*a*, porque *b*”. Portanto, *a* seria o argumento externo, interpretado como o efeito causado pela ação expressa por *b*, que seria o argumento interno. Por conta desses aspectos, podemos pensar em uma representação sintática como a de (42).

²²¹ A alteração de aspectualidade é por conta da ideia de duração expressa pelo enquanto.

(42) Representação Sintática para a conjunção porque

Com essa proposta, temos o porque tomando dois argumentos, se seguirmos o mesmo raciocínio aplicado para o enquanto. Nesse caso, o c-comando assimétrico imediato só ocorre entre o porque e o CP² e o elemento que está em uma relação mais local, no caso, o CP², é que será o argumento interno. O CP¹, então, seria o argumento externo. Em uma sentença como (38), teríamos como argumento interno o o menino caiu e como argumento externo o ela gritou.

(43)

Argumento Externo (evento causado)	Conjunção causal	Argumento Interno (evento causador)
<i>p</i>	porque	<i>q</i>
ela gritou	porque	o menino caiu.

Uma outra reflexão, que é bastante interessante, sobre porque pode ser vista em Miotto *et al* (2013, p. 96). Vejamos os seguintes exemplos:

(44) Ela perguntou [_{PP} por [_{DP} que *ec*]] ele faltou à aula.

(45) Ele faltou à aula [_{PP} por [_{CP} que estava doente]].

Em (44), teríamos um PP formado pela preposição por e por um DP formado pelo determinante interrogativo que e um NP motivo (ele pode aparecer ou como uma *ec* ou preenchido, como em [Ela perguntou por que motivo ele faltou à aula]. Em uma construção

como essa, o C não está preenchido, o que pode ser confirmado pela possibilidade de uma sentença como a que temos em (46).²²²

(46) Ela perguntou [_{PP} por [_{DP} que (motivo)]]_i que ele telefonou [_i].

Em (46), verifica-se que [_{PP} por [_{DP} que (motivo)]] seria um adjunto do verbo telefonar. Esse adjunto é movido para a posição de especificador do CP que é complemento do verbo perguntar. Nesse caso, teríamos a posição de C disponível para ser preenchida, podendo, assim, gerar sentenças tanto como (46) – ‘Ela perguntou por que que ele telefonou’ – quanto como ‘Ela perguntou por que ele telefonou’.

Com tudo que foi posto, temos outras hipóteses de análise. Uma das hipóteses é levar em consideração que porque conjunção pode ser um item lexical único que entra na derivação sintática dessa forma e que ele ocorreria da mesma forma que as outras conjunções e ocuparia a posição de adjunto CP, como estamos prevendo, e aí daríamos conta, inclusive, das conjunções because, parce que e weil. Tal proposta também dará conta de enquanto que e por enquanto que, visto que o enquanto estaria na posição de adjunto a CP, o que em C, e a preposição por, quando necessária, poderia aparecer seguindo a proposta de Miotto et al (2013) em que temos P tomando CP como complemento.

Por conta disso, vamos assumir que na sentença (47) temos a conjunção porque na posição de adjunto a CP e em (48) temos um que interrogativo²²³.

Um aspecto que merece ser ressaltado ao compararmos porque e enquanto é a questão do possível preenchimento de C. Vejamos os exemplos.

(47) *Ele faltou à aula porque que estava doente.

(48) Ele comprou um carro enquanto que ela só passeou pelo shopping.

A agramaticalidade de (47) e a gramaticalidade (48) nos mostra que há uma diferença entre essas duas conjunções no que diz respeito ao preenchimento da posição do complementizador, que é permitido em estruturas com o enquanto, mas impedido em

²²² Comenta-se que o complementizador é possível sempre que há um wh-interrogativo. No entanto, temos um que complementizador nas sentenças de (25) a (29) com o enquanto que, mas não temos nessas sentenças um enquanto interrogativo. Portanto, ou é possível que a inserção do que seja um teste para conjunções assim como o é para interrogativas, ou esse teste serve simplesmente para diferenciar as interrogativas das RLs.

²²³ Em relação às outras realizações, temos o porquê como um N e por que / por quê são os ‘mesmos’. A representação ortográfica diferente se deve à posição sintática que apresenta prosódia diferenciada, modificando, assim, a realização fonética do elemento por quê.

construções com porque. O enquanto que só é encontrado com construções em que ele tem valor de adversidade e não de temporalidade, portanto não haveria essa construção dando noção de tempo. Já o porque que não é permitido – não se sabe se o que o barra é a existência de algum aspecto sintático ou se pode ser um aspecto fonológico, como o princípio do contorno obrigatório (OCP²²⁴) ou como a haplologia. Levando em consideração que há certos processos fonológicos que identificam dois segmentos (por exemplo) adjacentes muito semelhantes, o OCP diz respeito a modificação que eles podem vir a sofrer, como o apagamento ou a modificação de uma dessas ocorrências. Se tomarmos o porque como um constituinte morfológicamente complexo (formado por algo como [por + que], poderíamos afirmar que porque que não ocorreria por conta do apagamento feito para satisfazer o OCP, visto que o que do porque e o que seriam iguais. Já a haplologia ocorre quando temos a supressão de algum segmento linguístico, como por exemplo em ‘faculdade de Letras’ sendo produzido como ‘faculda’de Letras’. No caso do porque que, teríamos algo como ‘por’que’.

Por ora, o que podemos afirmar que nossa proposta pode gerar porque que e que ela não gera sentenças como ‘Ele faltou à aula por estar doente’. Essas possibilidades são verificadas na proposta de Mioto et al (2013): o complementizador ora fica disponível ora não fica, a depender da construção, e prevê-se construções reduzidas, como “por estar doente” a partir de sua análise prevista para o PP.

V.3 EMBORA

A partir das reflexões apresentadas nas seções anteriores no que condiz as conjunções adverbiais quando, enquanto, porque, vamos observar uma outra conjunção adverbial: o embora. Vejamos o seguinte exemplo:

- (49) Embora tenha se esforçado muito, ele não obteve o resultado desejado.

²²⁴ Remetemos o leitor a Golston (1995). O autor toma o OCP para discutir dados do grego que são construções agramaticais. A estrutura hierárquica delas era bem formada, mas a sequência terminal em PF não, o que, para o autor, gerava uma falta de contorno obrigatório.

Essa conjunção é vista pela gramática tradicional, por exemplo, como sendo uma conjunção adverbial concessiva. Dessa forma, ela apresentaria uma concessão, ou seja, um ‘contraste’ entre as ideias expressas em que cada sentença.

“As ideias sobre as concessivas, colhidas em gramáticos e linguistas, mostram que uma das sentenças envolvidas encerra um conteúdo negado explícita ou implicitamente”, de acordo com Castilho (2010). Se formos pensar em aspectos lógicos temos “embora *p*, *q*”, sendo que *p* é verdadeiro e *q* independe da verdade de *p*. “Em outras palavras, pode-se dizer que, apesar de o fato (ou o evento) expresso em *p* constituir uma condição suficiente para a não-realização do fato (ou evento) expresso em *q*, *q* se realiza” (MOURA NEVES, 2000, p. 865).

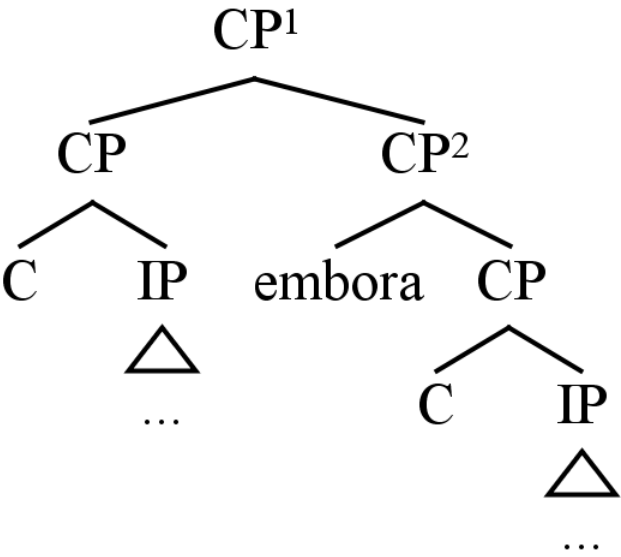
Partindo desse raciocínio, podemos comparar o embora com as outras conjunções e assumi-lo como sendo um predicator de dois lugares. Teríamos, então, algo como:

(50)

Conjunção concessiva	Argumento Interno (evento concessivo)	Argumento Externo (evento principal)
embora	<i>p</i>	<i>q</i>
embora	tenha se esforçado muito	ele não obteve o resultado esperado

Em relação à representação sintática do embora, podemos ter algo como (51).

(51) Representação Sintática do embora



Dessa maneira, temos determinados os argumentos do embora, por meio do c-comando assimétrico e levando em consideração a noção de localidade. Só há c-comando assimétrico imediato entre embora e CP². A relação mais local expressa o argumento interno e a menos local seria o argumento externo.

Esse é o mesmo raciocínio e o mesmo mecanismo que adotamos para o enquanto e para o porque, como se pode observar nas seções anteriores.

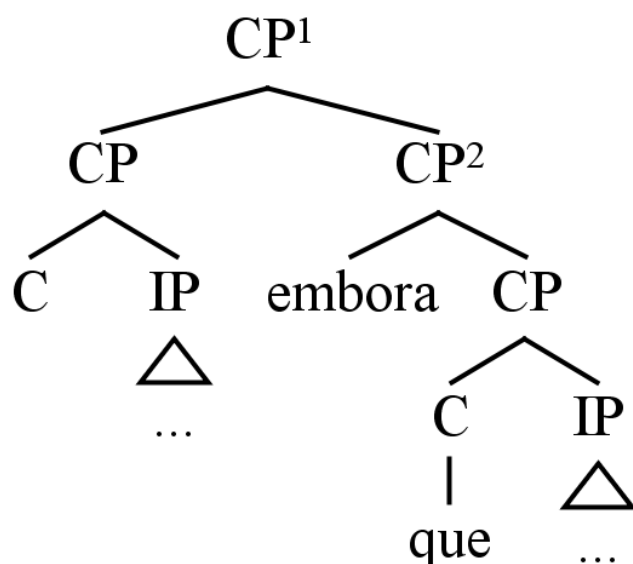
Um outro ponto interessante aqui é a possibilidade de preenchermos o complementizador com que, como tínhamos também com o enquanto. Vejamos os dados a seguir.

(52) “Embora que fizemos bons passos em Austin, vai ser muito difícil no Brasil”²²⁵.

(53) “Embora que não tenha razão, ainda assim insiste”. (CASTILHO, 2010, p. 378)

Exemplos como esses são previstos pela representação em (51), como podemos ver em (54), a seguir.

(54)



Optamos por trabalhar com algumas conjunções, apenas essas que apresentamos, mas nada impede de se aplicar esse mecanismo às outras conjunções não descritas nas seções deste capítulo.

²²⁵ Exemplo retirado de <<https://portalrace.com.br/pic-embora-que-fizemos-bons-passos-em-austin-vai-ser-muito-dificil-no-brasil/>>. Acesso em 25/01/2017.

V.4 CONCLUSÃO

Este capítulo teve como objetivo aplicar em estruturas com subordinadores adverbiais a proposta para RLs assumida em Gavioli-Prestes (2012) e revisitada aqui nesta tese, que toma como base a proposta de Kato & Nunes (2009) para RNNs como vimos no capítulo III desta tese. Para isso, tomamos o quando como um relativo e o comparamos com o subordinador adverbial enquanto, visto que ambos permitem uma relação temporal entre as sentenças. No entanto, o que observamos é que o enquanto apresenta a ideia de aspecto temporal durativo e o quando de pontual.

A partir da comparação entre eles, fizemos a aplicação da estrutura proposta para o enquanto em sentenças com porque e embora.

Assumimos aqui que conjunções como enquanto, porque e embora são predicados de dois lugares, e, portanto, apresentam variáveis a serem saturadas, cuja estrutura sintática poderia ser assumida em termos da reflexão utilizada para explicar as estruturas das RLs – principalmente no que condiz as noções de categoria e de segmento de categoria e ao super c-comando.

A aplicação dessa mesma proposta a outras sentenças adverbiais que apresentam conjunções distintas dessas estudadas aqui (e.g. caso, segundo etc.) ficará para trabalhos futuros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central desta tese foi apresentar uma proposta de análise para as RLs que as tomasse como ‘fortemente’ livres, no sentido de não haver nenhum tipo de antecedente nominal na sequência ou descrição estrutural e demonstrar que ela é aplicável a certas construções correlatas.

Para isso, retomamos o que fora assumido em Gavioli-Prestes (2012) para RLs tanto em posição argumental quanto em não-argumental e refinamos. Levamos, então, em consideração a formulação clássica de adjunção (cf. CHOMSKY, 1986), a distinção entre categoria e segmento de categoria, e a noção de super c-comando (nos termos de Barrie (2006) retomando May (1985)), bem como a hipótese delineada em Kato & Nunes (2009) para as sentenças relativas que leva em consideração a proposta de Kayne (1994). Passamos então a assumir essa análise revisitada para todos os tipos de RLs e para todas as possíveis posições em que podemos verificar esse tipo de construção. Em seguida, utilizamos esse mesmo mecanismo em outras construções, como as sentenças adverbiais. Observamos, inicialmente, construções com quando e enquanto indicando tempo e, na sequência, as sentenças com porque e embora.

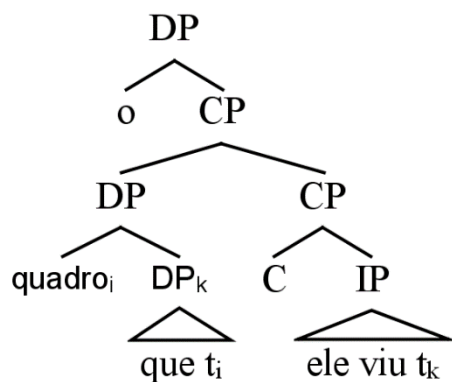
Para que nosso objetivo principal fosse alcançado, apresentamos no capítulo I algumas questões gerais que envolvem o estudo das sentenças relativas, como, por exemplo, as questões que envolvem o movimento do sintagma-Q e de que forma as relações sintáticas se estabelecem tanto na sentença subordinada quanto na subordinante. Dessa forma, aspectos relevantes acerca do funcionamento das sentenças relativas em geral foram colocados e tomados como base inicial para a discussão.

Na sequência, no capítulo II, apresentamos algumas questões teóricas relevantes para a compreensão das análises discutidas e assumidas ao longo da tese. Entender a *Bare Phrase Structure*, o fenômeno da adjunção, a distinção entre categoria e segmento de categoria, a noção de super c-comando bem como a possibilidade de exibição de múltiplos papéis são de grande importância para compreender a proposta de análise que apresentamos para relativas livres e para sentenças adverbiais.

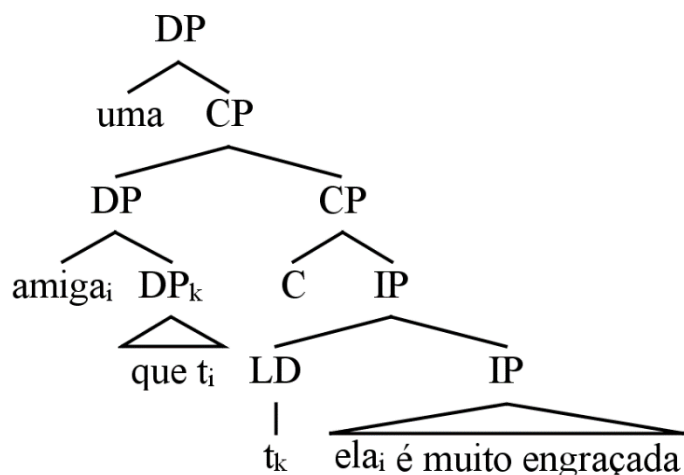
Já no capítulo III, trouxemos a questão das relativas com núcleo nominal. Essas são as relativas, em geral, mais trabalhadas pela literatura relacionada ao processo de relativização. Apresentamos aqui alguns aspectos relevantes para o tratamento desse tipo de relativa, focando na ocorrência desse fenômeno no português brasileiro. Seguindo Tarallo (1983), consideramos a existência de RNN padrão e não-padrão, sendo que a segunda pode ser classificada como sendo cortadora ou resumptiva. Como nossa proposta toma como base Kato & Nunes (2009), nosso intuito aqui foi, também, o de mostrar a análise desses autores para as RNN. Tomando

como ponto inicial de que as RNN do PB seriam como as relativas-wh de Kayne (1994), os autores apresentam a seguinte representação para essas construções.

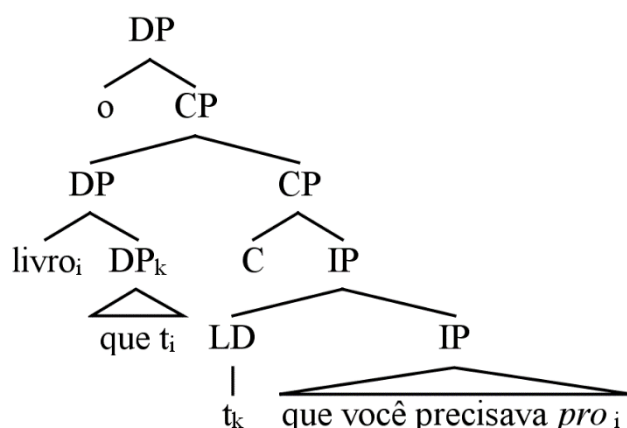
(01) Estrutura RNN padrão



(02) Estrutura RNN resumptiva com pronome manifesto



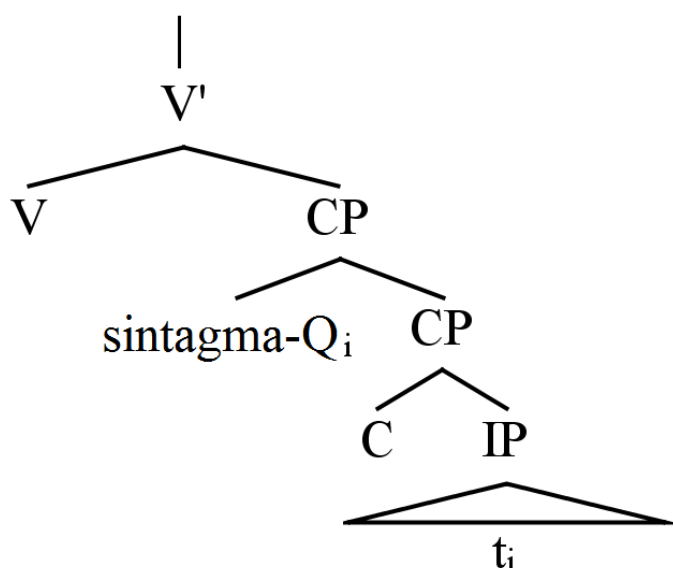
(03) Estrutura RNN resumptiva com pronome nulo



A partir do que foi apresentado no capítulo III, discutimos no capítulo IV o tratamento dado para um outro tipo de sentenças relativas, a saber as relativas livres. Essas são construções relativas em que não há um antecedente nominal explícito. Apesar da ausência desse elemento, essa construção deve ser capaz de realizar as mesmas relações encontradas na relativa com núcleo nominal.

Nesse capítulo, apresentamos as características relevantes dessas estruturas e em seguida discutimos alguns trabalhos que versam sobre elas. Como nosso foco é o PB, destacamos e discutimos os trabalhos de Marchesan (2012) e de Medeiros Junior (2014). Por fim, na seção IV.3.3, delineamos nossa análise para RL que é reapresentada aqui.

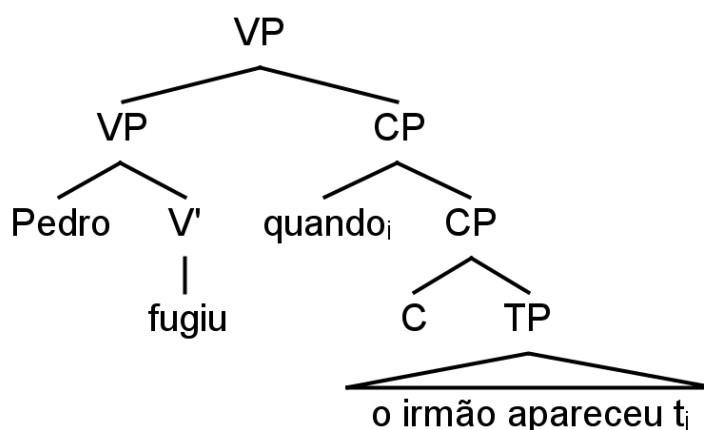
(04) Proposta de estrutura sintática para RL complementadora verbal



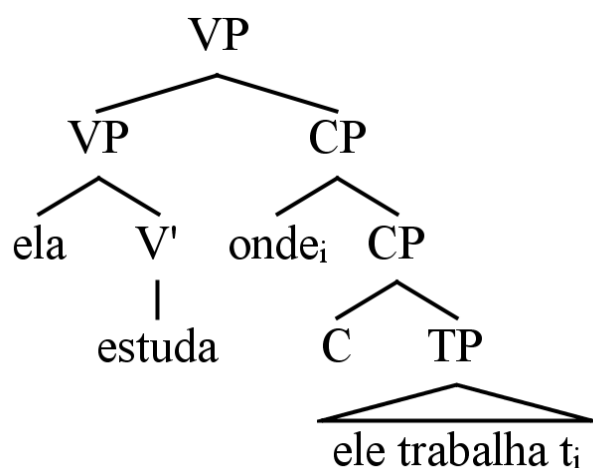
A partir de uma configuração como essa e dada a natureza e as consequências do super c-comando, o sintagma-Q está em uma posição que satisfaz todas as exigências de seleção feitas pelo verbo e que dá conta da interpretação. Não precisamos aqui postular um núcleo nulo (por exemplo, D), o que nos permite assumir que esse tipo de relativa é ‘fortemente livre’, pois não temos um antecedente nominal expresso, como se é esperado encontrar em uma RL, bem como não temos nada que na sequência ou na descrição estrutural possa ser assumida como um antecedente nominal (mesmo que foneticamente não realizado).

Em seguida, apresentamos esse mesmo mecanismo sendo aplicado em RLs em posição não-argumental. Exemplificamos a seguir com os sintagmas-Q quando, onde e como.

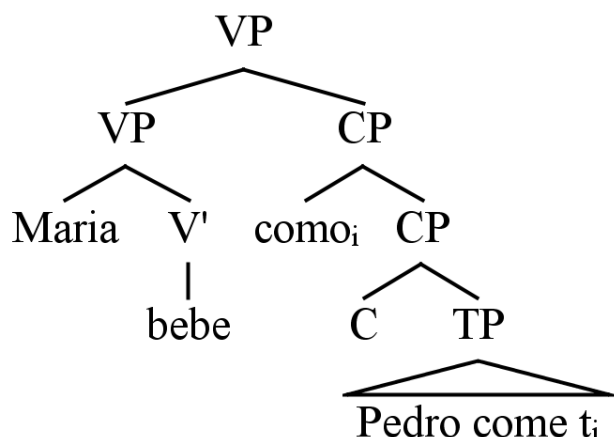
- (05) Proposta de estrutura sintática para a sentença ‘Pedro fugiu quando o irmão apareceu’



- (06) Proposta de estrutura sintática para a sentença ‘Ela estuda onde ele trabalha’



- (07) Proposta de estrutura sintática para a sentença ‘Maria bebe como Pedro come’

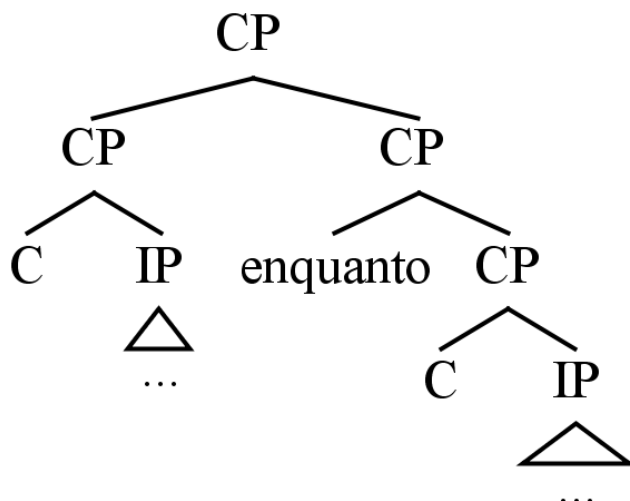


Essa proposta de análise leva em consideração que esses sintagmas-Q são relativos. Ao assumirmos o sintagma-Q quando como tal, passamos a discutir as características para esse elemento e verificamos que ele pode ser ou um PP ou um AdvP, mas não um DP.

Tendo isso posto, pudemos demonstrar que o mecanismo aqui utilizado pode ser estendido a outras construções. Para isso, optamos por relacionar a RL não argumental encabeçada pelo sintagma-Q quando temporal e a OSAdv temporal com enquanto.

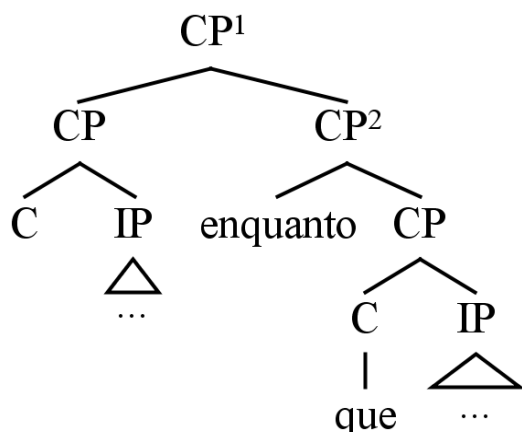
Dessa forma, no capítulo V, nós aplicamos esse mesmo mecanismo em construções com a conjunção temporal enquanto e verificamos que as reflexões estabelecidas para a proposta de representação do quando também se aplicavam para o enquanto. Dessa maneira, apresentamos a seguinte proposta para o tratamento dessas construções.

- (08) Proposta de estrutura sintática para subordinadores adverbiais como o enquanto



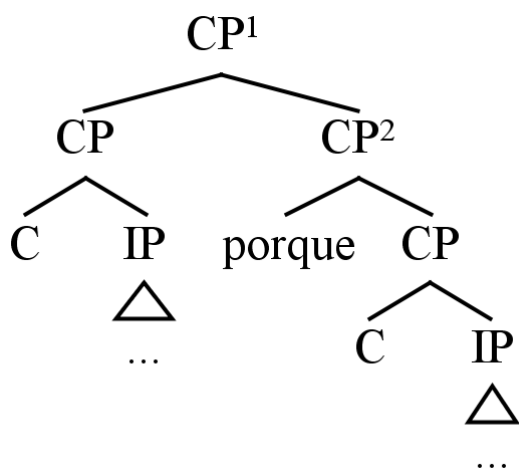
Verificamos a existência de sentenças com enquanto que as quais são previstas por essa proposta, como é possível de se verificar a seguir.

- (09) Proposta de estrutura para sentenças com enquanto que

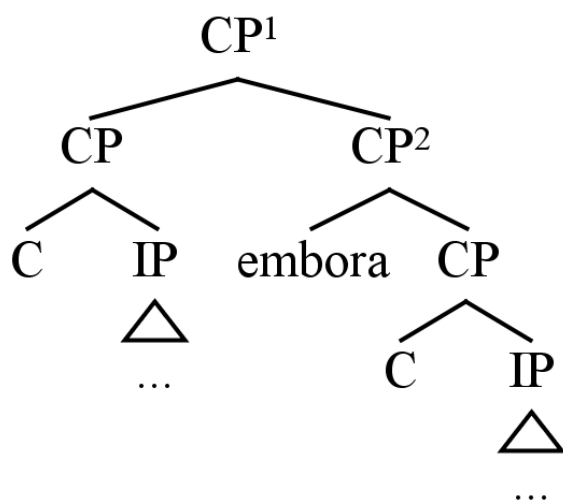


Discutimos então a possibilidade de se assumir estruturas com conjunções como sendo predicados de dois lugares em que há variáveis para serem saturadas. Para isso, aplicamos nossa proposta em sentenças com enquanto, porque e embora. Ao pensarmos a questão da conjunção porque vemos que ele estabelece uma relação de causa, ou seja em uma sentença temos o evento e na outra a razão de ocorrência desse evento. Já a conjunção embora contrasta dois eventos, por exemplo. Representamos, a seguir, a proposta para essas estruturas.

- (10) Proposta de estrutura sintática para subordinadores adverbiais como o enquanto

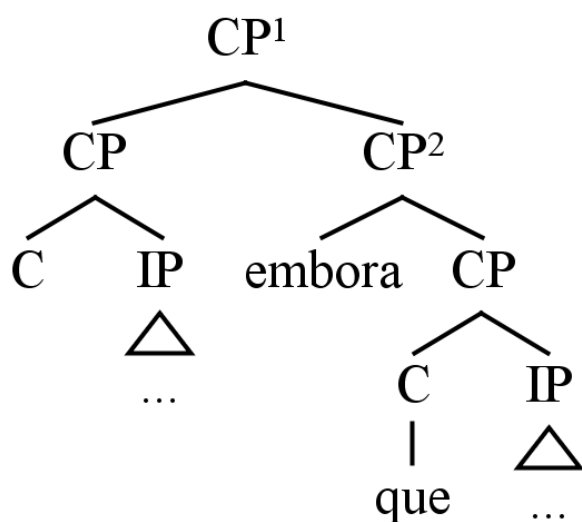


- (11) Proposta de estrutura sintática para subordinadores adverbiais como embora



Verificamos, nesse capítulo, que há sentenças com embora que, o que é previsto por nossa estrutura, como podemos observar em (12).

- (12) Proposta de estrutura sintática para sentenças com embora que



A partir das descrições e reflexões aqui apresentadas, verificamos que uma estrutura sintática como a que propomos para as relativas livres pode também ser proposta para orações subordinadas introduzidas por conjunções. No entanto, alguns problemas residuais permanecem.

Essa proposta não consegue responder, por exemplo, o que estaria envolvido na questão da impossibilidade de preenchimento do complementizador em estruturas com porque e na possibilidade desse preenchimento em construções com o enquanto e com o embora.

De qualquer forma, lançamos aqui uma linha de pesquisa para poder investigar outras conjunções para, assim, verificar em que medida o que foi proposto aqui tem um alcance mais largo, e como pode contribuir, em maior ou menor grau, para a compreensão da gramática como um todo.

REFERÊNCIAS

- ABELS, K; NEELEMAN, A. Linear Asymmetries and the LCA. *Syntax* 15:1, p. 25-74, March 2012.
- NEY, S. P. **The English Noun Phrase in its sentential aspect**. 363f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Massachusetts Institute of Technology, Massachusetts, 1987.
- ALVARENGA, D. **Sobre Interrogativa Indireta no Português**. Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte, UFMG, 1981.
- AUGUSTO, M. R. A. **Fatores envolvidos na extração dos adjuntos-Q**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Campinas, 1993.
- AUGUSTO, M. R. A. As restrições de ilha e a teoria gerativa: resíduos para o programa minimalista. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas: Unicamp, n. 34, p. 51-65, 1998.
- AUGUSTO, M. R. A. **Padrões de extração em estruturas factivas**. Tese de doutorado. Universidade de Campinas, 2003.
- BARRIE, M. J. M. **Dynamic antisymmetry and the syntax of noun incorporation**. 217 f. Tese (Doutorado). Universidade de Toronto, Toronto, 2006.
- BIANCHI, V. **Consequences of antisymmetry: headed relative clauses**. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 1999. 357 p.
- _____. **Headed relative clauses in generative syntax – Part I**: Glot International Vol. 6, No. 7, September, 2002a p. 197-204.
- _____. **Headed relative clauses in generative syntax – Part II**: Glot International Vol. 6, No. 8, October. 2002b. P.197-204.
- BISPO, E. B. e OLIVEIRA, M. R. (Org.). **Orações relativas no português brasileiro: diferentes perspectivas**. Niterói: Editora da UFF, 2014.
- BOECKX, C. **Syntactic Islands**. Cambridge: Cambridge University Press: 2012.
- BROME, M. **A new analysis of the relative clause: evidence for an interpretative theory**. Cambridge, MA: MIT, 1968.
- BROME, M. **Conjectures and refutations in Syntax and Semantics**. New York: Mouton de Gruyter, 1999.
- BRESNAN, J & GRIMSHAW, J. **The syntax of free relatives in English**. Linguistic Inquiry, Massachusetts, v. 3, n. 9, p. 331-391, verão 1978.
- BRODY, M. On the status of representations and derivations. In: EPSTEIN, S. D. & SEELY, T. D. (org.) **Derivation and explanation in the Minimalist Program**. Malden, MA: Blackwell Publishing, 2002, p. 19-41.

BRUCART, J. M. La estructura del sintagma nominal: las oraciones de relativo. In: BOSQUE & DEMONTE. **Gramática Descriptiva de La Lengua Española**. Madrid, Real Academia Española, 1999, p. 395-522.

BURY, D. **Phrase Structure and derived heads**. 208 f. Tese de doutorado. University College London: London, 2003.

CAPONIGRO, I. On the semantics of indefinite free relatives. In: KOPEN, M. v., SIO, J & De VOS, M. (eds.). **Proceedings of ConSOLEX**, Leiden: SOLE. pp. 49-62, 2001.

_____. Free Relatives as DPs with a Silent D and a CP Complement. In: SAMIAN, V. (ed.). **Proceedings of the Western Conferences on Linguistics**, 2000 (WECOL 2000), Fresno, California: California State University, 2002.

_____. The Semantic contributions of Wh-words and Type Shifts: Evidence from Free Relatives Cross linguistically. **Proceedings of Semantics and Linguistic Theory (SALT) XIV**. Itaca, NY: CLS Publications, Cornell University, 2003.

CARREIRA, M. **Predicação e ambiguidade de projeção: uma teoria unificada**. 193 f. Tese (Doutorado em Letras) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

CASTILHO, A. T. de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CHIERCHIA, G. **Semântica**. Trad. de Pagani, L.A.; Negri, L.; Ilari, R. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2003.

CHOMSKY, N. **The logical structure of linguistic theory**. New York: Plenum Press, 1955.

_____. **Syntactic Structures**. The Hague: Mouton de Gruyter, 1957.

_____. **Aspects of the theory of syntax**. Cambridge, MA: MIT Press, 1965.

_____. Remarks on nominalizations. In: Jacobs R, Rosembaum P, editores. **Readings in English Transformational Grammar**. Waltham: Ginn and Company, 1970. p. 184-221.

_____. On wh movement, in P. W. Culicover, T. WASOW and A. AKMAJIAN (eds) **Formal Syntax**. p. 71–132. New York: Academic Press, 1977.

_____. **Lectures on Government and Binding**. Foris: Dordrecht, 1981.

_____. **Barriers**. Cambridge, MA: MIT Press, 1986.

_____. **Bare Phrase Structure**. Cambridge, Massachusetts: MIT Occasional Papers in Linguistics 5. MITWPL, Department of Linguistics and Philosophy, MIT, 1994 [Publicado em G. Webelhuth (ed.) 1995. *Government and Binding Theory and the Minimalist Program*. Oxford: Blackwell].

_____. **The Minimalist Program**. Cambridge, MA: MIT Press, 1995.

_____. **Derivation by Phase**. MIT Occasional Papers in Linguistics, 18, 1999.

_____. Three factors in language design. **Linguistic Inquiry** 36, p. 1–22, 2005.

CINQUE, G. **Types of A-Dependencies**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1990.

CITKO, B. **On Headed, Headless and Light-headed Relatives**. In: *Natural Language and Linguistic Theory*, 22, p. 95-126, 2004.

_____. **Symmetry in Syntax: merge, move and labels**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

CORRÊA, V. R. **Oração relativa: o que fala e o que se aprende no português do Brasil**. Unicamp: Tese de Doutorado, 1998.

CUNHA, K. Z. **Sentenças Exclamativas em português brasileiro: padrão entoacional e sintaxe**. Dissertação (Dissertação de Mestrado) — UFPR, Curitiba, 2012.

DAYAL, V. Free relatives and ever: identity and free choice readings. **Proceedings of SALT 7**. Ithaca. N.Y.: CLC Publications, Cornell University, 1997, p. 99-116.

DECLERCK, R. **When-clauses and temporal structure**. Londres: Routledge, 1997.

DEMIRDACHE, H. K. **Resumptive chains in restrictive relatives, appositives and dislocation structure**. 215 f. Tese (Doutorado em Filosofia). MIT, Massachusetts, 1991.

DONATI, C. On Wh Head Movement. In: CHENG, L. & CORVER, N. (eds.). **Wh-movement – moving on**. MA: MIT Press, 2006.

FERRARI-NETO, J., SILVA, C. R. T. (Org.) **Programa Minimalista em foco: princípios e debates**. Curitiba: CRV, 2012.

FERREIRA, S.A. **Sobre a função e a forma de alguns subtipos especiais de orações relativas sem antecedente expreso do português**. 162f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Departamento de Linguística Geral e Românica, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2007.

GÄRTNER, H-M. **Generalized Transformations and Beyond: reflections in minimalist syntax**. Tese (Doutorado). Frankfurt: Johan-Wolfgang-Goethe Universität, 1997.

GAVIOLI-PRESTES, C. M. **Fatores determinantes na classificação das orações subordinadas como relativas livres**. 112 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

_____. Uma proposta de análise para as relativas livres do tipo adverbial no PB. In: **Anais do 8º Ciclo de Estudos em Linguagem**. Ponta Grossa: UEPG, 2015, p. 535-543.

GOLSTON, C. Syntax outranks phonology: Evidence from Ancient Greek. **Phonology**. 12, p. 343-368, 1995.

GROSS, A & RIEMSDIJK, H. v. Matching Effect in Free Relatives: A parameter of Core Grammar. In: **Proceedings of Pisa Colloquium on Markedness**: Annali della Scuola Normale Superiore, Pisa, 1981.

GROSU, A. & LANDMAN, F. **Strange relatives of the third kind**. *Natural Language Semantics*, 6, 125-170, 1998.

GUIMARÃES, M. **Repensando a interface sintaxe-fonologia a partir do axioma de correspondência linear**. 335 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Campinas, 1998.

_____. **In defense of vacuous projections in bare phrase structure**. University of Maryland Working Papers in Linguistics, v. 9, p. 90–115, 2000.

_____. **Derivation and Representation of Syntactic Amalgams**. 570 f. Tese (Doutorado em Filosofia) — University of Maryland, Maryland, 2004.

_____. A note on the strong generative capacity of standard antisymmetry theory. **Snippets** 18, p. 5-7, 2008.

_____. **Os fundamentos da teoria linguística de Chomsky**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes. No prelo.

_____; MENDES, G. Interação entre foco, morfologia e controle em PB: evidências adicionais para a teoria de controle por movimento. **Revista Linguística** / Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Volume 9, número 1, p. 158-185, junho de 2013. Disponível em: <<http://www.letas.ufrj.br/poslinguistica/revistalinguistica>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

HAEGEMAN, L. The internal syntax of adverbial clauses. In **Exploring the left periphery**, ed. Kleanthes Grohmann and Ianthi Tsimpli. **Lingua**, 120, p. 628-648, 2010.

HAEGEMAN, L. **Adverbial Clauses, Main Clause Phenomena, and the Composition of the Left Periphery**. New York: Oxford University Press, 2012.

HALL, D. P.; CAPONIGRO, I. On the semantics of temporal *when*-clauses. In **Proceedings of SALT**, 20, p. 544-563, 2010.

HEIM, I. & KRATZER, A. **Semantics in Generative Grammar**. Malden, Massachusetts: Blackwell, 1998.

HIRSHBÜHLER, P. & RIVERO, M. L. **Remarks on free relatives and matching phenomena**. *Linguistic Inquiry*, 14 (3), 1983.

HORNSTEIN, N. Movement and Control. *Linguistic Inquiry*, v. 30, número 1, p. 69-96, 1999.

_____. **Move! A minimalist theory of construal**. Cambridge: Massachusetts, 2001.

_____. On Control. In: HENDRICK, R. **Minimalist Syntax**. Oxford & Malden, MA: Blackwell Publishing Ltd, 2003, p. 6-81.

_____; NUNES, J. & GROHMANN, K. K. **Understanding Minimalism**. Cambridge: Cambridge University Press. 2005.

_____; POLINSKY, M. **Movement theory of control**. Amsterdam: John Benjamins, 2010.

INFANTE, U. **Curso de gramática aplicada aos textos**. São Paulo: Editora Scipione, 1995.

JACOBSON, P. On the Quantificational Force of English Free Relatives. In: E Bach *et al.* (eds) **Quantification in Natural Languages**. Kluwer, Dordrecht, pp. 451–486, 1995.

KATO, M. Orações relativas: variação universal e variação individual no português. In: SEMINÁRIO DO GEL, **Anais**. Ribeirão Preto, 1981. v.5. p.1-16.

KATO, M. A. Recontando a história das relativas em uma perspectiva paramétrica. In: ROBERTS, Ian & KATO, Mary A. (org.) **Português Brasileiro: uma viagem diacrônica**. (Homenagem a Fernando Tarallo). Campinas: Editora da Unicamp, 1993, p. 223-261.

_____. (et al). Construções-Q na gramática do português brasileiro falado: perguntas, clivadas e relativas. In: KOCH, I. G. V. (Ed.). **Gramática do português falado**. v.6: Desenvolvimentos. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996. p.303-370.

_____ & NUNES, J. A uniform raising analysis for standard and nonstandard relative clauses in Brazilian Portuguese. In: NUNES, J. (ed.) **Minimalist essays on Brazilian Portuguese syntax**. Philadelphia, PA: John Benjamins, 2009, p. 93-118.

_____; NUNES, J. Uma análise unificada dos três tipos de relativas restritivas do português brasileiro. Web-Revista **SOCIODIALETO**: Bach., Linc., Mestrado – Letras – UEMS/Campo Grande, v. 4, n°. 12, maio 2014, p. 575-589.

KAYNE, R. **The Antisymmetry of Syntax** (Linguistic Inquiry Monographs, 25). Cambridge, MA: MIT Press, 1994.

KEENAN, E. L.; COMRIE, B. Noun phrase accessibility and universal grammar. **Linguistic Inquiry**, n.8, p.63-99, 1977.

KEENAN, E. L.; COMRIE, B. Data on the noun phrase accessibility hierarchy. **Language**, Baltimore, n.55, p.333-351, 1979.

KENEDY, E. **Aspectos estruturais da relativização em português**: uma análise baseada no modelo raising. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2002.

_____. Estruturas sintáticas de orações relativas. In: BISPO, E. B. e OLIVEIRA, M. R. (org.). **Orações relativas no português brasileiro**: diferentes perspectivas. Niterói: Editora da UFF, 2014.

KNÖPFLE, A. **Resultativas em Línguas Ocidentais Germânicas**: generalizações descritivas, descobertas empíricas e questões analíticas. Tese (Doutorado em Letras) — UFPR, Curitiba, 2014.

KOOPMAN, H. The Spec Head Configuration. In: KOOPMAN, H. **The Syntax of Specifiers and Heads**: Controlled essays of Hilda J, Koopman, London-New York: Routledge, 2000.

LARSON, R. K. “Missing prepositions” and the analysis of English free relative clauses. **Linguistic Inquiry**, Massachusetts, v. 18, n. 2, p. 239-266, primavera 1987.

LASNIK, H. Verbal Morphology: Syntactic Structures meets the Minimalist Program. In: H. Campos & P. Kempchinsky (eds). **Evolution and revolution in linguistic theory**: essays in honor of Carlos Otero. Washington, D.C.: Georgetown University Press, 1995, p. 251-275.

_____. **Syntactic Structures revisited**: contemporary lectures on classic transformational theory. Cambridge, MA: MIT Press, 2000.

_____. When can you save a structure by destroying it? In: **Proceedings of the North Eastern Linguistic Society**, 31, Volume 2, ed. M. Kim and U. Strauss, 301-320. GLSA. 2001.

_____. On repair by ellipsis. In: **Proceedings of the 2002 LSK International Summer Conference**, Volume I: Forum lectures and paper presentations I. Thaaehaksa Publishers, Kyung Hee University, Seoul, Korea, 2002.

_____. Multiple Sluicing in English? **Syntax**. Volume 17, Number 1, p. 1-20, Março, 2014.

_____, KUPIN, J. A restrictive theory of transformational grammar. **Theoretical Linguistics** 4, p. 173-196, 1977.

LASNIK, H. & URIAGEREKA, J. **A course in GB Syntax**. Cambridge, MA: MIT Press, 1988.

LEES, R. **The grammar of English nominalizations**. The Hague: Mouton, 1960.

LEHMANN, Christian. **Der Relativsatz**: Typologie seiner Strukturen; Theorie seiner Funktionen; Kompendium seiner Grammatik. Tübingen: Narr, 1984.

LESSA-DE-OLIVEIRA, A. S. C. **As sentenças relativas em português brasileiro**: aspectos sintáticos e fatos de aquisição. 197 f. Tese. (Doutorado em Linguística). Universidade de Campinas: Campinas, 2008.

MARCHESAN, A. C. **As relativas livres em português brasileiro e os requerimentos de compatibilidade**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Florianópolis: Florianópolis, 2008.

_____. **As relativas livres no português brasileiro**. Tese de doutorado. Universidade Federal de Florianópolis: Florianópolis, 2012.

_____, MIOTO, C. As relativas livres. In: BISPO, E. B. e OLIVEIRA, M. R. (org.). **Orações relativas no português brasileiro**: diferentes perspectivas. Niterói: Editora da UFF, 2014, p. 47-73.

_____; MIOTO, C. **As relativas livres infinitivas no PB**. Veredas (UFJF. Online.), v. 18, p. 44-59, 2014b. Disponível em: http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2014/07/03-Marchesan_Mioto.pdf.

MAY, R. **Logical form**: its structure and derivation. Cambridge, MA: MIT Press, 1985.

MEDEIROS JUNIOR, P. **Sobre Sintagmas-Qu e Relativas Livres no Português**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília – UnB, DF, 2005.

_____. **Relativas Livres**: Uma Proposta para o Português. In Revista de Estudos da Linguagem, UFMG. Belo Horizonte, MG, 2006.

_____. **Sobre relativas livres em posição de adjunto**: considerações sintáticas-semânticas acerca das construções com quando e onde. Revista de Estudos da Linguagem, Vol. 17.1, 2009

_____. **Orações relativas livres do PB: sintaxe, semântica e diacronia.** Tese de doutorado. 160 p. Campinas, SP: [s.n.], 2014.

MERCHANT, J. **The syntax of silence:** sluicing, islands, and the theory of ellipsis. Oxford: Oxford University Press, 2001.

MIOTO, C. & NEGRÃO, E. V. **As sentenças clivadas não contêm uma relativa.** Ms. UFSC e USP, 2005.

MIOTO, C. et al. **Novo manual de sintaxe.** São Paulo: Contexto, 2013.

MÓIA, T. A sintaxe das Orações Relativas sem Antecedente Expresso no Português. 163f. Dissertação (Mestrado em Linguística Portuguesa Descritiva) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1992.

_____. Sintaxe das orações relativas sem antecedente expresso do português. In: GONÇALVES, A. et al. **Quatro Estudos em Sintaxe do Português.** Lisboa: Edições Colibri, 1996.

_____. Aspectos Sintáticos e Semânticos das Orações Relativas com *como* e *quando*. In: **Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística**, Lisboa, 2001.

MOURA NEVES, M. H. **Gramática de usos do português.** São Paulo: Editora UNESP, 2000.

NEGRÃO, E. V. As relativas livres no PB: o efeito de conformidade categorial. **Estudos Lingüísticos**, São Paulo, v. XXIII, p. 1036-1042, 1994.

NUNES, J. **The copy theory of movement and linearization of chains in the Minimalist Program.** Tese (Doutorado). University of Maryland at College Park, 1995.

_____. Bare X-bar theory and structures formed by movement. **Linguistic Inquiry**, 29, 160-168, 1998.

_____. & THOMPSON, E. Formal Appendix. In: URIAGEREKA, J. **Rhyme and Reason:** an introduction to minimalist syntax. Cambridge: MIT Press, 1998.

OTHERO, G. A. **A gramática da frase em português:** algumas reflexões para a formalização da estrutura frasal em português [recurso eletrônico]. 160f. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. Disponível em: ww.pucrs.br/edipucrs/gramaticadafrase.pdf. Acesso em: 10/03/2013.

PARTEE, B. H., ter MEULEN, A. & WALL, R. E. **Mathematical methods in linguistics.** Boston, London: Kluwer-Dordrecht, 1993.

RIBEIRO, I. As sentenças relativas. In: LUCCHESI, D. et al. (Org.) **O português afro-brasileiro.** Salvador: EDUFBA, 2009, p. 185-208.

REIS, P. C. **Onde, aonde, na onde: multifuncionalidade e variação linguística em dados do Português Brasileiro.** [manuscrito] Tese de doutorado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.

RESENEs, M. **Sentenças pseudo-clivadas do português brasileiro**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

van RIEMSDIJK, H. Free relatives inside out: transparent free relatives as grafts. In B. Rozwadowska (ed.) **PASE Papers in Language Studies** – Proceedings of the 8th Anyal Conference of the Polish Association for the Study of English, p. 223-233, University of Wrocław, 2000.

van RIEMSDIJK, Henk. Free Relatives. **SynCom (SyntaxCompanion, an (electronic) encyclopaedia of syntactic case studies) case 27**. LingComp Foundation, p. 336-378, Agosto, 2005. Disponível em: ><http://henk.villasalmi.it/pub/2006%20Free%20Relatives%20SynCom.pdf>>. Acesso em: 10/01/2013.

van RIEMSDIJK, H. Grafts follow from Merge. In FRASCARELLI, M. (ed.) **Phases of Interpretation**. Berlin: Mouton de Gruyter, p. 17-44, 2006.

RIZZI, L. **Issues in Italian Syntax**. Foris, Dordrecht, 1982.

_____. The fine structure of the left periphery. In: HAEGEMAN, L. (ed.), **Elements of Grammar**, Dordrecht: Kluwer, 1997, p. 281-337.

ROCHA, M. L. D. F. **Sintagmas QU em Interrogativas Indiretas e Relativas Livres do Português**. Dissertação de Mestrado. UnB. Brasília, 1990.

RODRIGUES, C. **Effects of Loss of Morphology in Partial pro-drop Languages**. Tese (Doutorado em Filosofia) — University of Maryland, Maryland, 2004.

ROORYCK, J. **Generalized Transformations and the Wh-cycle**: Free Relatives as Bare Wh-CPs. Groninger Arbeiten zur germanistischen Linguistik 37, pp. 195-208, 1994.

ROSS, J. R. **Constraints on variables in syntax**. 501f. Tese (Doutorado em Filosofia) — Massachusetts Institute of Technology, Massachusetts, 1967.

SCHACHTER, P. Focus and relativization. **Language**, n. 49, p. 19-46, 1973.

STOWELL, T. **Origins of phrase structure**. Tese (Unpublished doctoral dissertation) — MIT, 1981.

TANG, S. **Parametrization of features in syntax**. University of California, Irvine, 1998.

TARALLO, F. L. **Relativization Strategies in Brazilian Portuguese**. Tese de Doutorado, Universidade da Pensilvânia, 1983.

TRAUTWEIN, M. M. **Dependências morfossintáticas entre núcleos verbais em sequência e a dupla realização do sujeito**: auxiliares como verbos de controle. 158 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

TREDINNICK, V. **On the semantics of free relatives with –ever**. Tese (Doutorado) — Universidade da Pensilvânia, 2005.

TROTTA, J. **Wh-Clauses in English**: aspects of theory and description. Amsterdam-Atlanta, GA: Rodopi B.V., 2000.

URIAGEREKA, J. **Rhyme and Reason**: an introduction to Minimalist Syntax. Cambridge: MIT Press, 1998.

VIOTTI, E. **A sintaxe das sentenças existenciais do português do Brasil**. Tese de doutorado. Departamento de Linguística, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

_____. O caso do sintagma nominal das sentenças existenciais. **Fórum Linguístico**. Florianópolis: n.2 p. 41-71 out-dez 2000

_____. A composicionalidade nas sentenças com o verbo ter. In: MÜLLER, A. L., NEGRÃO, E. V. & FOLTRAN, M. J. (Org.). **Semântica formal**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 221-241.

VERGNAUD, J. R. **French Relative Clauses**. Doctoral Dissertation, MIT, 1974.

VRIES, M. **The Syntax of Relativization**. Netherlands: LOT, 2002.

_____. **Multidominance and locality**. University of Groningen. Final draft to appear in *Lingua*, 2013.

ZILLES, A. M. S.; KERSCH, D. F. Onde: prescrição, proscrição, descrição e ensino. In: ZILLES, A. M. S.; FARACO, C. A. (org.) **Pedagogia da variação linguística**: língua, diversidade e ensino. São Paulo: Parábola Editorial, 2015, p. 145-187.